



DEOLINDO NUNES DE BARROS

**A COOPERAÇÃO SUL-SUL ÍNDIA/BRASIL/ÁFRICA DO SUL (IBAS) DURANTE
OS GOVERNOS LULA (2003-2010): POTENCIALIDADES E LIMITES**

Campinas

2013



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

DEOLINDO NUNES DE BARROS

**A COOPERAÇÃO SUL-SUL ÍNDIA/BRASIL/ÁFRICA DO SUL (IBAS) DURANTE
OS GOVERNOS LULA (2003-2010): POTENCIALIDADES E LIMITES**

Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas, para obtenção do Título
de Doutor em Ciência Política.

Prof. Dr. Shiguenoli Miyamoto

Este exemplar corresponde à versão final da tese
defendida por Deolindo Nunes de Barros, e orientada
pelo Prof. Dr. Shiguenoli Miyamoto.

Campinas
2013

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Cecília Maria Jorge Nicolau - CRB 8/338

B278c Barros, Deolindo Nunes de, 1975-
A cooperação sul-sul Índia/Brasil/África do Sul (IBAS) durante os governos
Lula (2003-2010) : potencialidades e limites / Deolindo Nunes de Barros. –
Campinas, SP : [s.n.], 2013.

Orientador: Shiguenoli Miyamoto.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas.

1. Relações internacionais. 2. Hegemonia. 3. Imperialismo. 4. Brasil –
Relações exteriores - Índia. 5. Brasil - Relações exteriores - África do Sul . 6.
Ação coletiva.

I. Miyamoto, Shiguenoli, 1948-. II. Universidade Estadual de Campinas.
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: A cooperação sul-sul Índia/Brasil/África do Sul (IBAS) durante os
governos Lula (2003-2010) : potencialidades e limites

Palavras-chave em inglês:

International relations

Hegemony

Imperialism

Collective action

Brazil - Foreign relations - India

Brazil - Foreign relations - South Africa

Área de concentração: Ciência Política

Titulação: Doutor em Ciência Política

Banca examinadora:

Shiguenoli Miyamoto [Orientador]

Paulo Cesar Souza Manduca

José Alexandre Altahyde Hage

Sandra Aparecida Cardozo

Suzeley Kalil Mathias

Data de defesa: 29-08-2013

Programa de Pós-Graduação: Ciência Política



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Tese de Doutorado, em sessão pública realizada em 29 de agosto de 2013, considerou o candidato DEOLINDO NUNES DE BARROS aprovado.

Este exemplar corresponde à redação final da Tese defendida e aprovada pela Comissão Julgadora.

Prof. Dr. Shiguenoli Miyamoto

Prof. Dr. Paulo Cesar Souza Manduca

Prof. Dr. José Alexandre Altafide Hage

Profa. Dra. Sandra Aparecida Cardozo

Profa. Dra. Suzeley Kalil Mathias

ABSTRACT

IBSA, or known as G-3, is a Dialogue Forum established in June 2003 in Brasilia that brings together the governments of India, Brazil and South Africa. With the end of the Cold War, the United States appear as the main actor, not to mention the strategic position and influence of the European Union and Japan on the countries of the global South. Even though this influence is still present and noticeable, one can see the emergence of cooperation between some peripheral and semi-peripheral countries (according to Immanuel Maurice Wallerstein's classification), especially between the "system-affecting" countries (those that can influence the continuation of certain notes of international politics, since there is a merging of their resources - in principle reasonable - and its international position) in order to promote multilateralism and plurilateralism. In the last two decades, both the change of governments in these South countries (activist foreign policy) and the persistence of hegemonic and inflexible politics of the central countries against them ended up driving the demand for new strategic and technical partnerships, as well as more space for action in order to defend their economic and political interests. The central line of this study is to analyze the possibilities and limits of that South-South Cooperation (SSC) between India, Brazil, and South Africa (IBSA) implemented at a time when the strengthening of multilateral relations among these countries appears as an impulsive factor reordering the international system.

Keywords: South-South Cooperation; IBAS; Multilateralism; Hegemony; Imperialism; Coalition Theory; Collective Action; Critical Theory.

RESUMO

O IBAS, que passou a ser conhecido por G-3, é um Fórum de Diálogo fundado em junho de 2003, em Brasília, e que reúne as três potências intermediárias: *Índia, Brasil e África do Sul*. Com o fim da Guerra Fria, os Estados Unidos aparecem como o ator principal, sem contar a posição estratégica e influente da União Européia e do Japão, enfim, do verdadeiro e velho Ocidente sobre os países do Sul global. Contudo, apesar dessa influência constituir ainda algo presente e notável, pode se constatar o surgimento de cooperações por parte de alguns países periféricos e semiperiféricos (na classificação de Immanuel Maurice Wallerstein), principalmente dos que podemos chamar de *system-affecting* (países que podem influenciar o prosseguimento de determinados motes da política internacional, a partir do momento em que haja uma junção entre os seus recursos - em princípio razoáveis - e a sua atuação internacional ativa), no intuito de fomentar o multilateralismo e plurilateralismo. Nessas duas últimas décadas, tanto a mudança de governo em alguns desses países (política externa ativista), bem como a permanência da postura hegemônica e inflexível dos países centrais no sentido de obstaculizar o desenvolvimento dos países do Sul global, impulsionaram estes à procura de novas parcerias estratégicas e técnicas entre si e mais espaços de atuação, a fim de defender os seus interesses econômico-políticos. A linha básica deste trabalho é analisar as possibilidades e os limites da Cooperação Sul-Sul (CCS) Índia/Brasil/África do Sul (IBAS) implementada num momento em que o fortalecimento das relações multilaterais entre os países do Sul global vislumbra como um fator propulsor do reordenamento do sistema internacional.

Palavras-chave: Cooperação Sul-Sul; IBAS; Multilateralismo; Hegemonia; Imperialismo; Teoria de Coalizões; Ação Coletiva; Teoria Crítica.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	1
2	APORTES TEÓRICOS OU DAS TEORIAS UTILIZADAS NA REALIZAÇÃO DA PESQUISA: TEORIA DAS COALIZÕES E A LÓGICA DA AÇÃO COLETIVA	15
2.1	Da teoria construtivista	16
2.2	Alexander Wendt como o mais relevante teórico do construtivismo social nas Relações Internacionais	32
2.3	Friedrich Von Kratochwil	36
2.4	Nicholas Onuf	39
2.5	Considerações sobre o capítulo	43
3	UM HISTÓRICO DAS RELAÇÕES SUL-SUL NO CONTEXTO DAS RELAÇÕES GLOBAIS	46
3.1	Blocos (regionais) africanos	55
3.1.1	Organização da Unidade Africana/União Africana	58
3.1.2	Mercado Comum da África Oriental e Austral	64
3.1.3	Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral	64
3.1.4	Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental	73
3.1.5	União do Magreb Árabe	77
3.1.6	Comunidade Econômica dos Estados da África Central	77
3.1.7	Comunidade da África Oriental	78
3.1.8	África, Caraíbas e Pacífico (ACP)	80
3.2	Blocos (regionais) caribenhos e centro-americanos	82
3.2.1	Organização dos Estados do Caribe Oriental	84
3.2.2	Associação dos Estados do Caribe	85
3.2.3	Comunidade do Caribe (CARICOM)	85
3.3	Blocos (regionais) leste/centro-europeus	86
3.3.1	Conselho para Assistência Econômica Mútua	87
3.3.2	Acordo Centro-Europeu de Livre Comércio	88

3.4 Blocos (regionais) asiáticos	89
3.4.1 Associação das Nações do Sudeste Asiático	89
3.4.2 Associação Sul-Asiática para a Cooperação Regional	90
3.5 Blocos (regionais) da Oceania	91
3.6 Blocos (regionais) latino-americanos	92
3.6.1 Mercado Comum do Sul	94
3.6.2 Associação Latino-Americana de Integração	94
3.6.3 Aliança Bolivariana para os povos da Nossa América	96
3.6.4 Comunidade Andina das Nações	97
3.7 Blocos (regionais) do Oriente Médio	98
3.7.1 Conselho de Cooperação dos Estados Árabes do Golfo	99
3.7.2 Organização de Cooperação Econômica (OCE)	101
3.8 Breve retrospectiva histórica e teórico-conceitual das afinidades Sul-Sul	102
3.9 Perspectivas históricas e “o estado de arte” dos países sulistas	109
3.10 Considerações sobre o capítulo	123
 4 OS PAÍSES IBAS: UMA ANÁLISE	 127
4.1 Índia	127
4.1.1 Contexto histórico	128
4.1.2 Contexto geográfico-ambiental	132
4.1.3 Contexto político-governamental	135
4.1.4 Contexto socioeconômico	140
4.1.5 Contexto sociocultural	148
4.1.6 Contexto étnico-linguístico-religioso	153
4.2 Brasil	155
4.2.1 Contexto histórico	156
4.2.2 Contexto geográfico-ambiental	164
4.2.3 Contexto político-governamental	167
4.2.4 Contexto socioeconômico	171
4.2.5 Contexto sociocultural	176
4.2.6 Contexto étnico-linguístico-religioso	179

4.3 África do Sul	181
4.3.1 Contexto histórico	182
4.3.2 Contexto geográfico-ambiental	186
4.3.3 Contexto político-governamental	189
4.3.4 Contexto socioeconômico	193
4.3.5 Contexto sociocultural	198
4.3.6 Contexto étnico-linguístico-religioso	200
4.4 Considerações sobre o capítulo	203
 5 DO FÓRUM DE DIÁLOGO ÍNDIA, BRASIL, ÁFRICA DO SUL (IBAS): SURGIMENTO, ESTRUTURA, FUNCIONAMENTO, SIGNIFICADO E DESDOBRAMENTOS	 205
5.1 Desafios e perspectivas do IBAS	227
5.2 O IBAS e o soft /smart Power	230
5.3 Os EUA e o hard Power	239
5.4 Considerações sobre o capítulo	246
 6 CONSIDERAÇÕES E REFLEXÕES FINAIS	 249
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	259
BIBLIOGRAFIA	271
SITES CONSULTADOS	289
JORNAIS IMPRESSOS	290
 ANEXOS	 291
Anexo A: Fórum de Diálogo Índia/Brasil/África do Sul	292
Anexo B: Decreto n. 4905, de 1.12.2003	298
Anexo C: I Reunião de Cúpula do IBAS – Declaração Conjunta	300
Anexo D – Súmula dos Grupos de Trabalho	323
Anexo E – Lei n. 12.289, de 20 de julho de 2010, cria a Universidade Internacional da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira	 327

Anexo F – Discurso do ex-Presidente Lula – outorga do título de Doutor Honoris Causa da
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – 1º de Março de
2013 334

À minha mãe, meu pai (*in
memoriam*), minha avó, meus padrinhos
e meus irmãos por estarem sempre ao
meu lado e me apoiando.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pela vida, saúde, força, coragem, perseverança e muita esperança que Ele sempre me deu nesse tempo todo de meus estudos superiores realizados aqui no Brasil. A despeito de todos os contratempos, adversidades e dramas que geralmente enfrentam aqueles que abandonam o torrão natal à procura de uma vida melhor (quer a estudo ou a trabalho), mais digna e humana, posso dizer que hoje estou aqui concluindo apenas mais uma das muitas etapas que ainda espero poder concluir um dia na minha vida.

Naturalmente que não deveria deixar de ressaltar os momentos de alegrias, aprendizagens, descobertas, formações etc., que também tive durante toda essa minha estadia e vivência no Brasil. Haja vista que o saber e a formação não estão somente restringidos aos muros da academia (mas também na “*escola da vida*”), posso afirmar com convicção e segurança que todos esses momentos assinalados contribuíram e contribuirão para a minha formação profissional, pessoal, social, moral, cidadã, política, participativa etc., não esquecendo as lições tiradas e que servirão futuramente.

Agradeço ao meu orientador, o professor Dr. Shiguenoli Miyamoto, por sua disponibilidade e paciência em me orientar durante aproximadamente esses cinco anos do meu doutorado.

Igualmente agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) por boa parte da bolsa de estudo concedida, o que me serviu substancialmente na efetuação e finalização desse trabalho.

Na expectativa de que não vou cometer grandes injustiças, gostaria de agradecer todas as pessoas que de uma forma ou de outra participaram no processo da minha

formação, particularmente o meu doutorado. Apesar de não ser possível apontar todos os nomes, muito me orgulharia apontar alguns: a minha mãe (Rosalina), o meu pai, Benvindo (*in memoriam*), a minha avó (Ana), a minha madrinha (Eufrásia), o meu padrinho (Francisco), os meus irmãos, os meus sobrinhos, enfim, toda a minha família que a despeito de a longa distância e bastante tempo que nos separa, sei das primeiras lições que com eles aprendi, por isso mantendo sempre fiel às minhas origens, jamais podendo lhes esquecer.

Aos professores que participaram da minha banca de qualificação, os professores Suzeley Kalil Mathias e Paulo Cesar Manduca, pelas relevantes considerações, sugestões e críticas feitas, e com os quais muito aprendi. Agradeço-lhes!

Aos meus queridos amigos Maria Fernanda, Julián José, Ido António, Silvino Santos, Márcio André, Marco Aurélio, Inaida, Nelly, Bosco, Elton, Ivo, Mino, Joaquim, pela convivência, troca de experiências e colaboração (material e moral) durante toda essa empreitada nem sempre fácil.

Aos meus colegas e amigos do Centro de Estudos Internacionais e Política Contemporânea (CEIPOC), entre eles Celly, Aline, Ju, Marcia, Juliana e Júlia, agradeço-lhes por esse tempo de convivência e compartilhamento.

Por último, mas não menos importante, aos funcionários do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), especialmente os funcionários Bene (do Xerox) e Luis Antonio Benetti (dos serviços gerais) pela atenção, colaboração e atendimento sempre agradável, simpático e deferente.

Enfim, a todos aqueles que direta ou indiretamente disponibilizaram a sua colaboração na realização desta tese.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Condições das moradias no país	174
TABELA 2 – Breve cronologia IBAS (2003-2008)	206

LISTA DE SIGLAS

ACP – África, Caraíbas e Pacífico

AEC – Associação dos Estados do Caribe

AGNU – Assembleia Geral das Nações Unidas

ALADI – Associação Latino-Americana de Integração

ALALC - Associação Latino-Americana de Livre Comércio

BC – Banco Central

BEAC – Banco dos Estados da África Central

BM – Banco Mundial

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul

CAN – Comunidade Andina das Nações

CAO – Comunidade da África Oriental

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CARICOM – Comunidade do Caribe

CCG – Conselho de Cooperação dos Estados Árabes do Golfo

CDAA – Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral

CDH – Conselho de Direitos Humanos

CEA – Comunidade Econômica Africana

CEAO – Comunidade Econômica da África do Oeste

CEDEAO – Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental

CEEAC – Comunidade Econômica dos Estados da África Central

CEIPOC – Centro de Estudos Internacionais e Política Contemporânea

CEMAC – Comunidade Econômica e Monetária da África Central

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina

CER – Comunidades Econômicas Regionais

CIA – Agência Central de Inteligência

CLACSO – Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais

CNA – Congresso Nacional Africano

CNUCED – Conferência das Nações Unidas para Comércio e Desenvolvimento

CNUMAD – Conferência das Nações Unidas para Meio Ambiente e Desenvolvimento

CPLP – Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa

CSN – Comunidade Sul-Americana de Nações

CSNU – Conselho de Segurança das Nações Unidas

CSS – Cooperação Sul-Sul

DF – Distrito Federal

DEM – Democratas

EUA – Estados Unidos da América

FAO – Órgão das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura

FIB – Felicidade Interna Bruta

FIFA – Federação Internacional de Futebol

FINUL - Força Interina das Nações Unidas no Líbano

FNLA - Frente Nacional de Libertação de Angola

FMI – Fundo Monetário Internacional

FRIDE – Fundação para as Relações Internacionais e o Diálogo Exterior

FSM – Fórum Social Mundial

FUNAG – Fundação Alexandre de Gusmão

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

GATT – Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio

GTs – Grupos de Trabalho

IBAS – Índia, Brasil e África do Sul

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IEEI – Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais

IGAD – Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento

IPES – Instituições Públicas de Ensino Superior

MERCOSUL – Mercado Comum do Sul

MINUSTAH - Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti

MNA – Movimento dos Não-Alinhados

MONUSCO - Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo

MPB – Música Popular Brasileira

MRE – Ministério das Relações Exteriores

NEPAD – Nova Parceria para o Desenvolvimento da África

NOEI – Nova Ordem Econômica Internacional

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

OCE – Organização de Cooperação Econômica

ODM – Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

OEA – Organização dos Estados Americanos

OECD – Organização dos Estados do Caribe Oriental

OEI – Organização dos Estados Ibero-Americanos

OMC – Organização Mundial do Comércio

OMPI – Organização Mundial de Propriedade Intelectual

OMS – Organização Mundial da Saúde

ONG – Organização Não Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

OPEP – Organização dos Países Exportadores de Petróleo

OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte

OUA – Organização da União Africana

PALOPs – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

PCNI – Partido do Congresso Nacional Indiano

PEC-G – Programa Estudantes-Convênio de Graduação

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PIB – Produto Interno Bruto

PL – Partido Liberal

PMDs – Países Menos Desenvolvidos

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

POF – Pesquisa de Orçamentos Familiares

PP – Partido Progressista

PPC – Paridade de Poder de Compra

PSD – Partido Socialista Brasileiro

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PT – Partido dos Trabalhadores

RENAMO - Resistência Nacional Moçambicana

RIPES – Redes de Instituições Públicas de Ensino Superior

SESC – Serviço Social do Comércio

SGP – Sistema Generalizado de Preferências

STF – Supremo Tribunal Federal

TCP – Tratado Comercial dos Povos

TEC – Tarifa Externa Comum

TPN – Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares

TPOs – Territórios Palestinos Ocupados

UA – União Africana

UAAA – União Aduaneira da África Austral

UAPZ – União Africana do Povo do Zimbabué

UE – União Europeia

UEMOA – União Econômica e Monetária do Oeste Africano

UMA – União do Magreb Árabe

UNAH – Universidade Nacional Autônoma de Honduras

UNASUL – União das Nações Sul-Americanas

UNAZ – União Nacional Africana do Zimbabué

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

UNILA – Universidade Federal da Integração Latino-Americana

UNILAB – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

UNITA - União Nacional para a Independência Total de Angola

UNODC – Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

ZMAO – Zona Monetária da África Ocidental

ZOPACAS – Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul

1 INTRODUÇÃO

“Outra modalidade de protagonismo dos países intermediários, distinta das arenas Norte-Sul e de segurança global, pode ser identificada na iniciativa IBAS (...), cuja peculiaridade é que está composta por países estruturalmente semelhantes, situados em distintas regiões geográficas e em torno de objetivos comuns, em particular a segurança coletiva; inclusão social e redução da pobreza; assim como a cooperação econômica e tecnológica. A novidade desta iniciativa é que se dá entre países do Sul, sugerindo uma nova modalidade de cooperação Sul-Sul”.

MARIA REGINA SOARES DE LIMA

O presente estudo visa analisar a implementação e a estruturação da cooperação multilateral Sul-Sul por meio do estudo do Fórum de Diálogo Índia, Brasil, África do Sul (IBAS), focalizando e priorizando a sua dimensão política, econômica, comercial, científica e tecnológica, educacional e cultural, energia e transporte, agricultura etc.¹ Igualmente compreender a sua construção de parcerias com grandes países em desenvolvimento; analisar as possibilidades ou as vantagens concretas dessa relação trilateral para o IBAS, os países do Sul, e a constituição de um mecanismo privilegiado e efetivo para o reordenamento do sistema mundial, o redesenho de um novo contexto político internacional e a criação de um Mundo multipolar e pluralista.

O autor Williams Gonçalves, no seu pequeno, porém, interessante texto intitulado *“Relações Internacionais”*, argumenta que

Ao longo das quatro décadas entre o fim da Segunda Guerra Mundial (1945) e o desmantelamento do Muro de Berlim (1989), o comportamento dos atores internacionais foi condicionado pela estrutura bipolar do sistema internacional. Os arranjos políticos e as alianças encetadas pelos atores eram então determinados pelos dois eixos que compunham o sistema e davam sentido às relações internacionais: Leste-Oeste, o eixo da segurança; Norte-Sul, o eixo da luta pelo desenvolvimento econômico-social. Tanto o conflito como a cooperação derivavam da maneira como os atores se situavam e se deslocavam nesse tabuleiro. A clara definição das posições em face dos principais atores garantia alguma

¹ Ver *Anexo D* a respeito da síntese dos Grupos de Trabalho (GTs) formados pelos países-membros do IBAS, e que trata desses e muitos outros assuntos considerados relevantes para a viabilização do Sul global e uma nova dinâmica da ordem internacional.

previsibilidade ante determinadas mudanças ou expectativas de mudanças dos demais atores (GONÇALVES, 2008, p. 8).

A esmagadora maioria da literatura disponível quase sempre aponta a criação do Fórum de Diálogo IBAS coincidente com o início do primeiro mandato do governo Lula (2003-2006), em que o ex-presidente sul-africano, Thabo Mbeki (1999-2008), na sua visita ao Brasil para a investidura do seu homólogo brasileiro, lançou essa ideia. Indubitavelmente que a ideia partiu da África do Sul, mas num momento bem anterior, ou seja, já nos idos anos 90, argumentam diversos especialistas, no interior do partido CNA (Congresso Nacional Africano), e inclusive antes deste chegar ao poder em 1994. A ideia inicial era constituir um conjunto de países do Sul que intermediasse o diálogo com os países do Norte (G-8). Entretanto, levar a efeito a formação de uma aliança desta envergadura pelos países do Sul global e orientar os países emergentes, acabou parecendo empreitada dispendiosa demais para o primeiro governo democrático sul-africano, diante dos inúmeros contratempos que Mandela (1994-1999) teria de enfrentar.

A concepção do IBAS remonta a uma ideia da direção do Congresso Nacional Africano (CNA), surgida ainda antes de o partido chegar ao poder. A proposta indicava que a África do Sul trabalhasse em prol de um grupo que, no Sul, espelhasse o G-8 e dele se tornasse interlocutor. No entanto, essa ideia não se materializou no primeiro governo democrático da África do Sul, liderado por Nelson Mandela, devido ao receio de que a comunidade internacional pudesse temer um possível descaminho na transição. Mas a transição democrática foi tranquila e a segurança da passagem do poder ao Presidente Thabo Mbeki gerou as condições para a implementação da proposta do CNA, o que ocorreu no encontro de Mbeki com o Chanceler Lampreia em 2000 (PEREIRA, 2010, pp. 152-3).

Já no governo de Thabo Mbeki (praticamente início dos anos 2000), ficou mais coerente e viável este governante chamar a atenção para a falta de perspectiva do G-8 na resolução das dificuldades geradas pelos fenômenos das globalizações, e que afetam indiscriminadamente todos os países do globo, não importando o seu estágio de

desenvolvimento capitalista. Para além de África do Sul, China, Arábia Saudita, Índia e Brasil também deveriam, em princípio, compor esse grupo de solidariedade Sul-Sul dotado de linguagem terceiro-mundista, conquanto, as perturbações advindas em razão dos ataques terroristas de 11 de setembro de 2001 impossibilitaram encontros iniciais com autoridades destes países.

O objetivo e o elenco de países que constituiriam o Fórum de Diálogo IBAS foram em princípio examinados pelas autoridades de Pretória, em virtude de protelação das reuniões prévias. Levando em consideração que se os países de capitalismo avançado negassem o diálogo com a futura coalizão, esta estaria fadada ao fracasso antes de surgir, o projeto que surgiria, a nova lista de membros, abandonou a ideia de comunicação com o G-8. Deste modo, por critérios planejados, Arábia Saudita e China ficaram de fora, e somente Índia, Brasil e África do Sul fundaram o Fórum de Diálogo IBAS.

Houve convite para um encontro com Brasil, Arábia Saudita, Índia e China, a realizar-se em novembro de 2001, como forma de lançar a proposta de constituição do grupo para atuar como interlocutor do G-8. Todavia, antes do encontro ocorreram os atentados terroristas de 11 de setembro; Brasil, Índia e China recusaram o convite em razão da turbulência internacional. Com o adiamento da reunião, a diplomacia sul-africana aproveitou a oportunidade para realizar sondagens mais minuciosas sobre sua proposta. A participação da China e da Arábia Saudita foi, então, considerada inapropriada para interlocução com G-8, pois o questionamento da credencial democrática de ambos poderia afetar a legitimidade do grupo para negociar, além da existência de certa rivalidade entre Índia e China (PEREIRA, op. Cit., p. 153).

Outro fator externo que não favoreceu a aproximação estratégica desses países do Sul global, ainda na década de 1990, foram as complicações decorrentes da aplicação das políticas econômicas neoliberais exigidas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelo Banco Mundial (BM). Portanto, os países do Sul global (inclusive os países IBAS) tiveram de abrir os seus mercados ao capital externo (privatização das empresas estatais), exigências mais severas e drásticas para poderem ter acesso aos recursos das instituições de

Bretton Woods e demais imposições do Consenso de Washington (disciplina fiscal; redefinição das prioridades dos gastos públicos, direcionando-os às áreas de atendimento básico a saúde, educação primária e infraestrutura; reforma tributária; liberalização das taxas de juros; adoção de taxas de câmbio competitivas; liberalização do comércio exterior; desregulamentação do comércio exterior; garantia dos direitos de propriedade etc.).

Através da complementariedade de suas tecnologias, serviços, indústrias, comércio, agricultura etc., os países-membros do IBAS procuram, patentemente, fortalecer o desenvolvimento de suas economias. O êxito da tecnologia de informação e da indústria farmacêutica da Índia, o avanço e o conhecimento na geração de biocombustíveis e do setor de aviação do Brasil e o fabrico de combustíveis sintéticos da África do Sul, traduzem-se notadamente nas especialidades desses países e que complementam as suas economias.

A ideia do trabalho consiste igualmente em entender melhor a evolução da cooperação Sul-Sul ao longo da história, tomando como exemplo o Fórum de Diálogo IBAS, essa que é uma das mais recentes e expressivas aproximações dos países do Sul.

O Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBAS, ou G-3) constitui um dos mais importantes esforços cooperativos do Sul no mundo pós-guerra fria. Seus críticos o consideram, com um tom de ironia, uma forma tardia de um terceiromundismo ideológico dos anos 70. Todavia, sua estratégia é marcada pelo pragmatismo e pelo peso político próprio e legitimidade para se apresentar como interlocutor relevante para os grandes temas da agenda global. Assim, o IBAS representa uma forma de concertação político-diplomática sobre os mais diferentes temas, tendo em vista que há significativas sinergias entre os três países, já que eles desenvolveram capacidades específicas em diferentes setores ao longo de décadas (VISENTINI, 2010, p. 11).

A despeito de toda crítica que se pode fazer em torno do Fórum de Diálogo IBAS, reconhecer as coesões expressivas entre os três países, bem como sua importante interlocução concernente aos grandes motes da agenda global pode ser razoável, visto que são potências intermediárias, líderes naturais ou portadores de muitas influências em suas

regiões ou sub-regiões, democracias estáveis ou ao menos livres de riscos, população gigantesca, problemas internos similares (desigualdade de natureza social, setor industrial pouco desenvolvido etc.), basicamente agro-exportadores e economias em crescimento.

Índia, Brasil e África do Sul buscam, especialmente a partir da década de 90, elevar seu perfil de atuação internacional a partir de condicionantes que justificam a cooperação entre os três países: credenciais democráticas, participação no mundo em desenvolvimento, capacidade de atuação em escala global, padrão de atuação similar em organismos multilaterais, passado de economia de substituição de importações, problemas internos de distribuição de renda; são potências médias, lideranças regionais, mercados emergentes; aspiram a uma vaga de membro permanente no Conselho de Segurança da ONU; e confrontam desafios comuns de desenvolvimento (Idem, p. 13).

A hipótese mais geral do nosso objeto de estudo é que tal cooperação Sul-Sul deve ser analisado, principalmente, como resultante de conflitos entre países do Sul e países do Norte, nas condições dadas pelo novo regionalismo (período pós-Guerra Fria), em que potências médias e pequenas podem cooperar sem condicionamentos da estrutura bipolar (ao invés do que acontecera no ciclo da Guerra Fria). Outro vetor explicativo pode ser a liderança e política externa ativista de chefes de Estado e/ou governo mais engajados e preocupados com as conseqüências que a unipolaridade mundial gera nos países do Sul, e o protagonismo que os países emergentes são suscetíveis de exercer nessa nova conjuntura política.

A Cooperação Sul-Sul de fato é e será de extrema importância para os países do Sul global, ou apenas para os protagonistas deste projeto político-econômico sem, entretanto, sequer conseguir resolver os seus próprios problemas internos, regionais e transnacionais, continuando a beneficiar determinados segmentos da sociedade civil, a burguesia nacional (atrelada à elite internacional) e/ou quiçá a burguesia interna, em detrimento de outros

grupos e setores², seria outra hipótese levantada e, naturalmente, passível de verificação. Convém lembrar nesse ponto que o Brasil é ainda um dos países do mundo com elevada desigualdade social³; a Índia uma sociedade de castas, igualmente muito desigual e com uma miséria crônica; a África do Sul até recentemente vivia o sistema de segregação racial⁴, cujas sequelas, todavia são extremamente visíveis.

Diríamos que em termos teórico-epistemológicos, o tema é importante, visto que se trata de cooperação estabelecida em outros moldes entre os países (apenas três membros com objetivos mais evidentes e definidos, coordenação política e concertação entre os setores e Grupos de Trabalho (GT) mais efetivos e concretos, sem contar verbas disponíveis para viabilização dos projetos), o que demonstra o compromisso explícito e substantivo dos membros IBAS para com essa cooperação.

No que tange à metodologia, priorizamos a pesquisa bibliográfica e análise dos documentos primários produzidos por esse Fórum de Diálogo no processo de sua discussão

² No caso particular do Brasil podemos utilizar alguns especialistas, ou seja, estudiosos que pensaram a questão nacional, entre eles estes três autores considerados o tripé da interpretação e compreensão brasileira: o Gilberto Freire da *Casa Grande & Senzala*, o Sérgio Buarque de Holanda de *Raízes do Brasil* e o Caio Prado Junior de *Formação do Brasil Contemporâneo*. Outros especialistas podem igualmente ser consultados: Celso Furtado, Florestan Fernandes, Octavio Ianni, os teóricos da dependência, do estruturalismo marxista (Immanuel Wallerstein), do pós-colonialismo etc., de modo a nos auxiliar na compreensão e interpretação de parte dessas questões.

³ Nos últimos tempos, 28 milhões de brasileiros abandonaram a pobreza e 39 milhões alcançaram a classe média. Porém é necessário melhorar a vida de 16 milhões de pessoas que ainda estão abaixo da linha de pobreza. O *Brasil Sem Miséria* (Programa do Governo Federal) surgiu justamente para ir aonde elas estão. Destarte, levou a cabo a “Busca Ativa”, que vincula ações do Governo Federal, estados e municípios para localizar as pessoas na situação realmente de penúria. No meio rural, a finalidade precípua é aumentar a produção. Nos centros urbanos, proporcionar qualificação à mão de obra e identificar oportunidades de emprego e renda. Enfim, assegurar o acesso dos mais necessitados/carenciados a serviços de saúde, educação e água é o esforço maior (*Le Monde Diplomatique* Brasil, set. 2011).

⁴ Como bem mostra Boaventura (2006), da mesma forma que o Ariel da peça [*A Tempestade*] de Shakespeare, em lugar de se associarem entre si e com outras nações “*calibanescas*”, estes países intermediários usaram a sua importância econômica e populacional no intuito de conseguir um acolhimento excepcional por parte de Próspero. Na expectativa de maximizarem somente as suas próprias capacidades de êxito, atuaram isoladamente. Somente agora e muito receosamente começaram a implementar iniciativas conjuntas e a projetar ações ajustadas no âmbito internacional. É dessa forma que se deve interpretar a articulação política envolvendo o Brasil, a Índia e a África do Sul no interior da Organização Mundial do Comércio.

e concertação política e dialógica. Seria interessante o deslocamento à Índia e África do Sul, mas a distância geográfica desses países em relação ao Brasil nem sempre permite isso para todas as pesquisas (como geralmente acontece com uma tese de doutorado). Entretanto, mantendo a intenção de continuarmos a estudar essas três potências intermediárias no eixo da nova relevância que a cooperação Sul-Sul vem ganhando, um trabalho de campo nesses países seguramente terá lugar nos outros ciclos da pesquisa.

Analisar a cooperação Sul-Sul seria crucial para compreender esta importante questão das relações internacionais⁵ que toca tanto o Hemisfério Sul (países semiperiféricos e periféricos) como o Hemisfério Norte (países de capitalismo avançado), trazendo mais uma vez o debate para o campo da ciência política. Ademais, há um forte interesse neste assunto tanto da parte dos intelectuais, das academias nacionais e estrangeiras, de diversos Estados e demais atores das relações internacionais, das organizações etc., o que é natural, dada a importância, o peso político e o reconhecimento que os países IBAS vêm logrando no plano internacional.

Como destaca Visentini (2010: 14),

...Prova de sua importância é o interesse que desperta em outros atores. As fundações políticas e/ou acadêmicas dos países desenvolvidos financiam generosamente projetos que não apenas buscam conhecimento sobre o que vem a ser o IBAS mas, inclusive, procurando pautar a agenda do grupo. A seleção de temas e a abertura de um espaço para a atuação das ONGs é sintomática, numa tentativa de “despolitizar” a agenda trilateral, retirando-as dos Estados e entregando-a a uma virtual “sociedade civil”.

Interessante, igualmente, é que em todos os seminários que ocorrem em cidades onde há legações diplomáticas de países desenvolvidos, sempre há representantes das mesmas na assistência. Assim, infelizmente, ainda estamos longe de proceder a uma análise mais profunda e ousada sobre o tema. Muitos acadêmicos se prendem ao discurso oficial que envolve o IBAS ou, pior ainda, à agenda dos financiadores estrangeiros das pesquisas e/ou eventos. Seja como for, o fato é que o IBAS não

⁵ A locução relações internacionais (ri) diz respeito ao sistema internacional sob a forma de procedimentos, movimentos, progressos/regressões e atividades, enquanto que a locução Relações Internacionais (RI) refere-se à disciplina propriamente dita e campo do saber.

apenas sobreviveu, mas também constitui um modelo que começa a ser meu-lado. A quantidade de escritos tentando demonstrar que os três países pouco têm em comum ou que sua cooperação é despojada de sentido estratégico, acabam comprovando justamente o contrário. Ninguém perde tempo e dinheiro denegando algo que não tem importância (Idem, pp. 14-15).

Esse projeto político-econômico (cooperação Sul-Sul) data mais ou menos dos últimos 30 anos do século XX. O que se observa é que há uma retomada dessa política de cooperação e parceria estratégica nessa primeira década do século XXI, com seus novos atores, perspectivas e desafios, depois de o mundo ter passado por diferentes crises (como, por exemplo, a última crise financeira de 2008), conflitos de matriz étnica e religiosa, repressão autoritária, o esvaziamento da doutrina neoliberal e do princípio de aplicabilidade do Estado-mínimo (com todas as suas consequências), redefinição dos sistemas de segurança (alta política), integração e desintegração de estados, novos processos de industrialização e de pós-industrialização etc., o que traz novas questões a serem analisadas.

A criação do Fórum de Diálogo IBAS ocorreu em 2003, o mesmo ano em que teve lugar a V Conferência Ministerial da OMC, em Cancún (negociações da Rodada Doha). Naquela ocasião, nasceu outra coalizão, o chamado G-20, estabelecida com o objetivo de fortalecer a capacidade de negociação dos países em desenvolvimento e evitar um resultado em Cancún que refletisse apenas os interesses das grandes potências (Estados Unidos, União Europeia e Japão) e de promover uma mais ambiciosa abertura dos mercados agrícolas do Norte. Dessa forma, as criações do Fórum IBAS e do G-20 devem ser analisadas dentro de um contexto de convergência e aproximação política, de afirmação dos interesses dos países em desenvolvimento e de uma tentativa de construir uma ordem internacional multipolar, estruturada a partir da maior atenção aos países em desenvolvimento e baseada no direito internacional e na democracia (VISENTINI, 2010, p. 12).

Quanto à estruturação do trabalho, ele divide-se em seis capítulos, levando em consideração a introdução e as considerações e reflexões finais. O segundo capítulo trata dos aportes teóricos para a nossa pesquisa. Das matrizes teóricas identificadas no âmbito da teoria das coalizões, é plausível e factível trabalhar com as teorias construtivistas, neo-

institucionalistas e da política comparada, em que a primeira realça as dimensões da realidade intersubjetiva, socialização e identidade como componentes-chave na formação de coalizões, enquanto que a segunda realça a função dos grupos de interesse e instituições⁶. Contudo, se o construtivismo social reflete sobre a realidade não como um dado ou uma instância naturalizada, porém como um fluxo de movimentos e ações que a constitui, tal teoria pode apresentar um embasamento melhor para a análise do nosso objeto de estudo. Sabendo que nas relações internacionais os fenômenos estão mais para fluxos, rupturas e descontinuidades, isto é, mudam com bastante facilidade, a depender das conjunturas políticas e das circunstâncias históricas, nesse caso a questão da formação e/ou fortalecimento da cooperação Sul-Sul não é uma exceção à regra.

...Fruto da importação de abordagens da teoria social para as Relações Internacionais, o construtivismo se destacou por introduzir em suas análises o papel das idéias, das regras e das instituições como fatores determinantes para a compreensão da natureza da anarquia e do comportamento dos Estados e demais agentes da política mundial. Por meio de uma concepção intersubjetiva da realidade social, o construtivismo devolve aos atores a capacidade de definir os contornos do mundo que os cerca, rejeitando o determinismo dos enfoques estruturalistas, sem recair, contudo, no idealismo da velha escola liberal (NOGUEIRA, 2005, p. 17). (...)

Pela exposição acima, a fim de compreender a natureza anárquica do sistema internacional, bem como a conduta dos Estados e outros atores internacionais, o construtivismo prioriza a importância das ideias, das regras e das instituições em suas análises. De certa forma, isso demonstra a conformidade dessa corrente das Relações Internacionais na explicação e análise teórica do Fórum de Diálogo IBAS, uma vez que por intermédio da cooperação Sul-Sul os protagonistas deste Fórum de Diálogo tendem a

⁶ Nogueira (2005) aponta também outras correntes de pensamento em Relações Internacionais, tais como o realismo, liberalismo, marxismo, teoria crítica, pós-modernos/pós-estruturalistas e as chamadas perspectivas alternativas de feminismo e pós-colonialismo que igualmente contribuíram para a análise das Relações Internacionais.

procurar uma relação mais simétrica entre os países, em que o *soft Power* (generosidade, persuasão mediante as ideias, a cultura, os valores, a negociação, a propaganda, as instituições etc.), se impõe em detrimento do *hard Power* (poder financeiro, coerção e força, particularmente militar).

De ressaltar que outras matrizes teóricas suscetíveis de explicar o interesse dos países, no jogo das negociações multilaterais, pela escolha da via das coalizões internacionais (notadamente a abordagem organizacional, a análise cognitiva, o neorrealismo etc.), não estão completamente descartadas. Podemos utilizá-las como nossos aportes teóricos, ainda que de modo tangencial e perceptual, nos casos em que julgamos necessário e pertinente.

O terceiro capítulo se debruça sobre o histórico da cooperação Sul-Sul, bem como a sua contextualização no âmbito das relações globais. Essa contextualização evidencia os primórdios da cooperação Sul-Sul (pós-Segunda Guerra, Conferência de Bandung – 1955 etc.), o momento em que ela ganhou precisamente essa conotação (década de 1970), as configurações, os ajustes e alterações por que passou essa coalizão entre os países do Sul global durante todo o período que vai de pós-1945 até a queda do Muro de Berlim (1989), o final da Guerra Fria e da dissolução da União Soviética (1991). Isto é, o momento em que no entender de alguns especialistas decorreu o velho regionalismo (Oliveira, 2009), em que os países subdesenvolvidos pareciam ter mais dificuldades de estabelecer cooperação, devido naturalmente à bipolarização mundial, ao confronto ideológico e militar Leste/Oeste.

No período pós-Guerra Fria, ou seja, do novo regionalismo, em que o mundo nem por isso deixou de ser menos turbulento (novos desafios surgiram), os países subdesenvolvidos e emergentes ganharam maior margem de manobra, espaço de atuação e

opções para cooperarem nas mais distintas áreas (Idem). Deste modo, podemos ver nesse referido capítulo como essa retomada da coalizão entre os países sulistas, o rejuvenescimento da cooperação Sul-Sul, são mais suscetíveis de responder aos reais anseios desses países.

O quarto capítulo consiste centralmente em apresentar e analisar algumas informações e dados a respeito da Índia, Brasil e África do Sul (IBAS), tendo em vista as diversidades e complexidades desses países, o desconhecimento muitas vezes existente, a informação nem sempre disponível em nossa língua e/ou inclusive desconstruir/refundar certas mitificações, mistificações e tradições inventadas a eles concernentes. A civilização indiana é milenar (mais do que país, Índia é uma civilização com aproximadamente 5 mil anos de cultura) e traduz-se num manancial de culturas, religiões, identidades, línguas, narrativas, roteiros, gramáticas sociais, práticas quotidianas, grupos étnicos, castas sociais etc., apesar de que África do Sul e Brasil (ambos num grau menor) não deixem de ir um pouco nessa direção⁷. Esta análise, de certa forma elucida as potencialidades que tais países dispõem e que seguramente contribuem para a consecução de seus objetivos, na busca de um papel mais expressivo na gestão da nova ordem internacional. O capítulo comporta também algumas análises sobre o Fórum de Diálogo IBAS.

O quinto capítulo nos mostra e analisa o que é o Fórum de Diálogo IBAS, em que sua origem, sua estrutura, seu funcionamento, bem como as atividades desempenhas ganham destaque e são fatores de análise. Diríamos que os fulcros do IBAS, ou seja, os elementos que o fazem funcionar são justamente a *coordenação política, a cooperação*

⁷ No caso brasileiro, a sua cultura é bem mais recente e nova. A despeito de o país ser descoberto em 1500, tão somente em 1808, com a chegada da família real é que se começou a formação e consolidação da cultura brasileira, do modo de ser brasileiro. Ver Santos, Jorge Carvalho dos. Considerações sobre o pensamento brasileiro e o pensamento indiano. In: Zhebit, Alexander (org). *Brasil, Índia e África do Sul: emergência do Sul global*. Rio de Janeiro: Gramma, 2010.

setorial e o Fundo (Fundo IBAS). São com esses três componentes que este Fórum de Diálogo entre Índia, Brasil e África do Sul leva avante a sua coalizão, a sua construção de identidades e afinidades, dialogando, incentivando a aproximação e a simpatia entre eles e os demais países do Sul. Deste modo, o IBAS tenta redesenhar a geografia mundial, reordenar o sistema internacional, fortalecer o protagonismo dos países emergentes, atribuir novos estatutos aos países do Sul e, naturalmente, conceder e/ou devolver-lhes a autoestima (há muito perdida).

A atribuição e/ou devolução de mais autoestima aos países do Sul global pelos países IBAS (*system-affecting states* e “grande mercado emergente”), pode ser entendida na esteira tanto de maior protagonismo e reconhecimento destes (especialmente da parte das grandes potências), como também no modo como a cooperação Sul-Sul vem sendo concebida pelos mesmos. Moura (2010: 202) destaca que

Outra dimensão na qual o IBAS se desenvolveu foi a da cooperação para terceiros países, por meio do Fundo de Combate à Fome e à Pobreza. O Fundo, administrado pelo PNUD e cuja criação foi decidida em 2004, recolhe, por ano, um milhão de dólares de cada um de seus membros. No universo da cooperação internacional, não significa um volume expressivo de recursos. O Fundo, não obstante, tem causado impacto – tanto que foi premiado na Organização das Nações Unidas por seu papel inovador, como exemplo de cooperação Sul-Sul.

Para além de suas funções primárias, o Fundo IBAS contribuiu também para projetar a imagem de Índia, Brasil e África do Sul como prestadores de cooperação internacional, um polo ao qual os três países não estavam de modo geral identificados. Estamos inovando no círculo tradicional de doadores internacionais. Nesse, agimos de forma totalmente autônoma, o que, de fato, revela uma feição diferente de atuação de países do Sul. O montante de recursos pode não ser elevado e a cooperação internacional tem trâmites que podem tornar lenta a implementação de projetos; apesar disso, o fundo adquiriu valor simbólico por elevar os três países na escala da cooperação internacional (Idem, p. 203).

O Relatório do Desenvolvimento Humano 2013 publicado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em que a ascensão do Sul e seu progresso humano num mundo diversificado foram analisados, pode-se encontrar outros

elementos e indicadores que corroboram a ideia de que os países do Sul apresentaram avanços e melhorias na sua autoestima, frequentemente graças a iniciativas políticas protagonistas dos países emergentes, entre eles, os membros IBAS. O relatório enfatiza crescimento econômico combinado ao desenvolvimento social nos países do Sul global e exige instituições de governança global mais representativas e democráticas, onde os países do Sul possam ter uma representação política consoante a importância econômica que vêm apresentando. O documento destaca que nunca antes, na história da humanidade, os países do Sul e muitos dos seus respectivos cidadãos tiveram um desenvolvimento e um desempenho nas condições de vida tão rápido e relevante. De acordo com o relatório, a finalidade fundamental de erradicação da pobreza dos Objetivos do Milênio já foi conseguida pelo mundo, que visava, de 1990 a 2015, diminuir pela metade a quantidade de pessoas (sobre)vivendo com menos de US\$1,25 por dia. Brasil, China e Índia são países populosos que particularmente conseguiram esse feito (tirar uma leva significativa de seus cidadãos da pobreza). No Brasil, em 1990 eram 17,2% e em 2009, 6,1%; na China, 60,2% em 1990 e em 2008, 13,1%; e na Índia desceu de 49,4% em 1983 a 32,7% em 2010⁸.

Outrossim, o documento mostra ainda que políticas sociais progressistas, ampliação das relações comerciais (sobretudo entre os países do Sul) e um Estado que prioriza a via desenvolvimentista, são os fatores que mais estão na origem da elevação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Reduziu de 33, em 1990, para 15 em 2012, o número de países com IDH abaixo de 0,25 (o índice vai de 0 a 1). Por seu turno, no mesmo ciclo aumentou de 33 para 59 o número de países com IDH superior a 0,75.

Com a finalidade de traçar uma nova estratégia de inserção internacional do Brasil, mais congruente não apenas à sua tarefa no mundo como aos embaraços específicos à

⁸ Cfr. Documento eletrônico: <http://www.pnud.org.br/arquivos/rdh-2013.pdf>. Acesso em 20/03/2013.

“inserção periférica dos países em desenvolvimento”, a política externa do país assumiu uma nova rota com a chegada ao poder do Presidente Lula e o fortalecimento da corrente autonomista.

Na esfera política, a reforma das Nações Unidas é o maior ponto de convergência entre os membros IBAS, ainda mais se lembrarmos de que a obtenção de um assento permanente no Conselho de Segurança é uma das grandes metas da Índia, Brasil e África do Sul. No que tange à área econômica, especialmente nesse período de crises e incertezas em que as desproporções do sistema internacional e do mundo globalizado ficaram cada vez mais evidentes, a eliminação dos obstáculos comerciais e de subsídios agrícolas é o que mais lhes importa.

Apontadas mais adiante no quinto capítulo como exemplos de *soft power* brasileiro, a Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) e a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), podem ser belos mecanismos e exemplos enfáticos de como o Brasil (um dos membros IBAS) vem instrumentalizando na prática, não somente no plano retórico, a via de integração e desenvolvimento socioeconômico dos países do Sul global (logo conferindo-lhes mais referências, elevação e espaço na dinâmica do sistema internacional).

De frisar que no caso preciso dessa ação política ativista brasileira, decerto que o legado ficará para a posteridade, na medida em que é a médio e longo prazo que os resultados de uma política educacional e cultural aparecerão mais ainda. Ao invés do que sempre aconteciam, as relações doravante não são meramente comerciais (o que nem sempre beneficiariam todas as partes), mas culturais e educacionais, estratégicas e técnicas, científicas e tecnológicas, de formação e qualificação de capitais humanos, mais vocacionadas às reais necessidades dos países parceiros.

2 APORTES TEÓRICOS OU DAS TEORIAS UTILIZADAS PARA A REALIZAÇÃO DA PESQUISA: TEORIA DE COALIZÕES E A LÓGICA DA AÇÃO COLETIVA

Em nosso estado orgânico altamente complexo, nós, organismos avançados, respondemos ao ambiente com a invenção de muitos análogos maravilhosos. Inventamos terra e céus, árvores, pedras e oceanos, deuses, música, artes, línguas, filosofia, engenharia, civilização e ciência. Chamamos esses análogos de realidade. E eles são realidade.

ROBERT PIRSIG, *Zen and the Art of Motorcycle Maintenance*.

O propósito deste segundo capítulo é apresentar e discutir as teorias que nortearão a nossa pesquisa. Por ora, tendo em vista a natureza do nosso objeto de estudo, certamente tentaremos trabalhar com aquelas teorias que melhor se adéquem a essa finalidade. Diversos são os autores e/ou correntes das teorias das Relações Internacionais que mourejam no campo da formação de blocos/coalizões e de políticas de integração regional⁹ de uma maneira geral, e que tratam das questões vinculadas aos países do Sul (designadamente africanos, asiáticos e latino-americanos), da mudança de paradigmas da política internacional, da dependência/interdependência, desenvolvimento/subdesenvolvimento etc., de uma forma específica. Sendo assim, podemos começar alinhando algumas teorias a serem utilizadas, dentre elas as teorias construtivistas e neoinstitucionalista¹⁰ etc.

⁹ Para teorias de integração regional e de cooperação, consultar Robert L. Pfaltzgraff, Jr. & James E. Dougherty (2004) – *Relações internacionais: as teorias em confronto*; Kenneth N. Waltz (2002) – *Teoria das relações internacionais*.

¹⁰ Consideramos serem pertinentes essas duas teorias (construtivismo e neo-institucionalismo) para o nosso trabalho, dado que na formação de coalizões, a primeira prioriza as dimensões da realidade intersubjetiva, socialização e identidade como componentes-chave, enquanto a segunda focaliza a função dos grupos de interesse e instituições.

2.1 DA TEORIA CONSTRUTIVISTA

Não posso deixar de temer que os homens cheguem a um ponto em que vejam todas as novas teorias como perigosas, todas as inovações como aborrecimentos cansativos, todos os progressos sociais como um passo inicial para a revolução, e que por isso se recusem absolutamente a realizar qualquer movimento.
– ALEXIS DE TOCQUEVILLE

A discussão a respeito do papel das idéias e dos valores no estudo dos acontecimentos sociais nas ciências sociais de uma maneira geral e, nas Relações Internacionais, de modo especial, no final da década de 1980 e durante a década de 1990, viabilizou o aparecimento do construtivismo. A questão da primazia ontológica dos agentes ou da estrutura na análise das Relações Internacionais também estava em voga nesse mesmo período. Pode-se notar que a grande aposta foi colocar diversas disciplinas e correntes de pensamento em diálogo entre si, notadamente o realismo e o liberalismo, a teoria crítica e o pós-modernismo com outras contribuições, o que levou ao surgimento de contribuições teóricas inéditas na área de Relações Internacionais.

O construtivismo surgiu pela primeira vez nos estudos das Relações Internacionais em 1989, na ocasião da publicação do livro de Nicholas Onuf intitulado *World of Our Making – Rules and Rule in Social Theory and International Relations*, assim como no artigo publicado em 1992 por Alexander Wendt “Anarchy Is What States Make Of It” na revista *International Organization*. O objetivo em trazer os títulos dessas duas contribuições originais do construtivismo é destacar sua premissa básica: vivemos em um mundo que construímos, no qual somos os principais protagonistas, e que é produto das nossas escolhas. Este mundo em permanente *construção* é construído pelo que os construtivistas chamam de *agentes*. Vale dizer: não se trata de um mundo que nos é imposto, que é predeterminado, e que não podemos modificar. Podemos mudá-lo, transformá-lo, ainda que dentro de certos limites. Em outras palavras, o mundo é socialmente construído (NOGUEIRA, 2005: 162).

Para além de Onuf e Wendt, Friedrich V. Kratochwil é considerado outro autor importante na estruturação e aprofundamento do construtivismo no estudo das Relações Internacionais. Cada corrente ou ideia surge de acordo com a sua época e circunstância que lhe predeterminou. Naturalmente que o construtivismo no estudo das Relações

Internacionais surgiu no momento em que outras correntes (realismo, liberalismo, marxismo, teoria crítica) deixaram de dar respostas a todos os fenômenos que surgiam. O ciclo do pós-Guerra Fria em que praticamente surgiu essa corrente, o sistema internacional já contava com novos atores e novas questões a serem refletidas. Apesar de suas limitações, o que acontece com qualquer teoria, o construtivismo deu a sua contribuição ao estudo das Relações Internacionais.

...De certa forma, o construtivismo acabou levando o debate acadêmico nas Relações Internacionais de volta ao que muitos consideram sua origem primeira: o chamado primeiro debate, que Edward Hallett Carr definiu como entre idealistas e realistas. A natureza do debate não é mais sobre metodologia, mas sim sobre ontologia, i. e., sobre a natureza daquilo que deveríamos estar estudando. O construtivismo reflete o debate agentes/estrutura, próprio não somente às relações internacionais, mas a outras ciências sociais. Tanto na Sociologia quanto nas Relações Internacionais, o debate agentes/estrutura se refere a quem constrange e limita as opções do outro, os agentes ou a estrutura. Essa pergunta pode ser desmembrada em duas: em um primeiro momento, é preciso saber quem veio antes – os agentes ou a estrutura, para depois saber quem influencia, constrange e/ou limita as opções e a evolução do outro. É o que se chama de antecendência ontológica: quem veio antes e quem veio depois, quem determina o outro, quem tem precedência sobre o outro (Idem, pp. 162-3).

É com destaque nos agentes, nas suas preferências e na sua racionalidade que são desenvolvidas muitas análises nas Relações Internacionais. Um elevado grau de pessimismo concernente à natureza humana (e que é visto na ação dos indivíduos no campo das relações internacionais) é a premissa básica de diversos realistas clássicos. Os realistas estruturais insurgem-se contra isso, defendendo que as escolhas e as atitudes dos agentes são controladas e determinadas pela estrutura. Logo, enquanto os realistas estruturais (os marxistas também) conferem primazia ontológica à estrutura, diversos realistas clássicos (igualmente muitos liberais) atribuem aos agentes a precedência ontológica. Os construtivistas entendem que os agentes e a estrutura são co-construídos e, portanto, a nenhum deles cabe a primazia ontológica. Pode ser somente uma acomodação das idéias

desenvolvidas por Anthony Giddens na sociologia a refutação da precedência ontológica aos agentes e à estrutura pelos construtivistas nas Relações Internacionais, porém demonstra que a instituição de um diálogo com outras ciências sociais auxiliaria esta disciplina a solucionar seus problemas e dificuldades.

A corrente teórica que dominou as discussões da disciplina de Relações Internacionais durante todos os anos 90 foi o construtivismo (sobretudo aquele apresentado e defendido por Wendt em seu texto de 1999 – *Social Theory of International Politics*). Entretanto, tal demonstra que a contribuição teórica construtivista no campo das Relações Internacionais é algo recente (basicamente do ciclo pós-Guerra Fria, que em certa medida, com o surgimento de novos fenômenos e novas formas de configuração de poder, exigiria formas inovadoras de explicações e abordagens teóricas).

Já no final da década de 1990, dada a relevância do construtivismo, este passou a ter o mesmo estatuto teórico do realismo e do liberalismo, em que essas três correntes apareciam como as teorias predominantes das Relações Internacionais. Autores conceituados e reconhecidos no campo de Relações Internacionais como *Peter Katzenstein*, *Robert Keohane* e *Stephen Krasner*, chegaram mesmo a redigir conjuntamente um artigo onde fizeram uma análise acurada das Relações Internacionais, apontando dois grupos teóricos fundamentais dessa disciplina: racionalistas e construtivistas. Tais autores entendem que é o construtivismo positivista (com embasamento científico)/construtivismo wendtiano que estava no mesmo patamar do racionalismo.

...Knud Erik Jorgensen afirma que o construtivismo é mais uma metateoria do que propriamente uma teoria. Segundo ele, os construtivistas não têm se envolvido em desenvolver uma teoria das Relações Internacionais, mesmo que, no nível metateórico, sua contribuição tenha sido expressiva. Assim, Jorgensen afirma que o construtivismo pode ser considerado uma metateoria, na medida em que contribuiu a lançar o chamado debate pós-positivista, na medida em que trouxe às Relações Internacionais conceitos importantes da Teoria Social e na medida em que

questionou o próprio conceito de teoria e teorização nas Relações Internacionais. No entanto, o construtivismo não diz nada sobre eventos internacionais ou quaisquer outros fenômenos internacionais e peca, por isso, em se afirmar como uma teoria das Relações Internacionais (NOGUEIRA, 2005: 165-6).

De fato, o construtivismo deu azo às mais diversas críticas e considerações até os dias de hoje. Contudo, é razoável e compreensível as críticas tecidas por Jorgensen pelo aporte que agrega e vias de análises que abrem na consolidação do construtivismo no arco do estudo das Relações Internacionais.

...Jorgensen afirma, por outro lado, que o construtivismo pode ser entendido como uma filosofia, e faz uma distinção entre duas posições construtivistas: o realismo construtivo e o idealismo construtivo. Segundo o realismo construtivo, o conhecimento que temos em relação ao mundo é socialmente construído, mas o mundo existe independentemente desse conhecimento que formulamos em relação a ele. Segundo o idealismo construtivo, não apenas o conhecimento que temos sobre o mundo é socialmente construído, como o próprio mundo não independe do nosso conhecimento. Jorgensen acrescenta que existe um *continuum* de posturas possíveis entre esses dois limites (Op. cit., p. 166).

Fundamentado no compartilhamento do sentido de pertencer a dada comunidade regional e no que tem sido denominado de '*regionalismo cognitivo*', as teorias construtivistas focalizam a consciência e a identidade regionais. As teorias construtivistas diriam que o sentido de comunidade fundamentado em recíproca responsividade, confiança e elevados graus do que se pode apelidar de '*interdependência cognitiva*' proporciona a coesão regional.

De acordo com essas teorias, são duas as variáveis mais importantes para o estudo do regionalismo. A primeira resulta diretamente do texto de Deutsch a respeito da integração. Engloba a idéia de evolução da comunidade e ressalta duas noções básicas: 1) as marcas das relações entre Estados (ou, de modo mais preciso para Deutsch, intersociais) no interior dessas sociedades podem, e devem, ser percebidas no sentido de comunidade ou de "nós", que requer simpatia recíproca, lealdade e identidade comungada. Isto, por seu

turno, se fundamenta em princípios compartilhados, em regulamentos estabelecidos conjuntamente e em entendimentos comuns, mais do que em conveniências, ou em conjunções temporárias de interesses de curto prazo; e 2) o processo pelo qual semelhante comunidade emerge é de certo modo em conformidade com valores sociais maiores – *particularmente capitalismo e democracia liberal* – e com processos de comunicação social fundamentados na elevação do nível de transição entre duas ou mais sociedades – daí, o rótulo de ‘*transnacionalismo*’ (HURRELL, 1995: 45).

A segunda variável recusa a rigidez da ligação da obra de Deutsch entre transações e identidade e as metodologias positivistas que a suportam, mas salvaguarda a importância básica do entendimento dos processos através dos quais as novas comunidades são criadas e apoiadas. Isso engloba algumas noções básicas: a) ao invés do que se passa com as teorias racionalistas, é necessário dedicar uma atenção bem maior aos processos mediante os quais os interesses e identidades são gerados e desenvolvem, à interação das autoimagens com as alterações dos estímulos materiais e à linguagem e tratado que expressam esses entendimentos; b) são de muita utilidade a leitura que os atores fazem do mundo e o processo de formação do que entendem por ‘lugar a que pertencem’; e c) os interesses são moldados por histórias e culturas específicas, fatores internos e processos incessantes de interação com outros Estados (Idem, Ibidem).

Os construtivistas realçam a utilidade da comunhão de conhecimentos, aprendizado, forças das idéias e bases normativas e institucionais, em vez de debruçar-se unicamente sobre estímulos materiais. Asseveram que a forma como os interesses e identidades alteram-se no decorrer do tempo e como podem aparecer novos tipos de intercâmbio e de comunidade é proporcionada pela compreensão de estruturas intersubjetivas.

Como Wendt destaca,

[...] os construtivistas se interessam pela construção de identidades e interesses e adotam uma abordagem mais sociológica que econômica à teoria sistêmica. Com base nisto, eles argumentam que os Estados não surgiram como tais nem estrutural nem exogenamente, mas foram construídos por interações historicamente contingentes (apud HURRELL, 1995: 46).

Alexander Wendt pontua ainda que o construtivismo se traduz numa teoria estrutural alicerçada no pressuposto de que os atores são socialmente construídos. O que acabou por ser estabelecido como Estado ou interesses nacionais não é outra coisa senão o resultado das identidades sociais dos atores. Tais interesses e identidades estão em permanente fluxo no interior das denominadas *estruturas sistêmicas intersubjetivas* e que consistem naquilo a que Wendt entende por entendimentos compartilhados (*shared understandings*), expectativas e conhecimento social (*social knowledge*) (DOUGHERTY e PFALTZGRAFF JR, 2003, p, 214).

Para os construtivistas-reflectivistas, os regimes e outras instituições são mais do que o conjunto de regras e normas. Resultando, como sugere a literatura construtivista-reflectivista, da necessidade, conhecimento e interesse partilhados, os próprios mecanismos institucionais existentes podem contribuir para um processo de aprendizagem que aumenta a possibilidade de políticas de convergência entre os estados. Dizendo-o de outra forma, os regimes, e as instituições que dispõem de maior autoridade e de estrutura mais complexa que os regimes, têm a capacidade de promover a evolução cognitiva (Idem, p. 215).

Para cada uma das três regiões do mundo apontadas no título (Ásia, América Latina e África - a partir da referência aos países IBAS que lhes representam), podemos constatar a presença de países que são suas potências intermediárias¹¹, os atores políticos, o núcleo duro dessa política de parceria estratégica, que assumem a dianteira dessa cooperação, a construção de uma mesma “linguagem” por parte destes, bem como o desenrolar e o

¹¹ Tanto é que por ocasião de reunião trilateral em Brasília dos Chanceleres dos três países, em 6 de junho de 2003, é criado o *Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBAS)*, a fim de promover consultas políticas regulares em temas de interesse comum (MRE, 2007, anexo A). Contudo, a idéia inicial do IBAS foi do ex-presidente sul-africano, Thabo Mbeki, aquando da sua visita ao Brasil para a tomada de posse do presidente Lula em janeiro daquele ano.

desdobramento de toda a sua eventual negociação. Como bem pontua Lima (2005: 24), África do Sul, Brasil e Índia são vistos como países intermediários. Ainda que não haja consenso entre os especialistas no que tange à definição exata do conceito, este geralmente engloba pelo menos um dos três fatores: capacidades materiais, uma medida de autopercepção e o reconhecimento dos outros Estados, particularmente das grandes potências. Estes três países reúnem um aspecto comum, são “potências regionais” e tal categoria lhes garante uma importância internacional adicional.

...A semiperiferia desempenha um papel importante porque representa a possibilidade de ascensão dos países pobres a um patamar mais elevado de renda, via industrialização. Nesse sentido, a semiperiferia contribui para moderar as contradições entre centro e periferia, muitas vezes assumindo funções de investidor e de ascendência política sobre os países mais pobres. O Brasil representa, nessa perspectiva, um exemplo claro de país semiperiférico e muitos dos críticos de sua política externa atual apontam para o papel de moderação da instabilidade política na América do Sul (Bolívia, Equador, Venezuela, Haiti etc.) como instrumental para a manutenção da ordem no capitalismo contemporâneo. Para Wallerstein, a existência da semiperiferia demonstra que a tese dependentista de que a distância entre ricos e pobres sempre aumentará não é necessariamente verdadeira. Para ele, contudo, isso não significa que o sistema permite uma mobilidade ascendente para qualquer país, mas sim que uma zona intermediária de acumulação e de regulação política torna-se necessária para contrabalançar a tendência à instabilidade na economia política mundial (NOGUEIRA, 2005: 125).

Pelo exposto acima, esse papel de moderador entre centro e periferia desempenhado pelos países semiperiféricos (o Brasil, por exemplo), pode ser mais do interesse do centro que da própria periferia. Primeiramente porque como vimos, isso evita a instabilidade tanto na economia quanto na política mundial e modera as contradições centro/periferia (interessante para o primeiro). Muitos analistas alegam que o que muitas vezes o centro quer é a estabilidade (manutenção da ordem no capitalismo contemporâneo), e não exatamente levar a democracia, democratizar a periferia. Considero que o que França e Inglaterra quiseram ao invadir a Líbia em nome da OTAN, foi evitar instabilidades (de toda ordem) na região do Mediterrâneo (Norte de África/Sul da Europa/), não de fato proteger os

civis, salvaguardar os direitos humanos e, conseqüentemente, tornar aquele país democrático. A semiperiferia pode até assumir esse papel de investidor na periferia, porém, pelas disposições do sistema, tal não garante necessariamente o desenvolvimento de qualquer país periférico (nem mesmo dos semiperiféricos). Subsidiariamente, qualquer manobra de aproximação e afinidade centro/semiperiferia geralmente é recebida com desconfiança pela periferia que vê nisso algo de cooptação.

...Por outro lado, o crescimento dos países intermediários expressa a tendência à expansão continuada – ainda que cíclica – do capitalismo mundial, incorporando um número maior de países a áreas mais diferenciadas (em particular a semiperiferia) do mercado internacional. Os ciclos de crescimento são interrompidos por períodos de crise, normalmente redução do ritmo de crescimento econômico e, concomitantemente, declínio da hegemonia da potência dominante. Os momentos de crise são propícios para que potências emergentes reivindiquem maiores espaços de poder nas relações internacionais e maior participação nos fluxos de investimentos. Nesse sentido, a competição internacional é essencial para corrigir desequilíbrios, premiar mercados em que os custos de produção (mão-de-obra, principalmente) são menores e conter os avanços excessivos do Estado sobre os mercados. O ciclo atual de expansão do capitalismo, por exemplo, seria resultante das correções de rota impostas depois da crise mundial dos anos 70, que tiveram como eixos principais a redução das barreiras à mobilidade do capital de modo a impulsionar a globalização; e o recuo do papel do Estado no direcionamento e regulação das atividades econômicas em setores estratégicos. Tais mudanças se deram no contexto do questionamento da hegemonia norte-americana e da ascensão do Japão e da União Européia como polos de poder emergente na economia mundial, confirmando o papel central da competição para o dinamismo e a expansão do sistema (Idem, p. 125-6).

Se as potências emergentes exigem mais papéis na gestão da ordem internacional e mais participação nos movimentos de investimentos nos ciclos de crise, e tal é mais vantajosa nessas conjunturas fluidas, então as mobilizações e reivindicações dos países IBAS são coerentes e viáveis. Indubitavelmente que a crise financeira de 2008 impulsionou e deu mais consistência à inovadora e dinâmica cooperação Sul-Sul que os países do Fórum de Diálogo IBAS (e outros emergentes também) já vinham desenvolvendo.

As premissas básicas do construtivismo são definidas de maneira separada por Friedrich Von Kratochwil e Thomas Risse-Kappen. A noção de que o mundo é socialmente

construído, isto é, formado à medida que os atores agem, que não é algo dado ou naturalizado, é a premissa fundamental e comum a todos os construtivistas, e igualmente aceita por esses autores. As conveniências e as escolhas dos agentes são construídas pelos sistemas de comunicação entre os agentes, ou seja, pela influência recíproca entre estes atores. A recusa de qualquer precedência ontológica aos agentes e à estrutura traduz-se na segunda premissa geral a todos os construtivistas. Nessa discussão agentes-estrutura, a posição dos construtivistas é peremptória: nenhum antecede o outro nem temporalmente, nem em termos de aptidão de dominar o outro. Agentes e estrutura são co-constituídos uns aos outros. Fica evidente então que os agentes não têm primazia sobre a estrutura e nem a alteram em proveito próprio; a estrutura igualmente não é suscetível de restringir as ações dos agentes (suas escolhas e seus interesses).

A premissa de co-constituição é demonstrada no paradigma da relação sociedade/indivíduos. Do mesmo modo que é impossível analisar a sociedade sem se referir aos indivíduos nela presentes e vice-versa (tratar dos indivíduos sem mencionar a sociedade composta por eles), logo sociedade e indivíduos se co-constituem, do mesmo modo que agentes e estrutura se co-constroem. O vínculo entre materialismo e idealismo seria a terceira premissa universal a todos os construtivistas. Os construtivistas veem um papel crucial na formulação do conhecimento concernente ao mundo material levado a efeito pelas ideias e valores que informam o vínculo do agente com este mesmo mundo, entretanto sem desconsiderar os fatores materiais. Tal quer dizer que os construtivistas têm consciência de “um mundo exterior”, contudo só quando esse mundo é mencionado, e através dos recursos usados para essa finalidade, é que ele ganha significado.

Podemos dizer que dos últimos trinta/quarenta anos para cá, os atores regionais das regiões IBAS praticamente são os mesmos, incluindo o México também, apesar de

anteriormente a África do Sul ficar de fora por razões domésticas e históricas¹². Contudo, na África teríamos hoje, sobretudo a África do Sul, sem descartar outros países¹³; na América Latina, sobressai basicamente o Brasil¹⁴, que retoma essa cooperação e fortalecendo-a com novas políticas de busca de alternativas para os países do Sul global¹⁵, fornecedores de matérias primas e exportadores de produtos primários (com baixo valor agregado), tentando de este modo integrar e desenvolver as três regiões do globo; no caso da Ásia ressaltamos a Índia como a protagonista deste projeto de cooperação¹⁶; a outra potência asiática (China)¹⁷, pelo menos em alguns setores tem recentemente estreitado as relações com os países capitalistas avançados ou então agido sozinha.

Os países IBAS, a despeito de serem potências intermediárias, o fato de terem contextos regionais bem diferentes lhes proporciona outro desafio conjunto. Dos países do G-3¹⁸, apenas a Índia conta com bomba atômica, mas os conflitos históricos com as outras

¹² A situação de *apartheid* (filosofia política manifesta na Constituição da África do Sul que implanta o racismo e a segregação racial naquela nação desde que os primeiros brancos chegaram – holandeses em 1652; é o impacto político do racismo) a que se encontrava mergulhado o país. Há de frisar que a política de segregação racial foi implementada oficialmente em 1948 e só terminou em 1990, mas há historiadores que apontam o final do Séc. XIX e/ou início do Séc. XX como momentos em que o *apartheid* começou a ser implementado. Todos os poderes (econômico, político, organizacional, territorial, social, cultural, ideológico, simbólico, disciplinar etc.) encontravam-se concentrados únicos e exclusivamente nas mãos dos brancos. Os negros viviam separados destes (nas chamadas “pátrias” negras) e não eram cidadãos (sujeitos de direitos), mas sim indivíduos (quicá apenas com deveres e obrigações).

¹³ A Nigéria e o Egito, se não disputam, pelo menos negam seu pleno apoio à África do Sul no que se refere à obtenção de uma vaga permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

¹⁴ Este também não recebe amplo apoio da Argentina e do México quanto à sua pretensão ao assento permanente no Conselho de Segurança.

¹⁵ Parte dessas questões foi discutida na nossa dissertação de mestrado (2007).

¹⁶ Ao contrário da África do Sul e do Brasil, a Índia não tem um projeto de integração regional, apresentando também uma região mais conflituosa a ser pacificada. Neste sentido, cabe ressaltar a oposição que lhe fazem China e Paquistão no seu intento a uma vaga permanente no Conselho de Segurança e a contestação de sua liderança regional.

¹⁷ Sobre o desenvolvimento do capitalismo no Sudeste asiático, ver Ong (2006).

¹⁸ Criado em junho de 2003, com a Declaração de Brasília, o fórum IBSA é constituído pela Índia, Brasil e África do Sul. Também conhecido como G-3, apresenta como propósito central a consolidação de uma parceria estratégica entre países em desenvolvimento, com três interesses comuns principais: o compromisso com instituições e valores democráticos; o empenho em vincular a luta contra a pobreza a políticas de desenvolvimento; e a convicção de que instituições e procedimentos multilaterais devem ser fortalecidos em contextos de instabilidades econômicas, políticas e relativas a questões de segurança (Oliveira, Onuki, Oliveira, 2006: 497, notas).

duas potências nucleares (Paquistão e China) tornam a situação geopolítica indiana bem menos confortável que as demais.

É peculiar a situação da África do Sul, na medida em que mesmo tendo as nações da África meridional como seu campo de influência mais imediato, cabe pontuar aqui que é de uma complexidade e diversidade muito grande o contexto da África, visto que em alguns países os regimes são totalitários, em muitos há instabilidade política, enfim, são específicos os legados políticos desses países. Ademais, a África do Sul tenta recuperar o tempo perdido com o *apartheid*, aproximando assim dos demais e estabelecendo sua identidade africana, de modo que minimizar as consequências e as seqüelas desse fenômeno tenha sido a prioridade explícita de todos os governos *pós-apartheid* (democráticos).

Um legado de indiferença em algumas conjunturas e de predisposição dominante em outras, se traduz igualmente num desafio brasileiro a ser ultrapassado no cone Sul do continente americano. Se a África do Sul representa uma razoável porcentagem da riqueza africana¹⁹, o Brasil dispõe de uma economia aproximadamente metade de toda a América do Sul, o que gera um receio hegemônico nos vizinhos e, ao mesmo tempo, grandes esperanças de intercâmbio e de relação preferencial²⁰.

Duas outras premissas comuns a diversos construtivistas, embora não a todos, podem sabiamente aqui nos auxiliar na nossa análise: a primeira é a refutação da anarquia como uma estrutura que determina a disciplina de Relações Internacionais. Para esses construtivistas, há uma série de normas e regulamentos que organizam e direcionam as

¹⁹ Johannesburgo, a capital econômica, representa 10% do PIB do continente africano e 33% do PIB do país.

²⁰ Os investimentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) nos países da América Latina podem dar azo a diversas percepções por parte dos países da região. Alguns vizinhos brasileiros veem isso como imperialismo e outros como oportunidades de bons negócios, facilidades de desenvolvimento e poderes sociais.

relações internacionais, fazendo delas matéria de uma disciplina particular. A outra premissa derivada da anterior, é que a anarquia internacional é socialmente construída. Isto quer dizer que assinalar as relações internacionais como um campo de atrito e de competição incessantes é em parte verdadeiro, tendo em vista que a natureza da anarquia não é predeterminada: sendo socialmente construído, o sistema internacional pode alternar entre o conflito e o intercâmbio. Os processos de construção e reconstrução são constantes e abrem espaço para a contínua possibilidade de transformação (NOGUEIRA, 2005, p. 167).

O autor prossegue argumentando ainda que

...Um dos conceitos que mais chamam a atenção para o construtivismo é o conceito de identidade. No entanto, nem todos os construtivistas consideram o conceito importante e útil de um ponto de vista analítico. Onuf, por exemplo, sequer menciona o conceito em suas discussões, por considerar sua força analítica muito limitada para lidar com eventos sociais em geral, e as relações internacionais em particular. Para ele, não se ganha nenhum poder explicativo ao substituir o conceito de interesse pelo conceito de identidade. Quando Onuf lidou com o conceito de identidade, não seguiu uma definição relacional das identidades, e preferiu uma definição cognitiva (Idem, idibem).

Para além da função das ideias, das regras e das instituições que o construtivismo utiliza para intentar compreender e analisar a natureza da anarquia e o procedimento dos Estados e outros agentes do sistema internacional, o recurso à noção de identidade (e cultura) também é válido, mas igualmente não deixou de acarretar divergências entre os especialistas. Desta feita, é Onuf quem contesta o poder de análise da identidade no estudo das Relações Internacionais e demais fenômenos sociais.

...No entanto, a incapacidade dos positivistas tradicionais de lidar com o conceito de identidade de maneira endógena representa uma de suas principais lacunas e um dos principais atrativos do construtivismo para eles. E é exatamente isso que Wendt providencia: instrumentos analíticos endógenos para explicar a construção das identidades, e não considerá-las mais como simplesmente predeterminadas. Wendt apresenta um conceito de identidade preciso, mas flexível o suficiente para permitir às identidades se transformarem e se adaptarem aos processos e às necessidades da

política internacional. Para ele, as identidades precedem os interesses e se formam em processos relacionais entre a identidade e a diferença. Portanto, e mesmo não sendo uma característica comum a todos os construtivistas, o conceito de identidade não pode deixar de fazer parte da contribuição construtivista (Op. cit., pp. 167-8).

De acordo com Kratochwil, a metodologia é um dos dilemas mais importantes do construtivismo. O autor assinala que encontrar uma equivalência entre o mundo estudado e o conhecimento concebido/organizado ao seu redor é o desafio colocado aos construtivistas. Outra premissa universal a todos os construtivistas seria a intersubjetividade da linguagem e a conseqüente comunhão de discursos, significados e valores, ressalta Kratochwil. Contudo, as divergências entre os construtivistas começam justamente nesse ponto – a virada lingüística e sua respectiva utilidade e centralidade. No estudo dos eventos sociais em geral e das relações internacionais em especial, é a análise do discurso (mais concretamente das regras e normas que estruturam e administram o discurso) que aparece como fundamental na virada lingüística levada a cabo por certos construtivistas. A partir de essa perspectiva, são as normas e regras que formam o discurso concernente ao mundo social, o que importa aos construtivistas que se vincularam à virada lingüística. Sendo assim é que a realidade é construída socialmente na óptica desses construtivistas.

Do início da década de 1990 até hoje, os países membros do IBAS se viram perante o domínio da única superpotência mundial – os Estados Unidos da América -, tendo assim que procurar saídas e adotar políticas viáveis ao seu desenvolvimento, de modo a tentar contornar, por meio da cooperação econômico-política, o “neocolonialismo” e o imperialismo particularmente destes, da União Européia (UE) e do Japão também. Daí a necessidade de uma cooperação nesse sentido, que contemple e assegure os direitos e interesses dos mesmos.

A dramática reconfiguração do sistema internacional deu novo ímpeto ao “regionalismo” e ao incremento de uma “consciência regional”. Para muitos comentadores, o crescente regionalismo e o fortalecimento da cooperação regional são elementos centrais da ordem internacional pós-Guerra Fria. Nessa visão, o fim da Guerra Fria e o declínio da União Soviética encorajam a emergência do regionalismo, na medida em que reduzem os incentivos para a intervenção das superpotências, eliminam o padrão de alianças globais da Guerra Fria – que atravessava as regiões – e criam “espaços regionais” mais autônomos, liberados do impacto deformador do confronto Leste/Oeste. A decadência relativa da hegemonia norte-americana e a reduzida capacidade e disposição dos Estados Unidos de desempenhar um papel global estimulam e possibilitam o desenvolvimento de sistemas de poder regionais construídos ao redor da Comunidade Européia, na Europa, e do Japão, na Ásia. Também as pressões econômicas atuam a favor da regionalização: o exemplo da Comunidade Européia; as dificuldades correntes da Conferência do Uruguai; o impacto de mudanças estruturais na economia mundial, impelindo Estados e empresas no sentido da maior colaboração; as modificações no conceito de crescimento econômico em muitas áreas do mundo em desenvolvimento; e a mudança no sentido de estratégias de desenvolvimento voltadas para fora. Embora a relação entre retórica e realidade tenha variado amplamente, poucas partes do mundo estiveram imunes ao revivescimento do interesse por opções regionalistas (HURRELL, s/d, s/p)²¹.

O que Hurrell acaba de demonstrar é justamente aquilo que se designa de velhos e novos regionalismos. O primeiro teve lugar durante a Guerra Fria, em que cooperação econômica (baixa política) e segurança (alta política) dos países cooperantes eram o fio condutor da cooperação. O segundo, no ciclo pós-Guerra Fria, se preocupava não só com a economia e a segurança, mas igualmente com os direitos humanos, as instituições e os valores democráticos, a questão social, a vertente cultural, o meio ambiente, o desenvolvimento sustentável etc.. O primeiro se dava unicamente entre grandes e pequenas potências, ao passo que o segundo permite outros arranjos políticos.

Como destaca Cruz (2004: 141), já no segundo ano do governo Collor, com a nomeação de personalidade sensível aos ventos da mudança, mas intimamente conformada com a cultura do Itamaraty, iniciava um custoso trabalho de síntese conceitual, que se prosseguiria ao longo do governo Itamar Franco, momento em que se formou finalmente a

²¹ Retirado do texto “Os blocos regionais nas Américas”, publicado na *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 22, 1ª página.

matriz que, desde então, vem instruindo a política externa brasileira. Essa tarefa de reelaboração foi perseguida sob a epígrafe de ajustamento às novas realidades e da reafirmação de valores antigos.

Para Saraiva (2007: 42), apesar de o Brasil ter atuado historicamente em marcos de arenas multilaterais de feição terceiro-mundista, é a partir de 1993, com a presidência de Itamar Franco, que o país procurará uma nova forma de cooperação Sul-Sul, nos marcos de uma nova ordem internacional caracterizada por ações mais isoladas da dimensão Norte-Sul ou pela volatilidade dos acordos definidos na proteção de assuntos especiais.

Outro fator importante que facilitou a procura do Brasil por uma cooperação Sul-Sul inovadora e começar a procurar certo distanciamento dos países centrais, seria a formação do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). Com a formação dessa confederação de nações no Cone Sul, os seus membros dispuseram de mais mecanismos para uma troca comercial mais justa e não exclusivamente com os países do Norte. A liderança brasileira na região igualmente ganhou novos contornos, ou seja, o país passou a assumir um papel maior na coordenação política dos assuntos de interesse comum regional.

Com estratégias de ação, tônicas e protagonismos diferentes, entre 1993 e 2006, a diplomacia brasileira procurou realizar tanto a cooperação Sul-Sul mais tradicional com os vizinhos da América do Sul quanto com países tidos como potências regionais com determinada importância internacional (Op. cit., pp. 42-43).

A perspectiva construtivista de região vai perfeitamente ao encontro dessa procura do Brasil não só pela cooperação Sul-Sul tradicional com os vizinhos da América Latina (velho regionalismo) como igualmente com potências intermediárias munidas de certa expressão internacional (novo regionalismo). A teoria construtivista entende a região como construção social gerada e moldada por processos políticos, e não como uma realidade

material. Logo, o fator geográfico não é determinante. O determinante e fundamental é dispor de vontade política para construir uma região. Sendo assim, para esta interpretação, o importante é o fator geopsicológico. São como construções artificiais e não como realidade natural (geográfica) que as regiões são vistas, na medida em que são construções sociopolíticas (OLIVEIRA, 2009, pp. 79-80).

Em que pesem a aceleração do processo da globalização nos anos 90, maior compressão espaço-tempo, o globo economicamente bem integrado e interdependente (mas ainda não culturalmente)²² etc., essa nova noção de região trazida pela teoria construtivista deu naturalmente respaldo maior. Se o capital financeiro “apátrida” e transfronteiriço circula livremente e numa velocidade incrível, afetando todas as regiões do planeta e rincões do mundo, logo os países também têm de desprender das suas regiões limitadamente geográficas, naturais e materiais e ousar mais politicamente, socialmente, construtivamente, cognitivamente, discursivamente etc.

A partir desta óptica, a definição de região aparece de forma peculiar, sendo representada como *“conjunto de práticas cognitivas formadas por linguagem e discurso político que, por meio da criação de conceitos, metáforas e analogias, determinam como se define esta entidade”*²³.

Doravante apresentaremos as análises e contribuições de alguns autores considerados imprescindíveis no estudo da corrente construtivista no campo das Relações Internacionais, e que contribuíram de modo decisivo para afirmar o construtivismo como uma das fundamentais tradições teóricas dessa disciplina. Com tais análises também fica

²² Apesar de a economia reconhecida e amplamente interdependente/integrada, culturalmente vivemos numa atmosfera frequentemente designada de *“choque de civilizações”*, particularmente a partir dos eventos de 11 de setembro de 2001. Consultar Huntington (2010).

²³ Ver García Segura, 2006, p. 17ss *apud* Oliveira, 2009, p. 80.

mais evidente a força explicativa da teoria construtivista ao nosso objeto de estudo, dado que elas expõem mais detalhadamente os argumentos, as discussões teórico-filosóficas, as matrizes teóricas e toda a instrumentação conceitual, linguística e disciplinar desses autores.

2.2 ALEXANDER WENDT COMO O MAIS RELEVANTE TEÓRICO DO CONSTRUTIVISMO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

*A vida muda rapidamente.
A vida muda num instante.
Uma pessoa senta-se para jantar e a vida que conhecia termina.
A questão da aucompaixão...
Tinha de ter sentido a mudança da maré.
Tinha de ter acompanhado a mudança.
Foi o que ele me disse. Ninguém observa o pardal,
mas foi o que ele me disse.
JOAN DIDION,
The Year of Magical Thinking*

Alexander Wendt, apesar de ser um alemão de nascimento (1958), é nos EUA que o autor vive e faz a sua carreira intelectual. Em 1989, ele concluiu seu Ph.D. na Universidade de Minnesota. Começou a sua carreira docente na Universidade de Yale (1989-1997), passou pelas universidades de Dartmouth (1997-99), Chicago (1999-2004) e, atualmente, encontra-se na Universidade do Estado de Ohio (desde 2004). Numa das suas recentes entrevistas, Wendt não escondeu as influências marxistas e pós-estruturalistas que sofreu por parte de Raymond Duvall (seu orientador de doutorado), o que na época até lhe levou a se considerar um marxista. Anthony Giddens e Roy Bhaskar igualmente aparecem como outras matrizes teóricas de Wendt, para além de Duvall e Marx. A referência a Giddens e sua visão “estruturacionista” aparecem claramente nos primeiros trabalhos de Wendt, em que ele tratara do “problema agente-estrutura”. É importante dizer que bem cedo Wendt

marcou presença e deu sua contribuição não apenas à disciplina de Relações Internacionais, mas igualmente a outras disciplinas das ciências sociais, haja vista os seus artigos de 1987 (*The agent-structure problem in international relations theory*) e de 1991 (*Bridging the theory/meta-theory gap in international relations*).

Como destaca Hoffmann (2010: 333-34), o que marca constantemente a obra de Wendt é a interdisciplinaridade, apontando inclusive um projeto de um novo periódico acadêmico (*International Theory*) que o autor vem trabalhando, e que tem a interdisciplinaridade como o seu mais importante conceito. Segundo o próprio Wendt, o projeto visa congrega *experts* das teorias de Relações Internacionais, Direito Internacional e Teoria Política Internacional, em que cada um apresenta seus próprios universos e periódicos acadêmicos. Duncal Snidal e Wendt consideram que seria vantajoso colocar tais comunidades em interação. (...)

Apesar de ser *Nicolas Onuf* quem primeiro tratou da perspectiva construtivista na disciplina de Relações Internacionais, foi Wendt quem proporcionou ao construtivismo um estatuto teórico equivalente ao das duas correntes até então dominantes da disciplina (Realismo e Institucionalismo Liberal), ao publicar em 1999 o seu livro “*Social theory of international politics*”. Prova da substancialidade e envergadura desse texto está no fato de a International Studies Association (ISA) lhe ter concedido em 2006 o prêmio de mais excelente livro da década.

É em duas partes – uma substantiva e outra filosófica – que Alexander Wendt sintetiza a sua teoria. É como fenômeno emergente que o sistema internacional é analisado pela teoria substantiva. Vistos como atores intencionais ou “pessoas”, os Estados são os componentes do sistema. Com uma estrutura definida em função das culturas e não das realidades materiais, o sistema em si é tratado como uma anarquia. Dependendo do modo

como os Estados se estabelecem como inimigos, adversários ou amigos, a cultura do sistema internacional pode assumir três formas (hobbesiana, lockiana ou kantiana). Apesar de poder se derivar de processos históricos mutáveis de constituição de identidade coletiva entre os Estados, o desenvolvimento, a progressão de uma cultura hobbesiana para kantiana é possível. Afinal, são os Estados quem influencia e determina a anarquia.

Ao invés de Kenneth Waltz que vê a estrutura do sistema internacional como material e individualista, Wendt a vê como representacional e intersubjetiva. Especialmente, é do modo como outros Estados são tratados (inimigos, adversários ou amigos) que ela varia. Podem ser propostas respectivamente três estruturas de conhecimento/culturas – hobbesiana, lockiana ou kantiana.

Os motivos pelos quais os atores respeitam as normas da cultura onde se encontram podem ser explicados pelo fato de que cada uma dessas três culturas pode ser internalizada pelos atores em três distintos níveis. Visto que os atores cumprem as normas porque são coagidos – noção de coercitividade -, o primeiro nível de internalização é o mais superficial. Assimilar as normas da cultura é a única possibilidade frente aos atores; são os fatores exógenos que, portanto influenciam seu comportamento. No segundo nível de internalização, é o interesse próprio que leva os atores a respeitar os regulamentos. Apesar de disporem de outra opção, os motivos/fatores instrumentais fazem com que eles sigam as normas. No terceiro nível de internalização, as normas são consideradas como legítimas pelos atores; logo, seguem-nas sem nenhuma coercitividade. Na medida em que as regras formam suas identidades e interesses, sua conduta é definida internamente; deste modo, torna-se elevado o nível de anuência.

Apesar de não ser imprescindível, o sistema internacional poderia passar de uma cultura hobbesiana a uma cultura kantiana, admite Wendt. Mais do que somente categorias

analíticas, as culturas dão vazão a outras interpretações. O autor aponta quatro variáveis “cardeais” – interdependência, destino comum, homogeneidade e autocontrole – proporcionadoras de um processo de mudança das identidades dos Estados e da base da anarquia, e que podem explicar a evolução de uma cultura para outra.

Em princípio, Wendt leva a efeito uma perspectiva geral de teoria social alicerçada no prestígio dos fatores ideacionais e de tendência holista, que realça o reflexo dos fatores sociais sobre os indivíduos, ao apresentar o construtivismo social como uma perspectiva de Relações Internacionais. É a partir disso que Wendt cria uma teoria particular de Relações Internacionais e que serve para mostrar que são muitas as vias para o desenvolvimento de outras teorias de Relações Internacionais.

O Realismo Estrutural e o sistema internacional são abordados como estadocêntricos; isso fez com que o Estado (as unidades do sistema internacional) ganhasse um capítulo inteiro na obra *Social theory*. Ao analisar o Estado como se esse fosse uma “pessoa”, Wendt tem aqui a sua conceituação mais controversa e inovante do Estado. O autor considera que como atores reais, atributos como intencionalidade, crenças e anseios podem ser legitimamente conferidos aos Estados. Enfim, é como um “*superorganismo*” que o Estado chega inclusive a ser definido.

O Estado como um ator organizacional (perspectiva weberiana), porém com características das conceituações/abordagens do Estado pluralista e marxista, traduz-se na primeira definição do Estado proposta por Wendt. Especialmente, é a base das relações Estado-sociedade que compõem sobremaneira a definição wendtiana de Estado. Subsidiariamente, Wendt destacou que como agentes corporativos, a estrutura interna dos Estados faz dos mesmos atores unitários. Em seguida, o autor analisa os “*interesses nacionais*” do Estado (suas tendências motivacionais) e, por último, assinalou que os

sistemas de Estados são posteriores aos Estados, naturalmente, dado que estes são as unidades do sistema internacional, o que pressupõe a sua existência prévia.

Wendt recebeu diversas críticas pontuais de outros autores por muitas das suas colocações e posicionamentos, como por exemplo, a questão da antecendência ontológica do Estado, o que lhe levou a reconhecer que de fato essa antecendência apresenta suas limitações, visto que há um limite entre o Estado e os “seres” e/ou elementos que o circundam; destarte, os Outros ou a diferença determinam a formação da sua identidade corporativa. Porém, os Estados como processos auto-organizados continuam presentes/firmes no argumento do autor: até sem o reconhecimento de seus pares/congêneres, os Estados são sistemas internamente estruturados do mesmo modo que o corpo humano. Enfim, a geração tanto da igualdade no interior como da divergência no exterior faz parte da identidade dos Estados.

A ausência da política doméstica na formação das identidades estatais rendeu outra contestação a Wendt. Neste caso, o autor concorda e discorda: concorda porque em princípio as identidades coletivas jamais são “totais”, ainda que sejam mais ou menos coesas. Não concorda uma vez que é do sistema de Estados que a *Social theory* trata e não da identidade dos Estados individuais.

2.3 FRIEDRICH VON KRATOCHWIL

Os intelectuais sabem perfeitamente que o pensamento não é um exercício inocente.
JOSEPH KI-ZERBO

O papel relevante de *Friedrich Von Kratochwil* na consolidação do construtivismo como uma das fundamentais correntes teóricas das Relações Internacionais deu-se em

1989, quando veio a público o seu livro “Rules, norms and decisions”. Entretanto, cabe frisar que em primeiro lugar Kratochwil procurou em outras disciplinas o esteio para solucionar os problemas epistemológicos e ontológicos que ele considerava haver/existir nas Relações Internacionais, analisou criticamente o desenvolvimento do estudo da disciplina, e somente posteriormente se identificou com o construtivismo. Ele encontrou as suas respostas mais importantes nos estudos da linguística e de direito, bem como na análise da teoria crítica (Habermas, em especial). Uma das principais fontes de inspiração de Kratochwil são Wittgenstein e o conceito de “ato de fala”. Graças a isso, a denominada virada linguística em Relações Internacionais encontrou nele um dos maiores representantes. Kratochwil tentou encontrar as regras que nos possibilitam entender a realidade em que vivemos nos discursos (sobretudo nas regras que dirigem e ordenam tais discursos). Ele destacaria que na medida em que “o mundo ao qual nos mencionamos é resultado de discursos que nos possibilitam nos referir a ele”, podemos apreender as regras que ordenam a própria realidade, ao compreendermos as regras que regem o discurso. De acordo com esse raciocínio, dado que as nossas ações e os nossos juízos são explicados/determinados pela linguagem utilizada ao se referir à realidade, não faria muita diferença/pouco adiantaria saber como é a realidade externa. Portanto, tal quer dizer que a linguagem é a própria ação, é a base principal da ação, e não somente um mero reflexo desta.

Uma vez em que há premissas comuns aos *decisions makers* que limitavam/minimizavam a complexidade dos contextos no interior dos quais eles se optam, Kratochwil assinala que as normas são essenciais nos processos de tomada de decisões. Por esse motivo, ele declara que o recurso às normas é sempre uma inclinação dos atores. Kratochwil prossegue argumentando que ainda que de modo indefinido, a influência

fundamental nas ações humanas é representada pelas normas – ainda que da mesma norma deriva sempre a mesma ação, não é correto esperar regularidades e repetições quando se trata de atos humanos. Os mesmos métodos das ciências exatas não podem ser usados para compreender um mundo socialmente construído. Deste modo, a ação humana é modelada e orientada por regras pelo fato de derivar de um discurso (intersubjetivo). Nesse sentido, é no estudo das regras e normas que dirigem suas escolhas que o estudo das ações dos agentes deveria debruçar, e não na análise dessas ações. O autor destacaria que são essenciais para a apreensão do sistema através do qual as decisões e ações dos atores são examinadas, os processos de comunicação social e de intersubjetividade. Logo, examinar e apreender as regras que ordenam o discurso da tomada de decisão torna-se premente.

Partindo dessa perspectiva, mais do que dispositivos de arranjo e limitação, as normas explicam, proporcionam autenticidade e viabilizam determinadas ações. Com isso, Kratochwil assinala que firmar o vínculo entre a linguagem utilizada para se aludir ao mundo exterior e este mesmo mundo exterior, é o papel das normas na vida social. O que viabiliza e torna plausível ou não determinados atos e deliberações são justamente as normas. Isto é, se admitirmos as deliberações levadas a cabo pelos atores como resultado de alguma forma de racionalidade, logo limitar nossa análise à racionalidade torna-se impossível. As normas que dirigem os discursos que inviabilizaram certas escolhas e fizeram determinadas deliberações/decisões as únicas plausíveis, precisam ser examinadas. Destarte, uma teoria da análise da tomada de decisão baseada no exame das normas que normatizam o discurso através do qual tais deliberações são tomadas, é sugerida por Kratochwil. Nota-se que essa teoria kratochwiliana e a teoria liberal no estudo da tomada de decisão são distintas.

2.4 NICHOLAS ONUF

*As pessoas inteligentes não são julgadas pelas suas loucuras:
que privação de direitos humanos!*
FRIEDRICH NIETZSCHE,
Beyond Good and Evil

Nicholas Onuf e Friedrich Von Kratochwil deram contribuições similares à corrente construtivista no campo de Relações Internacionais. As matrizes fundamentais de inspiração de Onuf estão igualmente em direito, Habermas e Wittgenstein; porém, dentre aqueles que inspiraram Kratochwil, ele aponta ainda Anthony Giddens. Realmente, é como construção social que Onuf vê o mundo e é no rol das ciências que estudam os fenômenos sociais que ele enquadra as Relações Internacionais. De acordo com o autor, são como eventos sociais que operam sob as mesmas lógicas e os mesmos regulamentos que os demais fenômenos sociais, que devemos tratar as relações internacionais. Tudo se encontra em progresso constante e a mudança é sempre viável, diria Onuf. Sendo assim, a anarquia vista pelo realismo e liberalismo como a particularidade fundamental que define as relações internacionais, é colocada em xeque por Onuf. Para ele, em processos de comunicação entre agentes e estrutura, a anarquia é passível de mudança e transformação na medida em que ela resulta de regras e não deixa de ser socialmente construída. Segundo Onuf, os Estados pertencem menos concretamente a uma sociedade anárquica que a uma sociedade heterônoma. Nisso, a reflexão do construtivismo em Onuf se difere das explicações de Hedley Bull (na verdade o pioneiro na abordagem dessa sociedade anárquica).

Assinalar que Onuf recusa prioridade ontológica aos agentes e à estrutura pode ser admissível se aceitarmos logo de antemão a inspiração do autor na teoria de estruturação de Anthony Giddens. Segundo Onuf, não é possível se referir aos agentes negligenciando a

estrutura, ou vice-versa, já que eles se co-constituem. É incessante e ininterrupto o processo de co-constituição. Como Giddens, é em alguma parte entre os agentes e a estrutura que Onuf vê as normas. O fato de localizar as normas justamente no meio dos agentes e da estrutura, é que distingue Onuf de Giddens; Onuf observa que as regras exercem papéis concomitantes ante os agentes e a estrutura porque dispõem de uma posição ontológica semelhante. Onuf assinala que ele situa as regras como uma propriedade material, e que as normas para Giddens são uma propriedade da estrutura. Destarte, é como um construtivismo baseado nas regras que é visto o construtivismo onufiano.

O que os agentes deveriam realizar, bem como as suas opções disponíveis, são proporcionadas pelas regras, isto é, são as regras que lhes direcionam. Sempre há corolários quando os agentes desobedecem às normas. Por isso, os agentes são construídos pelas regras, ou seja, os atores que vão influenciar e definir uma determinada estrutura são assinalados por elas. Enfim, o papel das normas é determinar a agência, e uma estrutura não pode ter como agente qualquer ator. Entretanto, as regras e os agentes se constituem mutuamente. Logo, a relação é bilateral. De acordo com Onuf, três tipos de atos de fala (assertivo, diretivo e de compromisso) determinam três espécies de regras (instrutivas, de direção e de compromisso). Na verdade, o autor observa que para compreender as ações dos agentes, tem de se examinar o ato de fala, as normas que regulam o discurso próprio que impulsiona alguém a atuar de certa forma. Partindo-se dessa perspectiva, são completamente interligados o discurso e o ato; os atos devem ser compreendidos a partir dos significados e dos discursos, na medida em que eles é que exprimem/manifestam os discursos e os significados.

Onuf entende, deste modo, que o ato está na origem, porém ele não deixa de ser manifestação do discurso. Assim, assinalar que dizer é fazer pode ser aceitável em Onuf.

Aqui, transparecem o conceito de ato de fala (em especial) e a teoria linguística (em geral) como inspiradores ou uma das fontes/matrizes teóricas de Onuf. Nesse patamar igualmente se encontra a inspiração habermasiana, a noção de que sem receptividade e pronunciamento, um discurso não é discurso. A racionalidade e a intersubjetividade marcam a relação.

Como vimos, três categorias de atos de fala determinam três espécies de regras. Agora convém explicar um pouco mais sobre tais tipos de regras e categorias de atos de fala. Podem ser específicos (regras instrutivas) ou genéricos (axioma) os atos de fala assertivos. Isto posto, o que nos mostra como as coisas são, são as normas instrutivas. Cabe-lhes nos informar como as coisas estão estruturadas, e como se ajustar a essa estruturação. Já no que se refere às normas diretivas, nota-se que elas são mais precisas e objetivas. As autoridades e as normas (de onde a submissão e a admissão das ordens emanam) estão latentes nessas normas de direção. Quando há uma compensação, as normas são designadas de compromisso. São os compromissos que devem guiar e determinar a conduta dos agentes, tal como acontece nos contratos (contrato social). Naturalmente que há consequências nos casos em que um desses três tipos de regras não seja acatado, isto é, o cumprimento às normas definidas é o que se deseja. A revelação da consequência através do discurso que é diferente.

Na medida em que não há somente os três tipos de atos de fala indicados por Onuf (e que o autor vincula às três formas de regras), importante recordar também que nem sempre uma regra é determinada por qualquer ato de fala. Através da concepção de regras, o autor recusa/exclui tudo como antecipadamente definido, ou seja, não há algo estabelecido de antemão e fornece dispositivos interiores à sua colaboração teórica particular para examinar a pluralidade dos acontecimentos sociais. Sendo assim, vias vão

surgindo, indiscriminadamente, para a ininterrupção, a alternância ou a transformação, graças a incessante organização e reorganização da vida social universal/genérica e das relações internacionais específicas. De fato, o mundo é socialmente construído.

Três formas de domínio distintas (racional, tradicional e carismática) resultam dos três tipos de regras assinalados. A conceituação da política em Onuf se dá verdadeiramente a partir da utilização do conceito de regras. De acordo com ele, é das distribuições desiguais e seus corolários que trata a política. Tipos de domínio distintos surgem quando as normas geram assimetrias de distribuição, ou seja, desigualdades de poder e, conseqüentemente, situações de comando são produzidas pelas regras sobre as quais se fundamentam as relações sociais. Poderes políticos distintos são gerados pela repartição assimétrica de poder, visto que esta se enquadra no contexto dos eventos sociais. Deste modo, Onuf combina três formas de organização diferentes (hegemonia, heteronomia e hierarquia) aos três tipos de domínio. Portanto, ele declara que à hegemonia equivalem as regras instrutivas; à heteronomia equivalem as normas de compromisso; e à hierarquia condizem as regras diretivas. A partir disso, com suas três espécies de regras, Onuf insere todas as circunstâncias sociais, e assinala que não é implausível analisar todas as relações sociais (até mesmo as relações internacionais) através da noção de regra.

Sem rejeitar a racionalidade e muito menos a materialidade de um mundo exterior (ao qual nosso discurso faz alusão), a categoria básica da análise onufiana é o discurso. Segundo Onuf, o estudo daquilo que compreendemos como realidade (o social) ganha mais destaque que a análise da rejeição do mundo exterior. Nessa perspectiva, o essencial para o construtivismo onufiano é a erudição que geramos a respeito do mundo. Ou seja, ao invés dos pós-modernos, é no legado do Iluminismo e na modernidade que Onuf se estabelece claramente.

2.5 CONSIDERAÇÕES SOBRE O CAPÍTULO

Este primeiro capítulo tratou das teorias que utilizamos para orientar e proporcionar suporte teórico ao nosso trabalho. Indubitavelmente que não são poucas as teorias na área de estudo das Relações Internacionais que poderiam ser utilizadas para orientar um trabalho dessa natureza e categoria.

Sendo assim, de todas as vertentes teóricas observadas e identificadas no âmbito da teoria das coalizões e que parecem dar um bom aporte ao estudo e análise da cooperação Sul-Sul, formação de blocos econômicos, políticos, estratégicos, culturais etc., constituição de fóruns de diálogos entre os países e aparecimento de novos regionalismos, optamos por essa que vai nos guiar nessa tarefa: *o construtivismo*. Ele prioriza as dimensões da realidade intersubjetiva, socialização e identidade como componentes-chave na formação de coalizões.

Evidentemente que no decorrer do trabalho podemos mencionar e/ou utilizar, ainda que tangencialmente, outras matrizes teóricas e/ou autores (notadamente Andrew Hurrell, Joseph Nye, Odete Maria de Oliveira, Jim O'Neill etc.), suscetíveis de explicitar o interesse dos países no jogo das negociações multilaterais, pela escolha da via das coalizões internacionais (designadamente a abordagem organizacional, a análise cognitiva, o neo-realismo etc.).

Se a teoria construtivista entende que o sistema internacional varia entre o conflito e a cooperação por ser socialmente construído, e que o constante processo de construção e reconstrução dá azo a incessantes oportunidades de mudanças, essa vertente teórica pode naturalmente explicar tanto a constituição e os objetivos/anseios deste Fórum de Diálogo como também as suas externalidades econômicas, políticas, geopolíticas, estratégicas, técnicas, sociais etc.

Alguns analistas enxergam na distância entre os países-membros do IBAS algo de empecilho ao fortalecimento dessa cooperação. Porém, como vimos, García Segura (2006) e Oliveira (2009) assinalam que a noção de região na teoria construtivista não é necessariamente influenciada pelo fator geográfico e pela realidade concreta/material, mas sim os processos políticos de deliberação e tomada de decisão que constroem-na socialmente. Se ela é construída basicamente pela vontade política (construção sociopolítica) dos atores, logo o IBAS está munido de capital suficiente para levar a bom termo a integração regional ora em vista.

Outros especialistas apontam que o maior objetivo do Brasil, um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, ainda não foi atingido, apesar de lugares considerados relevantes no contexto de gestão do sistema internacional, diga-se aqui, a FAO (órgão das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação) e OMC (Organização Mundial do Comércio), já serem governados (ou estarem em vias de governação) por representantes brasileiros. Todavia, ao parafrasear Onuf que argumenta que a transformação é sempre possível na medida em que tudo está em evolução contínua, logo essa consecução de um assento permanente na ONU pelos membros IBAS tem o seu grau de viabilidade. Seguindo nesta esteira de análise, Onuf insurge contra o realismo e o liberalismo que observam na anarquia a peculiaridade mais expressiva que define as relações internacionais.

Vimos igualmente neste capítulo alguns autores que trabalharam ou trabalham a cooperação entre os países do Sul global, mais concretamente o Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBSA – sigla inglesa). Enfim, este capítulo se resume a trabalhar e articular essa matriz teórica da teoria das coalizões e as análises efetuadas sobre o IBSA.

Também apresentamos três autores (Wendt, Kratochwil e Onuf) que são considerados, até o momento, expoentes máximos da reflexão a respeito da teoria construtivista no campo de relações internacionais. Indubitavelmente que o legado teórico e analítico desses três pensadores embasou e deu suporte e reconhecimento ao construtivismo, como uma das mais recentes e relevantes correntes teóricas na explicação dos dinamismos e processos da ordem internacional, nesse caso as novas configurações e formas de aproximação/concertação política entre os países sulistas.

3 UM HISTÓRICO DAS RELAÇÕES SUL-SUL NO CONTEXTO DAS RELAÇÕES GLOBAIS

“A estrada do progresso está coberta pelos destroços das nações; há em toda parte resto das hecatombes das raças inferiores, e das vítimas que não encontraram o caminho correto para a perfeição maior. Entretanto, esses povos mortos são, em realidade, as pedras sobre as quais a humanidade subiu à vida mais intelectual e profundamente emocional de hoje”.

- KARL PEARSON

Podemos dizer que a cooperação Sul-Sul não é algo tão recente. Os seus primeiros esboços já podem ser delineados desde a pós-Segunda Guerra Mundial, praticamente com a Conferência de Bandung (1955)²⁴, que pode servir de marco ou pelo menos um dos acontecimentos que marcou essa relação político-econômica e cultural entre os países do antigo terceiro-mundo, no intuito de procurar solução para os seus problemas. A cooperação entre os denominados PMDs (Países Menos Desenvolvidos) tem início com o MNA (Movimento dos Não-Alinhados)²⁵ e engloba a atividade do Grupo dos 77²⁶ na UNCTAD (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento – sigla

²⁴ Teve lugar na Indonésia, de 18 a 24 de abril de 1955, onde se reuniram os líderes de vinte e nove Estados asiáticos e africanos – Afeganistão, Arábia Saudita, Birmânia (atual Mianmar), Camboja, Ceilão (atual Sri Lanka), China (República Popular), Costa do Ouro (atual Gana), Egito, Etiópia, Filipinas, Índia, Indonésia, Irã, Iraque, Japão, Jordânia, Laos, Líbano, Libéria, Líbia, Nepal, Paquistão, Síria, Sudão, Tailândia, Turquia, Vietnã (República Democrática – Norte), Vietnã (República do Sul) e Iêmen, totalizando uma população de 1,350 bilhões de habitantes. Motivar a cooperação econômica e cultural afro-asiática era o propósito, como modo de se opor ao que era visto como colonialismo ou neocolonialismo dos Estados Unidos da América, da União Soviética ou de outra nação imperialista.

²⁵ O MNA foi fundado em 1961 em Belgrado - capital da Sérvia (ex-república Iugoslava). Esse encontro que decorreu de 1 a 6 de setembro desse mesmo ano, contando com as delegações de 25 países, em grande medida foi iniciativa da Índia sob a liderança do seu Primeiro Ministro Jawaharlal Nehru (1947-1964), o primeiro a desempenhar essa função, juntamente com seus homólogos de Indonésia e Egito, bem como o presidente iugoslavo Tito. Como membro fundador mais importante desse encontro, a Índia teve desde o início uma função de protagonista e líder no Movimento dos Não-Alinhados. A participação da Índia nesta organização realçou um aspecto importante da política exterior deste país que persiste até hoje, mesmo que o MNA assinalou ser mais poderoso no plano simbólico e retórico que historicamente significativo. Durante a Guerra Fria, o compromisso de Nehru com a independência e a autossuficiência colocou o país distante dos EUA, mesmo que o vínculo com a ex-URSS, ainda que mais próxima, jamais chegou a atingir acordos expressivos. De salientar que a última conferência dos Não-Alinhados (XVI Cúpula) teve lugar em Teerã – Irã, de 26 a 31 de agosto de 2012.

²⁶ Esse movimento foi criado em 1964 e procura dentro dos processos das Nações Unidas oferecer uma plataforma que viabilize a articulação das necessidades dos países em desenvolvimento.

inglesa)²⁷, a NOEI (Nova Ordem Econômica Internacional)²⁸ e o surgimento da OPEP (Organização dos Países Exportadores do Petróleo)²⁹.

O eixo Norte-Sul, o do desenvolvimento econômico-social, começou a esboçar-se em meados da década de 1950, no contexto das independências das colônias européias na Ásia e na África e da reflexão sobre a questão desenvolvimento/subdesenvolvimento, levada a efeito principalmente por intelectuais latino-americanos. Para tanto, concorreram decisivamente a criação da Cepal (1948), a Conferência Afro-Asiática de Bandung (1955) e a Crise de Suez (1956). Esses acontecimentos foram de grande importância, na medida em que exprimiram a idéia de lideranças políticas e intelectuais da América Latina, Ásia e África de que a independência política por si só não era condição suficiente para garantir o bem-estar de seus povos; tornara-se evidente a necessidade de criação de mecanismos internacionais que favorecessem o desenvolvimento econômico e social dos povos desses três países (GONÇALVES, 2008: 09-10).

De fato, a discussão em torno da questão desenvolvimento/subdesenvolvimento e caminhos de desenvolvimento da África, América Latina e Ásia já é de longa data e teve alguns mecanismos de luta e mobilização constituídos. Porém, como demonstra o autor acima citado, uma autonomia apenas política dos países africanos, asiáticos e latino-americanos não trouxe (ao menos até agora) substancial progresso econômico, ganhos, facilidades e poderes sociais aos seus cidadãos.

A consolidação do eixo Norte-Sul como fator de estruturação do sistema internacional deu-se com a criação do Movimento dos Países Não-Alinhados (Conferência de Belgrado, setembro de 1961) e com a instalação da Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento, UNCTAD (Genebra,

²⁷ CNUCED (sigla portuguesa), também criada em 1964, em Genebra (Suíça), a fim de responder às reivindicações dos países subdesenvolvidos que contestavam as negociações do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio – GATT (sigla em inglês), que não contemplavam os produtos de suas exportações – os produtos primários. Depois do GATT (1947) veio a OMC (1995). Hugon (2009) refere ainda ao Cnuced como tribuna dos Estados pobres que visa reverter os efeitos perversos da liberalização associando o comércio internacional ao desenvolvimento.

²⁸ A NOEI foi imposta por uma série de propostas elaboradas e expressas pela Assembléia Geral nos documentos “*Declaração de Estabelecimento de uma Nova Ordem Econômica Mundial*”, Resolução 3.201, de 1º de Maio de 1974, “*Plano de Ação para o Estabelecimento de uma Nova Ordem Econômica Mundial*”, Resolução 3.202, da mesma data e “*Carta de Direitos e Deveres dos Estados*”, Resolução 3.281, de 12 de Dezembro de 1974. O fito era reduzir a desigualdade de poder nas relações econômicas entre países industrializados e países em desenvolvimento.

²⁹ A OPEP foi criada em 17 de setembro de 1960 e tem a sua sede em Viena (Áustria). Hoje a organização dispõe de 12 membros: Angola, Argélia, Líbia e Nigéria (África); Equador e Venezuela (América do Sul); Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, Irã, Iraque, Kuwait e Qatar (Oriente Médio). De ressaltar que com a descoberta do pré-sal brasileiro, no futuro o país pode fazer parte da OPEP.

junho de 1964). A luta pelo desenvolvimento atingiu seu auge no início da década de 1970, por ocasião da multiplicação do preço do petróleo – por decisão dos países árabes da Opep (Kuwait, outubro de 1973) – e da Declaração da Assembléia Geral da ONU (1º de maio de 1974), lançando a luta por uma Nova Ordem Econômica Internacional – Noei (Idem, Ibidem).

Como pontuam Lima e Hirst (2009: 11-12),

Tradicionalmente a cooperação Sul-Sul – cujas instâncias mais importantes do passado foram o Movimento Não-Alinhado e o Grupo dos 77 – apresentou algumas características distintivas. Em primeiro lugar, uma forte componente idealista, uma vez que suas principais bandeiras tinham por base introduzir mudanças na economia política internacional que gerassem maior equidade nos regimes internacionais, além de questionar a vigência de uma ordem econômica liberal por considerar injusto o tratamento de desiguais como iguais. Um segundo elemento distintivo era a heterogeneidade econômica e política do Sul, o que criava um problema de coordenação da ação coletiva, bem como a necessidade de se evitarem questões políticas que pudessem dividir aquele conjunto de países cujos denominadores comuns eram a localização geográfica no hemisfério Sul e a subordinação econômica a que estavam submetidos.

Os argumentos das autoras expõem claramente os grandes empecilhos ao avanço econômico e político dos países sulistas: excesso de idealismo (da parte do Sul), lidar com desiguais como se fossem iguais (conduta ocidental), economia e política diversas nos países do Sul global (heterogeneidade). Esse ponto de heterogeneidade do Sul vai aparecer de certa forma mais adiante nos meus argumentos, onde levanto a questão de os países do Fórum de Diálogo IBAS não disporem de elementos básicos de uma nação/fatores elementares de uma nação. O segundo ponto (tratar desiguais como iguais) indubitavelmente penaliza bastante os países sulistas, e é realizado propositalmente, visto que nesse direcionamento político do Norte há um “projeto colonial”. Dito de outra forma, as receitas do BM e do FMI, o Consenso de Washington etc., aplicados indistintamente aos países do Sul, é naturalmente um meio de fragilizar ainda mais as já débeis instituições do Sul global. Sem instituições fortes, o desenvolvimento econômico e político ficam postergados.

Desde que ganharam a sua autonomia, entre 1945 e 1965, um número superior a cinquenta países da África, da Ásia e das Caraíbas começou um trabalhoso, porém peremptório movimento para se emanciparem da sua dependência no que se refere à agricultura de subsistência e à exportação de um reduzido número de *cash crops*³⁰ ou de minérios, e tencionando estabelecer bases econômicas mais equitativas. Em certas nações mais antigas do Sul aconteceram igualmente profundas transformações socioeconômicas. Muitas delas, englobando algumas nações mais populosas – como a China –, mudaram drasticamente a base das suas economias. Progresso nas áreas de ciência, tecnologia e indústria igualmente foram registrados em muitos países em vias de desenvolvimento, particularmente na América Latina e na Ásia; um número cada vez maior de produtos industriais originários de alguns países do Sul concorreu atualmente nos mercados mundiais com os das potências industriais predominantes (COMISSÃO SUL, 1990, p. 35).

Como segue explanando a Comissão Sul (1990: 40),

A meados dos anos 50, porém, a distribuição do poder político e econômico global, pesadamente concentrada num pequeno número de países desenvolvidos, começou a ser considerada por muitos países do Sul como sendo injusta e perigosa para a estabilidade mundial. Uma vez mais, a experiência das lutas de libertação dos povos da África e da Ásia geraram esperanças de que através de uma atuação colectiva apropriada tal sistema poderia ser ajustado aos interesses do Sul. A Conferência Afro-Asiática de Bandung, em 1955, constituiu, simultaneamente, uma expressão da confiança crescente do Sul na sua força colectiva e uma afirmação da sua determinação de influenciar as relações globais numa direcção verdadeiramente internacionalista. A Conferência lançou as sementes do Movimento dos Não-Alinhados, cuja primeira reunião teve lugar em 1961 e que cresceu com a adesão da maioria dos países do Sul, incluindo muitos da América Latina. As preocupações maiores do Movimento centraram-se na luta contra o colonialismo e o imperialismo, na protecção da soberania e dos direitos dos estados pequenos e subdesenvolvidos, bem como no seu desenvolvimento em liberdade.

Os países do Norte conseguiram minimamente constituir e consolidar uma ação coletiva, enquanto que os países do Sul não conseguiram ainda formar uma verdadeira ação

³⁰ Artigos agrícolas – cereais, cana de açúcar, cacau, café, chá, frutos tropicais, etc. –, produzidos em monocultura de grande escala e destinados predominante ou exclusivamente à exportação [N. T.].

coletiva, uma atuação conjunta coesa e sólida. As explicações para isso podem estar na elevada heterogeneidade dos países do Sul global e no simples fato de que é a própria estruturação econômico-política do Norte que provoca a desestruturação do Sul. Nada mais típico no sistema de produção capitalista, em que as duas extremidades nunca seguem no mesmo ritmo. O compasso de uma é diretamente proporcional ao descompasso de outra.

De acordo com Boaventura (2006, s/p),

A modernidade ocidental foi simultaneamente um processo europeu, dotado de mecanismos poderosos, como a liberdade, igualdade, secularização, inovação científica, direito internacional e progresso; e um processo extra-europeu, dotado de mecanismos não menos poderosos, como o colonialismo, racismo, genocídio, escravidão, destruição cultural, impunidade, não-ética da guerra. Um não existira sem o outro. Por terem sido concedidas aos descendentes dos colonos europeus e não aos povos originários ou aos para aqui trazidos pela escravidão (com exceção do Haiti), as independências latino-americanas legitimaram o novo poder por via dos mecanismos do processo europeu para poderem continuar a exercê-lo por via dos mecanismos do processo extra europeu. Assim se naturalizou um sistema de poder, até hoje em vigor, que, sem contradição aparente, afirma a liberdade e a igualdade e pratica a opressão e a desigualdade.

No momento em que as instituições multilaterais (designadamente a ONU) e as grandes corporações internacionais (empresas multinacionais), todas elas dirigidas e manipuladas pelo Norte (pela metrópole), deixarem de estar a serviço do velho e verdadeiro Ocidente (EUA, UE e Japão)³¹ e não interferirem nos assuntos internos do Sul (basicamente territórios coloniais), uma ação coletiva deste(s) será mais viável.

O objectivo da Conferência de Bretton Woods, de 1944, foi estabelecer um sistema financeiro e monetário internacional. As instituições aí criadas – o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional – visavam, assim, promover taxas de câmbio estáveis, fomentar o crescimento do comércio mundial e facilitar os movimentos internacionais de capital. Mas os seus principais participantes – os países industrializados – eram movidos pelo desejo de remediar o que consideravam as desastrosas insuficiências do seu sistema de relações económicas externas anterior à guerra. As mais importantes de tais insuficiências seriam as políticas de comércio suplicante e de câmbios com os vizinhos, que envolviam protecção e

³¹ A respeito de “*o que é o Ocidente?*”, história dos valores e instituições da civilização ocidental, a transformação do “Ocidente” ao longo da história, uma interpretação contemporânea do “Ocidente”, saber do que estamos falando quando referimos ao Ocidente etc, ver Nemo (2005) e Droit (2009).

desvalorizações concorrenciais, e disposições inadequadas visando a liquidez financeira (COMISSÃO SUL, 1990: 37).

Constatou-se um quase inevitável alheamento no que diz respeito aos interesses dos países do Sul. A maioria deles encontrava-se na condição de colônias, e deste modo não podiam ter representação em Bretton Woods. A autonomia iminente e propínqua da Índia foi reconhecida; porém, como os outros países do Terceiro Mundo que eram autônomos desde há muito tempo, a Índia apenas muito superficialmente tomou partido nas discussões. Deste modo, o Terceiro Mundo foi grandemente esquecido, e os seus interesses se constituíram num tema de muito pouca relevância. A sua situação submissa não foi eliminada pelas estruturas de deliberação e decisão pontuadas para as duas novas instituições; os sistemas de voto propiciam aos maiores contribuintes (os principais países centrais) o controle evidente das mesmas (Op., cit., p. 38).

Hodiernamente estamos assistindo a uma contestação por parte dos países emergentes, como é o caso dos países membros do IBAS, no que concerne à estrutura organizativa, econômica e política destas instituições de Bretton Woods. Com a crise financeira iniciada na segunda metade de 2008, o Brasil e seus congêneres deixaram patente a situação falimentar do FMI e do BM como agentes reguladores da finança global, e a necessidade de uma reforma imediata destes órgãos. Isto é, a situação e o futuro do FMI e do BM viraram um dos motes fundamentais dos encontros atuais dos líderes mundiais, na medida em que para a esmagadora maioria dos países do Sul, o propósito destas instituições não vai (se é que alguma vez foi) ao encontro dos seus anseios de mudança, nem no sentido das exigências dos novos tempos.

Afinal, tais instituições surgiram no cenário final da Segunda Grande Guerra, da condição colonial e/ou ex-colonial de grande parte dos países do Sul³², atravessaram todo o período da Guerra Fria até a queda do Muro de Berlim e do fim da União Soviética. Também assistiram ao surgimento do regionalismo e da formação de blocos econômicos, da integração regional, da aplicação da doutrina neoliberal e dos princípios do Estado-mínimo, e suas conseqüências quase sempre nefastas, sobretudo para os países do Sul, até o período atual do surgimento de novos “gigantes”, “tigres” e “emergentes”. De fato, as instituições financeiras internacionais enfatizam muito mais a questão econômica (entenda-se aqui o lucro/lucro máximo), e a seu favor, relegando para o segundo plano os assuntos concernentes à educação e cultura, saúde, segurança, questão social (leia-se aqui a distribuição de renda, a redução da desigualdade social, a seguridade social e civil, o transporte confortável, a aposentadoria saudável etc.), o meio ambiente, o desenvolvimento sustentável, o que interessariam e favoreciam grandemente os países do Sul global.

Wallerstein reconhece três setores distintos no âmbito da heterogênea economia-mundo moderna, que ele chama de centro, periferia, e semiperiferia. O centro abrange as economias mais prósperas e mais desenvolvidas do ponto de vista tecnológico – as economias que se beneficiam desproporcionalmente da maneira de funcionamento do sistema. As economias do centro são as agências dominantes no âmbito do sistema mundial, moldando padrões de investimento e fluxo comercial. No presente estágio de desenvolvimento, o centro da economia-mundo capitalista inclui os Estados Unidos e a Europa Ocidental, e, mais recentemente, o Japão. As economias periféricas são aquelas sujeitas a relações comerciais de exploração e outros desequilíbrios, por meio dos quais são produzidas as formas características de “subdesenvolvimento”. Assim como André Frank, Wallerstein descreve o desenvolvimento e o subdesenvolvimento como processos interdependentes no âmbito de um complexo sistema econômico. As relações econômicas internacionais são caracterizadas pelas trocas desiguais. As economias periféricas incluem a maior parte da África, Ásia e América Latina. As economias de Estados semiperiféricos compartilham algumas características tanto do centro como da periferia. Podem ser antigas economias centrais agora em declínio e estagnação, ou economias outrora periféricas que atingiram certo grau de crescimento. As economias semi-periféricas

³² Vejamos o caso do continente africano. Até 1945, esta região do planeta apresentava apenas quatro países independentes (politicamente): a Etiópia (desde a antiguidade ou nunca foi colonizada), a Libéria (1847 – única ex-colônia norte-americana no continente africano), a África do Sul (1910) e o Egito (1922). Ademais, as colônias e ex-colônias abarcavam aproximadamente 85% da superfície do globo em vésperas da Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

incluem o Leste Europeu, a China e o Brasil. Uma economia-mundo é um sistema dinâmico, que abarca economias particulares sujeitas à ascensão e queda ou uma mudança de um setor para outro. Os padrões de aliança e alinhamento geopolítico, bem como as lutas dos movimentos sociais, refletem a sorte inconstante de economias particulares no interior do sistema mundial (SCOTT, 2009: 233-4).

Cabe aqui acentuar o argumento de Boaventura, quando ele aponta o *cosmopolitismo* como um dos quatro processos da intensificação de interações globais³³, em que segundo o autor,

As formas predominantes de dominação não retiram dos Estados-nação, regiões, classes ou grupos sociais subordinados a oportunidade de se organizarem transnacionalmente na defesa de interesses percebidos como comuns, e de usarem em seu benefício as possibilidades de interação transnacional criadas pelo sistema mundial. As atividades cosmopolitas incluem, entre outras, diálogos e organizações Sul-Sul, organizações mundiais de trabalhadores (a Federação Mundial de Sindicatos e a Confederação Internacional dos Sindicatos Livres), filantropia transnacional Norte-Sul, redes internacionais de assistência jurídica alternativa, organizações transnacionais de direitos humanos, redes mundiais de movimentos feministas, organizações não-governamentais (ONGs) transnacionais de militância anti-capitalista, redes de movimentos e associações ecológicas e de desenvolvimento alternativo, movimentos literários, artísticos e científicos na periferia dos sistema mundial em busca de valores culturais alternativos, não imperialistas, empenhados em estudos sob perspectivas pós-coloniais ou subalternas etc.. (BOAVENTURA, 2001, pp. 13-14).

Apesar disso, nas duas primeiras décadas seguintes à Segunda Guerra Mundial, aquilo que se mostraria ser um ciclo de desenvolvimento da produção e do comércio globais sem precedentes teve apoio fundamental do sistema de Bretton Woods. No âmbito da Guerra Fria que teve lugar logo no término da Segunda Guerra Mundial, este crescimento derivou do elevado nível de intercâmbio estabelecido pelos países desenvolvidos do Ocidente. Para os países desenvolvidos, os anos 50 e 60 foram seus “Anos dourados”; com pleno emprego e inflação praticamente inexistente, estes países

³³ Os outros três processos são os *localismos globalizados*, os *globalismos localizados* e o *patrimônio comum da humanidade*.

tiveram assim um dos mais fortalecidos e consolidados surtos de crescimento da história daquele momento.

A Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) foi estabelecida em 1964. O seu objectivo declarado residia em promover o desenvolvimento e o comércio, favorecer a cooperação económica entre os países em vias de desenvolvimento e ajudar a corrigir a desigualdade das relações económicas Norte-Sul. A formação do Grupo dos 77 – actualmente o instrumento de negociação dos países em vias de desenvolvimento em muitas das questões económicas – constitui o reconhecimento, por parte do Sul, do imperativo de uma solidariedade mais organizada (COMISSÃO SUL, 1990, p. 40).

De modo a torná-lo viável a um rápido desenvolvimento no Sul, a criação da UNCTAD (sigla inglesa) refletiu a consciência da necessidade de reformas estruturais no sistema do comércio global. Entretanto, logo os países do Sul global se deram conta de que somente mudanças superficiais nos acordos de comércio que praticamente não prejudicariam o enquadramento básico do sistema, eram tudo o que os países centrais poderiam admitir.

Igualmente no decorrer dos anos 50 e 60, um número significativo de países em vias de desenvolvimento começou acordos no sentido de cooperação regional e sub-regional no interior do Sul. Alguns deles apresentavam característica basicamente política, mas outros tinham finalidades económicas directas. A América Latina foi pioneira na instituição de associações sub-regionais e regionais vocacionadas a liberalizar e difundir o comércio entre os seus membros e tencionando promover o desempenho industrial para ter benefícios de economias de escala. Esta política logo foi implementada por movimentos similares na África, na Ásia Ocidental e no Sueste Asiático (COMISSÃO SUL, 1990, p. 41).

Neste sentido, cabe aqui salientar e apontar algumas tratativas de cooperações e políticas de integração económicas regionais que tiveram lugar no período em análise, ou mais extensamente nos ciclos pós-Segunda Guerra Mundial (velho regionalismo) e pós-

Guerra Fria (novo regionalismo), que evidentemente coincidem com o aparecimento do regionalismo tanto na sua perspectiva histórica quanto teórica³⁴.

3.1 BLOCOS (REGIONAIS) AFRICANOS

O desafio para os Estados africanos, com a emergência da era pós-Guerra Fria, é a reivindicação de sua própria visão da renovação, a qual tem sido largamente apropriada pelas grandes potências. Através de sua própria energia, eles precisam buscar a realização de sua identidade africana doméstica e, por fim, projetar essa identidade ao plano mundial.

JOHN W. HARBESON

Neste item vamos tratar da questão da integração regional no continente africano, onde ressalta a constituição de blocos regionais em seu âmbito político e econômico, e até certa medida os desafios dos mesmos perante um mundo cada vez mais globalizado e incerto, isto é, em que as insatisfações do tempo presente não param de aumentar.

A deplorável situação de fome, pauperização, conflitos étnicos e tribais, confrontos culturais e religiosos, genocídios, desestruturação econômica, social e política, corrupção, dependência e submissão, esquecimento, ausência de esperança etc., a que se encontra condenado o continente africano, não é apenas da responsabilidade dos africanos, mas igualmente consequências da escravidão, colonialismo e imperialismo ainda amplamente reinantes no solo africano. Talvez o senso comum não faça justiça nem contribua para o desenvolvimento africano quando se alude (geralmente através da grande imprensa oligárquica) ao continente negro somente como “terra sem esperança”, “cemitério de países”, enfim, um caso perdido para a humanidade, relegando para o segundo plano as

³⁴ Para uma análise do regionalismo nas suas visões histórica e teórica, ver Fawcett e Hurrell (1995); Gamble e Payne (1996).

potencialidades e as viabilidades do desenvolvimento socioeconômico dessa rica, porém, subdesenvolvida região do mundo.

O pomo da discórdia continua sendo qual a real vantagem da chegada do homem branco ao continente africano, até que ponto o continente africano beneficiou da proclamada civilização e modernidade trazidas pelo colonizador. O que se sabe é que antes da chegada dos europeus, as sociedades africanas eram altamente organizadas e independentes, com instituições específicas e que por bastante tempo funcionavam relativamente bem. Ademais, que nesses últimos cinco séculos (período mais ou menos correspondente ao início da colonização) a história do continente africano vem sendo cada vez mais catastrófica, é normalmente ponto consensual. Igualmente consensual é o fato de que por mais de trezentos anos a escravidão arrasou o continente africano, privando-lhe duramente do que qualquer nação ou região do mundo precisa para se desenvolver (braços e mentes). O período pós-independência não foi muito alentador para o continente africano, haja vista que a independência foi política e não econômica e cultural, ou seja, as sociedades africanas ainda são vastamente assombradas pela instituição do período colonial e domínio físico (estrutura de exploração econômica, bases e forças estrangeiras, intervenções militares etc.).

A “independência” das nações africanas chegou tardiamente, isto é, depois de 1945 (fim da Segunda Guerra Mundial), e mais concretamente nas décadas de 1950, 60 e 70 (ex-colônias portuguesas). Como é sabido, o período pós-45 coincidiu com o início da integração regional e formação de blocos políticos e econômicos, e a princípio o continente africano foi contemplado. Com a expectativa do ciclo pós-independência, mais os vínculos antes existentes, o processo de integração regional começou a ser instituído pelos Estados

africanos, em que o nacionalismo, liberdades políticas, oportunidades econômicas, modernização etc., deixaram entusiasmados esses novos Estados.

A integração regional caracterizou-se pela associação formal de países geograficamente próximos e com forte tendência a aproveitar o legado deixado pela era colonial. As primeiras associações efetivaram-se, portanto, em regiões colonizadas por uma mesma metrópole e com algum tipo de vinculação econômica que vinha da era anterior à independência. Isso implicou a manutenção dos laços econômicos entre os países africanos e as ex-metrópoles europeias, muito embora o desejo manifesto por vários líderes da África expressasse a idéia de independência total (MENEZES, 2006, p. 149).

A seguir vamos apresentar os diversos blocos econômicos e políticos que constituem e fazem parte da história da integração regional do continente africano, começando aprioristicamente pela União Africana (UA), antes Organização da Unidade Africana (ex-OUA), Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA – sigla inglesa), Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC – sigla inglesa), Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), União do Maghreb Árabe (UMA), Comunidade Econômica dos Estados da África Central (CEEAC), Comunidade da África Oriental (CAO) etc., em que o interesse maior pode recair sobre a CEDEAO e a SADC, na medida em que de acordo com (Menezes, 2006: 150), estes se traduzem nos dois principais blocos econômicos do continente africano, dando deste modo maior destaque para as regiões da África Ocidental e Austral.

Grosso modo, os blocos regionais africanos têm como finalidade principal a superação de um cenário desolador dos países dessa região, mais ou menos conhecido de todos: poucos meios de inserção na economia internacional, ou seja, o que fazer para colher os louros da globalização, pouca chance de crescimento sustentável da economia, conflitos internos (o que alguns chamariam de “terrorismo doméstico” – guerras civis, confrontos

étnicos e religiosos, violência urbana/insegurança civil³⁵, crises sociais etc.), instabilidade política, entre outros fatores que perturbam a viabilidade e o normal funcionamento de um Estado-nação e do capitalismo contemporâneo.

3.1.1 ORGANIZAÇÃO DA UNIDADE AFRICANA/UNIÃO AFRICANA

Encontrar uma pátria não é a mesma coisa que dormir onde nossos ancestrais costumavam morar.
- KRZYSZTOF CZYZEWSKI

Com o advento do processo de descolonização africana iniciada por volta dos finais da década de 1950, os dirigentes dos novos Estados expuseram a necessidade de que os resultados econômicos sejam igualmente favoráveis que os oferecidos pela independência política recentemente conquistada. Desta maneira criou-se em 1963 o que seria o primeiro organismo de caráter continental: A Organização da Unidade Africana (OUA) (BUFFA, 2006: 2).

A Organização da Unidade Africana (OUA), foi fundada em 25 de maio de 1963, em Addis Abeba, capital da Etiópia. Apresentava como finalidades a promoção da unidade e da solidariedade entre os Estados africanos, coordenar e fortalecer sua cooperação e seus esforços para oferecer melhores condições de existência aos povos da África, defender sua soberania, sua integridade territorial e sua autonomia, banir da África o colonialismo, sob todas as formas, realçar a cooperação internacional, tendo devidamente em vista a Carta das Nações Unidas e a Declaração Universal dos Direitos do Homem. Para atingir tais objetivos, os Estados participantes coordenarão e conciliarão suas diretrizes políticas gerais, especialmente nos domínios seguintes: política e diplomacia; economia, transportes e comunicações; educação e cultura; saúde, higiene e nutrição; ciência e técnica; defesa e segurança³⁶.

É necessário entender o surgimento da OUA no marco do auge de concepções de crescimento econômico contidas pela teoria de desenvolvimento elaborada pelos países centrais. Estas idéias difundiram-se largamente logo após a Segunda Guerra Mundial e estabeleceram a distinção reinante até agora entre países desenvolvidos e em vias de desenvolvimento. Deste modo, o ciclo que vai de 1963 a 1972 poderia ser caracterizado pela colocação em andamento de projetos e instituições de cooperação influenciados por

³⁵ Para mais análises sobre a insegurança civil e social, precarização laboral, condições sociais, desemprego, salário, bem-estar econômico e social etc., consultar Robert Castel (2009, 2005).

³⁶ Universidade da Bahia, Centro de Estudos Afro-orientais. *Carta da Organização da Unidade Africana*, 1963, pp. 24-25).

teorias importadas de feição capitalista a respeito do desenvolvimento, instrumentando-se a partir dali o que poderíamos chamar de regionalismo desenvolvimentista (BUFFA, 2006, p, 2).

Contudo, a União Africana (UA), fundada em 2002, é a organização que substitui a Organização da Unidade Africana (OUA). Fundamentada no modelo da União Européia, auxilia no fomento da democracia, direitos humanos e desenvolvimento em África, sobretudo no incremento dos investimentos estrangeiros através do Programa NEPAD – New Partnership for África’s Development.

A Organização da Unidade Africana, por sua vez, foi transformada em União Africana em julho de 2002 durante a reunião de Durban. O apoio sul-africano e os recursos prometidos pelo líder líbio Kadafi (que não está mais sob embargo internacional) foram decisivos para a ampliação dos objetivos da organização e a criação de condições para uma nova cooperação mais íntima entre os países do continente e para uma verdadeira integração. O Presidente Mbeki, sucessor de Mandela, e a Nepad – Nova Parceria Econômica para o Desenvolvimento Africano – também contribuíram para que algumas eleições transcorressem com tranquilidade, como a do Quênia e a de Madagascar, vencidas pela oposição, esta última apoiada pelos Estados Unidos (VISENTINI, 2013, p. 153).

Cabe aqui acentuar um pouco a questão do NEPAD, na medida em que é um dos derradeiros e mais importantes planos que surgiram no intuito de “salvar” o continente africano. Talvez seja outro grande feito do ex-presidente sul-africano Thabo Mbeki (1999-2008), também conhecido como mentor do IBAS em 2003, que em 2001 propôs o NEPAD, apesar de que o programa tivera seus primórdios em 1996 bem como a colaboração de outros líderes africanos (Obasanjo – Nigéria, Bouteflika – Argélia e Mubarak – Egito), enfim, a iniciativa de quase todas as maiores nações africanas, visando a erradicação da marginalização e do subdesenvolvimento africanos e estimular o crescimento da economia através da integração africana. Incluir os valores da luta antiapartheid sul-africana, restabelecer a autoestima e recuperar os valores pré-coloniais no âmbito da globalização e

do *African Renaissance* (primeiro componente do NEPAD – 1996 – e que indica a nova política africana da África do Sul), são as finalidades do NEPAD. O que distingue o programa de outros programas que fracassaram no continente africano é a sua relação inerente entre desenvolvimento econômico, governabilidade, paz, direitos humanos e democracia, compromissos dos participantes e administração africana do plano/o próprio continente cuidando dos seus assuntos.

Entretanto, a despeito das metas ambiciosas desse novo plano, ele apresenta paradoxos e controvérsias que podem inclusive originar o seu fracasso, levando-lhe ao mesmo destino sombrio e tenebroso dos seus congêneres anteriores. Como argumenta Döpcke (2002: 147),

...Uma leitura crítica do documento gera uma certa perplexidade, porque ele combina ideias que parecem contraditórias e antagônicas. Explicando o *malaise* e o subdesenvolvimento africanos, o plano recorre a figuras de raciocínio africanistas e de abordagens da escola da dependência. No que concerne aos remédios, aceita o discurso globalista liberal, recomendando privatizações, mais integração no mercado mundial, atrair capital financeiro e investimentos e a participação do continente na revolução da comunicação e da informação. (...)

Mesmo sendo um plano controverso, dois feitos (nem sempre salutares) podem ser atribuídos ao NEPAD: ajudou a inserir economicamente a África do Sul no continente africano (os produtos manufaturados deste país encontram mais espaços nos mercados africanos do que na UE e nos EUA) e levou esse mesmo continente a se abrir aos processos globalizacionais (inserção internacional), a sofrer as influências dos ventos da mundialização, em que a ideologia liberal econômica predominou nos países africanos – abertura de mercados, privatizações, livre circulação de capital financeiro e de mercadorias –, bem como no campo político – mais respeito aos direitos humanos dos cidadãos, política pluralista e eleições livres e transparentes (democracia). Contudo, considera-se que os

governantes africanos são os maiores detratores do NEPAD, visto que se o prato forte desse plano seria o vínculo estreito entre regime democrático, governabilidade (entenda-se aqui uma boa governança) e respeito aos direitos individuais das pessoas, os mesmos não atentam para essa responsabilidade, fazendo com que golpes de Estado, corrupção e desrespeito aos direitos humanos sejam fatos recorrentes.

A União Africana (UA) apresenta como meta a aceleração da integração política e sócio-econômica do continente, promovendo a integração regional como modo de desenvolvimento econômico. Esta organização possui hoje 52 países participantes, abarcando praticamente a totalidade do continente africano. Marrocos tomou a iniciativa de sair da UA por causa da aceitação de Saara Ocidental como membro. Guiné, Madagascar, Mali e Níger, por razões de golpe de Estado, encontram-se suspensos.

A Organização da Unidade Africana (OUA), por intermédio do seu Comitê Coordenador da Libertação da África, desempenhou uma função de extrema importância na história da descolonização do continente africano, na medida em que tanto pressionou a comunidade internacional na sua qualidade de grupo de pressão, como igualmente proporcionou ajuda direta aos movimentos de libertação nacional.

No seu embate contra o apartheid, a OUA teve também muito êxito. Ela conseguiu que a África do Sul e a Rodésia do Sul (atual Zimbábue)³⁷ fossem punidos pela ONU e que a Conferência de Teerã, de 1968, repugnasse mundialmente aquele regime racista e segregacionista como crime contra a humanidade.

No que concerne ao quesito cultura, esta Organização realizou em Argel (capital argelina), em agosto de 1969, o Primeiro Festival Pan-africano da Cultura e, em Mogadíscio (capital somali), em outubro de 1970, o Primeiro Workshop de Folclore, Dança

³⁷ Rodésia do Norte (atual Zâmbia).

e Música Africana. No que tange ao aspecto comercial, foi em Nairóbi (capital queniana) que em fevereiro de 1972 teve lugar a Primeira Feira de Negócios Pan-africana.

No sentido de estabelecer uma estratégia de integração econômica no continente africano, cabe ressaltar que duas preferências foram debatidas: a *pan-africana* e a *sub-regional*, em que a primeira privilegiava a instituição duma organização econômica de âmbito continental e a segunda advogava a execução de tratados de cooperação entre países geograficamente próximos, porém sem descartar a possibilidade de ampliá-los. Entretanto, a esmagadora maioria dos países preferiu os pactos sub-regionais, o que levou a Comissão Econômica da Organização das Nações Unidas para a África (ECA³⁸ – sigla inglesa) a sugerir a seguinte demarcação do continente: Oriental e Austral, Central, Ocidental e o Norte de África.

Com o intuito de instituir crescente e progressivamente uma Comunidade Econômica Africana até os finais do século passado, a referida sugestão da Comissão foi acolhida pela Conferência de Chefes de Estado e de Governo da OUA, que no decorrer dos anos 80, incentivaram todos os países africanos emancipados a envidarem esforços no sentido de consolidar as convenções econômicas sub-regionais já existentes e, se conveniente, instituir outras de forma a abarcar a totalidade do continente e fomentar o arranjo e a conformidade dos diversos agrupamentos.

Ainda no que concerne à União Africana, podemos ressaltar uma organização de Estados dessa União – a Comunidade Econômica Africana (CEA), criada em 1991 e

³⁸ Esta Comissão foi instituída em 1958 e se traduz numa das cinco comissões regionais sob a tutela da ONU. Fomentar o intercâmbio internacional para o bom desempenho da África, incentivar a integração regional, bem como auxiliar o desenvolvimento socioeconômico dos seus cinquenta e dois membros é o seu propósito. Política e gestão do desenvolvimento, política econômica e social, gênero e desenvolvimento, informação para o desenvolvimento, desenvolvimento sustentável e integração comercial e regional são os seis programas que englobam a ECA. Foi essa Comissão que pôs em prática as ideias do *African Renaissance*, traduzindo-as em políticas de desenvolvimento.

entrada em vigor em 1994, que estabelece as diretrizes para o bom desempenho econômico recíproco entre a esmagadora maioria dos Estados deste continente. Gerar áreas de livre comércio, uniões aduaneiras, um mercado comum, um Banco Central (BC), uma moeda única e, deste modo, obter uma união econômica e monetária³⁹ se traduzem nas finalidades desta organização.

Em seguida veremos os diferentes blocos regionais existentes no continente africano e que igualmente são designados de Comunidades Econômicas Regionais (CER). Boa parte destas CER's⁴⁰ constitui as bases da Comunidade Econômica Africana. O objetivo primordial das CER's é a cooperação comercial, embora haja em determinados casos alguma associação no campo militar e político.

Destarte, podemos mencionar os diversos blocos que realmente foram instituídos, em que aparecem o Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA – sigla inglesa), a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC – sigla inglesa), a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (ECOWAS – sigla inglesa) etc., em que estes dois últimos são os principais blocos econômicos formados no continente africano.

³⁹ Os ciclos que compreendem a integração econômica são: zona preferencial de comércio, área de livre comércio, união aduaneira, mercado comum, união econômica e monetária e integração econômica total.

⁴⁰ Entre elas podemos apontar: Comunidade dos Estados Sahel-saarianos (CEN-SAD), Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA – sigla inglesa), Comunidade Leste Africana (EAC), Comunidade Econômica dos Estados da África Central (CEEAC / ECCAS – sigla inglesa), Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD), Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) e União Árabe do Magrebe (UAM).

3.1.2 MERCADO COMUM DA ÁFRICA ORIENTAL E AUSTRAL

Sem conhecimento dos ventos e das correntes, sem senso de propósito, os homens e sociedades não se mantêm à tona por muito tempo, moral ou economicamente, tirando a água com balde.
- RICHARD TITMUSS

Os primeiros esforços desta organização data-se de outubro de 1965. Foi nesse período que a Comissão Econômica da ONU para a África (ECA – sigla) convidou os Estados autônomos da África Oriental e Austral para uma reunião ministerial no intuito de debater as propostas para encontrar um dispositivo de integração econômica entre estes países. No entanto, foi em 5 de novembro de 1993, em Kampala (capital ugandesa) que o convênio fundador da COMESA foi assinado. Validada em 8 de dezembro de 1994 em Lilongwe (capital malauiana), esta convenção substituiu a *Preferential Trade Area* (PTA) cuja existência data desde 1981. Os seus Estados membros são Burundi, Comores, República Democrática do Congo, Djibuti, Egito, Eritreia, Etiópia, Quênia, Líbia, Madagascar, Malauí, Maurícia, Ruanda, Seychelles, Sudão, Suazilândia, Uganda, Zâmbia e Zimbábue. O seu secretariado encontra-se na capital zambiana (Lusaka).

3.1.3 COMUNIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO DA ÁFRICA AUSTRAL

Nossa nação defende a democracia e bons drenos.
- JOHN BETJEMAN

A SADC (Southern Africa Development Community) apareceu em 1992 como resultado da alteração da SADCC (Southern Africa Development Co-ordination Conference), primeiro modelo de integração da África Austral, estabelecida em 1980 por nove Estados membros. De frisar que a SADC é formada por catorze nações sul-africanas, entre elas África do Sul, Angola, Botswana, República Democrática do Congo, Lesoto,

Madagascar, Malaui, Maurícia, Moçambique, Namíbia, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue. A sua sede fica em Gaborone (capital botsuanesa).

Entretanto, a SADC apresenta subgrupo. A União Aduaneira da África Austral (UAAA) representa um subgrupo da SADC. A UAAA traduz-se na União Aduaneira mais antiga do mundo. Foi estabelecida em 1910 como Acordo de União Aduaneira entre a então União da África do Sul e do Alto Comissariado dos Territórios *Bechuanaland* (atual República do Botsuana), *Basutoland* (atual Reino do Lesoto) e Suazilândia. Quando estes territórios foram autônomos, o pacto foi atualizado, e é assim que a 11 de dezembro de 1969, foi relançado como UAAA com a assinatura de tratado entre a República da África do Sul, Botswana, Lesoto e Suazilândia. Depois que a Namíbia se libertou da colonização sul-africana, em 1990, ela aderiu-se a UAAA como o seu quinto membro. O sindicato, que é atualizado oficialmente, começou a vigorar em 1 de março de 1970. Ele reúne todos os anos para debater assuntos relativos ao Acordo. Existe igualmente relação entre comissões técnicas, nomeadamente o Comitê Técnico de Ligação Aduaneira, o Comitê do Comércio e Indústria e o Comitê de Ligação à Subcomissão da Agricultura, reunindo-se três vezes ao ano. A finalidade do bloco baseia-se na manutenção do livre intercâmbio de mercadorias entre os países membros. Prevê-se uma pauta externa única e uma política comum imposta pela pauta aduaneira comum para esta zona.

Contextualizar o aparecimento da SADCC no interior do cenário internacional da Guerra Fria nos ajudaria a entender a natureza peculiar deste processo de integração regional. Como sabemos, a Guerra Fria foi marcada pelos confrontos ideológico e militar entre Estados Unidos (liberalismo) e União Soviética (socialismo). A origem da SADCC se encontra fortemente vinculada aos processos da conjuntura internacional com altas nuances

político-ideológicas mais do que econômicas. Seria um equívoco pensar que esta Conferência surgiu por motivos unicamente econômicos.

Tanto os Estados Unidos como a ex-União Soviética tenderam-se a globalizar seus sistemas de segurança, formando uma clientela de Estados satélites com o intuito de contrabalançar o poder e a influência da potência rival. Neste marco se insere a problemática da África Austral, onde o regime do *apartheid* sul-africano operava como aliado do Ocidente. Na verdade, aos ianques interessavam-lhes a vigência do regime porque viam a África do Sul como um ponto estratégico para a passagem dos navios petroleiros entre o Atlântico e o Índico; enquanto que à África do Sul convinha-lhe tratar a problemática da região em termos do conflito Leste-Oeste para receber o apoio do Ocidente. Por seu turno, os soviéticos, comprometidos ideologicamente com o fim do *apartheid*, tiveram que enfrentar o governo de Pretória que era aliado do Ocidente e potência hegemônica da região, tentando equilibrar o poder sul-africano por meio de um fortalecimento de sua aliança com o grupo de países da Linha de Frente – majoritariamente membros de SADCC (BUFFA, 2006, p. 3).

No entanto, por questões de instabilidade e de insegurança política nesta região, esta Conferência encontrou problemas para levar a cabo os seus intentos. Realmente, ataques, invasões, sabotagens, agressões militares e desestabilização da política e da economia foram praticados pelo regime de *apartheid*. Estas práticas prejudicaram tanto as pessoas como os países vizinhos, como, por exemplo, Angola e Moçambique, onde grupos contrarrevolucionários como UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola) e RENAMO (Resistência Nacional Moçambicana) receberam apoio financeiro e logístico.

A despeito destas dificuldades, ganhos foram obtidos pela SADCC como apoios financeiros e diplomáticos da comunidade internacional, o primeiro para concretizar o seu projeto de ação e o segundo para combater e eliminar o regime de *apartheid*. Os setores de comunicação, transportes, energia e investigação agrícola igualmente registraram os seus desempenhos. Porque assinalou redes de associação regional entre os países membros, esta

Conferência também funcionou como via inicial e sustentáculo sólido para a integração regional do cone sul africano.

Como vimos acima, a SADC substituiu a SADCC. Foram exatamente as dificuldades enfrentadas pela SADCC, bem como as mudanças observadas no cenário inter-regional e internacional (o que evidenciaram os seus limites e esgotamento) que impulsionaram os próceres dos países membros desta Conferência a substituí-la por um programa mais moderno, atual e eficiente, de modo a objetivar as metas traçadas e finalmente firmar um regionalismo eficaz. De ressaltar que a SADCC se traduzia num organismo internacional, porém destituído de tratado.

Novas condições para o debate de uma nova ordem internacional surgiram com o término da Guerra Fria e com o avanço do processo democrático sul-africano. O regionalismo aberto levado a cabo pela estratégia de integração articulada pelos países africanos deveu-se ao êxito do modelo econômico liberal. Com isso, os esquemas regionais começaram a aperfeiçoar-se como meios eficazes de estímulo às finalidades do desenvolvimento econômico, promovidos pela reformulação global da validade dos princípios fundamentais de cooperação regional.

A partir de a perspectiva internacional, vemos que com o fim do conflito bipolar reduziu-se o ingresso de dinheiro e ajuda para os países africanos, aos quais começou-se a exigir avanços no processo democrático e aplicação de programas de ajuste estrutural. Neste sentido, o Banco Mundial estimulou na África as doutrinas das forças do mercado e máxima integração, demonstrando sua intenção de apoiar a integração regional apenas na medida em que as forças de mercado foram dominantes na determinação dos fluxos de comércio e investimentos. Desta forma, poderíamos dizer que os novos processos de integração se inserem no marco de duas estratégias por parte dos governos africanos; por um lado, contribuir a um melhor posicionamento da região dentro da economia mundial fortalecendo suas capacidades de negociação; e por outro lado, proteger os Estados membros das consequências negativas da globalização, em resposta ao livre comércio e como estratégia para a auto-suficiência coletiva. Neste marco desenvolveu-se em 1992 a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral sobre a base da antiga SADCC (BUFFA, 2006: 4).

Aqui podemos notar como os processos de integração regional, a globalização e o neoliberalismo são fenômenos que se inter-relacionam, em que os dois últimos influenciam o primeiro. Como dizia Bourdieu, o neoliberalismo é um processo de destruição sistemática da coletividade. Diante das políticas impostas pelos organismos financeiros internacionais (ajuste estrutural), designadamente o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, aos países africanos, estes se viram diante da obrigatoriedade de se cooperarem, no sentido de garantirem sua subsistência nessa era da globalização e, simultaneamente, evitar que as consequências deste fenômeno sejam devastadoras. Não esqueçamos que se trata de Estados mais débeis e mais passíveis de instabilidades políticas, desequilíbrios econômicos, crises sociais, choques culturais, tensões étnicas etc.

Se levarmos em consideração essa terceira onda (sociedade pós-industrial) em que vivemos, a situação de interdependência a nível mundial (globalismo), em que para além dos atores governamentais temos outros não governamentais, internacionais, transnacionais etc., que podem igualmente debater, influenciar e decidir sobre certos assuntos nacionais, regionais e/ou internacionais com maior poder de influência que certos Estados, a formação de blocos regionais (nomeadamente económico-políticos) por parte dos Estados africanos seria cabível e racional.

O que de fato impulsionou o surgimento da integração regional nesses países da África Austral foi o incômodo gerado neles pela situação sul-africana, ou seja, os Estados africanos mais próximos da África do Sul sentiam-se ameaçados pelo seu regime de *apartheid*.

Ao lançar um rápido olhar sobre o recente passado político da África Austral, observa-se que ele é um tanto complexo e catastrófico, isto é, não destoando muito da realidade do continente africano, em que podemos apontar os casos angolano,

moçambicano, zimbabuano e namíbio. Os dois primeiros países (Angola e Moçambique), à semelhança das restantes ex-colônias portuguesas na África (Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe), foram na verdade os últimos países a se emanciparem do jugo colonial no continente africano (1974-1975), para não dizer no mundo (exceção talvez seja o Macau entregue à China em 1999), e mesmo assim a independência política não lhes garantiu imediata paz e tranquilidade interna, particularmente Angola. O Zimbabué também não teve a melhor sorte na medida em que os negros tiveram de travar uma luta sangrenta e problemática não apenas contra o colonialismo, mas igualmente para derrubar o governo branco minoritário (de Ian Smith) e assumir eles mesmos o destino do país. Essa façanha só foi conseguida por Robert Mugabe em 1980⁴¹. Já a Namíbia teve de enfrentar a opressão da própria África do Sul que substituiu a Alemanha (desde o fim da Primeira Guerra Mundial) no processo da colonização⁴². Foi a Organização dos Povos do Sudoeste da África (SWAPO – sigla inglesa) que por muito tempo defrontou o poder colonial da África do Sul, levando à independência da Namíbia em 1990.

Portanto, durante boa parte da Guerra Fria, mais ou menos nas últimas três décadas, as duas potências mundiais (EUA e ex-URSS) influíram os destinos políticos da região austral do continente africano, provocando grave instabilidade política e a consequente debilidade econômica. Porém, mais do que a intervenção da bipolaridade (mundial), seguramente era a própria África do Sul (na verdade, com apoio e/ou cumplicidade ocidental) quem não contribuía para a pacificação dessa região, notadamente o apoio que o regime de *apartheid* (governo minoritário branco) atribuía aos grupos rebeldes de muitos

⁴¹ Mugabe faz parte da União Nacional Africana do Zimbabué – ZANU (sigla inglesa), um dos dois principais grupos que lutaram por um Zimbabué independente. Outro grupo é a União Africana do Povo do Zimbabué – ZAPU (sigla inglesa).

⁴² Com o fracasso na Primeira Guerra, Alemanha perdeu as suas possessões no continente africano.

países vizinhos, como por exemplo, Angola e Moçambique⁴³. O Zimbabué também teve os seus conflitos internos fustigados pelo governo minoritário branco sul-africano, e o caso namibiano, como vimos acima, foi de colonização propriamente dita. A explicação por essa atitude da África do Sul na aposta em desestabilizar os recém-independentes países da África Austral reside no fato de que a minoria branca que dirigia esse país se sentia desolada no meio de tantos governos (geralmente de vocação socialista) sob a liderança dos próprios nativos do continente.

A FNLA e a Unita eram correntes moderadas e pró-ocidentais de base étnica do norte (bakongos) e do sul (lunda, ambó e nganguela), respectivamente, e o MPLA de tendência marxista, de base urbana e interétnica, mas com predominância dos quimbundos e ovimbundos, da região central e litorânea. A primeira era apoiada pelo Zaire (Mobutu era cunhado de Holden Roberto), Estados Unidos e China, a segunda pela África do Sul, China e pelas próprias autoridades portuguesas, enquanto o terceiro movimento tinha um suporte cubano e soviético (VISENTINI, 2013: 131).

Perante esse quadro protagonizado pela África do Sul, naturalmente que seus vizinhos meridionais teriam de arranjar uma estratégia de defender seus interesses políticos e econômicos, deste modo pondo cobro ao clima de instabilidade e desconfiança instalada na África Austral. A saída encontrada foi a formação de bloco econômico no contexto da política de integração regional, o que levou ao aparecimento em 1980 (através da Declaração de Lusaka – capital da Zâmbia) do antecessor da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC – sigla inglesa), a Conferência para a Coordenação do Desenvolvimento da África Austral (SADCC – sigla inglesa).

...Constava na Declaração, como principais objetivos do grupo, maior autonomia face à África do Sul, liberação econômica e desenvolvimento integrado das economias nacionais. O programa de ação concretizava-se sobre a premissa de que

⁴³ Os grupos insurgentes União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), liderado pelo guerrilheiro Jonas Savimbi e a Resistência Nacional de Moçambique (RENAMO) receberam arsenais e dinheiro da África do Sul.

era imprescindível aos Estados africanos próximos à África do Sul a união de suas forças para superar o quadro histórico de dependência com relação à economia mais forte do continente. Dessa maneira, buscaram os Estados fundadores da SADCC a cooperação em várias áreas econômicas, como agricultura, alimentação, indústria, energia, comércio, turismo, mineração e recursos humanos. Havia, ainda, a compreensão de que o ponto mais importante, e que refletia o maior grau de dependência, encontrava-se especificamente nos setores de transportes e comunicações, daí a prioridade concedida a essas áreas, o que exigiria um enorme esforço por parte das fracas economias nacionais (MENEZES, 2006, p. 160).

Em termos de atenuar os conflitos internos, diminuir as influências externas, aumentar os investimentos e tornar mais robustas as economias dos quatro países mais próximos (Angola, Moçambique, Namíbia e Zimbabué - os chamados Estados da Linha de Frente) a África do Sul, a SADCC foi praticamente inoperante. No período em que vigorou (1980-1992), esta organização não tornou menos dependente as economias dos países da África Meridional em relação à economia sul-africana, nem esta última registrou grandes avanços, visto que os derradeiros anos da Guerra Fria não foram muito fáceis para o regime de *apartheid*. O governo de minoria branca já deparava com duras sanções internacionais, o que apenas solapava a sua economia e evidenciava cada vez menos a simpatia do Ocidente. A solução só viria com o fim da Guerra Fria, a dissolução da União Soviética, a reabertura da economia mundial, o surgimento da SADC e a reestruturação econômica correlata dos países da região.

Os fundamentos da SADC primam mais pelo pacto e solidariedade entre os Estados membros do que pelas meras questões do mercado como geralmente acontece com os blocos econômicos (pelo menos os mais elementares, ou seja, aqueles que não passaram das primeiras etapas de uma política de integração regional). Basta observar que as suas máximas fundamentais traduzem-se notadamente na supremacia e equidade entre os Estados membros; reciprocidade, harmonia e estabilidade; comedimento, equidade e proveito recíproco; direitos humanos, valores democráticos e cumprimento da lei. Contudo,

a formação de um mercado livre não deixa de entrar em pauta, uma vez que isso atrairia, por um lado, os investimentos internacionais para a região meridional africana e, por outro, fortaleceria sobremaneira as economias nacionais desses países. Apesar de todos esses esforços, o peso econômico sul-africano (associado à influência mundial de seu então líder Mandela), mais a dissemelhança e a pluralidade das sociedades e economias dos países da região, continuam seguramente a assombrar o normal desempenho da SADC e uma efetiva integração regional.

A coordenação setorial foi uma das alternativas encontradas pelos países economicamente mais debilitados no sentido de reduzir a sua dependência da África do Sul. Porém, essa noção de cada país tratar de um assunto específico (comunicações, transportes, energia, mineração, indústria etc.) parece não ter sido exitosa. Supostamente os países ficaram mais equânimes, porém isso tornou mais morosas e menos aptas as deliberações dos países concernentes à Comunidade.

Os problemas mais conturbadores de uma integração regional estão no contexto político, e a SADC constitui um exemplo emblemático disso na medida em que seus conflitos, fricções, desmembramentos territoriais, dirigentes controversos (Robert Mugabe, por exemplo) etc., expõem o bastante delicado arranjo político ainda a ser feito. Enfim, questões políticas parecem obstruir duramente o esforço de integração econômica regional da África Meridional.

3.1.4 COMUNIDADE ECONÔMICA DOS ESTADOS DA ÁFRICA OCIDENTAL

Diférenciamo-nos de outros Estados por considerar inútil o homem que fica alheio à vida pública.
- PÉRICLES

A ECOWAS (sigla inglesa) surgiu em maio de 1975 por intermédio do Tratado de Lagos (Nigéria), apresentando como finalidade o estímulo ao comércio regional e a cooperação e o progresso da região. De modo a ampliar a integração econômica e estender a cooperação no campo político, englobando a instituição de um parlamento da África do Oeste, um conselho econômico e social, bem como um novo tribunal para garantir a concretização das deliberações da Comunidade, o referido pacto passou por uma revisão e assinatura em julho de 1993. Ela é formada pelos seguintes países: Benin, Burkina Fasso, Cabo Verde, Costa do Marfim, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Libéria, Mali, Níger, Nigéria, Senegal, Serra Leoa e Togo. A ECOWAS também apresenta subgrupos. A União Econômica e Monetária do Oeste Africano (UEMOA) e a Zona Monetária da África Ocidental (ZMAO) constituem os dois subgrupos da ECOWAS.

A UEMOA foi estabelecida a 10 de janeiro de 1994, em Dakar (Senegal), por Benin, Burkina Faso, Costa do Marfim, Mali, Níger, Senegal e Togo. A Guiné-Bissau aderiu-se a esta organização em 2 de maio de 1997. O Franco CFA é a moeda comum destes países.

Apesar de ser firmada apenas em 1975, em verdade é na década de 1960 que encontram os primeiros passos para a integração regional e formação da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO). Quatro iniciativas estariam na sua origem: projeto liberiano, que planejou a Organização Interina para a Cooperação Econômica na África Ocidental; Conferência para Coordenação Industrial, efetuada em

Bamako (capital malinesa), financiada pela Comissão Econômica para África e pela Organização para Agricultura e Alimentação (ECA/FAO-ONU), que objetivava, sobretudo a instalação da indústria siderúrgica na região; Conferência de Niamey (capital do Níger), também financiada pela Comissão Econômica para África (ECA-ONU), que visava fortalecer a capacidade da integração econômica regional, alargando a atividade da Comunidade Econômica da África do Oeste (CEAO), organização que operava nos ex-territórios franceses; o projeto comum patrocinado pela Nigéria e pelo Togo, que por fim instituiu a Ecowas em 1975 (MENEZES, 2006: 151).

De frisar o papel que a Nigéria e o Togo tiveram na consolidação da CEDEAO, envidando esforços, diga-se diversas conferências e concertações, no sentido de agilizar o processo e fomentar as trocas comerciais e o pacto no plano econômico entre os países desse bloco econômico e político.

Como geralmente acontece com as iniciativas de integração regional, levar a cabo a integração econômica em mais distintos setores (telecomunicações, transporte, finanças, comércio, cultura e sociedade, indústria, recursos naturais, agricultura, energia etc.) é uma das mais importantes finalidades dessa Comunidade, tarefa nem sempre fácil devido ao quadro político, econômico, social, étnico, cultural etc., dos países dessa região do continente africano. No entanto, a CEDEAO é munida de muitos órgãos e dispositivos no intuito de acelerar o processo de cooperação e superação dessas dificuldades entre seus países membros⁴⁴.

⁴⁴ O Conselho dos Chefes de Estado e Governo, Conselho de Ministros, Parlamento Comunitário, Conselho Econômico e Social, Corte de Justiça da Comunidade, Secretaria Executiva, Fundo para Cooperação, Compensação e Desenvolvimento, Agência Monetária da África Ocidental e Comissões Técnicas Especializadas são os diferentes mecanismos que entram na composição da CEDEAO.

A empreitada pode ser espinhosa porque o caminho é sinuoso, mas instituir uma União Econômica e Monetária entre seus países membros é o maior intuito dessa Comunidade, que vem investindo muito no ramo da informática e infraestrutura, adicionado o ajustamento das políticas macroeconômicas, a fim de melhorar a *performance* da cooperação econômica. Dos quinze países dessa Comunidade, apenas oito fazem parte da União Econômica e Monetária do Oeste Africano (UEMOA) e adotaram o Franco CFA como moeda única. Portanto, sete países ainda teriam de aderir e corroborar essa ideia de uma real integração regional no Oeste africano.

Como geralmente acontece com os blocos formados pelos países do Sul global (particularmente do continente africano), os desafios a serem enfrentados pela CEDEAO rumo à integração econômica de seus países são inúmeros. Já vimos acima que é no quadro político que residem os mais problemáticos fatores que inviabilizam a consolidação de qualquer bloco econômico regional, e esta Comunidade conta com sérios problemas étnicos e políticos, culturais e religiosos, e pouca complementaridade entre as economias de seus países. Por serem países muito heterogêneos em termos étnicos, sociais, culturais etc., até recentemente colonizados pelas potências européias (notadamente França e Inglaterra), e cujo setor mais forte é o setor primário (matérias primas e *commodities*), esses países não dispõem de muitos produtos para incrementar o comércio regional e suprir as suas necessidades. Por isso, continuam a exportar muito mais para as ex-metrópoles do que intrabloco; importam basicamente todos os produtos industrializados dos países centrais justamente por não produzirem ainda produtos de alto valor agregado, nem disporem de tecnologia sofisticada. É essa ordem de fatores que emperra os países da África Ocidental e lhes impede de tornar essa Comunidade mais integrada.

O fim da Guerra Fria e da bipolarização mundial, a multilateralização, a expansão da globalização e a reabertura econômica, por um lado impulsionaram o aparecimento de blocos econômicos regionais (novo regionalismo), porém, por outro lado, a força do fenômeno da globalização, o neoliberalismo e a livre circulação do capital financeiro, volátil e flexível (que submete os capitais social, comercial, industrial, cultural, educacional etc.), acarretaram geralmente reflexos negativos para o esforço de integração econômica regional no Sul global, e evidentemente que a CEDEAO não constitui exceção.

Sendo assim, esta Comunidade teve de se reunir já no início da década de 90 (1993), e rever o tratado que originou a CEDEAO (Tratado de Lagos, 1975), a fim de tratar das novas questões que poderiam afetar o bloco. Integração e cooperação entre os Estados membros, uma área de livre-comércio, união alfandegária, união econômica e monetária e desenvolvimento regional foram as questões mais enfatizadas na *Revisão do Tratado da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental*.

Contudo, apesar de todas as iniciativas e procedimentos que os países da CEDEAO vêm tomando, a sua fraca e desestruturada economia, ambiente político ambíguo, miséria social etc., são o *calcanhar de Aquiles* desta Comunidade na sua tentativa de integração econômica regional. Mesmo assim, a iniciativa de formar esse bloco econômico regional é louvável, visto que em tempos de globalização, hostilidade comercial dos países de capitalismo avançado, fluxos financeiros transfronteiriços, ajuste estrutural etc., agir de forma isolada e não sob a forma de bloco econômico pode ser mais catastrófico especialmente para os países do Sul global, onde o mal (mais) ronda a terra (presa de desgraças crescentes), a riqueza acumula (gerando a decadência humana) e as insatisfações

do tempo presente aumentam⁴⁵, e em que o sofrimento humano imposto pela modernidade capitalista (Sul metafórico) é mais premente.

3.1.5 UNIÃO DO MAGHREB ÁRABE

Todo homem é um pedaço do Continente, uma parte da Terra.
- JOHN DONNE

Seguindo na mesma esteira de análise, abordaríamos ainda outros blocos e organizações, como por exemplo, a União do Maghreb Árabe (UMA). Esta União teve a sua origem à luz do tratado de Marrakech (Marrocos), assinado em 17 de fevereiro de 1989, tendo Argélia, Líbia, Marrocos, Mauritânia e Tunísia como os seus Estados-membros. A livre-circulação de pessoas, serviços, produtos comerciais e capitais, bem como a aplicação de políticas conjuntas para o desenvolvimento industrial, agrícola, comercial e social etc., se traduzem nas finalidades básicas desta União.

3.1.6 COMUNIDADE ECONÔMICA DOS ESTADOS DA ÁFRICA CENTRAL

Nós conseguimos tudo, mas para mim parece que nossas conquistas satirizaram aquilo que sonhamos.
- KRZYSZTOF KIESLOWSKI

A Comunidade Econômica dos Estados da África Central – CEEAC - foi instituída em dezembro de 1981, em Libreville (capital do Gabão), igualmente cidade sede da organização, porém iniciou o seu funcionamento apenas em 1985. Incentivar a cooperação e o desenvolvimento autossustentável, especialmente a estabilidade econômica e a elevação da qualidade de vida são os propósitos deste bloco. Os seus países membros são: Burundi,

⁴⁵ Ver Judt (2011).

Camarões, República Centro-Africana, Chade, Congo, Guiné-Equatorial, Gabão, Ruanda, São Tomé e Príncipe, República Democrática do Congo e Angola. Ademais, gerar um fundo de desenvolvimento e unificar os bancos comerciais, aperfeiçoar a indústria, o transporte e as comunicações, fortalecer a livre circulação de pessoas, bens e serviços, traçar uma pauta externa comum e suprimir encargos alfandegários entre os Estados membros traduzem-se noutras políticas propostas pelo bloco.

A Comunidade Econômica e Monetária da África Central (CEMAC) é de fato um subgrupo da CEEAC que surgiu em 16 de março de 1994, em N'Djamena (capital chadiana). Os países que fazem parte desta Comunidade são: Camarões, Gabão, Guiné-Equatorial, Congo, República Centro-Africana e Chade. Na verdade, a CEMAC é mais um alargamento da União Monetária - BEAC (Banco dos Estados da África Central, que é o Banco Central que serve os seis países da África Central que formam a CEMAC) e da União Aduaneira e Econômica da África Central, estabelecida em 8 de dezembro de 1964.

3.1.7 COMUNIDADE DA ÁFRICA ORIENTAL

Ainda que você possa ser mais alto que seu pai, você ainda não é seu igual.
- Provérbio Ashanti

A Comunidade da África Oriental (CAO) é a comunidade dos governos das repúblicas do Quênia, da Tanzânia e do Uganda, e que ultimamente passou a contar com a presença do Burundi e do Ruanda. A sede da CAO encontra-se em Arusha (Tanzânia), e a organização tem como finalidade o aprofundamento do intercâmbio entre os seus Estados membros nos setores político, econômico, social etc., no intuito de viabilizar o seu progresso e desempenho.

Na verdade, a história de arranjos de integração regional envolvendo Quênia, Tanzânia e Uganda já é bastante longa. Em 1917 foi estabelecida a União Aduaneira entre Quênia e Uganda, e que em 1927 teve a adesão da Tanganica⁴⁶; a “Alta Comissão do Leste Africano” (East African High Commission), que vigorou de 1948 a 1961, foi uma unidade administrativa do Império Britânico; a “Organização de Serviços Comuns do Leste Africano” (East African Common Services Organization), 1961-1967; a primeira Comunidade da África Oriental, 1967-1977 e a Comissão Tripartida Permanente para a Cooperação entre os Estados da África Oriental, 1993-2000.

Após essa trajetória histórica envolvendo os três primeiros países integrantes deste bloco, nota-se que a CAO teve um primeiro e um segundo momento. Depois de surgir em 1967 e extinguir em 1977, em 1984 novamente os países se reuniram e estabeleceram um Pacto de Mediação para a Divisão do Ativo e Passivo que foi negociado entre Quênia, Tanzânia e Uganda. Este pacto abriu vias para a retomada da CAO. Foi assim que a 30 de novembro de 1993, os três chefes de Estado assinaram um Acordo para o Estabelecimento duma Comissão Tripartite Permanente para a Cooperação entre os Estados da África Oriental. O Secretariado dessa Comissão foi inaugurado em 14 de março de 1996 em Arusha.

Em 29 de abril de 1997, os chefes dos três Estados solicitaram a revisão do Acordo da Comissão Tripartite Permanente. Com essa revisão, foi assinado em Arusha, em 30 de novembro de 1999, o segundo Pacto da Comunidade da África Oriental, o mesmo vigorando a partir de 7 de julho de 2000. Em 30 de novembro de 2006, Burundi e Ruanda

⁴⁶ Tanganica e a ilha de Zanzibar se uniram formando a Tanzânia em 1964. De 1880-1919 foi colônia alemã, e de 1919-1961 foi colônia britânica. O seu nome derivou-se do Lago Tanganica – que constituía a sua fronteira ocidental.

tiveram a admissão aprovada e, em 18 de junho de 2007, viraram membros plenos da Comunidade da África Oriental.

3.1.8 ÁFRICA, CARAÍBAS E PACÍFICO (ACP)

O mal ronda a terra, pressa de desgraças crescentes, onde a riqueza acumula e vivem homens decadentes.
OLIVER GOLDSMITH, The deserted village
(A aldeia abandonada) (1770)

A ACP (África, Caraíbas e Pacífico) se traduz numa agremiação de países *africanos* (África do Sul, Angola, Benin, Botsuana, Burkina Faso, Burundi, Cabo Verde, Camarões, Chade, Comores, Congo, Costa do Marfim, Djibouti, Guiné Equatorial, Eritreia, Etiópia, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Lesoto, Libéria, Madagascar, Malawi, Mali, Maurícia, Mauritânia, Moçambique, Namíbia, Níger, Nigéria, Quênia, República Centro-Africana, República Democrática do Congo, Ruanda, São Tomé e Príncipe, Senegal, Serra Leoa, Seychelles, Somália, Suazilândia, Sudão, Tanzânia, Togo, Uganda, Zâmbia e Zimbábue), *caribenhos* (Antígua e Barbuda, Bahamas, Barbados, Belize, Dominica, Granada, Guiana, Haiti, Jamaica, República Dominicana, Santa Lúcia, São Cristóvão e Névis, São Vicente e Granadinas, Suriname e Trinidad e Tobago) e *pacíficos* (Estados Federados da Micronésia, Fiji, Ilhas Cook, Ilhas Marshall, Ilhas Salomão, Kiribati, Nauru, Niue, Palau, Papua-Nova Guiné, Samoa, Timor-Leste, Tonga, Tuvalu e Vanuatu), constituída para organizar as atividades da Convenção de Lomé de 1975. O Acordo de Cotonou⁴⁷ substituiu a Convenção de Lomé e, salvo Cuba, todos os Estados das mencionadas regiões são seus signatários.

⁴⁷ É um pacto econômico entre os países ACP e a União Européia. Teve lugar em Cotonou (sede do governo de Benin), em 23 de junho de 2000, e visa regular ao menos até 2020 a relação ACP-UE. Abrange mais de 100 países (os 79 países ACP e os Estados-membros da EU).

A Convenção de Lomé foi aperfeiçoada ao longo do tempo. Por isso as Convenções de Lomé I, II, III e IV. Quarenta e seis países ACP assinaram a primeira Convenção (28 de fevereiro de 1975), em que a coordenação comercial assegura o livre acesso ao mercado comunitário da esmagadora maioria dos produtos dos países ACP, a garantia da estabilidade das receitas de exportação para trinta e seis produtos-base, preservando-as contra as oscilações de preços do mercado mundial – Stabex -, o intercâmbio industrial e financeiro e a formação de instituições vocacionadas para a administração conjunta de todos os tratados, são as suas finalidades.

Já o Tratado de Lomé II (1979) incluía cinquenta e oito países ACP, em que os seus escopos não diferenciavam muito dos do primeiro. Ele veio consolidar os pactos anteriores e criar a associação mineira e energética – *Sysmin*⁴⁸. A associação no âmbito das pescas e políticas que beneficiam a mão de obra e definem os mecanismos de estímulo comercial igualmente foram implementadas por este Tratado. O desempenho aut centrado e o auxílio a políticas setoriais traduzem-se nas novas abordagens do Tratado de Lomé II.

A Convenção de Lomé III teve lugar em 1984 e contou com a presença de 66 países. Seu protocolo sobre açúcar prevê a importação de 1,3 milhão de toneladas de açúcar a preços europeus. Os países exportadores de açúcar de cana como Guiana, Fiji, Maurícia etc., encontrariam nesse pacto um excelente meio de alavancar seu processo de crescimento econômico e, conseqüentemente, o desenvolvimento das suas respectivas sociedades.

Finalmente, o Pacto de Lomé IV (1990), com 70 países participantes, um número sempre crescente e que evidencia a importância e o sucesso dessa Convenção, desta feita

⁴⁸ *Le Système de Développement du potentiel minier*, o que literalmente traduzido seria O Sistema de Desenvolvimento do potencial mineiro.

ênfatiou os investimentos privados e as empresas. Ademais, ele favoreceu a abertura aos parceiros não institucionalizados tais como as cooperações, os sindicatos etc.

3.2 BLOCOS (REGIONAIS) CARIBENHOS E CENTRO-AMERICANOS

Os líderes da revolução haitiana levaram a sério a mensagem de liberdade e igualdade que ouviram de Paris e levantaram-se para declarar o fim da escravidão. Para seu espanto, foram informados pelo governo revolucionário da França que os direitos do homem e do cidadão não se estendiam aos negros [...]

Se há uma definição universalmente aceitável da modernidade, é esta: a de que, ao nos ensinar a empregar os métodos da razão, a modernidade universal nos permite identificar as formas de nossa própria modernidade particular.
- PARTHA CHATERJEE

O aparecimento e o vigor do novo regionalismo em nível planetário, particularmente na década de 1990, igualmente incentivou a política de integração regional na América Central e Caribe, em que o crescimento proporcionado tanto pela integração regional quanto pela sua política econômica logrou interesse dos países dessas regiões.

Com o fito de impulsionar um crescimento econômico mais veloz, tais países abraçaram a política que a América do Sul havia aplicada nos anos 60, ou seja, tentar se industrializar através da substituição de importações. Uma vez que a industrialização através da substituição de importações não surtiu o efeito esperado (o mesmo aconteceu na América do Sul), a instituição de um mercado regional foi a iniciativa escolhida. Dessa sorte, o Mercado Comum Centro-Americano (1960), a Associação de Livre Comércio do Caribe (1968), que virou Comunidade do Caribe (1973), apareceram como projetos sub-regionais de uniões alfandegárias.

Como os mercados internos dos países em desenvolvimento eram pequenos, as vias encontradas durante o ciclo do velho regionalismo para alavancar a economia e,

conseqüentemente, aumentar o poder aquisitivo e melhorar o nível de vida das pessoas, foram as composições de uniões alfandegárias nessa região a fim de aquecer o setor de exportação.

Acentua Oliveira (2009: 105) que

A integração econômica dentro desta visão do regionalismo tradicional, permitindo a produção de bens públicos – infra-estrutura física, inovações tecnológicas, atividades de pesquisas científicas -, poderia aumentar o volume de investimentos estrangeiros diretos, atraídos por um mercado regional mais abrangente do que aqueles nacionais e ainda ampliaria o poder de negociação coletiva dos governos em suas relações econômicas no exterior, reduzindo assim a vulnerabilidade dos países dependentes, fato que não ocorreu.

Diversos fatores estão na origem do revigoreamento dos blocos econômicos da América Central e Caribe, começando pelas crises de petróleo dos anos 70 (1973 e 1979), as mudanças dos anos 80, até os novos ventos de regionalização da economia global ocasionados pelo novo regionalismo do período pós-Guerra Fria. Novas iniciativas, pactos bilaterais originando áreas de livre comércio, em que aplicações e mercadorias poderiam transitar livremente, surgiram em decorrência disso.

A década inflacionária da década de 1980 carregava consigo a perda de poder de consumo do operariado mundial, o que enfraqueceu os movimentos comunistas em várias regiões do planeta. Ao aumento dos juros internacionais seguia-se a cotação baixa nas bolsas de valores, desemprego, quebra de pequenas e médias empresas, endividamento. A redução da demanda aguçava a competição por mercados entre os países industrializados. Enquanto o discurso livre-cambista crescia, as guerras comerciais, as políticas protecionistas, o *dumping*, os subsídios governamentais às exportações, entre outros mecanismos, atingiam níveis inéditos⁴⁹.

Um dos resultados desse processo foi a estruturação dos megablocos, ou seja, dos processos de integração econômica supranacional,... Tal fenômeno representava o estabelecimento de um protecionismo ainda maior, dentro de áreas geoeconômicas ampliadas, ou seja, era parte integrante da acirrada competição econômica contemporânea (Ibidem).

⁴⁹ Trecho extraído do texto disponibilizado pelo curso à distância com tutoria “Relações Internacionais – temas contemporâneos” (turma A – 1ª oferta – 2013), do Instituto Legislativo Brasileiro.

O livre comércio e os planos de estabilização capitaneados pelo mercado foram adotados pela esmagadora maioria dos países dessa região, no sentido de se inserir no processo globalizacional (mercado aberto regional), e não correr os riscos derivados do isolacionismo.

3.2.1 ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS DO CARIBE ORIENTAL

Meu objetivo na vida é tornar a vida mais agradável para a imensa maioria; não me importo se no processo ela se tornar menos agradável para a minoria abastada.
- JOSEPH CHAMBERLAIN

A Organização dos Estados do Caribe Oriental (OECS, OECS – sigla inglesa) constitui-se numa organização regional intergovernamental surgida em 18 de junho de 1981, pelo Pacto de Basseterre (capital são-cristovense). Os seus membros são: Antígua e Barbuda, Dominica, Granada, Monserrate, São Cristóvão e Névis, Santa Lúcia e São Vicente e Granadinas. Anguilla e Ilhas Virgens Britânicas são seus membros associados. O secretariado – órgão fundamental do bloco - tem a sua sede em Castries (capital santaluciense), e Len Ishmael (economista de Santa Lúcia) é a sua Diretora Geral. O Tribunal Supremo Caribenho Oriental bem como o Banco Central do Caribe Oriental formam suas instituições básicas.

A promoção da boa vizinhança entre os países e dependências do Caribe Oriental, a garantia dos direitos humanos e jurídicos, o crescimento sustentável, harmonização e integração econômica, e a cooperação técnica são os objetivos da OECS. Comércio, transportes, turismo e auxílio mútuo para catástrofe natural (o caso de furacões que são comuns nesta parte do globo), fazem parte de outras preocupações do bloco. O dólar do

Caribe Oriental traduz-se na moeda única de todos os membros e de um dos associados (no caso a Anguilla)⁵⁰.

3.2.2 ASSOCIAÇÃO DOS ESTADOS DO CARIBE

O horror que me alvejara era europeu.
- VIVIANE FORRESTER
Ce soir, après la guerre

A Associação dos Estados do Caribe (AEC) foi fundada em Cartagena das Índias (Colômbia), a 24 de julho de 1994, mas o seu secretariado localiza-se na capital de Trinidad e Tobago (Port of Spain). Os seus Estados-membros são: Antígua e Barbuda, Bahamas, Barbados, Belize, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Dominica, República Dominicana, El Salvador, Granada, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, Jamaica, México, Nicarágua, Panamá, São Cristóvão e Névis, Santa Lúcia, São Vicente e Granadinas, Suriname, Trinidad e Tobago e Venezuela. Aruba, França – Guiana Francesa, Guadalupe e Martinica -, Países Baixos – Antilhas Neerlandesas – e Reino Unido – Ilhas Turks e Caicos -, são os seus membros associados. Incentivar a cooperação entre todos os países da bacia caribenha (banhados pelo Mar do Caribe), ou seja, os seus vinte e cinco Estados-membros e os quatro associados é o propósito dessa organização.

3.2.3 COMUNIDADE DO CARIBE (CARICOM)

A liberdade de um homem é o jugo de outro.
- Provérbio africano, Benin

A CARICOM (Comunidade do Caribe) e (ex-Comunidade e Mercado Comum do Caribe) foi criado a 4 de julho de 1973 através do Tratado de Chaguaramas – Trinidad e

⁵⁰ As Ilhas Virgens Britânicas usam o dólar americano.

Tobago – e tem a sua sede em Georgetown – Guiana. Esta organização de cooperação econômica e política é constituída por catorze países (Antígua e Barbuda, Bahamas, Barbados, Belize, Dominica, Granada, Guiana, Haiti, Jamaica, Santa Lúcia, São Cristóvão e Névis, São Vicente e Granadinas, Suriname e Trinidad e Tobago) e territórios associados (Anguilla, Bermudas, Ilhas Caimán, Ilhas Virgens Britânicas, Montserrat e Turks e Caicos), e substituiu a CARIFTA – Associação de Livre Comércio do Caribe -, existente desde 15 de dezembro de 1965⁵¹.

Estimular a associação econômica, o livre comércio, o livre movimento de trabalho e de capital, coordenar a política externa, a agricultura e o setor industrial, desenvolver projetos afins nos campos da saúde, educação e comunicação etc., entre os seus membros, traduzem-se nalgumas de suas finalidades.

3.3 BLOCOS (REGIONAIS) LESTE/CENTRO-EUROPEUS

Creio que o capitalismo, sabiamente administrado, pode ser mais eficiente para atingir fins econômicos do que qualquer sistema alternativo disponível. Mas isso, em si, é de várias maneiras extremamente questionável. Nosso problema está em descobrir uma organização social que seja o mais eficiente possível, sem ofender nossas noções de um modo de vida satisfatório.
- JOHN MAYNARD KEYNES

Ao tratar-se dos blocos do centro e leste da Europa, a nossa análise incide basicamente sobre dois blocos: Conselho para Assistência Econômica Mútua e Acordo Centro-Europeu de Livre Comércio. Aparentemente pode levar alguém a indagar se essas regiões do globo também se encerram dentro do que geralmente se designa de Sul global. Como já tratado em outra parte do texto, o Sul ao qual nos referimos na nossa análise não é

⁵¹ Formada por quase a totalidade dos países hoje membros da CARICOM, a CARIFTA foi uma zona de livre comércio que visava se transformar num mercado comum, onde as tarifas alfandegárias e as limitações de qualquer ordem ao comércio internacional não existiam.

necessariamente e restritamente o Sul geográfico. Apoiando-se em Boaventura que analisa o Sul global em duas vertentes (geográfico e metafórico), entendemos que esses dois blocos englobam países do Sul metafórico, ou seja, o Sul entendido pelo autor como metáfora do sofrimento humano imposto pela modernidade capitalista. Por seu turno, Wallerstein (o teórico do sistema-mundo) refere-se ao verdadeiro e velho Ocidente como Estados Unidos, Europa Ocidental e Japão, isto é, países do Norte industrializado. Assim, naturalmente que a Europa Central e do Leste não são consideradas de países centrais.

3.3.1 CONSELHO PARA ASSISTÊNCIA ECONÔMICA MÚTUA

A desigualdade entre nações é a raiz do político no cenário internacional.
SILVIU BRUCAN

O COMECON – Council for Mutual Economic Assistance, Conselho para Assistência Econômica Mútua -, surgiu em 1949 e se extinguiu em 1991. Isto é, esta organização internacional surgiu no âmbito da Guerra Fria e pouco tempo após o término da Segunda Grande Guerra, tendo seu fim com a queda do Muro de Berlim (1989) e, mais precisamente, o fim da União Soviética (1991). O intuito era integrar economicamente os países do Leste Europeu como réplica soviética ao Plano Marshall implementado pelos EUA para reconstruir economicamente os países da Europa Ocidental.

Os membros deste Conselho foram a própria União Soviética, a Alemanha Oriental (entre 1950 e 1990), a antiga Tchecoslováquia (hoje Eslováquia e República Checa), a Polônia, a Bulgária, a Hungria e a Romênia. Posteriormente outros membros aderiram a esta organização: Mongólia (1962), Cuba (1972) e Vietnã (1978).

3.3.2 ACORDO CENTRO-EUROPEU DE LIVRE COMÉRCIO

Como juntar escravos religiosos ou místicos revolucionários, escandinavos sábios, alemães ambiciosos, ingleses adeptos de autoridade, franceses avarentos, italianos sofrendo de uma crise de crescimento, balcânicos contrabandistas, húngaros guerreiros. (...) Infeliz Europa! Para que esconder o que a espera? Antes de dez anos vai afundar na guerra e na anarquia, como ela sempre o fez duas ou três vezes por século.
- GEORGES SOREL, 1908

O Acordo Centro-Europeu de Livre Comércio (CEFTA – sigla inglesa) se traduz num pacto de livre comércio que engloba os países da Europa Central. Esta convenção foi estabelecida inicialmente em 21 de dezembro de 1992, em Cracóvia (Polônia), pelos países que formam o Grupo de Visegrád⁵² (Polônia, Hungria e a antiga Tchecoslováquia). Atualmente os países constituintes deste bloco são: Albânia, Bósnia e Herzegovina, Croácia, Kosovo, Macedônia, Moldávia, Montenegro e Sérvia.

Unificar esses países membros e impulsioná-los rumo a uma recuperação econômica e mudança para o capitalismo, fortalecendo a democracia e o livre comércio, constituem-se as finalidades genuínas do CEFTA. No entanto, neste momento, fazer com que estes países tenham condições socioeconômicas requeridas para ingressar na União Europeia é o que pretende esta convenção. Destarte, eles desintegram deste acordo logo que ingressem na União Europeia. Ele é apenas um meio para “adaptar” os países aos costumes europeus. Todavia, tais Estados quando se integram à UE, não o fazem como os países do Oeste europeu.

⁵² É uma união que visa a associação entre quatro países da Europa Central (Hungria, Polônia, República Checa e Eslováquia). Visegrád é uma cidade da Hungria, e na verdade a designação Grupo de Visegrád é já antiga, isto é, foi em 1335 que os monarcas Carlos I da Hungria, Casimiro III da Polônia e João I da Boêmia ali se reuniram e pactuaram estabelecer novas rotas do comércio que não abarcassem Viena, abrangendo assim outros mercados da Europa. Em 1339 este mesmo grupo novamente se reuniu nessa cidade.

3.4 BLOCOS (REGIONAIS) ASIÁTICOS

Está na natureza das coisas que um Estado que subsiste de uma renda fornecida por outros países provavelmente estará infinitamente mais exposto a todos os incidentes do tempo e da sorte do que aquele que produz seus próprios rendimentos.
- THOMAS MALTHUS

Ao fazer a abordagem da confederação das nações asiáticas, analizaremos dois dos grandes blocos econômicos e políticos que ali tiveram lugar: Associação das Nações do Sudeste Asiático e Associação Sul-Asiática para a Cooperação Regional. Regra geral as grandes nações do Sul e Sudeste do continente asiático aparecem contempladas, fazendo mesmo com que em termos populacionais, é nessa região do mundo que deparamos com o maior bloco. Esse dado é relevante na medida em que a população, especialmente população jovem, se traduz num bom indicador que facilita o desenvolvimento dessas nações. Mais jovens representam mais mão-de-obra disponível, mais capacidade de inovação e maiores oportunidades de desenvolvimento.

3.4.1 ASSOCIAÇÃO DAS NAÇÕES DO SUDESTE ASIÁTICO

A política não é um problema de episteme, mas de doxa.
- CASTORIADIS

A Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN - sigla inglesa) se traduz numa organização regional de Estados do Sudeste asiático, fundada em 1967, e que se constitui numa zona de livre comércio. É composta por Tailândia, Indonésia, Malásia, Singapura e Filipinas (1967), Brunei (1984), Vietnã (1995), Mianmar e Laos (1997) e Camboja (1999). Há ainda a participação de Papua Nova Guiné e Timor Leste como

observadores. A sua sede e secretariado permanente localiza-se na capital indonésia (Jacarta).

Os fins fundamentais da ASEAN são acelerar o desenvolvimento econômico e promover a paz e a estabilidade regionais. Quanto às relações externas, a ASEAN firmou acordos de cooperação com Japão, União Europeia, China e Coreia do Sul. Contudo, a primazia desta organização é incentivar a relação com as nações da região Ásia-Pacífico.

3.4.2 ASSOCIAÇÃO SUL-ASIÁTICA PARA A COOPERAÇÃO REGIONAL

Enxergar o que está diante do nosso nariz exige um esforço constante.
– GEORGE ORWELL

A Associação Sul-Asiática para a Cooperação Regional (SAARC – sigla inglesa) é outro bloco referente ao continente asiático e que faz parte do Sul global. A SAARC é uma organização político-econômica fundada em 8 de dezembro de 1985, por oito nações do Sul da Ásia: Butão, Bangladesh, Índia, Maldivas, Nepal, Paquistão e Sri Lanka. O Afeganistão aderiu ao acordo em abril de 2007. A população conjunta deste bloco é de pouco mais de 1 (um) bilhão e meio de pessoas, o que faz com que no quesito população, o âmbito de influência deste bloco seja maior do que qualquer outro.

Ademais, no sentido de viabilizar a assistência multilateral com maior sensibilidade às carências regionais e para dar ânimo aos esforços tendentes à autossuficiência coletiva, foram instituídos bancos para o desenvolvimento sub-regional e regional na África, na América Latina e na Ásia. Também foi estabelecido o Sistema Generalizado de Preferências (SGP) no âmbito da UNCTAD; um tratamento alfandegário preferencial à importação de produtos industriais selecionados, originários dos países em vias de

desenvolvimento, era oferecido pelos países desenvolvidos através deste sistema. Porém, o desempenho deste sistema foi muito pífio por conta de suas elevadas restrições e exceções.

3.5 BLOCOS (REGIONAIS) DA OCEANIA

Qualquer atividade desenvolvida ao longo do tempo (histórico) engendra (produz) um espaço, e só atinge 'realidade' prática ou existência concreta dentro daquele espaço.
- HENRI LEFEBVRE, *The production of space*, 1991.

Antes de analisar a política de integração regional nesse longínquo continente, convém dizer que a Oceania não se traduz necessariamente naquela região do mundo que geralmente se costuma apelidar de Sul global, tendo em conta primeiramente o tipo de colonização a que foi submetida e, subsidiariamente, o patamar de desenvolvimento socioeconômico que a Austrália e a Nova Zelândia (nomeadamente) galgaram. A despeito desse processo, vamos analisar a sua formação de blocos econômicos no contexto da política de integração regional do Sul global.

De acordo com Odete Maria de Oliveira, esse continente distante apresenta a sua primeira marca do novo regionalismo nos anos 80, por meio do Acordo de Aproximação entre Austrália e Nova Zelândia (Anzcerta). É um pacto comercial limitado a relações econômicas entre os dois Estados-membros. A formação dessa zona de livre comércio abarca uma série vasta de produtos, destacando os agrícolas, serviços etc., contemplando uma população de 22,5 milhões de pessoas e um PIB de 468,1 bilhões de dólares americanos⁵³.

Ao eliminar a esmagadora maioria dos obstáculos concernentes aos serviços, bens, e o espaço para ações *anti-dumping* entre os dois países, o Anzcerta se traduz numa área

⁵³ Oliveira, Maria Odete de (2009). *Velhos e novos regionalismos: uma explosão de acordos regionais e bilaterais no mundo*, p. 99.

fundamental de livre comércio entre a Austrália e a Nova Zelândia, consolidando assim as preferências comerciais nesse longínquo continente.

Dessa sorte, a Oceania também foi atingida pelo novo regionalismo, em que visando o incremento de investimentos e trocas comerciais, estabeleceu um acordo com a Asean (sigla inglesa) no final da primeira metade da década de 1990. Para alcançar o *status* de área de livre comércio, perspectivas foram verificadas pelos analistas dos dois blocos econômicos.

Diferentes parcerias bilaterais e comerciais assinadas (umas já funcionando, outras em análise de viabilidade), todas de tipo interregional, são as marcas distintas do novo regionalismo da Austrália e Nova Zelândia. Enfim, vigorando ou sob análise, esses dois países já firmaram muitos acordos bilaterais com outros importantes países da Ásia, especialmente aqueles do Sudeste asiático (os chamados “tigres asiáticos”).

3.6 BLOCOS (REGIONAIS) LATINO-AMERICANOS

O importante para o governo não é fazer aquilo que os indivíduos já estão fazendo, seja um pouco melhor ou um pouco pior; mas fazer as coisas que no presente realmente não estão sendo feitas.

- JOHN MAYNARD KEYNES

A abordagem dos blocos latino-americanos que aqui propomos vai abarcar o Mercado Comum do Sul, a Associação Latino-Americana de Integração, a Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América e a Comunidade Andina de Nações. O que se pode constatar é que a formação desses blocos econômicos regionais vem desde o ciclo da Guerra Fria (velho regionalismo), passando pelo ciclo da pós-Guerra Fria (novo regionalismo). Como região do mundo que não só ficou marcado por longos e penosos períodos de colonização, pilhagem e destruição, militarização/armamentismo, fortes

impactos do imperialismo, mais o fato de ter servido de laboratórios experimentais de políticas neoliberais, logo a política de integração regional, com seu incremento mais igualitário do livre-comércio e estabilidade política, auferir mais benefícios econômicos a esses países.

Importante recordar aqui que de fato a idéia e a iniciativa de tratar e congregar os países sulamericanos numa confederação de nações, de bloco político, econômico, dialógico (ou até mesmo identitário) etc., surgiu desde o século XIX com Simón Bolívar/Bolívar (José Antonio de la Santísima Trinidad Simón Bolívar). Tal fato demonstra o que expomos acima, a luta política no intuito de combater as dores impostas pelo colonialismo e que o pós-colonialismo continuou a perpetrar.

Como argumenta Oliveira (2009: 458),

O regionalismo na América do Sul tem antecedentes alicerçados no processo de integração política do século 19, com a proposta de constituição de uma grande unidade confederada entre países das Américas, então territórios hispânicos, apresentada por Simón Bolívar -, denominado o Libertador, Pai Comum, Salvador dos Povos -, que ao pregar a necessidade da independência dessas colônias e ao lutar por elas, tornou-se mundialmente respeitado como a maior expressão de estadista – gênio político – dessa época.

Em síntese, pode-se afirmar que o regionalismo na América do Sul configura-se por uma tradição de tentativas, tanto de integração política – multiplicação de conferências internacionais e seus decorrentes tratados na sequência apresentados – quanto de integração econômica e seu modelo de mercado comum – buscando constituir para isso blocos regionais e subregionais – objetivos que esbarram em sérias dificuldades ao enfrentar conflitos, guerras civis e até ditaduras, (...) (Op. cit., 460).

3.6.1 MERCADO COMUM DO SUL

O sucesso da democracia no pós-guerra reside no equilíbrio entre produção e redistribuição, regulado pelo Estado. Com a globalização, esse equilíbrio se rompeu. O capital ganhou mobilidade: a produção se deslocou para além das fronteiras nacionais, e portanto fora do alcance da redistribuição estatal... O crescimento se oporia à redistribuição; o círculo virtuoso se tornaria um círculo vicioso.
- DOMINIQUE STRAUSS-KAHN

Outro importante bloco derivado da política de integração regional surgido nos limiares da década de 1990, este na região da América Latina, é o Mercosul. O Mercado Comum do Sul surgiu em 1991, com a assinatura do Tratado de Assunção, com a participação de Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai⁵⁴. Hoje conta também com a presença plena da Venezuela que ingressou nesse bloco em 2012. Os seus Estados Associados são Bolívia, Chile, Colômbia, Equador e Peru, enquanto que Nova Zelândia e México são seus Estados observadores.

O principal objetivo do Tratado de Assunção era ampliar as dimensões dos mercados nacionais dos Estados-membros, com base na premissa de que a integração constitui condição fundamental para acelerar o processo de desenvolvimento econômico e social de seus povos. A sua sede encontra-se em Montevidéu (Uruguai).

3.6.2 ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE INTEGRAÇÃO

Nenhum progresso considerável é possível para o conjunto da humanidade até que ocorra uma grande mudança na constituição fundamental de seus modos de pensar.
- JOHN STUART MILL

Antes do Mercosul, outro bloco já existia – a ALADI (Associação Latino-americana de Integração), que na verdade é a continuação da ALALC (Associação Latino-americana

⁵⁴ Paraguai encontra-se suspenso uma vez que em 2012 o seu presidente Fernando Lugo foi deposto por um suposto golpe de Estado, o que ocasionou a entrada da Venezuela no Mercosul. O Parlamento paraguaio era a única casa parlamentar que não havia ainda aprovado o ingresso da Venezuela.

de Livre Comércio). A ALALC, fundada durante a década de 1960, não surtiu o êxito desejado. A idéia de ter uma área de livre comércio na América Latina não conseguiu alavancar-se. Os seus membros foram Argentina, Brasil, Chile, México, Paraguai, Peru e Uruguai, tendo esta organização expandida, em 1970, com o ingresso da Bolívia, Colômbia, Equador e Venezuela. Em 1999, Cuba se aderiu ao ALADI que deixou de ser ALALC em 1980.

A ALADI foi criada em 12 de agosto de 1980 pelo Tratado de Montevidéu (TM80), e se constitui hodiernamente no maior bloco latino-americano. Sem contar seus países e organismos observadores, esta Associação inclui doze países-membros, entre eles Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, Equador, México, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela, totalizando assim mais de meio bilhão de habitantes e mais de 20 milhões de quilômetros quadrados. Este organismo intergovernamental tem a sua sede na cidade do mesmo nome e objetiva auxiliar no estímulo à integração da América Latina, tentando assegurar seu desempenho econômico e social.

As finalidades do processo de integração da América Latina são as seguintes: suprimir gradualmente os empecilhos ao comércio mútuo entre os países-membros; fomentar relações de solidariedade e cooperação entre os povos da América Latina; estímulo ao progresso econômico e social da região de modo simétrico e sustentável, com o intuito de garantir uma vida melhor para os seus povos; renovação do processo de integração da América Latina e instituição de dispositivos aplicáveis à realidade da região, e estabelecimento de uma zona de prioridades econômicas, tendo como finalidade última a criação do mercado comum latino-americano.

3.6.3 ALIANÇA BOLIVARIANA PARA OS POVOS DA NOSSA AMÉRICA

As demarcações e os antagonismos nacionais entre os povos desaparecem cada vez mais com o desenvolvimento da burguesia, com a liberdade do comércio e do mercado mundial, com a uniformidade da produção industrial e as condições de existência que lhe correspondem.
- KARL MARX, Manifesto do Partido Comunista (1848)

A Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América – Tratado de Comércio dos Povos (ALBA-TCP) ou meramente ALBA⁵⁵, surgiu em 14 de dezembro de 2004 na capital cubana (Havana), derivado de um pacto entre Cuba e Venezuela, e assinado pelo presidente venezuelano (Hugo Chávez) e pelo presidente cubano (Fidel Castro). As primeiras demonstrações dessa cooperação foram o envio de médicos cubanos para auxiliar a Venezuela e o abastecimento de Cuba com o petróleo venezuelano.

A partir do Tratado de Comércio dos Povos⁵⁶, a Bolívia do presidente Evo Morales aderiu-se a essa organização, em 29 de abril de 2006. No entanto, no momento outros países formam a ALBA-TCP: Antígua e Barbuda, Dominica, Equador, Honduras, Nicarágua e São Vicente e Granadinas.

Indo além do habitual desejo de integração econômica, a ALBA-TCP também anseia a integração social e política entre as nações latino-americanas e caribenhas (novo regionalismo). Isto pode ser entendido na medida em que esta plataforma de cooperação internacional sofre influência profunda de doutrinas esquerdistas, fazendo com que a mesma se opõe à ALCA⁵⁷. Isto é, a integração econômica regional pretendida pela ALBA-

⁵⁵ É a antiga Alternativa Bolivariana para as Américas.

⁵⁶ Igualmente designado de Tratado Comercial dos Povos, Tratado dos Povos e TCP. Foi o presidente Evo Morales quem teve essa idéia de acordo de livre comércio entre Bolívia, Cuba e Venezuela. O mesmo foi assinado em 29 de abril de 2006, em Havana, pelos presidentes – Evo Morales, Fidel Castro (hoje ex-presidente, substituído pelo irmão Raúl Castro) e Hugo Chávez (recentemente falecido), e sucedido por Nicolás Maduro. O TCP foi adicionado ao ALBA, dali derivando ALBA-TCP.

⁵⁷ A Área de Livre Comércio das Américas foi idealizada pelos EUA como um mercado comum para as Américas durante a Cúpula das Américas em Miami, em 9 de dezembro de 1994. De lá para cá, nota-se que esta proposta delineada pelos EUA não se concretizou ainda devido às diversas divergências entre os mesmos

TCP fundamenta-se mais numa perspectiva de bem-estar social, troca e recíproca ajuda econômica, do que basicamente na liberalização do comércio. O debate a respeito da criação de uma nova moeda regional (o Sucre) está sendo feito pelos países membros desta organização. A organização foi rebatizada de Aliança Bolivariana para as Américas em 24 de junho de 2009.

3.6.4 COMUNIDADE ANDINA DAS NAÇÕES

*Todas e cada uma das nações são **nacionalistas**. Somente as moribundas não o são. E as nações do Terceiro Mundo são nacionalistas por direito de nascimento.*
SILVIU BRUCAN

A Comunidade Andina das Nações (CAN) teve o seu surgimento em 1969, através do Acordo de Cartagena. Até 1996, este bloco econômico sul-americano constituído neste momento pela Bolívia, Colômbia, Equador e Peru era designado de Pacto Andino. Chile e Venezuela integraram a CAN, porém a abandonaram. O primeiro participou de 1969-76 (momento em que o general Augusto Pinochet alegou incompatibilidades econômicas), e o segundo de 1973-2006 (quando a Venezuela formalizou o seu pedido de entrada como membro pleno do Mercosul). Os membros associados da CAN são Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai. México e Panamá são os seus países observadores. A secretaria do bloco encontra-se em Lima (capital peruana).

A Declaração de Cuzco, assinada pelos países membros da CAN em 8 de dezembro de 2004, traçou os arcos da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL)⁵⁸. A UNASUL unificará a CAN ao Mercosul, além do Chile, Guiana e Suriname, numa área de

e os países da América Latina, particularmente o Brasil. Sem o aval brasileiro, muito dificilmente esse tratado tornará realidade. Apenas Chile e Colômbia parecem aproximar-se de Washington nesse aspecto.

⁵⁸ Então Comunidade Sul-Americana de Nações (CSN). A CSN foi abandonada em 16 de abril de 2007 depois da Primeira Reunião de Energia Sul-Americana.

livre comércio continental semelhante à União Europeia. No dia 23 de maio de 2008, durante a reunião dos presidentes de países da América do Sul na capital brasileira (Brasília), foi formalizada a integração total entre essas duas organizações.

Para além da sede da UNASUL que é itinerante e hoje se encontra na capital equatoriana (Quito), outras duas instituições fazem parte desta União. O Banco do Sul, com a sua sede em Caracas (capital venezuelana), e a sua subsede em Buenos Aires (capital argentina), e o Parlamento, que ficará em Cochabamba (Bolívia). Tendo em conta que se visa um padrão de integração regional similar ao da União Europeia, muito futuramente se pensa na criação de uma moeda única⁵⁹.

Para além do livre comércio, a UNASUL igualmente tratou da questão da livre circulação de pessoas. Tanto é que a partir de 24 de novembro de 2006, as viagens de turismo (duração não superior a 90 dias) envolvendo argentinos, bolivianos, brasileiros, chilenos, colombianos, equatorianos, guianeses, paraguaios, peruanos, surinameses, uruguaios e venezuelanos deixaram de requerer um visto.

3.7 BLOCOS (REGIONAIS) DO ORIENTE MÉDIO

No tratamento dos blocos regionais do Oriente Médio, duas Organizações aparecem na nossa análise, entre as quais o Conselho de Cooperação dos Estados Árabes do Golfo e a Organização de Cooperação Econômica. De fato, não apenas países do Oriente Médio constituem essas duas Organizações, como também nações da Ásia Central. São Organizações que surgiram da década de 1960 em diante (fase da Guerra Fria) e que de certa forma lograram novos impulsos nos anos 90 (período pós-Guerra Fria).

⁵⁹ Com a criação da moeda única, esta integração econômica atingiria o nível de um verdadeiro Mercado Comum.

3.7.1 CONSELHO DE COOPERAÇÃO DOS ESTADOS ÁRABES DO GOLFO (CCG)

Originado desde o tempo colonial, essa cooperação ganhou progressão e força nas décadas de 1960 a 1970, abrangendo particularmente as nações do considerado Golfo ocidental (Arábia Saudita, Bahrein, Emirados Árabes Unidos, Kuwait, Omã e Qatar), tendo a sua sede em Abu Dhabi (capital árabe-emiradense). Na verdade, a descolonização e desocupação britânica (1969) aceleraram esse processo. Além de os apetites das grandes potências concernentes às riquezas do Golfo Pérsico “ocidental”, outros elementos que impulsionaram tais países a formar um bloco econômico e político foram os eventos dos anos 70 (revolução islâmica iraniana – 1979 - e guerra Iraque contra Irã).

Através do Estatuto do Conselho (que não requeria homologação do Acordo pelo fato de viger instantaneamente) os líderes de Estado da zona regularizaram esta cooperação em 25 de maio de 1981. Com poucos participantes (somente membros fundadores que não podem abandonar o Grupo, ter seus direitos cessados ou afastados do bloco), sem previsão de novas aderências, pode-se encontrar aqui a particularidade dessa confederação de nações.

A segurança e o desenvolvimento econômico para o fortalecimento das relações entre os Estados-membros constituem os dois objetivos do Conselho de Cooperação. Para Oliveira (2009: 287),

Uma de suas preocupações, deste modo, gira em torno da estabilidade e independência da área do Golfo, a qual constitui, do ponto de vista externo, cenário de constantes conflitos internacionais, enquanto que internamente representa também constantes ameaças e perigo diante do anacronismo de seus regimes políticos, com os países encontrando-se expostos a profundas mutações econômico-sociais. Seus vastos recursos e riquezas estão sendo observados por terceiros países, dispostos a manipular as tensões que lá se produzem e reproduzem, em busca da realização de seus próprios interesses sobre as fontes naturais desta região e suas potencialidades.

O que mais exigiu a articulação dos países-membros desta Organização foram os assuntos políticos (guerras e instabilidades no Afeganistão e Iraque/Irã) do que questões econômicas. Contudo, formar um mercado comum também é um grande intuito desses países que aboliram as taxas intrarregionais em 1982, e em 1983 a junção da tabela tarifária.

A parceria entre empresas petrolíferas e petroquímicas (*joint ventures*), conformação de regulamentos, facilidades na área de integração, políticas conjuntas, mais poder de deliberação do bloco sobre as questões comerciais etc., estão entre as medidas levadas a efeito para estabelecer o mercado comum.

Regulamentos inéditos sobre o valor agregado igualmente estão abarcados pelo Tratado base do Conselho do Golfo, em que com um mínimo de 51% de empresas sendo da própria área de Cooperação e 40% desse valor agregado também regional, as tarifas ficam zeradas para as trocas comerciais intrarregional.

São objetivos econômicos desse organismo: inicialmente, a eliminação das tarifas e a instituição de uma união aduaneira com a criação de sua Tarifa Externa Comum (TEC); liberação comercial segundo calendário pré-fixado; realização de outros projetos comerciais, econômicos e sociais até chegar à meta final. Na sequência, consolidar a livre circulação de pessoas, capitais, serviços e mercadorias; buscar promover a industrialização e proceder às regras de origem (Op. cit., p. 288).

O comércio, transporte, comunicação, finanças, questões sociais, saúde, cultura, educação etc., são assuntos que fazem parte das finalidades abrangentes. O controle e proteção da unidade territorial e a soberania do Golfo por meio do acordo político e da colaboração econômica, mais o livre movimento de capitais e mercadorias para o desenvolvimento da região, se traduzem nas finalidades particulares/distintas.

Resumindo, tal como a União Aduaneira de Maghreb e Mercado Comum Árabe, o Conselho de Cooperação dos Estados Árabes do Golfo está inserido no contexto dos

empreendedores projetos de integração do Oriente Médio estabelecidos na década de 1960. O Conselho para a Cooperação no Golfo (1981) e a Organização de Cooperação Econômica (1985) são exemplos de planos de integração regionais menos ousados que, entretanto, surtiram mais efeitos que os projetos mais empreendedores.

Em certa medida, é a questão energética (petróleo, petroquímica etc.) e a exigência de coordenação política para a sua preservação, que levou ao surgimento do Conselho de Cooperação.

3.7.2 ORGANIZAÇÃO DE COOPERAÇÃO ECONÔMICA (OCE)

Em 1964, tinha entrado em operação no Oriente Médio o Organismo de Cooperação Regional para o Desenvolvimento, organismo esse que veio a ser substituído em 1977, através do Tratado de Izmir (Turquia), pela Organização de Cooperação Econômica (OCE). O Tratado de Teerã (27 de junho de 1985), bem como o Tratado de Islamabad (28 de novembro de 1992), alteraram bastante o Tratado inicial. Paquistão é o país-sede da OCE, e juntamente com Irã e Turquia, formam seus membros fundadores. Afeganistão, Azerbaijão, Cazaquistão, Quirguistão, Tajiquistão e Uzbequistão fizeram parte da Organização posteriormente (fevereiro de 1992). Naturalmente que não podiam participar da fundação da OCE, na medida em que são países ex-soviéticos, ou seja, a União Soviética era seu bloco anterior.

Como geralmente objetiva as Organizações, obter bom desempenho no campo econômico, cultural e técnico está entre as maiores prioridades da OCE. Os setores de informação, comunicação, educação, transporte e turismo também estão incluídos na pauta das atividades que esta cooperação deve levar a cabo. Para melhor encaminhamento desse

trabalho, empresas, instituições e organismos foram instituídos, entre eles: Banco de Comércio e Desenvolvimento, Companhia de Seguros etc.

Ademais, para complementar esses organismos de operacionalização e instrumentalização do que visa fazer esta Organização, mais mecanismos de ação foram criados para poder corresponder às demandas do leque de finalidades. O Fundo para Estudos de Viabilidade, Programa Marco para o Desenvolvimento, Declaração de Istambul e Plano de Ação de Quetta (Paquistão) são alguns dos exemplos.

3.8 BREVE RETROSPECTIVA HISTÓRICA E TEÓRICO-CONCEITUAL DAS AFINIDADES SUL-SUL

*Uma epistemologia do Sul assenta em três orientações:
aprender que existe o Sul;
aprender a ir para o Sul;
aprender a partir do Sul e com o Sul
(SANTOS, 1995: 508)*

Na esteira de discussões e de tratamento de aportes teórico-conceituais, podemos assinalar ainda mais autores e estudiosos considerados imprescindíveis para o nosso estudo, que podem datar aproximadamente dos primórdios da cooperação Sul-Sul (Conferência de Bandung), até aqueles que tratam do assunto hodiernamente⁶⁰. Também convém ressaltar as informações e dados provenientes dos órgãos/ministérios dos Governos e seus responsáveis, institutos, fundações, organismos internacionais, bem como outros meios de informação e veiculação de conhecimentos. Entre eles d'Adesky (1980, 1985), Martinière (1980), Moura (1982), Ogwu (1985), d'Almada (1985), Duarte (1985), Calcagnotto (1985), Lechini (1985, 2006, 2007), Santos (1988), Guimarães (1996, 2005), Miyamoto (1995,

⁶⁰ Para uma análise do conceito, história e marcos interpretativos da cooperação Sul-Sul, consultar Leite (2012).

2000, 2002), Souto Maior (2003), Cruz (2004), Lima (1982, 2005, 2008), Hirst (2006, 2007), Dupas (2006), Villares (2006), Almeida (2006), Shelton (2006), Nieto (2006), Barros (2007), Saraiva (2007), Sousa (2007, 2008), Gratiús (2007, 2008), Tharoor (2007), Aguirre (2007), Vaz (2008), Sahni (2008), Kornegay (2008), MRE, OMC, BM, FMI, ONU, CIA Factbook, FUNAG, FRIDE, Política Exterior, IEEI etc.

Com isso podemos mostrar as análises implementadas no sentido de captar e compreender a situação política mundial de então, e as primeiras orientações dessa política logo nos seus primórdios. Como ressalta d'Adesky (1980: 5),

... O peso dos países em desenvolvimento nos fóruns internacionais e os sucessivos fracassos do diálogo Norte-Sul suscitaram no Terceiro Mundo a tomada de consciência de uma mudança estrutural, a partir da redistribuição dos papéis no contexto mundial e da crescente importância das relações Sul-Sul, como principal forma de diminuir a dependência em relação aos países desenvolvidos. Sob esse aspecto, pensamos que a cooperação entre países em desenvolvimento é mais do que um imperativo de ordem econômica: vem a ser para o Terceiro Mundo uma exigência vital no plano das relações internacionais.

Martinière (1980: 43) assinala que uma das novas características da política internacional parece se projetar, há alguns anos, por meio do desenvolvimento das relações entre a América Latina e a África. Obviamente o fenômeno continua marginal ao nível, emergente, das relações Sul-Sul. O novo diálogo que se institui entre os vinte países da América Latina e as cinquenta nações africanas é, contudo, capaz de abrir novos horizontes.

Convém salientar também que uma série de pesquisas, de grau diverso e pontos de vista diferentes, foram implementadas no que diz respeito a essas mudanças. Certa escola de pensamento vê o projeto Sul-Sul como “um conceito romântico/fantástico” esboçado pelos “despossuídos” do sistema internacional para se contrapor à aptidão dos ricos industrializados do Norte, com o intuito de fazer uma inserção maior de suas economias. Mais construtiva e mais próxima aos anseios dos países em desenvolvimento do Sul talvez

seja a abordagem que enfatiza a autoconfiança. “O argumento não levado em conta nessa concepção é que os PMDs (Países Menos Desenvolvidos) podem começar a atingir um genuíno desenvolvimento somente quando reduzirem ao mínimo suas relações de dependência com o Norte e seguirem o caminho coletivo de autoconfiança nacional e inter-regional” (OGWU, 1985: 9).

Portanto, o neocolonialismo e a subjugação foram considerados novos males que colocariam em perigo a libertação política e econômica de nações débeis. Esses males e as lutas contra eles, num primeiro instante no âmbito local e regional, conseqüentemente se alargaram para os países da África, Ásia, América Latina e alguns, particularmente débeis, da Europa do Leste, como o caso da antiga Iugoslávia (atuais Estados de Croácia; Bósnia e Herzegovina; Eslovênia; Macedônia; Montenegro; Sérvia; Kosovo – emancipação ainda não certificada pela Sérvia), juntos, num esforço coletivo de luta contra o inimigo comum e ascensão de seus próprios interesses.

A proximidade Brasil-África ilustra, mesmo no momento atual, o que futuramente poderia ser a cooperação Sul-Sul, se esta for vista como um processo almejando a geração de uma estrutura de diversos laços, dispondo ao serviço de países em vias de desenvolvimento o *know how* de outros países na mesma situação. E a verificação entre o Brasil e a África de condições climáticas similares, de problemas análogos, o uso de critérios semelhantes e de técnicas adaptáveis, possibilitam esta aproximação. cremos, principalmente, que o nível de desenvolvimento atingido pelo Brasil em determinados campos econômicos e tecnológicos assegura a factibilidade de se levar a termo um intercâmbio recíproco e vasto, suscetível de ser vantajoso para ambas as partes (d’ADESKY, 1980, p. 11).

O Brasil quer variar seus acordos com a Europa e o Japão, afastando um pouco dos EUA, sobretudo após 1974, momento em que “*o pragmatismo responsável*” do Presidente Geisel começa a vigorar. Mais que a rivalidade Leste-Oeste (confronto ideológico e militar, naturalmente visando a garantia da segurança), o Brasil dá maior atenção à separação Norte-Sul (opressão socioeconômica dos países centrais em relação aos países do Sul, periféricos e semiperiféricos, e o engajamento destes para a sua emancipação e o seu desenvolvimento).

Continuando nesta esteira de análise, podemos mostrar que embora alguns dos componentes da política externa brasileira atual possam ser percebidos entre 1967-1974, o pragmatismo assumiu contornos mais reais no Governo Geisel (1974-78), quando se enunciou mais claramente o seu conteúdo. Na verdade, análises apuradas dos governos anteriores (Costa e Silva e Médici) mostram a ruptura da política de interdependência do governo Castelo Branco, que significou na prática um alinhamento quase automático à política norte-americana. Certamente a política exterior do governo Costa e Silva teria se caracterizado por um “terceiro-mundismo” difuso, enquanto no governo Médici as atitudes inovadoras pareciam vincular-se a um projeto de Brasil – Potência (LIMA e MOURA, 1982, p. 349).

Para Lima e Moura (Op. cit., p. 351), é apenas a partir da compreensão: a) das transformações na ordem mundial e b) da tentativa de fortalecer a nível interno uma ordem política e econômica de um tipo específico, que se pode explicar a natureza da política externa brasileira em curso, geralmente designada de pragmatismo (ao qual se aduzem por vezes os objetivos “responsável” e “ecumênico”).

Para que se consiga a verdadeira finalidade da cooperação Sul-Sul é necessário que o Norte se torne convicto de que esta forma de cooperação baseada na nova estruturação da

ordem econômica internacional só pode proporcionar vantagens para todos, equilibrando a economia tanto do Norte quanto do Sul.

É nos domínios de cooperação ou de integração econômica regional ou sub-regional que a cooperação econômica Sul-Sul tem-se manifestado com maior êxito.

Como argumenta Ogburn (1985),

Para criar pontes no Sul, uma atmosfera apropriada deveria ser desenvolvida como pré-requisito. Um melhor reconhecimento de cada um, através de contatos múltiplos, intercâmbio cultural, desenfaturação temporária sobre assuntos ligados à economia e comércio, aumentaria os projetos para um relacionamento mutuamente construtivo (Op. cit., p. 18).

Como uma força geopolítica de confiança, sua aceitação e eficiência dependerão do alargamento a que corresponderem suas interações para as concretas realidades dos meios socioeconômicos de cada país em específico. Em suma, dependerá do nível de transparência na formulação de estratégias e da natureza das relações entre os Estados-membros a viabilidade da parceria estratégica Sul-Sul.

As defasagens de níveis de progresso dos países podem ser ultrapassadas se a cooperação regional traduzir-se na implementação de políticas conjuntas, defendendo interesses que vão ao encontro da necessidade de uma emancipação coletiva. A única via que favorece a desvinculação gradual das economias do Sul da dependência dos países industrializados é a autonomia econômica coletiva.

Como assinala d'Almeida (1985: 24), uma estratégia atraente é proposta repetidamente: 'solidariedade política entre os países da periferia; possibilidade de negociar com os países industrializados numa outra base; aumento de trocas comerciais, de todo tipo, entre países em vias de desenvolvimento; aplicação dos excedentes – petrolíferos, sobretudo -, nos países sulistas'.

Cabe frisar aqui que esta estratégia proposta pelo autor é viável neste ciclo de novo regionalismo (pós-Guerra Fria), na medida em que ao invés do que acontecia na fase do velho regionalismo, em que às pequenas potências cabia unicamente cooperar com as grandes potências (notadamente EUA e seus congêneres e URSS), neste momento as pequenas potências podem levar a efeito as suas próprias cooperações e formação de blocos. Na verdade, se a economia (baixa política) e a segurança (alta política) eram os motes fundamentais do velho regionalismo, isso não só favorecia sábia e unicamente as grandes potências, refletindo o paradigma realista que orientava ou ainda orienta de certa forma a política internacional das grandes potências, como gerava grandes empecilhos ao desenvolvimento das pequenas potências. Com a entrada na pauta de cooperação de novas prioridades para além de tão-somente a economia e a segurança, mas igualmente o social, a cultura/educação, o desenvolvimento sustentável e o meio ambiente, os direitos humanos, multipolaridade política etc., essa etapa do novo regionalismo parece ser mais favorável ao desenvolvimento, sustentabilidade e prosperidade dos países do Sul.

Naturalmente que os países centrais priorizavam e priorizam a economia e a segurança nas suas relações com os países do Sul global, na medida em que isso lhes traz mais vantagens. Basta ver que a maioria dos americanos é pró-globalização, isto é, boa parte acredita que a mundialização é boa para a América. A ênfase à questão da segurança é igualmente rentável para eles, visto que instigam e até mesmo coagem os países do Sul a comprar os seus armamentos, o que sustenta e auferir elevados lucros às suas indústrias bélicas⁶¹. Sendo assim, são os países da periferia global que sofrem com a assimetria do sistema internacional agravada pelo fenômeno da globalização.

⁶¹ A título de lembrança, recentemente EUA negociaram com Arábia Saudita a venda de um grande volume de armas (aproximadamente US\$90 bi), sob a alegação de que Irã esteja produzindo arsenais nucleares e que

Portanto, pode-se dizer que essa cooperação horizontal não deverá jamais ser um mero domínio de mercados ou justificativas para geração de espaços de influência da parte dos países industrializados em prejuízo daqueles menos desenvolvidos: antes, deverá possibilitar recíproca ampliação, para dentro da moderna noção de desenvolvimento, objetivando, todavia, os fins últimos que se encontram na origem do ordenamento de uma Nova Ordem Internacional.

O grande desafio para a África do Sul, Brasil e Índia é como levar a efeito a opção de voz, sem perder efetividade, e procurar *trade offs* melhores nas questões de seus interesses sem levar ao enfraquecimento ou mesmo a destruição dos regimes de comércio e de segurança coletiva (Lima, 2005, p. 44).

A regra básica ou o princípio elementar da diplomacia é aproveitar as boas oportunidades e afastar as nefastas. Como processo complexo que é a cooperação Sul-Sul, na medida em que nem sempre é fácil superar as barreiras impostas pelos países do Norte, então o Sul tem de aproveitar toda e qualquer oportunidade possível. Sem dúvida trata-se igualmente de um processo moroso que exige continuidade e vontade política de diferentes governos, isto é, uma política de Estado, de modo que nenhum governo deixe de levá-la a efeito. Nesse caso, acreditamos no papel do Brasil que manteve a sua política para a África

os países da península arábica precisam se armar, isto é, Emirados Árabes Unidos, Kuwait e Omã também receberam propostas dos ianques nessa direção. Justificando o combate ao narcotráfico e crime organizado, especialistas entendem que Estados Unidos dispõem atualmente (como sempre fez) de um projeto “disfarçado” de militarização da América Latina. Aqui podemos apontar o caso de Honduras após a queda de Manuel Zelaya (junho 2009), onde esse discurso tornou-se muito forte. Resultado disso é que a violência disparou naquele pequeno país da América Central, com uma média de 20 assassinatos por dia em 2012 (dados da UNAH – Universidade Nacional Autônoma de Honduras); segundo, a UNODC (Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime, por seu acrônimo em inglês), o país registrou no mesmo ciclo 86 assassinatos para cada 100 mil habitantes, muito acima da média mundial de 8,8 homicídios. Portanto, o caso hondurenho é aproximadamente 10 vezes a média mundial. Se a taxa é superior a 10 assassinatos por cada 100 mil habitantes, a OMS declara se tratar de um caso “epidêmico”. Não devemos esquecer também da situação extremamente crítica e adversa em que se encontra México, sem indicar outros mais.

contínua, apesar do arrefecimento constatado do final da década de 1980 até mais ou menos o ano 2000. Esperamos que o mesmo aconteça com essa cooperação.

Acreditamos que os países do Sul têm de realmente se aliar. Não podemos esquecer que vivemos um ciclo pós-nacional e neocolonial. Sozinhos, dificilmente resolveremos os nossos problemas internos e regionais. Não bastam apenas emoções, tem de haver pensamentos e projetos e, sobretudo, a materialização e concretização desses pensamentos e projetos. Como argumenta o exímio sociólogo polonês, *Zygmunt Bauman*, a despeito de a emoção ser útil para destruir, revela ser incapaz de construir algo. A emoção é “líquida”. Com a mesma intensidade que entra em ebulição, igualmente corre o perigo de esfriar-se logo em seguida. A emoção é inconstante e imprópria para representar algo lógico e não efêmero.

3.9 PERSPECTIVAS HISTÓRICAS E “O ESTADO DE ARTE” DOS PAÍSES SULISTAS

Até hoje, a fundamentação ontológica tem considerado o Centro como ponto de chegada e de partida. O ‘Ser’ tem sido, na verdade, o Centro. O ‘Pensamento’ tem sido um Pensamento Central. No Centro se encontraram ambos. Fora do Centro, encontra-se o ente, o contingente e o subdesenvolvido; aquilo que só passou a ser reconhecido através do Centro.

Na sua globalidade, a metafísica impôs uma fundamentação filosófica que passa pelo Centro. A teoria do conhecimento, em todas as suas formas, impôs e continua a impor um Centro Esclarecido. A ética, por sua vez, impõe um Centro através do qual os valores se fazem valer.
(AGUSTÍN T. de la RIEGA, *apud* ARDÍLES et al., 1973: 216)

Os países do Sul são muito distintos em termos de dimensão territorial, disponibilidade de recursos naturais, formas de suas economias, bem como o grau de desenvolvimento tecnológico, social e econômico. Igualmente são diferentes no que concerne às suas culturas, aos seus sistemas políticos e ideológicos. Ultimamente, a

variedade tecnológica e econômica do Sul ficou mais evidente, levando a que o Sul de antes seja mais homogêneo do que o Sul de agora.

A despeito de isso, nota-se uma unidade fundamental nesta diversidade. As diversidades dos povos do Sul são superadas pelo que apresentam em comum, o que lhes proporciona uma identidade conjunta e um motivo para batalharem em comunhão, prosseguindo assim as finalidades comuns. Oportunidades de cooperação que podem ser úteis para todos eles são também proporcionadas pela sua variedade econômica.

A primeira relação que unifica os países e os povos do Sul é a sua vontade de se emanciparem da miséria e do subdesenvolvimento e de garantirem uma vida melhor para os seus cidadãos. Este desejo comum se traduz no alicerce da sua solidariedade, demonstrada em organizações como o Grupo dos 77 (do qual todos os países do Sul são membros, com exceção da China) e o Movimento dos Não-Alinhados, com um relevante e crescente número de membros oriundos de todos os continentes do Sul (COMISSÃO SUL, 1990, pp. 13-14).

Os processos de tomada de decisões que governam os fluxos internacionais de comércio, capital e tecnologia são controlados pelos principais países desenvolvidos do Norte e pelas instituições internacionais que eles mesmos dominam. Os países do Sul estão colocados desfavoravelmente no sistema econômico mundial; são individualmente impotentes para influenciar os referidos processos e instituições e, conseqüentemente, o contexto econômico global que vitalmente afecta o seu desenvolvimento. Por esta razão, fizeram um apelo colectivo defendendo a reforma do sistema económico internacional, por forma a torná-lo mais equitativo e respeitador das necessidades da vasta maioria da humanidade – as populações do Sul. A luta por um sistema internacional mais justo consolidou a sua coesão e fortaleceu o seu empenhamento em prosseguir uma ação unificada (Op., cit., p. 14).

Indubitavelmente o Sul vem se fortalecendo cada vez mais, especialmente após a derradeira crise financeira. As instituições financeiras internacionais dominadas pelo Norte foram duramente criticadas, ao mesmo tempo em que instituições financeiras específicas do

Sul e novas moedas reservas internacionais foram propostas⁶². Apesar de uma integração regional plena entre os países e regiões do Sul global ser mais morosa e problemática que nos países capitalistas avançados, ultimamente observa-se uma tendência regionalista mais forte entre eles. Casos a ser ressaltados, são as potências médias e líderes regionais de diferentes regiões do Sul, por exemplo: Brics, Ibas etc., que vêm tendo um papel fundamental no reordenamento do sistema internacional.

Cabe dizer que estudos já apontam as posições que vão assumir muitos desses países num futuro bem próximo. Se hoje o Brasil é a sexta economia mundial, até 2015 estima-se que passa a ser uma das cinco maiores economias globais. O PIB chinês que ocupa atualmente a terceira posição, até 2030 vai ultrapassar a economia norte-americana e passa a ser a primeira economia global. O criador do termo Brics (Jim O'Neill) já demonstrou num de seus estudos que o PIB dos Brics⁶³ vai ultrapassar o PIB do G7 até 2032, apesar de que o seu IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) e a sua FIB (Felicidade Interna Bruta)⁶⁴ continuem sendo menores. Mesmo assim podemos dizer que é

⁶² O governo brasileiro voltou a insistir no G-20 ministerial de Paris, pela introdução do real na cesta de moedas do FMI. O fito do ministro da Fazenda (Guido Mantega) é de que a divisa, tal como o yuan chinês, venha a se juntar às moedas que servem de marco para Direitos Especiais de Saque (SDRs), junto com o dólar, o euro, a libra esterlina e o iene. A revisão dos SDRs traduz-se num dos aspectos da reforma do sistema monetário internacional, tratada no G-20. A idéia é que novas moedas se juntem às quatro que constituem a presente cesta, de modo a reduzir a influência do dólar como moeda reserva internacional. O argumento do Brasil é que nos mercados como o de derivativos, o real já é mais negociado que o iene e a libra, o que mostra o prestígio da divisa. *“Uma saída é valorizar os SDRs, ao qual teríamos de dar um novo dinamismo, com maior conversibilidade, maior volume e um banco emissor”*, diz Mantega. *“O FMI teria de se transformar em um banco global emissor de SDRs, que estariam presentes nas transações internacionais”* (O Estado de S. Paulo, 19 fev. 2011).

⁶³ A África do Sul passa a ser o quinto membro do grupo. O grupo político instituído em 2005 por Brasil, Rússia, Índia e China, a partir do acrônimo inventado pelo banco Goldman Sachs quatro anos antes, adquiriu um novo membro permanente: a África do Sul. O pacto para inclusão da maior economia da África foi formalizado ontem, em Paris. *“A África do Sul passou a se incorporar aos Brics. Agora somos cinco”*, declarou o ministro brasileiro da Fazenda, Guido Mantega. *“A África do Sul é um país importante da África. Portanto, o grupo está sendo reforçado e terá mais representatividade”* (O Estado de S. Paulo, 19 fev. 2011).

⁶⁴ A Felicidade Interna Bruta entende-se aqui o acesso à cultura, ao lazer, ao transporte confortável, à segurança protetora, à aposentadoria saudável etc., enfim, a uma vida digna a ser vivida por todos os cidadãos.

um grande ganho; mostra que o jogo político internacional vem sofrendo relativas mudanças no sentido positivo.

Uma Nova Ordem Econômica Internacional aceite por todos como uma finalidade, bem como a diminuição da disparidade Norte-Sul se constituem na esperança havida no decorrer dos anos 1970. Contudo, tal disparidade cresceu na maioria dos países do Sul. Em termos de condições básicas da vida humana, mais dispar está se tornando o mundo.

Desenvolvimentos socioeconômicos relevantes foram registrados em diversos países em vias de desenvolvimento logo nos trinta anos seguintes à Segunda Guerra Mundial. Realmente, durante as décadas de 1960/70, melhores índices de desempenho da economia foram globalmente constatados nos países em vias de desenvolvimento do que nos países desenvolvidos (e igualmente melhores do que os países desenvolvidos nos seus primeiros ciclos de desenvolvimento).

Mas é na década de 70 do século XX que realmente podemos constatar o estabelecimento da Cooperação Sul-Sul (CSS), seus propósitos, suas perspectivas, seus desafios etc.. Como destaca Lechini (2006: 313),

Na década de setenta os países do Sul adotaram a ideia da cooperação Sul-Sul para reforçar sua capacidade de negociação com o Norte, através de esforços cooperativos com o propósito de resolver questões relacionadas com o comércio, o desenvolvimento e a nova ordem econômica internacional. O êxito conseguido nas negociações realizadas durante o choque petrolífero de 1973 serviu como modelo de negociação produtiva. Não obstante, o projeto geral da cooperação fracassou por causa de sua natureza geral e sua ampla esfera de ação: a falácia do argumento era sua premissa básica de que todos os países subdesenvolvidos tinham mais coisas em comum das que possuíam de fato e que todas as soluções podiam ser aplicadas uniformemente com o mesmo êxito.

A meio dos anos 70 ocorreu uma viragem no sentido de uma continuada perturbação da economia mundial. A consequência de tal perturbação acabou por ser a recessão mundial de 1980-83. A partir daí, os países industrializados beneficiaram de um período de recuperação e de crescimento ininterrupto, embora a um ritmo mais lento do que em anteriores fases de recuperação no pós-guerra, mas em muitas zonas do mundo em vias de desenvolvimento subsiste uma crise econômica aguda (COMISSÃO SUL, 1990: 14-15). (...).

No que se refere à década de 1980 e a sua relação e/ou efeito sobre a Cooperação Sul-Sul, pode-se constatar que ela não foi nada vantajosa para tal Cooperação, visto que foi uma década de muito pouco desempenho em termos tanto econômico, político, social etc., para os países do Sul, devido a muitas turbulências já registradas na década anterior, sobretudo na área econômica, como vimos⁶⁵.

Ora, nos anos de 1980 as condições mundiais eram difíceis, e quarenta países negociaram os programas de ajuste apenas na África! O resultado foi a chamada *década perdida*, na qual a economia africana regrediu aos padrões de trinta anos antes. Em 1990 a dívida externa dos países africanos atingia 272 bilhões de dólares (90% do PIB), que era o dobro da de 1980. Mesmo os países exportadores de petróleo sofreram dramaticamente devido à redução dos preços. Mesmo projetos de desenvolvimento industrial bem-sucedidos, como o da Argélia, entraram em colapso (VISENTINI, 2013: 143).

Na década de 80, um conjunto muito vasto de países em vias de desenvolvimento se viu prejudicado por duros contratempos e intempéries no seu progresso econômico e nos seus padrões de vida; os países que tinham uma grande sobrecarga de dívida externa foram muito mais sacrificados. Recessão, instabilidade, dúvidas constantes e crises financeiras contínuas minaram o mundo em vias de desenvolvimento (embora com algumas importantes ressalvas, designadamente no continente asiático) durante os anos 80 (COMISSÃO SUL, 1990, p. 15).

Nos anos 1980, e especialmente após o fim da Guerra Fria, o sistema internacional baseado na lógica da bipolaridade desintegrou-se dando lugar a uma nova ordem mundial. Essa mudança trouxe em seu início uma série de incertezas quanto ao modo como esse sistema reencontraria seu equilíbrio e quais seriam as novas regras que regulamentariam as relações entre os Estados. Alguns aspectos ficaram claros desde o início: com o fim da bipolaridade, as organizações internacionais ganharam maior importância, assim como as iniciativas de cooperação entre os países (entre elas os processos de integração regional); os Estados Unidos tornaram-se o principal ator do sistema internacional – embora no final dos anos 1980 ainda não fosse possível avaliar a extensão do seu papel hegemônico – e as relações entre os Estados seriam influenciadas pelo fenômeno da globalização (MARIANO, 2007: 123).

⁶⁵ Por estes e outros motivos, muitos entendem que a década de 1980 foi uma década perdida.

O sul não é independente economicamente, visto que continua fortemente vinculado às economias dos países do Norte. Tal dependência econômica deriva da herança do passado colonial preservado pelo facto de a economia do Norte ser mais forte e, igualmente, pela própria política desenvolvimentista traçada pelo Sul em muitos casos.

Entre as importantes mudanças políticas que começaram a materializar-se no fim dos anos 80 encontram-se os progressos registados na superação da clivagem política e militar entre o Leste e o Ocidente. As superpotências e as suas alianças militares manifestaram o seu empenho numa visão de mundo em que as suas nações possam viver em Paz. Abriram um diálogo com vista a uma conciliação política; isto arrefeceu as paixões conflituosas e levou os seus governos a movimentar-se com vista ao desarmamento (COMISSÃO SUL, 1990: 16).

Hodiernamente, diríamos que a redução dos conflitos armados e das despesas militares no Sul, bem como o seu desenvolvimento socioeconômico podem ser registados, uma vez fortalecida a Cooperação Sul-Sul (se fortalecida, se o Sul global relegar a guerra – que quase sempre não é dele - ao segundo plano e fazer negócios/comércio como o Norte capitalista liberal), e uma mais efetiva política de integração regional - atenuadas as dependências em relação aos países centrais, o que consequentemente acelera o processo de multilateralização do mundo.

Para Aguirre e Stetter (2008: 1),

As potências emergentes e a cooperação Sul-Sul estão começando a mudar os cimentos do sistema internacional e a desafiar a estrutura de poder tradicional nas organizações multilaterais. O recente estabelecido fórum de diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBSA) é parte dessa tendência para o estabelecimento de uma nova ordem mundial. Desde a sua criação em 2003 como um fórum de diálogo informal, IBSA tem aumentado consideravelmente de categoria política – de uma iniciativa ministerial a uma presidencial – e tem começado a celebrar cimeiras anuais. Ademais, durante seus cinco anos de existência tem produzido uma série de resultados concretos – os três países têm firmado seis acordos trilaterais, criaram um fundo de desenvolvimento IBSA que arrecada cerca de 3 milhões de dólares ao ano e formaram 14 grupos de trabalhos diferentes que têm o objetivo de aumentar a cooperação em muitos setores.

Como assinala Saraiva (2007: 42), países como o Brasil assumem um comportamento internacional de múltiplas faces que procuram, simultaneamente, favorecer-se das possibilidades do sistema internacional, remodelá-lo na função de liderança visando beneficiar os países do Sul e atuar no âmbito regional com uma perspectiva de hegemonia.

Aliás, como pontua Miyamoto,

...Uma das características da política externa brasileira, em todos os momentos, inclusive no regime militar, foi a presença constante em foros congregando países sob as mais diferentes óticas, das culturais às políticas, das econômicas às militares. Em 1964, por exemplo, o Brasil participou ativamente da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD). Da mesma forma marcou forte presença na Força Interamericana de Paz que interferiu na República Dominicana em 1965; liderou a criação do Tratado de Cooperação Amazônica, firmado em julho de 1978 por mais sete países da região; propôs a Zona de Paz e de Cooperação no Atlântico Sul em 1986 envolvendo latino-americanos e africanos; sediou a Conferência das Nações Unidas para Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD-Eco Rio) em 1992 e a I Conferência Ibero-americana em 1999, além do Mercosul em 1991⁶⁶.

Por isso é que, numa das suas formas de cooperação Sul-Sul, a iniciativa brasileira procura a adoção de uma atitude de líder no arranjo da ação coletiva, juntamente com outros países também *system-affecting*.

Portanto, as propostas e as possibilidades da cooperação Sul-Sul entre os países periféricos visam à procura, por exemplo, de mercados para as suas economias e espaços de atuação política, bem como meios de poderem ser ouvidos e respeitados nos foros e organismos de decisões mundiais. O caso emblemático do momento seria a questão das barreiras comerciais e dos subsídios agrícolas concedidos pelos países mais industrializados aos seus produtores agrícolas (diga-se de passagem, a resolução dos impasses da Rodada de

⁶⁶ Miyamoto, Shiguenoli. O Brasil e as negociações multilaterais. *Primeira Versão*, IFCH/UNICAMP, n. 93, p. 4-5, outubro/2000.

Doha), o que dificulta a exportação dos países do Sul, fundamentalmente detentores de produtos primários⁶⁷.

Numa das suas últimas visitas ao continente africano, o presidente Lula esteve juntamente com os líderes sul-africano (Mbeki) e indiano (Singh), numa cúpula na cidade sul-africana de Pretória para procurar meios de atenuar a dependência comercial da África, América Latina e Ásia em relação às economias ricas do Hemisfério Norte. Segundo disse Lula na abertura da cúpula, *“essa negociação internacional de Doha não pode ser pura e simplesmente a agenda de um pequeno número de países desenvolvidos”*⁶⁸. De volta ao Brasil, o presidente disse crer que os países estão quase chegando a um acordo a respeito das negociações da Rodada de Doha na Organização Mundial do Comércio (OMC): *“Não podemos, enquanto países em desenvolvimento, abrir mão do nosso crescimento interno, do crescimento na nossa indústria e não ganhar nada com a agricultura”*⁶⁹.

Com a eleição do embaixador brasileiro Roberto Azevêdo (maio de 2013 e investidura no cargo prevista para 1º de setembro) ao posto máximo (diretor-geral) da OMC⁷⁰, especialistas consideram que isso demonstra o reconhecimento do esforço e

⁶⁷ Para isso, podemos lembrar que de 10 a 14 de setembro de 2003, o Ministro Amorim chefiou a delegação do Brasil à V Conferência Ministerial da OMC (Organização Mundial do Comércio), em Cancún, México. Na Conferência, o Brasil lidera a formação do G-20, grupo de países em desenvolvimento que defende o fim dos subsídios agrícolas e das barreiras ao comércio agrícola (MRE, 2007).

⁶⁸ Cfr. Documento eletrônico: <http://oglobo.globo.com/pais/mat/2007/10/17/298182975.asp>. Acesso em 22/10/2007.

⁶⁹ Cfr. Documento eletrônico: <http://oglobo.globo.com/economia/mat/2007/10/22/315351017.asp>. Acessado em 22/10/2007.

⁷⁰ Sucessora do GATT (General Agreement on Tariffs and Trade – sigla inglesa), 1947-1994, a OMC nasceu em 1995 pelo acordo de Marrakech (Marrocos), após oito anos de árduo trabalho naquilo que ficou conhecido como Rodada Uruguai (1986-1994). “Rodada” é o nome que se dá aos encontros da organização, que podem demandar anos de negociações, na medida em que o diálogo baseia-se na regra do consenso. Basta lembrar que de 2001 até hoje, a Rodada Doha não foi finalizada, e as questões concernentes à agricultura e serviços continuam e acirrar os debates no seio dessa entidade. A OMC é a única organização internacional responsável pela regulamentação do comércio e resolução de contendas comerciais entre os países. Em 2013, ela dispõe de 159 países-membros, mas outros países são candidatos. O seu sexto diretor vai ser o brasileiro Roberto Azevêdo, substituindo o francês Pascal Lamy (2005-2013). O italiano Renato Ruggiero (1995-1999), o neozelandês Mike Moore (1999-2002) e o tailandês Supachai Panitchpakdi (2002-2005) foram os antigos diretores.

coalizão dos países do Sul global. Mais espaços conquistados e papel crescente dos países emergentes na gestão da ordem internacional, possibilidades mais reais de destravar a Rodada Doha⁷¹ e, conseqüentemente, a chegada a um consenso e resolução das questões em torno dos subsídios agrícolas e barreiras comerciais, sem contar a devolução de pertinência à entidade, na era de crise e redução do comércio global, o que pode abrir novas oportunidades para o desenvolvimento dos países do Sul. Para a Presidente brasileira, o desejo é dirigir a organização rumo a um mundo mais justo. De acordo com Kevin Gallagher, da Universidade de Boston, especialista em globalização e desenvolvimento, *“ao mesmo tempo simbólico e por razões táticas, é uma grande opção”*. Numa recente entrevista à Agence France-Presse, Azevêdo sublinhou que

“o sistema comercial multilateral” foi “enfraquecido por uma completa paralisia de negociações”. “Trata-se de tornar o sistema compatível com o mundo de hoje, a única maneira disto acontecer é encorajar o comércio e a liberalização de trocas considerados como componentes essenciais das políticas de desenvolvimento”⁷².

Azevêdo assinala que a visão adotada para a direção-geral da OMC, que viabiliza a comunicação e a harmonia em volta da revivificação do sistema multilateral de comércio, foi sabiamente captada pelos membros na fase de campanha. A estratégia foi centrada nos africanos, atualmente maioria na OMC – 42 de seus 159 membros, caribenhos e países emergentes, destacadamente os outros membros BRICS (Rússia, Índia, China e África do Sul). Ele segue destacando que a base de apoios à sua candidatura foi bastante abrangente e horizontal, contando com todos os tipos de países. Em Brasília, a proeza é entendida como novo ciclo na afirmação internacional do Brasil, que em 2011 colocou José Graziano na

⁷¹ De 1995 até o presente, tudo o que a OMC conseguiu fazer foi lançar a Rodada Doha em 2001, o que acabaria com as barreiras protecionistas herdadas da Rodada Uruguai (Folha de S. Paulo, 08/05/2013).

⁷² Cfr: <http://www.tv5.org/cms/chaine-francophone/info/Les-dossiers-de-la-redaction/Economie-Monde-2013/p-25240-OMC-un-directeur-bresilien-pour-un-monde-plus-juste-.htm>, Acesso em 09/05/2013.

direção da FAO – órgão das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação. A obtenção de uma vaga permanente no Conselho de Segurança da ONU continua sendo a mais importante finalidade não atingida pela política externa brasileira (Folha de S. Paulo, 08/05/2013).

Wallerstein sugere uma explicação para a desigualdade internacional (econômica, social e política) com base na teoria de Marx, formulando o conceito de troca desigual. Nesse sentido, o comércio em condições desiguais é o mecanismo de transferência de renda dos países pobres para os ricos, bem como a forma de preservar a divisão internacional do trabalho que reproduz a desigualdade (NOGUEIRA, 2005, p. 127).

Tendo em vista este argumento de Wallerstein, a cooperação Sul-Sul entre os países do Sul global seria a melhor via para contornar a permuta desigual entre os países do Sul e do Norte, a alienação de recursos da periferia em direção ao centro, estabelecer outra divisão internacional do trabalho, e assim obter outra gestão da ordem global, com mais igualdade internacional no plano político, econômico, comercial, industrial, financeiro, social, cultural/educacional etc. Fortalecer os blocos comerciais regionais nas suas respectivas áreas geográficas, fomentar as relações multilaterais em detrimento de tradicionais relações bilaterais com os países industrializados (quase sempre herdadas da terrível estrutura do passado), constituem políticas mais consideráveis e fundamentais para os países semiperiféricos e periféricos.

Para Lima (2005: 43),

Em certa medida, o G-20 que se forma na reunião de Cancun, no México, em 2003, representa um renascimento da coalizão terceiro-mundista agora, porém, em torno dos interesses agrícolas dos países em desenvolvimento e na explicitação da hipocrisia da posição negociadora dos países desenvolvidos. Para o Brasil, a criação do G-20, retomando a coordenação com a Índia, é uma oportunidade de mais uma vez desempenhar o papel de “intermediário indispensável” entre os “fracos” e os “fortes”.

Mas não é somente a questão do subsídio agrícola que envolve o Fórum de Diálogo Índia, Brasil, África do Sul (IBSA). Como ressalta Lima (2005: 40), a iniciativa IBSA tem na questão da reforma do Conselho um de seus pontos programáticos.

Em 17 de outubro de 2007 IBSA celebrou sua segunda cimeira em Pretória, África do Sul. Para além da presença de chefes de Estados e membros de seus respectivos governos, as diversas reuniões de empresários, parlamentares e acadêmicos demonstraram o crescente interesse da sociedade civil no projeto IBSA. Os resultados concretos incluíram a criação de um fórum de mulheres, para aumentar a igualdade de gênero no bloco IBSA; a petição de uma reforma das Nações Unidas (ONU), incluído o Conselho de Segurança; a eliminação das distorções do mercado; e o compromisso para um acordo trilateral de livre comércio (AGUIRRE e STETTER, 2008, p. 1).

Como argumenta Tharoor (2007: 9),

A participação de Índia no fórum de diálogo IBSA demonstra sua estratégia mais ampla de fortalecimento de relações bilaterais (ou trilaterais) com Estados proeminentes e organizações regionais. Esta política de unir-se a várias redes de cooperação – que às vezes se superpõem ou até se contradizem entre si (como no caso da crescente aliança de Índia com EUA, e ao mesmo tempo a sua recusa de um mundo “unipolar” alinhado com Rússia e China) – se baseia numa concepção mais ampla da natureza da política internacional. Num mundo “multipolar”, Índia deve estender sua rede o mais amplamente possível para salvaguardar e projetar seus interesses internacionais. Ao mesmo tempo, Índia permanece leal ao sistema internacional, do qual, em termos pessoais (tanto burocráticos como de manutenção da paz), é já uma grande parte. Sob a proteção estável de organizações seguras como a ONU ou a Organização Mundial do Comércio (OMC), é onde a política exterior da diplomacia intensiva da Índia tem suas maiores possibilidades de êxito. Não obstante, Índia pode desiludir-se com as instituições internacionais se estas fracassam em sua tentativa de converter-se em equitativas e mais representativas. Questões tais como os subsídios ianques e europeus e a reforma da ONU serão chaves para decidir a atitude de Índia na atual arquitetura internacional.

Com isso podemos entender a procura de saídas e novas alternativas para as economias e instabilidades político-sociais dos países do Sul, como o intuito da criação de um Mundo multipolar. De se dizer que o caminho para um futuro promissor da solidariedade Sul-Sul se encontra na procura de eliminação dos obstáculos político-econômicos rumo a um potencial relacionamento horizontal.

Contudo, não devemos esquecer alguns limites dessa cooperação, como saber até que ponto essa cooperação de fato multipolariza o mundo, reordenando o sistema internacional vigente e proporcionando espaços de atuação aos países do Sul⁷³. A estrutura (economia) muda mais rápido que a superestrutura (política), o que a rigor já evidencia que as mudanças na esfera do sistema político internacional são algo mais duradouro. Conferindo o que acabamos de dizer, pode-se frisar Benjamin (1994: 165), em que o autor argumenta que *“tendo em vista que a superestrutura se modifica mais lentamente que a base econômica, as mudanças ocorridas nas condições de produção precisariam mais de meio século para refletir-se em todos os setores da cultura”*.

Contudo, como assinala (Grudz, 2004: 2) *apud* (Lechini, 2006: 336),

Atualmente espera-se que as discussões entre os membros do IBSA continuem por duas vias principais: cooperação mútua em saúde, defesa e comércio, por um lado, e colaboração para reforçar a influência do Sul em torno de seus interesses econômicos e de segurança na OMC e ONU, por outro.

Os três governos apontam a um objetivo muito geral, como a promoção do diálogo, a cooperação Sul-Sul e a busca de posições comuns em assuntos de importância internacional. Deste modo, planejam promover o comércio e oportunidades de investimentos entre as três regiões das quais são membros; o desenvolvimento social e a erradicação da pobreza; o intercâmbio trilateral de informação sobre as melhores práticas internacionais, tecnológicas e habilidades, assim como complementar as áreas nas quais cada um tem fortalezas competitivas para transformá-las em sinergias coletivas. Finalmente, estão de acordos em promover a cooperação numa ampla gama de questões, tais como agricultura, mudança climática, cultura, defesa, educação, energia, saúde, sociedade de informação, ciência e tecnologia, desenvolvimento social, comércio e investimentos, turismo e transporte⁷⁴.

Como bem pontua Gratiús (2008a: 1),

A iniciativa de cooperação Sul-Sul IBSA reflete que as coordenadas do sistema internacional estão mudando em favor das potências emergentes, neste caso, democráticas. Embora os avanços reais do eixo IBSA sejam modestos, o fato de

⁷³ A respeito dos riscos e possibilidades dessa cooperação, ver Lima (2005).

⁷⁴ Lechini, Gladys. IBSA: una opción de cooperación Sur-Sur. En publicación: *Del Sur hacia el Norte: Economía política del orden económico internacional emergente*. Giron, Alicia; Correa, Eugenia. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, octubre 2007.

que reúnem cada ano os líderes destes países, demonstra o valor político da aliança. IBSA igualmente assinala que está surgindo um novo tipo de cooperação à margem das tradicionais potências e fóruns. Esta tendência podia conduzir, no pior dos casos, a um novo enfrentamento Norte-Sul ou, no melhor dos cenários, a um novo multilateralismo mais equitativo que o que rege o sistema internacional criado há mais de 50 anos atrás.

A crise financeira internacional, a subida dos preços dos alimentos e a cooperação trilateral foram temas destacados da Cimeira de Nova Délhi entre os protagonistas regionais Brasil, Índia e África do Sul. Entre outros, os três mandatários concordaram em criar um mecanismo de coordenação entre os Ministros de Finanças e Presidentes de Banco Central. Os já existentes 16 grupos de trabalho e reuniões paralelas da sociedade civil demonstram que IBSA não é uma fantasia, mas sim uma iniciativa em vias de consolidação. Não obstante tratar-se de países muito diferentes, os une o interesse por mudar as estruturas do sistema internacional. As declarações que emanaram do Fórum IBSA desde sua criação em 2003 indicam que Brasil, Índia e África do Sul não apenas pedem voz, mas também voto nas principais organizações internacionais, incluindo o Conselho de Segurança, o G-8 e o Fundo Monetário Internacional (FMI) (Id., Ibid.).

Com estas iniciativas levadas a efeito pelo grupo IBSA, bem como a atual conjuntura político-econômica mundial (a crise financeira mundial – 2008 - que se alastrou à esfera planetária a partir dos EUA), podemos assegurar que estas potências médias estão perante um momento favorável às propostas, medidas e políticas que possam reordenar a ordem mundial, um novo jogo do poder, em que as necessidades e preocupações tanto do Norte como do Sul devem ser colocadas na pauta da discussão. Indubitavelmente que com a atual crise financeira ficou patente que a lógica do Estado-mínimo é falha e que a doutrina do liberalismo econômico apresenta sinais evidentes de falência sob os seus mais diversos aspectos⁷⁵, uma vez que o mesmo tornou-se inoperante até mesmo para os países centrais, caracterizados historicamente por uma razoável estabilidade política, algo de elevada importância para um louvável desenvolvimento econômico e vice-versa. Sendo assim, os

⁷⁵ Para o neoliberalismo a intervenção do Estado na economia deve ser limitada e restrita, delegando tal tarefa ao mercado. Sendo assim, não seria uma derrota para os defensores desta doutrina este momento de crise em que os operadores e, inclusive, líderes do mercado financeiro convocam o Estado no sentido de aplicar medidas que salvem a economia? Cabe aqui ressaltar Fukuyama (*teórico do fim da história e do último homem*), que na sua recente entrevista à Revista Veja (15.04.2009), deixou explícito que precisamos urgentemente de maior controle sobre o sistema financeiro, o que se encontra totalmente desregulamentado. O autor igualmente pontua que o Estado mínimo não funcionou. Doravante assistiremos a uma presença bem maior do Estado na economia. Isto é, será uma economia mais de Estado e menos de mercado.

países do Sul freqüentemente conhecidos por altas discontinuidades e instabilidades políticas ao longo de suas histórias, a doutrina econômica até agora reinante - já largamente criticada -, não traria nem teria respostas para as suas aspirações.

Como argumenta Vaz (2008: 6),

De fato, o IBSA não é simplesmente uma iniciativa trilateral. O que também oferece um espaço no qual os três países podem expressar suas preocupações e coordenar seus esforços em relação com assuntos globais lhe outorga uma dimensão política que vai mais além do trilateralismo e gera a possibilidade de que o organismo se converte num centro real de tomada de decisões; em outras palavras, um ator que desempenha um importante papel na cena internacional.

Por conseguinte, caberia distinguir entre duas dimensões de IBSA: por um lado, sua agenda de cooperação mútua, que responde aos problemas, interesses e necessidades domésticas; e por outro, sua influência na cena internacional e suas ações em relação às questões mais diretamente relacionadas com os interesses e as preocupações comuns dos três países. Em teoria (de acordo com as declarações de seus líderes políticos), o IBSA tem tanto a vontade como o potencial para converter-se num ponto de referência internacional (Id., Ibid.).

Se levarmos em devida atenção toda iniciativa implementada e encontros realizados pelo IBAS, bem como a capacidade material dos seus membros, seria razoável admitir a conversão do mesmo numa referência internacional. A cooperação se traduz num processo de continuidade política, o que vai requerer dos diferentes e sucessores governos dos respectivos países a elevação dessa iniciativa trilateral ao seu mais alto nível, de modo que a mesma possa surtir os efeitos esperados. A cooperação com outros fóruns de diálogos e/ou blocos econômico-políticos (por exemplo, MERCOSUL, UA, SACU, ASEAN, UE etc.) pode ser vista, numa certa perspectiva, como uma via rumo ao fortalecimento e consolidação do IBAS.

Em 01 de junho de 2009 entrou em vigor o Acordo de Preferências Tarifárias Fixas (APTF) Mercosul-Índia. Este foi primeiro passo para a criação de uma futura área de livre-comércio entre o Mercosul e a Índia. Este acordo de comércio preferencial abrange 450 itens de cada parte signatária. O texto-base contém regras sobre comércio de bens, *antidumping* e medidas compensatórias, barreiras técnicas ao comércio e medidas sanitárias e fitossanitárias (...) (PEREIRA, 2010: 163).

Praticamente à mesma época em que foram assinados os termos do acordo entre o Mercosul e a Índia, o bloco latino-americano negociou um acordo de reduções tarifárias com a África do Sul, que, junto com Botsuana, Lesoto, Namíbia e Suazilândia, formam a SACU. Assinado em dezembro de 2000, o acordo-marco entre a África do Sul e o Mercosul evoluiu para, posteriormente, envolver a SACU, em outubro de 2003. Este acordo-quadro foi celebrado com objetivo de fortalecer as relações existentes, promover o incremento do intercâmbio comercial e estabelecer as condições para a pretendida área de livre-comércio (Idem, Ibidem).

As argumentações de Pereira evidenciam mais ainda o que havíamos assinalado sobre a cooperação entre os diversos blocos do Sul global. Tais acordos comerciais, a despeito de eventuais complexidades, devem ser explorados pelos seus países atores, visto que são países munidos de imensas e diferentes capacidades materiais, políticas e de diálogo.

Como argumentam (Keohane e Nye, 1989) *apud* (Mariano, 2007, p. 125),

Os Estados, em vez de desaparecer, adquirem uma nova lógica de operação, onde seu poder é limitado frente à expansão das forças transnacionais que reduzem a capacidade dos governos de controlarem os contatos entre as sociedades, e que impulsionam essas relações transfronteiriças. Nessa perspectiva, os problemas políticos nem sempre podem ser resolvidos adequada e nem satisfatoriamente, sem a cooperação com outras nações e agentes não estatais.

...O avanço da integração regional implica um maior relacionamento dos grupos organizados de países envolvidos, que buscam se articular no plano transnacional como forma de fortalecer sua capacidade de pressão e influência sobre os respectivos governos. Essas articulações, contudo, podem gerar novos objetivos ou até mesmo novas identidades. De qualquer forma, influenciam os interesses dos grupos domésticos e alteram a formulação de preferências políticas. Portanto, tornam-se elementos importantes no processo decisório dos países (Idem, p. 164).

3.10 CONSIDERAÇÕES SOBRE O CAPÍTULO

A revolução será a panaceia dos males de qualquer sociedade e atuará como símbolo poderoso e como estímulo na vitória sobre a opressão e sobre a escassez de recursos.
NORBERTO BOBBIO

Neste segundo capítulo do trabalho visamos fundamentalmente fazer um histórico da Cooperação Sul-Sul, ou seja, o que foi essa Cooperação e o que ela está sendo

atualmente. Esse histórico abrange todas as regiões usualmente classificadas e/ou enquadradas no Sul global, mas não exaustivamente todas as confederações de nações sulistas já constituídas. Como chegamos a constatar, esta Cooperação iniciou-se num período específico e peculiar da história das relações internacionais (período da Guerra Fria, dos confrontos Leste/Oeste - socialismo contra liberalismo -, militar e estratégico), enfim, num período em que o mundo era bipolarizado pelas duas potências: uma bi-continental (Rússia) e outra biocênica (EUA).

Foi então a partir do final da Segunda Guerra Mundial (1945), que realmente surgiram os primeiros esforços da Cooperação Sul-Sul. Aliás, a política de formação de blocos econômicos e políticos, de integração regional, igualmente teve se não a sua origem, pelo menos o seu processo de formação propriamente dito depois da Segunda Guerra Mundial. No caso da Cooperação Sul-Sul (CSS), como vimos, foi a Conferência de Bandung (1955), que de fato começou a impulsionar esta Cooperação. Outras tentativas existiram antes, mas eram muito frágeis, localizadas e esparsas. Há de frisar que a expressão Cooperação Sul-Sul foi cunhada apenas na década de 1970.

Sendo assim, após esta Conferência, e no ciclo que estende até o final da Guerra Fria, houve na verdade certo impulso na política de integração regional, no sentido não só de fomentar a cooperação econômica e aliança militar, como também procurar a melhoria das condições sociais, culturais, ambientais, de circulação, de seguridade e o bem-estar das sociedades de uma maneira geral.

Como qualquer outra Cooperação e/ou questão das relações internacionais, a Cooperação Sul-Sul igualmente deparou com os seus empecilhos e contratempos. Primeiramente, na década de 60 muitos países (particularmente do continente africano) encontravam-se ainda sob o domínio colonial, e por isso as dificuldades evidentes de

poderem efetivamente lutar pela sua independência econômica. Subsidiariamente, a década de 70, a despeito de apresentar um desempenho melhor para os países do Sul global, também teve os seus sobressaltos (crises do petróleo – 1973, 1979 - etc.).

Em terceiro lugar, a década de 80 que ficou marcada como década perdida, foi realmente uma década de crescimento nulo para os países do Sul, na medida em que estes se viram perante uma diminuição drástica das suas taxas de crescimento econômico e, deste modo, se endividando e aumentando as suas instabilidades econômicas, políticas e sociais sem precedentes.

Em quarto lugar, a década de 90 ficou conhecida pela aplicação da doutrina neoliberal, novas tensões e desagregações de países (um mundo não mais seguro que antes) e aceleração do processo globalizacional (maior prioridade ao capital e mercadorias, relegando para o segundo plano o emprego formal, bem-estar social, seguridade social, segurança protetora das pessoas, aparecimento de mais insegurança civil, isto é, criminalidade, violência urbana e no campo, delinquência, roubos, agressões etc.). Em boa medida, tais políticas não foram promissoras para os países do Sul global. Por último, a primeira década do século XXI que acabamos de vivenciar, foi uma década de muitos acertos implementados pelos países do Sul no sentido de corrigir os erros do passado, viabilizar o seu processo de desenvolvimento, bem como estabelecer outro paradigma da política internacional.

É nisto que podemos enfatizar o papel do IBAS. Como Cooperação na esfera econômica, política e estratégica fomentada por três potências intermediárias, *system-affecting states*, grandes mercados emergentes (Índia, Brasil e África do Sul), estes procuram políticas que possam viabilizar nova gestão da ordem mundial, multilateralizar o

mundo, de modo que o Sul possa ter mais voz nas esferas de negociações internacionais e obter assim um progresso concreto.

Pela representatividade nas suas respectivas regiões (liderança praticamente natural), pela porcentagem que seus territórios dispõem no plano global, pelo seu peso econômico conjunto, pela sua população (mercado consumidor, mão-de-obra jovem e, naturalmente, com capacidade empreendedora), pelas suas políticas ativistas, engajadas e proativas (concertação política, coordenação de diversos setores e um Fundo para o desenvolvimento), o IBAS demonstra sua verdadeira e real intenção de propor e gerar mudanças na esfera política internacional.

4 OS PAÍSES IBAS: UMA ANÁLISE

É possível reinventar o modelo de relações entre estes Estados, livres das amarras que parecem vincular outros quadros regionais.

PAULO BORBA CASELLA

O propósito deste capítulo é justamente analisar o contexto da história, geografia, política, sociedade, economia, cultura, religião etc., desses países, ainda mais se entendemos que tais países (e outros também) se aproximam e se respeitam mais ao conhecerem melhor e mutuamente as suas diversas culturas. Para análises mais detalhadas passamos doravante a desenvolver cada um desses itens correspondentes aos respectivos países.

4.1 ÍNDIA

Ao descobrir a solução para nosso problema, devemos ajudar a resolver o problema do mundo. [...] Se a Índia pode oferecer sua solução ao mundo, será uma contribuição para a humanidade.

- RABINDRANATH TAGORE, Prêmio Nobel, *Sobre o nacionalismo*, 1917

Um dos dez maiores países do mundo (7º), com dimensão continental graças aos seus mais de três milhões de quilômetros quadrados, a Índia situa-se no continente asiático, mais concretamente na região designada de subcontinente indiano, isto é, a região peninsular do Sul da Ásia que engloba igualmente outros países.

4.1.1 CONTEXTO HISTÓRICO

Nas palavras de Faulkner: “o passado nunca está morto, ele nem mesmo é passado”. Esse passado, além do mais, estirando-se por todo o seu trajeto de volta à origem, ao invés de puxar para trás, empurra para frente, e ao contrário do que seria de esperar, é o futuro que nos impele de volta ao passado.
- HANNAH ARENDT

Ao analisar a história da Índia, damos conta facilmente que estamos perante uma civilização milenar cujos fatos históricos nos remetem aos tempos imemoriais, pré-históricos e muito anteriores à era cristã, isto é, eventos e acontecimentos que tiveram lugar muito antes de Cristo (a.C.). Basta ressaltar que as marcas e impressões da presença humana mais remota de que se tem conhecimento na Índia são as pinturas da Idade da Pedra. Há mais de nove mil anos atrás surgiram os primeiros assentamentos humanos permanentes nesse país, o que foi evoluindo gradualmente para o que é hoje conhecida por civilização do Vale do Índico, civilização essa que começou a se prosperar por volta de 3300 a.C., na região correspondente hoje ao Oeste da Índia. A civilização do Vale do Índico deu lugar à civilização Védica, essa que amparou os fundamentos do Hinduísmo e outros aspectos da sociedade indiana, e que em 500 a.C. teve a sua queda. Nesse momento, diversos reinos autônomos e outros Estados já haviam se estabelecidos por todo o país⁷⁶.

Vários impérios, reinos e dinastias chegaram a existir na Índia, uns mais prósperos e desenvolvidos e outros nem tanto. Dependendo do patrocínio que cada rei concedia, a tecnologia e a ciência, a filosofia e a religião, as lógicas, a literatura, a arte, as matemáticas, a engenharia, as línguas etc., registraram ciclos de desenvolvimento e de pouca prosperidade.

⁷⁶ Para aqueles mais interessados na pré-história da Índia, civilização do Vale do Índico, dinastias grandiosas (máurias, guptas e cholas) etc., consultar Thapar, Romila. *Early India: from the origins to AD 1300*. Berkeley: University of California Press, 2004.

Durante séculos e em diversas ocasiões, a Índia também chegou a sofrer invasões e domínios de outros impérios e reinos. Já na era moderna (do Séc. XVI em diante), o país se viu diante da dominação de diversas potências européias, uma vez que postos comerciais foram instituídos por Portugal, Países Baixos, França e Grã-Bretanha⁷⁷. Posteriormente, os conflitos internos da Índia também propiciaram o estabelecimento de colônias européias no país. No começo do Séc. XVIII, a Companhia Britânica das Índias Orientais começou a anexar o território indiano de forma gradual e por volta da metade do Séc. XIX iniciou-se a colonização britânica, que só terminou aproximadamente um século depois (1947). No ano de 1856, a Companhia Britânica das Índias Orientais já controlava boa parte do território indiano. Em 1857, apesar de terem sido derrotados, a *Revolta dos Sipaios* (insurreição de âmbito nacional de juntas militares e reinos rebeldes) colocou seriamente em xeque a administração da empresa⁷⁸. Por esse motivo, a coroa britânica passou a controlar diretamente a Índia.

Já no Séc. XX (era contemporânea), o Partido do Congresso Nacional Indiano e diversas organizações políticas levaram a efeito uma luta de âmbito nacional pela autonomia. Por intermédio da política da *não-violência* que guiou diversas campanhas nacionais de desobediência civil, o líder indiano Mahatma Gandhi⁷⁹ conseguiu congrega-

⁷⁷ Para verificar como séculos de colonização e domínio deixaram sequelas e marcas indeléveis na sociedade indiana, ver Naipaul, V. S. *India: a wounded civilization*. Vintage, 2003.

⁷⁸ A *Revolta dos Sipaios* incidiu mais sobre a região central e setentrional da Índia contra a colonização do Reino Unido no ano de 1857, com sublevações armadas e revoltas por um longo período de tempo. De incidentes de pequenas proporções em janeiro daquele ano, já em maio o levante veio à carga com grande escalada de violência, tornando-se uma guerra aberta naquelas regiões do subcontinente indiano. O corolário desse conflito foi que a coroa britânica passou a administrar diretamente grande parte da Índia por noventa anos, isto é, de 1857 até a data da independência (1947), dissolvendo assim a administração da Companhia Britânica das Índias Orientais. Porém, a despeito disso, alguns *marajás*, *rajás*, *nababos* etc., continuaram a governar os denominados “Estados principescos” (mais de 500) que contavam com uma autonomia nominal. No entender de certos indianos da atualidade, essa revolta é o primeiro movimento pela autonomia do território indiano.

⁷⁹ *Mohandas Karamchand Gandhi*, mais conhecido por *Mahatma Gandhi*, nasceu em Porbandar, a 2 de outubro de 1869 e foi assassinado em Nova Délhi em 30 de janeiro de 1948, aos 78 anos de vida. Estudou

milhões de pessoas ao seu redor. Deste modo, a Índia conseguiu a sua autonomia do império britânico em 15 de agosto de 1947, momento em que surgiu igualmente o Paquistão, na medida em que as regiões de maioria muçulmana queriam um novo Estado autônomo separado. A conversão da Índia em uma nova república com sua própria constituição ocorreu em 26 de janeiro de 1950.

Todavia, se a presença dos britânicos não significava paz e prosperidade para os indianos, a independência desta nação não lhe angariou uma relevante segurança interna. Após a independência até os dias de hoje, a Índia vem travando uma intensa batalha contra grupos rebeldes, fricções e facções internas que lutam contra o governo, defendendo assim os seus interesses. Enfim, terrorismo, guerrilha, violência religiosa, separatismo e movimento naxalita, sobretudo no nordeste indiano, na Caxemira e em Jammu, são os principais desafios do governo indiano⁸⁰. Os ataques terroristas vêm acontecendo em diversas cidades indianas desde os anos 1960, e o maior atentado terrorista conhecido como 11 de setembro indiano abalou o país em 26 de novembro de 2008, deixando um rasto de 166 mortos e 300 feridos, e, como muitas vezes acontece, o Paquistão é acusado de estar

direito na Inglaterra e exerceu com notoriedade a profissão de advogado na África do Sul, país onde residiu por pouco mais de duas décadas (1893-1915). Foi justamente neste país, antro e celeiro de discriminações, que *Ghandhi* começou a delinear e a traçar o terreno da luta contra as dores do colonialismo britânico, ou qualquer outro, visto defender com fervor e tenacidade os fracos, oprimidos e condenados da terra onde quer que eles estejam. O cognome de *Mahatma*, que significa a “Grande Alma”, foi um título distintivo que recebeu graças às suas lutas e virtudes. Gandhi ficou particularmente conhecido pela sua luta contra a colonização britânica e pela idealização e instituição do moderno Estado indiano, tudo baseado na doutrina da desobediência civil e no princípio da não-violência (*Satyagraha*). Foram as crenças do hinduísmo e da religião jainista, bem como o *Bhagavad-Gita* (texto religioso hindu que significa “Canção de Deus”, um dos grandes clássicos de filosofia e espiritualidade do planeta) que influenciaram sabiamente a filosofia de luta não agressiva de *Ghandhi*. Eis algumas máximas do mestre: “*Nós devemos ser a revolução que queremos ver no mundo*”; “*Felicidade é quando o que você pensa, o que você diz e o que você faz estão em harmonia*”; “*Não há um caminho para paz. A paz é o caminho!*”.

⁸⁰ No dia 29 de junho de 2012, as forças de ordem assassinaram 20 pessoas em nome da luta contra a guerrilha maoista. O lado lastimável desse incidente é que se tratava de pessoas inocentes e não de verdadeiros guerrilheiros, fato logo confirmado. Cfr. Documento eletrônico: <http://www.courrierinternational.com/revue-de-presse/2012/07/03/lutte-antimaoiste-20-morts-pour-rien>. Acesso em 14/07/12.

por trás desse incidente perturbador da segurança nacional indiana, evidentemente financiando grupos terroristas.

No entender do próprio primeiro-ministro *Manmohan Singh*, a guerrilha naxalita é a que representa o maior desafio para o governo indiano⁸¹. No que concerne ao plano externo, a relação com a China e o Paquistão nem sempre foi (ou é) amistosa, isso tudo por conta de conflitos basicamente territoriais. Mas é com o Paquistão que o país enfrentou mais atritos e fricções, levando assim os dois países a se enfrentarem pelo menos em quatro ocasiões (1947, 1965, 1971 e 1999). Ademais, escaramuças na fronteira são freqüentemente constatadas.

Enquanto Índia Britânica, o país chegou a participar da fundação da ONU (1945); já como nação independente, esteve na vanguarda do Movimento dos Não-Alinhados (1961). A Índia é atualmente reconhecida como um Estado nuclear, tendo realizado seu primeiro

⁸¹ A guerrilha naxalita nasceu em 1967 e é um movimento maoísta que enfrenta a maior democracia do mundo. O nome naxalita vem do vilarejo indiano de *Naxalbari*, local onde essa revolta camponesa teve a sua origem. Desde o seu surgimento até hoje, essa guerrilha vem ganhando força e terreno, ocupando já a região central e leste da Índia, ou seja, o chamado “Corredor Vermelho”, o que corresponde a 16 dos 28 estados do país (Gouverneur, 2009). Os naxalitas buscam o seu apoio na área rural do país. Eles dizem defender os *dalits* e os *adivasis*. Os *dalits* (os intocáveis, os párias, indivíduos sem castas ou pertencentes a classes e castas sociais mais baixas e desdenhadas, estima-se que representam cerca de 16% da população – 160 milhões de pessoas). Há três mil anos que o sistema de castas existe na Índia. Apesar de ser considerado ilegal o preconceito por castas desde 1976, a discriminação ainda é praticada em diversas regiões da Índia. O Nepal, Bangladesh, Sri Lanka, Paquistão, Nigéria, Senegal e Mauritânia são também países com certas regiões onde há discriminação por castas (Folha de S. Paulo, 03/12/2012). Os *adivasis* (literalmente quer dizer os “primeiros habitantes”, a população autóctone, e estima-se que são entre 60 a 70 milhões no país, mais ou menos 8,1% da população), enfim, as populações rurais mais carentes. Os naxalitas querem que a população mais pobre e os trabalhadores rurais tenham oportunidades iguais, notadamente o acesso à terra e aos melhores empregos. Cabe ressaltar aqui que essa questão de acesso à terra constitui um grande e sério agravante na Índia, visto que de acordo com os naxalitas o governo indiano é conivente com as multinacionais e o imperialismo internacional (representado pelos ianques), que desapropriam os aldeões das suas terras ricas e ancestrais, e as entregam aos industriais em nome do desenvolvimento do país, sabendo que essa política governamental não traz benefícios às populações rurais, muito pelo contrário, apenas torna mais aguda a sua pauperização, uma vez que quando há indenização (nem sempre tem), ela é muito baixa, e a população local não é empregada sob alegação da sua baixa escolaridade. Por seu turno, o governo diz entender as reivindicações dos naxalitas, mas aponta que a transformação da Índia num Estado marxista é o intuito maior e de longo prazo dessa guerrilha. Enfim, os naxalitas são tidos como comunistas radicais de extrema-esquerda. Mais análises sobre o fenômeno do terrorismo e fundamentalismo, iniquidades econômicas e outros assuntos hodiernos, nomeadamente globalização, multiculturalismo, nacionalidade, ver Desai (2006) com seu estupendo romance intitulado “*The inheritance of loss*”.

teste nuclear subterrâneo em 1974 (em tese para fins pacíficos), e em 1998, mais cinco testes deste gênero. Do início da década de 90 até o momento, o país aparece no grupo dos países cujas economias vêm crescendo de modo mais pujante, aumentando deste modo a sua influência na esfera internacional, haja vista as reformas econômicas efetuadas desde então. Mas é evidente que o mero crescimento da economia não necessariamente reflete o verdadeiro desenvolvimento de um país (o PIB não é um bom indicador nesse sentido), e no caso indiano, o país precisa fazer face à sua miséria crônica que de longa data vem assolando e devastando o país. Nilekani (2008) chama atenção para o fato de que o que vai garantir um desenvolvimento seguro e duradouro/sustentável à Índia são a reforma e a inovação de todos os seguimentos da vida pública, e não meramente o crescimento da sua economia.

4.1.2 CONTEXTO GEOGRÁFICO/AMBIENTAL

O subcontinente indiano é composto por Bangladesh, Butão, Índia, Maldivas, Nepal, Paquistão e Sri Lanka, sendo que a Índia ocupa a maior parte deste subcontinente. Este país é o sétimo maior do mundo, apresentando 3.287.590 km²⁸², e responde por 9,56% da água do planeta, o que atualmente ou ao menos num futuro não tão distante acaba não sendo muito, tendo em vista a massa populacional de que o país dispõe⁸³, e o fato de que o aquecimento global tende a comprometer o fornecimento de água à Índia, tendo em vista o derretimento causado nas geleiras da cordilheira Himalaia⁸⁴ e diminuição do nível das

⁸² Em termos de extensão territorial, somente perde para Rússia, Canadá, China, Estados Unidos, Brasil e Austrália. A Argentina, o Cazaquistão e a Argélia completam o elenco dos dez maiores países do globo.

⁸³ Juntamente com a China, estes dois países são os únicos do globo com mais de um bilhão de habitantes cada um, ressaltando que até os meados de 2030, a população indiana seguramente superará a chinesa. Veremos isso nos itens seguintes.

⁸⁴ Cadeia de montanhas e picos mais alta do mundo, localiza-se na área limítrofe de cinco países (Butão, China, Índia, Nepal e Paquistão), e é aí que fica o *Monte Everest* que com os seus 8.848,43 m de altitude,

águas dos grandes rios indianos que lá nascem (como os rios *Ganges* e *Brahmaputra*). A sua capital é Nova Délhi e a cidade mais populosa é Mumbai.

A Índia apresenta um litoral de 7517 km de extensão, 46% de costas pantanosas, 43% de praias arenosas e 11% de costas rochosas (falésias inclusive). Faz fronteira ao norte com República Popular da China, Nepal e Butão, e é delimitada ao Sul pelo Oceano Índico; a leste é delimitada por Bangladesh e Mianmar e pela Baía de Bengala; a oeste é delimitada pelo Paquistão e pelo mar da Arábia. O Sri Lanka e as Maldivas são países insulares do Oceano Índico bem próximos da Índia.

No que se refere ao clima, a cordilheira Himalaia e o deserto de *Thar* influenciam bastante o clima da Índia, propiciando assim o desenvolvimento das monções. Os climas subtropical úmido, tropical úmido e tropical seco são aqueles que mais predominam no território indiano.

O país é detentor de *habitats* protegidos e grande diversidade de animais selvagens. Por se encontrar dentro da biorregião Himalaia, dispõe de grandes amostras de biodiversidade. País megadiverso (num total de dezoito países megadiversos)⁸⁵, a Índia abriga 12,6% de todas as aves, 11,7% de todos os peixes, 7,6% de todos os mamíferos, 6,2% de todos os répteis, 6% de todas as espermatófitas e 4,4% de todos os anfíbios do mundo. Os níveis elevados de espécies endêmicas (33%) são outra característica do país.

converte-se na montanha mais alta do planeta. Convém frisar ainda que apenas nos Himalaias existe mais de uma centena de picos com altitudes superiores a 7200 m.

⁸⁵ Entre eles África do Sul, Bolívia, Brasil, China, Colômbia, Costa Rica, Equador, Filipinas, Indonésia, Madagáscar, Malásia, México, Nepal, Peru, Quênia, República Democrática do Congo e Venezuela. Traduzem-se em países extremamente biodiversos que acolhem a esmagadora maioria das espécies da terra. Dado que todos os países IBAS fazem parte desse grupo de países, cabe enfatizar aqui a sua importância nesse sentido e o papel que evidentemente devem assumir na preservação desses recursos naturais, úteis não apenas para eles, mas igualmente para todo o planeta, particularmente nesse momento de reflexão sobre o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável, o clima, o oceano, o futuro da terra e daqueles que nela habitam.

A despeito de tudo isso, o que preocupa o país ultimamente é a ameaça da vida selvagem pelas depredações humanas. Porém, não se deve menosprezar os esforços no intuito de reverter essa situação, como o estabelecimento do sistema de áreas protegidas e parques nacionais em 1935 (pela primeira vez e ainda durante a época colonial), a lei de proteção da vida silvestre em 1972, o Projeto Tigre (protegendo especialmente animais dessa espécie), bem como a lei da preservação dos bosques de 1980 etc..

No ano de 2012, como forma de contornar os impasses referentes à mobilização de recursos para a preservação biológica do planeta, Manmohan Singh (primeiro-ministro da Índia) anunciou que o governo indiano destinou 50 milhões de dólares para financiar iniciativas direcionadas à conservação de espécies no planeta. Tal anúncio ocorreu na ocasião da 11ª Conferência das Partes da Convenção de Diversidade Biológica, designada de COP11, na presença de governantes de mais de uma centena de nações. O governo indiano que sediou o evento na cidade de Hyderabad, mais do que demonstrar o interesse em fortalecer o dispositivo institucional que faz frente à extinção das espécies no país, igualmente manifestou o compromisso em auxiliar outros países emergentes e a lutar por pacto concernente à diversidade biológica e ao desenvolvimento sustentável. Este gesto indiano chegou em boa hora, na medida em que os países centrais (em crise) não querem se comprometer em disponibilizar recursos, o que torna o estabelecimento de um orçamento para a preservação da biodiversidade no globo um dos principais divisores das negociações⁸⁶.

Por seu turno, os países emergentes são conscientes de que na ausência de tais recursos, fazer valer os compromissos da COP10 (Nagoya – Japão) fica cada vez mais

⁸⁶ Cfr. Documento eletrônico: <http://www.jornaldaciencia.org.br/Detalhe.jsp?id=84620>. Acessado em 19/10/2012.

distante. Como geralmente acontece, os membros IBAS (Índia, Brasil e África do Sul) uma vez mais não perderam a oportunidade de se reunir a fim de concertar opiniões e alinhar e articular posicionamentos convergentes nas negociações em andamento nessa conferência (Ibidem).

De fato, a questão do financiamento parece sem solução à vista. Na cúpula do clima da ONU (COP-18), em Doha (Qatar), os países industrializados não mostraram muito disponíveis em auxiliar os países pobres no combate às consequências deletérias da mudança climática. Estes anseiam um aumento gradual da verba já a partir dos próximos anos, e a partir de 2020 uma quantia de 100 bilhões de dólares por ano, o que aqueles insistem em rejeitar, usando geralmente como pretexto a crise financeira (Folha de S. Paulo, 08 dez. 2012).

O negociador-chefe do Brasil na COP-18, o embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado declarou que

Essa negociação poderia ter acabado vários anos atrás, o que não aconteceu porque os países desenvolvidos quiseram adiar a decisão. Mas nós não podemos mais adiar. Os compromissos acabam no fim deste mês e nós precisamos de algo já no dia primeiro do ano que vem (Folha de S. Paulo, 05.12.2012).

4.1.3 CONTEXTO POLÍTICO/GOVERNAMENTAL

A Índia é uma república federal com sistema parlamentar democrático. Divide-se em vinte e oito Estados e sete territórios da União, que se dividem em distritos administrativos. A Índia foi dividida tendo em conta os aspectos lingüísticos, em consequência da Lei de Reorganização dos Estados de 1956. O seu presidente é Pranab

Mukherjee, Manmohan Singh é o seu primeiro-ministro (após as eleições de 2004)⁸⁷. Afinal, falar da Índia é referir-se à maior democracia do mundo. O Partido do Congresso Nacional Indiano (PCNI) chegou a governar o país por bastante tempo depois da independência, ou seja, praticamente de 1947 a 1990, salvo o pequeno interregno de tempo (1977-1979), em que o Partido Janata ganhou a eleição e assumiu o comando do país⁸⁸. Não fosse o descontentamento gerado na população pela declaração do Estado de emergência⁸⁹ levado a efeito pela primeira-ministra Indira Gandhi⁹⁰, o PCNI poderia perfeitamente continuar no poder. Porém, no que tange aos governos estaduais, diversos

⁸⁷ Por não ser de origem hindu, é o primeiro não hindu e a primeira pessoa de origem *sikhi/siqui* a desempenhar as atribuições de primeiro-ministro da Índia. Ele e Nehru são os dois primeiros-ministros eleitos e que completaram o mandato de cinco anos.

⁸⁸ A era Nehru foi de 1947-64, o primeiro governo de Indira Gandhi (1966-77), domínio do partido Janata (1977-79), o segundo regime de Indira Gandhi (1980-84), Rajiv Gandhi (1984-89), governo de minoria de Janata Dal sob V. P. Singh: 1989-1990, governo Narasimha (1991-1996), regime de Frente Unida sob Deve Gowda de Janata Dal e Gujral (1996-97) e desde 1998 o regime de Aliança Nacional Democrática conduzido por Vajpayee (MOHANTY, 2004).

⁸⁹ Acusada de fraude eleitoral (1971) e ameaçada de perder o cargo (1975), Indira considerou como melhor opção a declaração do Estado de emergência, suspendendo assim momentaneamente a democracia, restringindo e reprimindo a oposição, cerceando as liberdades civis etc.. Nessa empreitada teve até apoio de Madre Teresa de Calcutá, porém tal fato lhe custaria a reeleição seguinte.

⁹⁰ Indira Priyadarshini Gandhi nasceu em Allahabad (Estado de Uttar Pradesh), em 19 de novembro de 1917, e foi assassinada em Nova Délhi (Estado de Délhi), em 31 de outubro de 1984 pelos seus próprios guarda-costas de origem sikhi (seguidores do sikhismo, religião monoteísta fundada pelo Guru Nanak nos finais do século XV, apresentando sua dose de originalidade, a despeito de ser usualmente vista como um amálgama de componentes hinduísta e islâmico. Os guarda-costas vingaram a repressão ordenada contra uma insurreição dos siquistas na região do Panjabe). Ao invés do que muitos imaginam, ela não é filha de Mahatma Gandhi, mas sim de Jawaharlal Nehru. O sobrenome Gandhi veio do esposo Feroze Ghandi e foi adotado por motivações políticas. Ela foi a primeira mulher primeira-ministra da Índia e chegou a governar o país durante dois mandatos, isto é, de 1966-77 e de 1980-84. Como brilhante pensadora e estadista que foi, ela desempenhou esse cargo com muita *performance* e estratégia, contrariando assim aqueles que pensavam que pelo fato de ser mulher e numa sociedade extremamente patriarcal, não iria ter tanta expressividade na sua liderança. Entre os grandes feitos dessa governanta pode-se apontar a nacionalização dos bancos da Índia (o que inicialmente não agradou a *bourgeoisie*, mas lhe angariou grande aprovação junto das massas e dos jovens). Contudo, é a essa nacionalização que se atribui hoje o sucesso e a confiança nas instituições bancárias. A Revolução Verde (tentativa de tornar a Índia autossuficiente na produção de cereais e conseqüentemente reduzir a importação dessas *commodities*) e a iniciação do programa nuclear traduzem-se noutras proezas de Indira. No plano externo, a Índia participou ativamente do Movimento dos Não-Alinhados, sem deixar de estreitar simultaneamente as relações com a União Soviética por meio do Tratado Indo-Soviético de 1979, no sentido de contrabalançar a China e os EUA. Acabou criando atritos com os vizinhos, tendo que realizar o primeiro teste nuclear em 1974, ao querer exercer uma função hegemônica no Sul da Ásia.

foram os partidos que dominaram o cenário: o Partido Comunista, os demais partidos regionais e igualmente o PCNI.

Como assinala Mohanty (2004: 177-78),

...Durante anos, vários partidos regionais surgiram em diferentes estados da Índia, protestando contra a tendência de centralização do poder em Délhi. Então, havia um pequeno, mas determinado grupo anticongresso dos primeiros partidos socialistas, que sempre recusaram se alinhar com o Congresso. O ministro da defesa, George Fernandes, do Regime da Aliança Nacional Democrática, que pertencia a esta última categoria, de fato tomou a iniciativa de mobilizar as forças anticongresso e os partidos regionais para que se juntassem à Aliança Nacional Democrática.

Dos finais da década de 1980, passando pelas décadas de 1990 e 2000, a Índia foi sempre governada por diversas alianças e coalizões de partidos, entre os quais Janata Dal, PNCI, BJP, diversos partidos de esquerda e muitos outros partidos menores. Entretanto, a Aliança Progressista Unida (UPA – sigla inglesa), atual governo de coalizão vitorioso nas eleições de 2009 (mas na verdade formado desde 2004), chegou a limitar bastante a participação dos partidos de esquerda na coalizão. Como analisa Chakrabarty (2006), ter um governo unipartidário que governe a Índia sem coligação com outras forças partidárias é praticamente impossível, na medida em que a diversidade cultural e social do país faz com que o regime de coalizão seja inevitável. As coalizões multipartidárias e o complicado sistema político da Índia também não escaparam às análises de Jalan (2008). O autor chama mesmo atenção para o risco de oligarquização da democracia indiana (caso algumas propensões em vias de surgimento se confirmar), ao invés de uma democracia realmente governo do povo e para o povo (democracia substantiva – grifo meu).

Se a Índia é a maior e mais diversificada democracia do mundo, a sua constituição (em vigor desde a proclamação da república) igualmente é a maior do planeta⁹¹. O parlamento da Índia divide-se em duas câmaras: a câmara alta (*Rajya Sabha*), também quer dizer Conselho dos Estados e a câmara baixa (*Lok Sabha*), também conhecida por Casa do Povo/Conselho do Povo. O federalismo indiano vem crescendo progressivamente, ou seja, o país vem ganhando cada vez mais o caráter de um Estado federal, graças às reformas políticas, sociais e econômicas implementadas durante os anos 90. Cabe remarcar aqui que havia muita centralização fragilizando os poderes estaduais, o que levou o governo indiano a ser descrito de modo tradicional como “quase federal”. Khilnani (1999) demonstra com acuidade como o *corpus* político indiano vem se democratizando paulatinamente, sendo esta propensão acompanhada da diminuição do predomínio do Partido do Congresso, o que por seu turno gera mais espaços de atuação aos partidos políticos regionais. O autor alerta ainda que a economia indiana objetiva um crescimento bem mais robusto e eficiente com a perda de influência do Congresso e o término de suas políticas econômicas socialistas pouco ambiciosas. Ao invés da Índia rural, ele considera que o aparecimento das cidades como centros contraditórios de exclusão e pujança econômica, alavanca o crescimento do país. De acordo com Khilnani, nesse seguimento, uma mais elevada conformidade religiosa, separações urbanas e rurais e focos políticos regionais superaram a identidade nacional. Deste modo, a heterogeneidade econômica, cultural e social da Índia tem de ser

⁹¹ Para os interessados em conhecer a Constituição desse país, consultar: Basu, Durga das. *Introduction to the Constitution of India*. Columbia: South Asia Books, 1984; ainda do mesmo autor podem ser vistas: *Comentário do autor sobre a Constituição da Índia* e a *Constituição abreviada*. Estas, talvez por terem vindo a público primeiro, receberam uma análise fundamentalmente jurídica e mais superficial; já aquela trata propriamente dito da história da Lei Fundamental da Índia, com explanações dos seus mais variados assuntos e os vínculos entre esses, enfim, um estudo mais acurado. Kashyap, Subhash C. *Concise encyclopaedia of indian constitution*. New Delhi: Orient Paperbaks, 2009.

equilibrada por uma democracia substantiva e não meramente formal, que possa garantir um futuro risonho ao país.

O líder do executivo/governo é o primeiro-ministro. Eleito indiretamente por um colégio eleitoral e para um mandato de cinco anos, o presidente da república é o chefe do Estado/o mais alto magistrado da nação indiana. Como normalmente acontece nos sistemas democráticos, é o poder legislativo que controla o poder executivo no sistema parlamentarista indiano, em que a Casa do Povo do parlamento controla diretamente o primeiro-ministro, bem como o seu conselho (de ministros).

A Suprema Corte de Justiça, os tribunais superiores (21) e os diversos tribunais de primeira instância constituem os três níveis do poder judiciário. Uma das atribuições fundamentais da Suprema Corte reside no fato dela ser considerada como a melhor intérprete da constituição, anulando as leis estaduais vistas como inconstitucionais, tendo autonomia judicial para elaborar e declarar leis, decidir de forma inédita sobre questões que ultrapassam a alçada dos tribunais superiores e, igualmente, tratar das situações vinculadas aos direitos humanos.

Como vimos acima, o país nem sempre teve boas relações com os vizinhos (designadamente Paquistão, China, Sri Lanka e Maldivas), mas como a maior democracia que é, a Índia e boa parte dos países do globo têm algum tipo de cooperação, naturalmente relações das mais diversas naturezas e necessidades. O país participa de algumas organizações internacionais e blocos regionais, entre eles a *Commonwealth*, a Associação da Ásia do Sul para a Cooperação Regional (SAARC – sigla inglesa), a OMC (Organização Mundial do Comércio) etc..

4.1.4 CONTEXTO SOCIOECONÔMICO

Em política, admitimos que cada homem dispõe de um voto, e cada voto tem o mesmo valor. Na nossa vida econômica e social, por nossa estrutura econômica e social, continuamos a negar o princípio de que cada pessoa possui o mesmo valor. Por quanto tempo continuaremos a levar essa vida contraditória.

B. R. AMBEDKAR, 1891-1956

Democracia

Podemos dizer que a economia indiana foi marcada por um viés socialista durante aproximadamente 40 anos após a sua independência, ou seja, do período que vai mais ou menos de 1950 a 1990, ciclo esse que compreende a Guerra Fria e que o país aparecia empenhado com o Movimento dos Não-Alinhados. Essa fase assistiu a uma corrupção generalizada e a um crescimento muito baixo e pouco competitivo da economia por causa do protecionismo, dos regulamentos governamentais e da propriedade pública⁹². Após a Guerra Fria, isto é, de 1990 em diante (1991), a economia do país transformou-se numa *economia de mercado*, portanto sem/ou com pouca mediação do Estado e marcada pela oscilação de preços, embora o caso indiano seja ainda considerado de razoável intervenção estatal. Foi uma crise severa no balanço de pagamentos que levou o governo indiano a mudar de estratégia a partir de 1991, priorizando desse período em diante o investimento estrangeiro direto e o comércio internacional. Deste modo, a Índia abriu-se bastante para a globalização e a política econômica de liberalização.

Bardhan (1999) tece comentários concernentes à abertura econômica da Índia nos anos 1990 e questiona a exequibilidade dessa liberalização sem negligenciar os aspectos básicos da vida social; outrossim, analisa os entraves sociais e políticos ao desenvolvimento desse país. Já Das (2002) analisa toda a história econômica indiana desde que esse país foi independente (1947) até o século XXI. Ele entende que a política econômica indiana do

⁹² Apesar de suas intenções e ideias extraordinárias, o crescimento econômico e a democracia indiana foram minados e debilitados pelas primeiras políticas socialistas desse país (NILEKANI, 2008).

período da Guerra Fria (mais ou menos de 1945-1990) foi particularmente desastrosa para o país, e que as bem sucedidas reformas da Índia no período pós-Guerra Fria viabilizou enormemente a economia do país.

Essas reformas fizeram da economia indiana uma das economias mais competitivas dessas duas derradeiras décadas, apresentando assim uma taxa de crescimento anual do PIB de mais ou menos 8% em 2006. Não cabe aqui entrar nessa discussão, mas evidentemente que convém lembrar que essas reformas foram (e são) neoliberais, e que tal acarretou corolários para esse gigante asiático, à semelhança do que geralmente ocorreu com outros países emergentes, diga-se nesse caso os outros dois elementos IBAS (África do Sul e Brasil).

Juntas, a Índia e a China podem remodelar a ordem mundial, declarou o primeiro-ministro Singh ao premier chinês Wen Jiabao, quando este visitou Nova Delhi em 2005. Juntas, elas têm 2,4 bilhões de habitantes – um terço da humanidade. Superada apenas pela China, a Índia é a segunda economia que mais cresce, com uma taxa anual de crescimento de 8% em 2006. Ela pretende sustentar o crescimento de 9% a 10% durante os próximos cinco anos e até mais. A Índia, como a China, adotou uma economia de mercado e passou a colher os benefícios da globalização. Ambas vêm o momento presente como uma virada histórica em que o futuro está gravitando em direção à Ásia. Índia e China vêm o Séc. XXI como o século da Ásia, uma época na qual as instituições que estabeleceram a ordem global depois da Segunda Guerra Mundial serão substituídas por uma nova estrutura baseada em novos alinhamentos e num novo equilíbrio de poder (KAMDAR, 2008, p. 22).

Na esteira dessa análise de Kamdar, podemos complementar com o mais recente estudo divulgado (2012) pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a demonstrar que em 2025 a China e a Índia devem apresentar um Produto Interno Bruto (PIB) conjunto superior a do G-7, as maiores economias industrializadas. Em 2010, foi menos da metade do PIB do G-7 a soma de todas as riquezas geradas internamente pela China e Índia. Ainda no ano de 2012, provavelmente a economia chinesa ultrapassaria a da zona euro, a indiana ultrapassaria a japonesa e até 2030 as

economias dos dois gigantes asiáticos superarão as economias americana, da zona euro e a japonesa juntas. As projeções da OCDE estão fundamentadas na noção de Paridade de Poder de Compra (PPP – sigla inglesa) de 2005, e baseado nesse conceito, entre as 42 mais importantes economias até 2030, a China e a Índia representarão respectivamente 28% e 11%, relacionado aos 18% dos EUA, 12% da zona euro e 4% do Japão (O Estado de S. Paulo, 10/11/2012).

Com a maior democracia e a maior constituição do mundo, a maior força de trabalho do planeta (513,6 milhões de pessoas) engrossa o rol das grandiosidades e dos feitos da Índia, em que respectivamente o setor terciário responde por 54%, o setor agrícola 28% e o setor industrial, 18% da produção do país⁹³. O arroz, trigo, sementes oleaginosas, algodão, juta, chá, cana de açúcar, gados ovino e caprino, aves domésticas e peixes constituem os produtos agrícolas e de gado mais importantes do país. O comércio de softwares, a mineração, o cimento, os transportes, o aço, os produtos químicos, a maquinaria e as fábricas de tecidos formam as indústrias fundamentais. Com uma taxa de crescimento de 6% desde 1985, o comércio da Índia atingiu um patamar modesto de 24% do PIB em 2006. Do total do comércio global, esse país responde com pouco mais de 1%, exportando, sobretudo os derivados de petróleo, alguns produtos têxteis, pedras preciosas, softwares, couros e peles, engenharia de bens e produtos químicos, e importando particularmente o petróleo bruto, alguns produtos químicos, fertilizantes, maquinarias e jóias.

⁹³ Importante demonstrar uma grande contradição do desenvolvimento da economia da Índia que consiste em manter mais ou menos equilibrado, ou seja, no mesmo ponto a estrutura do emprego, por um lado, e por outro lado, aumentando a contribuição dos setores secundário e terciário no desempenho do PIB, e diminuindo a parcela equivalente ao setor primário (KAPILA, 2010). Ainda sobre a inépcia da Índia em fornecer educação e emprego para massas não convergentes, o fenômeno da globalização na civilização moderna como seu caráter fundamental e fatal, a escassez incessante de recursos naturais, os corolários nefastos da Revolução Industrial e das sociedades *high tech* etc., consultar (SUBRAMANYAN, 2007).

Em suas relações comerciais com o resto do mundo, a Índia privilegia o sistema multilateral em relação aos acordos preferenciais com outros países. Além disso, apesar da abertura comercial recente, o setor agrícola indiano continua fortemente protegido. Porém, o que se observa é que são grandes as oportunidades de elevar o comércio bilateral se forem concedidas margens de preferências elevadas. Nos últimos anos, na pauta de exportações indianas para os países do IBAS, têm prevalecido alguns produtos. Para a África do Sul, por exemplo, a exportação de arroz é notável, já para o Brasil predominam o petróleo e os produtos químicos (PEREIRA, 2010, p. 160).

Com um PIB de US\$1, 8 trilhão (consoante dado do BM, 2011), a Índia aparece como a 3ª maior economia do mundo no que se refere à paridade do poder de compra e a 10ª maior economia do globo⁹⁴. Todavia, o que penaliza ainda esse país é a sua reduzida *renda per capita* de 3.900 dólares⁹⁵, que é uma das mais baixas do mundo. O crescimento econômico médio da Índia foi de 7,5% ao ano no final da década passada, e até o final dessa década estima-se que o mesmo duplicará. Não obstante o seu PIB que vem crescendo de forma extraordinária, o país enfrenta o grande desafio de combater a miséria, à semelhança do que geralmente ocorre com outros países emergentes, na medida em que conta com uma taxa elevadíssima de crianças menores de três anos de vida vítimas da má nutrição, 46% em 2007, e a maior massa de pessoas despossuídas do mundo. De acordo com os dados do Banco Mundial, a Índia reduziu de 60% em 1981 para 42% em 2005, a porcentagem de pessoas que vivem com menos de US\$1 por dia, ou seja, abaixo da linha de pobreza. A metade das crianças indianas apresenta um peso abaixo da média mundial, praticamente duas vezes maior do que a taxa da África Subsaariana (uma das piores, quando não a pior do mundo) e sem dúvida uma das taxas mais elevadas do planeta⁹⁶.

⁹⁴ A moeda da Índia é a Rúpia indiana, simbolizado por Rp ou Rs. Outros países igualmente têm a Rúpia, entre eles: Paquistão, Sri Lanka, Nepal, Maldivas, Seicheles, Maurícia e Indonésia.

⁹⁵ Estimativa da CIA – The World Factbook (2012).

⁹⁶ Talvez seja pertinente aqui indicar algumas conclusões de Varma (2007), em que o autor mostra que os pobres indianos viram-se mais prejudicados ainda pela falta de sensibilidade daqueles cidadãos que ascenderam ao *status* de classe média, na medida em que estes passaram a defender apenas os seus próprios

Sem romper com o passado, a Índia fomenta seu desenvolvimento. Tem buscado, com sucesso, elevar seu nível de autossuficiência. O fenômeno indiano de crescimento não é um exercício de propaganda. É uma opção para o desenvolvimento sem romper com sua cultura, com suas tradições e com seus valores espirituais, que caracterizam a sociedade e consolidam sua identidade e unidade (SANTOS, 2010, p. 54).

O progresso material e científico tem sido o objeto maior do ocidente, frequentemente penalizando a ética e o espírito. O Ocidente tem direcionado o progresso científico para fomentar o crescimento do poder material em detrimento da vida espiritual. Na Índia, o crescimento material vive em equilíbrio com a vida espiritual (Idem, ibidem).

Para Luce (2008), a corrupção enraizada/entranhada nas instituições, a extensa população rural e o controle que o governo exerce sobre a economia podem parcialmente explicar o analfabetismo e a arrasadora pobreza indiana.

Ademais, a miséria crônica indiana pode vir a agravar-se ainda mais quando levarmos em consideração as catástrofes naturais bastante recorrentes nos últimos tempos. É que de acordo com um novo relatório da consultoria britânica de risco *Maplecroft*, publicado em 24 de agosto de 2012 pela Revista *Exame*, as mudanças climáticas e desastres naturais afetariam mais esses sete países: Japão, Estados Unidos, China, Taiwan, México, Filipinas e Índia. Porém, a diferença é que apesar de, por exemplo, os dois primeiros países serem considerados de “risco extremo” (mas não somente eles), isto é, mais vulneráveis aos desastres naturais, haja vista um sistema eficaz de infraestrutura do governo e a louvável

interesses e não se preocupando com o restante da coletividade. O autor estudou a transformação da classe média na Índia durante o Séc. XX (sobretudo após a independência – 1947), no qual pôde constatar que outro elemento agravante da insensibilidade da classe média nessa questão seria justamente a liberalização econômica naturalmente derivada das políticas neoliberais dos anos 90 adotadas pela Índia. Porém, diríamos que esse comportamento da classe média indiana não é exceção, visto que em outros países membros do IBAS também ocorre, notadamente na África do Sul, onde estudos mostram que com o fim do *apartheid* e a consequente ascensão social de alguns negros à posição de cidadãos bem sucedidos, estes não mostram muita preocupação com a maioria dos irmãos de raça (79,4% da população sul-africana) que praticamente ainda luta pela sobrevivência. Desafortunadamente, regra geral o Brasil não constitui exceção nesse ponto.

resiliência socioeconômica desses países, os mesmos contrabalanceariam e contornariam esses prejuízos muito mais rapidamente que a Índia⁹⁷.

Por conta da pressão da população e seu ritmo de crescimento econômico, que provoca tensão acentuada na procura por recursos naturais, faz com que boa parte da Índia apresente um nível alto ou extremo de sensibilidade. A dependência agrícola da esmagadora maioria da população, o sistema de saúde débil e um elevado grau de pobreza agravam mais ainda tal situação. Sem tocar na insegurança energética (a Índia consome bastantes combustíveis fósseis baratos, notadamente o carvão – grande emissor), muito recentemente o país sofreu um apagão histórico que levou mais da metade da população à escuridão. Diante de tal situação, indubitavelmente que a economia indiana seria grandemente afetada por uma catástrofe natural de grandes magnitudes (Ibidem).

Kalam e Rajan (2003) alertam que a Índia reúne condições de nas próximas duas décadas ingressar no grupo seleto das cinco maiores economias do planeta e ser um país de fato desenvolvido, levando em consideração todos os pontos reais do país, isto é, as suas adversidades e contratempos (reduzido IDH, pobreza e analfabetismo da esmagadora maioria populacional) e as vantagens inquestionáveis (técnicos qualificados, indústria desenvolvida e abundância de recursos naturais). Para colmatar esse argumento, naturalmente que os autores contam com um contínuo crescimento econômico, políticas públicas de qualidade e reformas políticas.

De acordo com (Jalan, 2005), a definição do futuro da Índia muito se deve à conformidade entre governança, economia e política, e a influência que a democracia indiana sofrerá com os resultados das três instâncias conjuntas. A agilidade fiscal, o

⁹⁷ Cfr. Documento eletrônico: <http://exame.abril.com.br/meio-ambiente-e-energia/noticias/7-economias-na-linha-de-fogo-das-mudancas-climaticas?p=8#link>. Acesso em 02/09/2012.

combate enérgico à corrupção, o robustecimento dos poderes legislativo e judiciário, as reformas políticas (em que como argumentara o ilustre sociólogo alemão – *Max Weber* – os governantes passariam a dispor de mais senso de responsabilidade e sentido de proporção) etc., encontram-se entre outras vias de resolução dos problemas indianos indicados por esse autor.

O banco americano *Goldman Sachs*, um dos maiores do mundo na área de investimentos, publicou um relatório em 2007, onde mostra que o PIB da Índia será quatro vezes maior entre 2007 e 2020, e que antes de 2050 o mesmo ultrapassará o PIB dos EUA. Porém, por longas décadas o problema continua sendo que o gigante asiático permanece “adormecido”, ou seja, não terá grande *performance* no quesito investimentos, aparecendo inclusive entre os seus parceiros BRIC⁹⁸ com os investimentos *per capita* mais baixos.

Como geralmente acontece com as economias emergentes, a despeito de a economia indiana ter crescido de modo incessante nos últimos tempos, tal não foi de modo igualitário, fazendo com que haja um descompasso entre o aumento do PIB e a melhoria da qualidade de vida, do IDH e da FIB⁹⁹ dos mais diversos grupos, classes, frações de classes e castas

⁹⁸ O termo BRIC, sigla gerada em 2001 pelo economista Jim O’Neil, ligado a um dos maiores grupos financeiros mundiais (*Goldman Sachs*), diz respeito às economias do Brasil, Rússia, Índia e China, emergentes cujas economias vêm crescendo de forma possante. Para O’Neil, por volta de 2030 as economias BRICs seguramente serão maiores que as economias G-7. Tal pode ser plausível e factível, na medida em que mais de 40% da população mundial e mais de ¼, isto é, mais de 25% da terra são representados no momento por esses quatro países. O problema que resta é que o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) e a FIB (Felicidade Interna Bruta) não serão maiores. Em 2011, a África do Sul juntou-se a esse “fórum de diálogo”, fazendo com que os BRICs passassem a ser os BRICS, acrescentando assim o “S” de South Africa.

⁹⁹ *Gross National Happiness* (GNH – sigla inglesa) ou FIB (Felicidade Interna Bruta) foi criada em 1972 pelo rei do Butão (pequeno reino encravado entre China e Índia), *Jigme Singye Wangchuck*, e que complementa ao mesmo tempo em que se contrapõe ao PIB. A boa governança, a preservação do meio ambiente, a conservação e a elevação dos valores culturais, bem como o incentivo a um desenvolvimento sustentável, formam as quatro pedras angulares da Felicidade Interna Bruta. Se o crescimento econômico é a finalidade primeira dos padrões tradicionais de desenvolvimento, a conjugação e o reforço recíproco do desenvolvimento espiritual e material é o que importa à FIB e o que de fato leva ao desenvolvimento pleno de uma sociedade humana. Atualmente muitos países começaram a implementar a FIB, entre eles a França. Considero ser importante que outras nações sigam a mesma via, dado que como argumenta Mohanty (2008), baseado na visão de *Panchsheel* ou os Cinco Princípios da Coexistência Pacífica de 1954, reiterados e acrescentados pelos dez princípios da Conferência de Bandung de 1955, o Séc. XXI pode ser designado a

sociais do país. Para que a Índia ponha cobro a essa situação, o combate contra a AIDS, a construção de infraestruturas, a reforma nos Estados mais desguarnecidos, a reforma do setor público, a eliminação das normas de trabalho, o desenvolvimento agrícola e rural etc., estão entre as medidas apontadas pelo Banco Mundial (BM) e que deveriam ser implementadas pelo governo indiano. Contudo, Kashyap (2003) argumentaria que na ausência de reformas e ajustes estruturais na sociedade política ordenada, tanto as reformas administrativas como a liberalização econômica deixariam de surtir o efeito desejado e ajustar o país rumo ao progresso. O autor tenta então localizar fatores nefastos, analisar políticas alternativas e inclusive propor reformas em certos setores particulares.

Evidentemente que essas receitas do BM sempre tiveram seus prós e contras, seus ganhos e perdas e, portanto, motivos de diversas controvérsias e ríspidos debates. Caberia a cada país levar ou não a cabo essas recomendações dos organismos financeiros internacionais e, em caso afirmativo, essas reformas deveriam ser efetuadas sempre tendo em vista as especificidades e as prioridades de cada Estado-nação. Deste modo, não provocaria um total esgarçamento do tecido social (crise social), instabilidade política e marasmo econômico, nem fragilizaria a democracia substancial. Por democracia substancial entende-se aqui aquela como igualdade substantiva - conteúdo material - proclamada pelos dominados/dirigidos e não como mero jogo competitivo cuja meta se restringe em escolher os mais hábeis – a elite - a desempenhar as funções políticas. Ou seja, a colocar o poder em exercício¹⁰⁰ e aniquile os direitos e as garantias historicamente conquistados, colocando perversamente os trabalhadores a serviço do grande capital

Idade do Si mesmo ou a Idade da Auto-realização, no sentido de que se em termos horizontais procura-se mudar as relações estabelecidas iniquamente entre classes, castas, tribos, etnias, raças, regiões, homens e mulheres, de modo que ninguém tenha a sua potencialidade lesada; já em termos verticais parte-se do âmbito inferior das aldeias, das cidades e províncias até alcançar o plano regional, nacional, supranacional e global, de modo que haja o autogoverno do território ou o exercício participativo do poder.

¹⁰⁰ Coutinho, Carlos Nelson. *De Rousseau a Gramsci: ensaios de teoria política*. São Paulo: Boitempo: 2011.

(capital financeiro), e não o contrário, priorizando a propriedade privada em detrimento da vida humana, o bem mais precioso que cada um possui.

É importante remarcar que de uma maneira geral a economia indiana vem apresentando resultados animadores ultimamente. À semelhança de outros países emergentes e dos membros IBAS, o país não foi afetado de forma acachapante pela crise financeira de 2008. Basta observar o que mostra um pequeno extrato do Relatório Anual do Banco Central da Índia 2008/2009:

“A economia indiana deu prova de grande resistência em 2008-09, em face de uma intensa crise financeira global e da severa recessão que se seguiu. Em um mundo globalizado, contudo, o processo natural de contágio pelo comércio, pelos fluxos de capital e pelos canais de confiança afetou as condições econômicas e financeiras internas. O crescimento real do PIB, que fora de 8,8%, em média, no período de 2003-08, desacelerou para 6,7% em 2008-09. Quando os mercados globais se desestruturaram, em setembro de 2008, diante da busca repentina por liquidez e do subsequente congelamento de crédito sob a pressão da desalavancagem, os mercados indianos repercutiram o choque, que se fez sentir sob a forma de maior volatilidade em todos os segmentos dos mercados financeiros e de correções bruscas nos preços das ações. As condições macrofinanceiras permaneceram excepcionalmente complexas do ponto de vista da condução das políticas do Banco Central, que teve de responder a diversos desafios, a começar, no primeiro semestre do ano, pelo controle da inflação, e prosseguindo com os objetivos do segundo semestre, de conter a desaceleração do crescimento, preservar a solidez de bancos e instituições financeiras, assegurar o bom funcionamento do mercado de crédito e manter a normalidade nos mercados financeiros” (CARNEIRO, p. 33).

4.1.5 CONTEXTO SOCIOCULTURAL

A Índia é um país extremamente diverso em termos culturais, apresentando uma grande riqueza cultural ao longo de toda a sua história, ou seja, cabe frisar aqui que o *pluralismo* e o *sincretismo/ecletismo* exercem influências distintas sobre a cultura indiana¹⁰¹. Os indianos alargam a sua influência cultural sobre outros povos da Ásia ao mesmo tempo em que assimilam influências culturais externas (invasões e imigrações),

¹⁰¹ A fim de saber mais sobre o rico patrimônio cultural indiano, multiculturalismo, secularismo, identidade pós-colonial etc., consultar os brilhantes ensaios de Sen, Amartya. *The argumentative indian: writings on indian history, culture and identity*. New Dheli, Picador, 2006.

novas ideias, tradições, costumes etc., sem, entretanto, deixar perder as suas tradições culturais antes instituídas. Após o continente africano, o segundo território com mais diversidade cultural é a Índia¹⁰².

É como uma estratificação social um tanto fechada que se deve caracterizar a sociedade tradicional indiana, em que a hierarquia social é marcada pelo sistema de castas sociais (há milhares de castas no país). Apesar de influência exercida nos últimos tempos pelos padrões familiares do meio urbano sobre a família nuclear, durante séculos foi muito normal o modelo patriarcal e ainda respeitam-se bastante os valores tradicionais das famílias indianas. Com a anuência dos noivos, são os pais ou familiares respeitados que arranjam boa parte dos casamentos na Índia, onde a separação conjugal é praticamente inexistente, na medida em que o casamento é planejado para o resto da vida, embora nas grandes metrópoles/no meio urbano as coisas não aconteçam mais exatamente assim. Aproximadamente metade das mulheres que casam na Índia é menor de 18 anos, visto que ainda é uma prática comum o matrimônio na tenra idade¹⁰³. Em seu romance *Nirmala*,

¹⁰² Singh (2009) analisa a peculiaridade indiana como uma cultura progredida e uma economia por ora emergente, e, igualmente, que após o mercado e a força militar, a cultura ultimamente inclina-se a ser vista como um terceiro elemento que define/estabelece a posição/condição de uma nação ao nível global. Destarte, se esse *status* cultural vier a confirmar-se, haja vista que a Índia conta com um mercado (pessoas para consumir) gigantesco e uma relevante força militar (arsenal nuclear), é razoável considerar o estado/estágio de grande potência que esse país pode vir a alcançar futuramente.

¹⁰³ Cabe aqui lembrar que com 13 anos de idade, Mahatma Gandhi (1869-1948) casou com Kasturba Gandhi (1869-1944), matrimônio evidentemente arranjado pelos familiares dos noivos, o que pelo menos na época era natural nessa cultura. Hodiernamente os dados mostram que o casamento de crianças atinge quase a metade das jovens indianas, isto é, 47% delas casam antes de atingir a maioridade. Para o Nobel da paz sul-africano *Desmond Tutu* (líder de uma ONG que luta contra o casamento de crianças – essencialmente meninas), nos países onde tal prática é comum, o combate à pobreza e a igualdade de sexos ficam cada vez mais distantes da realidade. Sendo assim, o matrimônio infantil engrossa o rol dos desafios indianos, ainda mais num país onde a miséria já é vista como algo endêmico. Desafortunadamente, a despeito da dramaticidade do caso indiano, o casamento infantil é praticado em diversas regiões do planeta, ainda que em escala menor. Na África subsaariana, 46% das meninas casam antes dos 18 anos; 38% na Ásia do Sul; 21% na América Latina e no Caribe; 18% no Médio Oriente e na África do Norte; igualmente é praticado em algumas comunidades ocidentais; para fechar e superar a Índia, é o Níger que conta com o triste *record* de 75% de meninas casando antes da maioridade. Mas afinal quais são as consequências de tudo isso? Antes dos 15 anos, as meninas têm cinco vezes mais chance de morrer durante a gravidez/parto do que uma jovem de 20 anos. Dos 15 aos 19, elas têm duas vezes mais chance de morrer. Os seus filhos têm 60% de chance de morrer antes

Premchand (2001) [1928] narra com êxito e sagacidade a questão do casamento arranjado entre a jovem adolescente e um homem bem mais velho.

De fato, o casamento precoce é um problema mundial e não apenas da Índia, que rouba a infância, intercepta a adolescência, ao impor conduta e exigir responsabilidades que elas nem sempre estão prontas psicológica ou fisicamente. 37 mil meninas menores de 18 anos se casam todos os dias, e logo têm restringidas as suas oportunidades existenciais. Segundo o recente relatório do Fundo para Atividades Populacionais da ONU a respeito da situação do casamento infantil nos países de rendas baixa e média, uma em cada três meninas se casa antes de completar 18 anos e uma em cada nove, antes dos 15 anos. É explícita a relação entre o casamento infantil e a pobreza, dado que 54% das meninas que se casam antes dos 18 anos estão entre os 20% mais pobres, enquanto que somente 16% têm a mesma sorte entre os 20% mais ricos. Caso algo não for feito, de 2011 a 2020, 142 milhões de meninas vão se casar. 52 países permitem o casamento de meninas menores de 15 anos (com autorização dos pais ou das autoridades), apesar disso contrariar os estatutos da Declaração Universal dos Direitos Humanos e da Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, sobre a Convenção dos Direitos da Criança (Folha de S. Paulo, 30/03/2013).

Para aqueles que acreditam que pelo fato de o Brasil dispor hoje de uma Presidenta, o país está livre do problema do matrimônio infantil, fiquem cientes de que a situação é gravíssima por aqui, ou seja, a porcentagem de meninas casadas no Brasil (36%) é mais elevada que a média da América Latina (29%) e de países comparativamente mais pobres

de completar um ano de vida. Cfr. Documento eletrônico: http://www.tv5.org/cms/chaine-francophone/p-21338-Recherche.htm?q=mariage+indien&site=default_collection&client=tv5monde_front&output=xml_no_dtd&proxystylesheet=tv5monde_front&getfields=*&oe=UTF-8&ie=UTF-8&entsp=a&ud=1&searchsubmit=. Acesso em 19/07/2012.

como Senegal (33%) e Sudão (34%). Contudo, o caso indiano continua entre os mais perplexos por ser o casamento precoce uma questão cultural. Certas famílias hinduístas creem que ao casar suas filhas antes da primeira menstruação, receberão graças divinas. Porém, estão proliferando a maldição, ao invés de serem abençoadas por espíritos ou forças sobrenaturais (Ibidem).

O uso aperfeiçoado de ervas e espécies, bem como uma vasta gama de estilos regionais caracterizam a gastronomia indiana. O trigo e o arroz são os ingredientes com que são feitos os pratos fundamentais, respectivamente no Norte e no Sul e Este do país. Bastante usado na culinária indiana, o pimentão foi levado pelos portugueses na época colonial¹⁰⁴. Genuinamente indiana, a pimenta-preta é hoje mundialmente consumida, entre outras espécies.

Dependendo de região, clima e outros fatores mais, a indumentária tradicional varia segundo as cores e estilos. As mulheres usam os *sáris*¹⁰⁵ e *salwar kameez*, enquanto os *dhotis* e os *kurta-pijamas* são usados pelos homens.

As festividades indianas podem acontecer independentemente de crenças e castas, mas a esmagadora maioria dessas celebrações é de cunho religioso. *Diwali* (festival das luzes/festa religiosa hinduísta, celebrada também pelos sikhistas, budistas e jainistas), *Holi* (grande festa das cores comemorada pelos hinduístas), *Durga Puja* (celebridade indiana reconhecida por seus talentos artísticos e cinematográficos), *Eid ul-Fitr* (festividade de caráter muçulmano, assinala o fim do Ramadã/fim do jejum), *Eid al-Adha* (celebração

¹⁰⁴ Portugal manteve as suas possessões e colônias na Índia de 1510-1961, aproximadamente quatro séculos e meio, isto é, uma das mais longas da história. Goa, Damão, Diu, Ilha de Anjediva, Dadrá e Nagar Haveli, Simbor e Gogolá foram alguns dos territórios portugueses na Índia. Como Goa foi por bastante tempo a praça comercial mais importante, freqüentemente é vista como a única Índia Portuguesa.

¹⁰⁵ Vestimenta nacional das mulheres na Índia, igualmente pode ser utilizada na decoração, na confecção de travesseiros, toalhas de mesa, almofadas, cortinas etc.. O *sári* reveste todo o corpo feminino e requer mais ou menos seis metros de tecido para seu fabrico.

muçulmana, assinala o término da peregrinação a Meca), *Natal e Vesak* (festividade budista, e no Sri Lanka, desde 1950, é visto como aniversário de Buda) se traduzem nalgumas das celebrações indianas mais populares. Ademais, o dia da república (26 de janeiro), o dia da independência (15 de agosto) e o Gandhi Jayanti constituem os três dias de festas nacionais da Índia. Cada Estado nacional apresenta as suas celebrações, geralmente em grande número. Assunto de interesse público e parte integrante do dia-a-dia dos indianos, as práticas religiosas têm uma importância relevante na história desse país.

Quanto à educação, 53,7% das mulheres e 75,3% dos homens indianos são alfabetizados, colocando a taxa de alfabetização do país na faixa de 65%¹⁰⁶. Kerala e Bihar são os Estados com maior e menor taxa de alfabetização, perfazendo 91% e 47% respectivamente.

No que concerne ao esporte, pode-se dizer que o críquete é o tipo de esporte mais comum na Índia, porém, oficialmente, o hóquei sobre a grama/hóquei em campo traduz-se no esporte nacional. O tênis e o futebol igualmente encontram grande acolhida na Índia, com muitos adeptos, e por isso considerados esportes populares no país. Pressupostamente surgido na Índia, o xadrez é um dos esportes prediletos do país, inclusive com praticantes já considerados notórios nessa modalidade. As artes marciais são também bastante praticadas nesse país.

¹⁰⁶ A forma como o sistema social indiano exclui as mulheres aparece no romance [*Samskara*] de Murty (1979), entre outros motes importantes (mitos hindus tradicionais, costumes, nomes indianos, problemas de credence entre aldeões pouco instruídos etc.) que dizem respeito à sociedade indiana. Ainda na esteira da análise da exclusão social das mulheres na Índia, urge necessário apontar os mais diferentes tipos de violências que afligem a mulher indiana. Embora seja numa escala bem menor que na África do Sul (considerada a capital global do estupro, com uma mulher violentada a cada 27 segundos), a cada 20 minutos uma mulher é estuprada na Índia, indicou em 2011 o Escritório Nacional de Registros de Crimes. Porém, devido à corrupção policial (caso já relativamente similar ao sul-africano), o autor do crime somente é penalizado em um de cada quatro casos, observam os analistas.

A literatura, cinema, teatro, música, dança, arquitetura etc., seguem diversificando e enriquecendo a cultura indiana com atrações exuberantes. São claramente visíveis as marcas e influências budistas, islâmicas e europeias nos patrimônios e construções arquitetônicas da Índia, destacando o *Taj Mahal* como um dos exemplos de edificações mais conhecidas do país (e do mundo). No campo literário, não poderíamos deixar de ressaltar o Nobel de Literatura de 1913 (*Rabindranath Tagore*). A Bollywood (atualmente não menos importante que a Hollywood) é a maior indústria cinematográfica do mundo, naturalmente com vasta produção cinematográfica e comercial em híndi. Quanto à música, em termos regionais ela apresenta diversos estilos, com muitas formas clássicas e folclóricas de dança¹⁰⁷. A música e a dança corroboram muito o teatro com as suas narrativas mitológicas hindus, sem contar outros motes como acontecimentos políticos e sociais do dia-a-dia, histórias épicas de romances medievais etc.. Ganguly (1994) argumentaria que mais do que um modo de vida, a música tradicional indiana é igualmente uma experiência espiritual impressionante.

4.1.6 CONTEXTO ÉTNICO/LINGUÍSTICO/RELIGIOSO

A Índia é uma sociedade multiétnica, multilíngüe, multirreligiosa e pluralista. O Hinduísmo, Budismo, Jainismo e Sikhismo¹⁰⁸ traduzem-se nas quatro grandes religiões inéditas do país, e no primeiro milênio d.C. chegaram o Zoroastrismo, Judaísmo, Cristianismo e Islamismo que contribuíram bastante no incremento da diversidade religiosa e cultural da Índia. Os hindus representam 80,5% da população indiana, o que corresponde

¹⁰⁷ *Ravi Shankar* (morto em 2012 aos 92 anos de idade), mestre da cítara, ficou conhecido como o artista que popularizou a música indiana (e a música oriental) em todo o mundo e inspirado não apenas os *Beatles*, como igualmente *Rolling Stones*, *Grateful Dead*, *Led Zeppelin* etc. Recordar-se que Shankar é o genitor das cantoras *Norah Jones* e *Anoushka Shankar* (virtuose da cítara) (Folha de S. Paulo, 13 dez. 2012).

¹⁰⁸ Para informações mais detalhadas sobre os sikhs e a fé sikh, ver Singh, Khushwant. *The illustrated history of the sikhs*. New York: Oxford University Press, 2006.

a mais de 800 milhões de pessoas¹⁰⁹. Os muçulmanos (13,4%), os cristãos (2,3%), os siquistas (1,9%), os budistas (0,8%), os jainistas (0,4%) formam outros grupos religiosos existentes na Índia, sem contar os judeus, os zoroastristas etc.. A maior população muçulmana num país de maioria não muçulmana e a 2ª maior população muçulmana do planeta encontram-se nesse país¹¹⁰. Luce (2008) nos traz uma brilhante análise não somente da densa/elevada heterogeneidade da sociedade indiana, sua complexidade religiosa e sistema de castas sociais interminável, como também sua disparidade geográfica da força de trabalho e sua cultura de consumo. Sen (2006) também nos recorda as comunidades religiosas infinitas existentes no país.

Enquanto o ocidente pensa que a ciência com suas possibilidades são fundamentais para a solução dos problemas do mundo, os indianos entendem que a humanidade está submetida a forças negativas, como as guerras, a violência e as doenças, que têm aniquilado as construções humanas. Talvez por esse motivo tenham, ao longo do tempo, privilegiado a dimensão espiritual em busca da salvação, e, assim, a filosofia, a religião e a ética regem a vida da sociedade (SANTOS, 2010, p. 53).

Como vimos de certa forma acima, após o território africano, a maior diversidade étnica, lingüística e cultural encontra-se na Índia. As línguas indo-ariana e dravídica formam as duas famílias lingüísticas faladas por respectivamente 74% e 24% dos indianos. As línguas tibeto-birmanesas e austro-asiáticas dão origem a outras línguas faladas no país, sendo que o híndi é a língua oficial e a esmagadora maioria dos indianos se expressa nessa língua. O inglês, muito relevante para a educação (sobretudo os níveis médio e superior), é considerado a “língua oficial secundária”, igualmente útil para os setores de administração e negócios. Entretanto, a quantidade de línguas oficiais não termina por aqui, na medida em

¹⁰⁹ Um excelente e clássico estudo do politeísmo hindu pode ser encontrado em Daniélou, Alain. *The Myths and Gods of India: the classic work on hindu polytheism*. Rochester: Inner Traditions, 1991.

¹¹⁰ O maior país muçulmano do globo é a Indonésia (aproximadamente 13% dos muçulmanos do mundo habitam esse país). O Paquistão é o terceiro maior país muçulmano do mundo.

que há idiomas oficiais específicos de cada Estado e territórios da união, e mais outros vinte e um idiomas oficiais reconhecidos pela Constituição e chamados de “línguas clássicas”, partes da herança histórica e faladas por um número significativo de indianos. Para além do *sânscrito* e do *tâmil* que há muito receberam o *status* de idiomas clássicos, o *kannada* e o *telugu* igualmente ganharam do governo esse reconhecimento. Ao todo, mais de 1650 dialetos estão presentes na Índia¹¹¹.

...Enquanto a Índia possui mais de duas dezenas de línguas, o Brasil apenas uma. As diferenças culturais regionais indianas e a unidade em torno da espiritualidade são fortes indicadores de que a unidade nacional se faz pela dimensão espiritual, pela religião predominante. O Brasil, com apenas uma cultura, com suas características regionais, com uma religião fortemente predominante e outras com menor participação, possui a unidade cultural também pela espiritualidade (Idem, *ibidem*).

Anualmente, para cada mil pessoas nascem outras 22,01, sabendo que o crescimento demográfico apresenta uma taxa anual de 1,38%. De acordo com os dados da (Folha de S. Paulo, 20 jan. 2013), em 2011, existia na Índia 623.724.248 homens e 586.469.174 mulheres. Nasciam 914 meninas para cada 1000 bebês masculinos.

4.2 BRASIL

Somos o que fazemos, mas somos, principalmente, o que fazemos para mudar o que somos.
EDUARDO GALEANO

Um dos oito membros da Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa (CPLP)¹¹², o Brasil é o maior país lusófono do planeta e aparece como o único país de

¹¹¹ No continente africano existem aproximadamente 1700 línguas e dialetos.

¹¹² É uma organização que engloba os países de expressão portuguesa, fazendo parte dela mais sete países: Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor Leste. Foi instituída em Lisboa, capital portuguesa, a 17 de julho de 1996, e apresenta como fito o fortalecimento da cooperação e da integração entre tais países.

expressão portuguesa no continente americano. Em termos populacionais e territoriais, ocupa a quinta posição no mundo, com aproximadamente 200 milhões de pessoas e mais de 8 milhões e meio de km², e igualmente a maior nação da América do Sul, tanto ao nível territorial (com quase a metade de seu território) quanto ao nível populacional.

4.2.1 CONTEXTO HISTÓRICO

O Brasil foi descoberto pelos portugueses em 1500, e calcula-se que do norte ao sul havia dois milhões de índios no que hoje se considera território brasileiro. O tupi-guarani, macro-jê e aruaque sobressaem-se entre os diversos grupos étnicos das nações indígenas que constituíam a população ameríndia. Os tupinambás, tupiniquins, guaranis etc., estão entre as diversas subdivisões do grande grupo étnico tupi-guarani. Era possível encontrar os tupis no espaço que vai atualmente do Rio Grande do Sul até o Rio Grande do Norte, e acredita-se que os tupis foram os maiores grupos étnicos, com predomínio sobre o mameluco, o mestiço, o luso-brasileiro e o europeu que chegara, e igualmente os primeiros ameríndios a entrar em contato com o homem branco. Nativos da Idade da Pedra com muitas subdivisões e em muitos casos falando tupi-guarani foram encontrados pelos portugueses, que com a aportada da frota capitaneada por Pedro Álvares Cabral em abril de 1500, reivindicaram o território hoje designado Brasil. Bueno (2003), ao analisar a história do país desde a chegada de Cabral até o limiar dos anos 2000, mostra que é absolutamente necessário conhecer o passado e suas diversas histórias, diga-se aqui a composição do povo brasileiro, para que se possa compreender o Brasil das muitas contradições e diversidades (índios, negros, brancos, mestiços, estrangeiros etc.).

Aproximadamente três décadas após a descoberta, iniciou-se a colonização propriamente dita, isto é, em 1534, o Brasil foi dividido em doze capitanias hereditárias

pelo monarca D. João III, e passou a ter somente um governador-geral a partir de 1549, de modo a agilizar o governo da colônia. Naturalmente que se registraram diversas fricções entre os colonizadores e os colonizados, e como resultado desse processo, alguns grupos indígenas foram assimilados e outros escravizados ou até mesmo exterminados não apenas pelos impactos dos conflitos, como igualmente pelas doenças que os homens brancos traziam. A escravização dos africanos tivera lugar em meados dos Séc. XVI quando o açúcar ganhara o *status* de produto mais valorizado na exportação brasileira. Entretanto, passado mais ou menos um século e meio, o ciclo da cana-de-açúcar começara a presenciar dias difíceis, entrando até mesmo em declínio, o que poderia levar a colônia à bancarrota não fosse a descoberta do ouro no final do Séc. XVII (década de 1690) na localidade hoje conhecida por Minas Gerais, e logo em seguida nas regiões atualmente designadas de Mato Grosso e Goiás. Porém, ao mesmo tempo em que o ciclo de ouro despertara a atenção de milhares de imigrantes, igualmente levava Portugal e Espanha a entrar em tensões territoriais, em que o primeiro saíra vitorioso¹¹³.

Cabe frisar aqui que a colonização do Brasil não levava os portugueses a entrar em confronto apenas com os nativos e os espanhóis, mas também com outras potências europeias, notadamente a França, Inglaterra e Holanda, no sentido de expandir o seu território e alargar as suas fronteiras. Portanto, no decorrer dos séculos, Portugal conquistara e/ou tomara diversos territórios e fortalezas daqueles países¹¹⁴.

¹¹³ Uma fecunda análise do Brasil colônia e todo um conjunto de possibilidades historiográficas do período colonial brasileiro podem ser encontrados em Fragoso, João e Florentino, Manolo. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária em uma economia colonial tardia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

¹¹⁴ Para os mais de cinco séculos de história do Brasil (desde a gênese da colonização portuguesa), bem como análises das diferentes conjunturas históricas, ver também Fausto, Boris. *História concisa do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

Já no início do Séc. XIX, o Brasil passara a ser a sede do império ultramarino português, na medida em que a família real portuguesa (juntamente com os nobres portugueses) aportara à cidade do Rio de Janeiro em 1808, fugindo das tropas napoleônicas. A chegada da família real mudara o *status* de Brasil colônia para Reino soberano unido com Portugal, atributo concedido em 1815 pelo conhecido Dom João (na época Príncipe-regente de Portugal), e posteriormente Rei Dom João VI, uma vez que a mãe, a Rainha Dona Maria I, não dispunha de aptidão mental para tal ato.

Em 1821, Dom João VI regressara à Europa, fazendo com que Dom Pedro (o seu filho mais velho e o futuro e conhecido Dom Pedro I) assumisse a regência para governar o Brasil. Houve atritos entre o Brasil e a Coroa Portuguesa, na medida em que esta queria, a despeito de alguns avanços conseguidos desde a chegada da família real (1808), novamente fazer do Brasil uma colônia. Os brasileiros saíram exitosos, e em 7 de setembro de 1822, Dom Pedro reconheceu a independência do Brasil do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. Declarado o primeiro imperador do Brasil em outubro de 1822 e em dezembro desse mesmo ano coroado Dom Pedro I, deste modo instituíra-se o Império do Brasil. Todavia, apenas em 1825 é que Portugal veio a reconhecer a independência do Brasil.

Depois da sua admissão pelos conselhos municipais de todo o país, a primeira Constituição do Brasil foi promulgada em 1824. Do mesmo modo que o pai e dez anos mais tarde, em 1831, Dom Pedro I igualmente regressara à Europa, deixando o trono livre para o seu filho, um menor de cinco anos, e que viria a ser em 1840, o imperador Dom Pedro II do Brasil. Nesse espaço de mais ou menos dez anos, dada a menoridade do herdeiro, o Brasil foi governado por uma regência um tanto insustentável por conta dos atritos e das disputas das facções políticas, o que apressara a coroação de Dom Pedro II

como imperador ainda que precocemente, pacificando e prosperando o país nos seus quase 50 anos de reinado, ou seja, até 1889, momento da proclamação da república.

Como resultado desse avanço concreto do Brasil, podemos apontar o fortalecimento da democracia representativa (eleições sucessivas e ampla liberdade de imprensa), o fim da escravidão em 1888 (o que foi um processo lento, mas progressivo), impulsionado pela abolição do tráfico internacional de escravos em 1850 (Lei Euzébio de Queiroz)¹¹⁵. Foi a Princesa Isabel (princesa imperial e regente do império do Brasil) que assinara a Lei Áurea que abolisse a escravatura em 13 de maio de 1888. Estima-se que no momento da independência do país/proclamação do império (1822), o Brasil possuía 30% de população escrava, porcentagem que caía para cerca de 5% no ano da abolição (1888).

Em 15 de novembro de 1889, um golpe militar orquestrado pelos republicanos derrubara a monarquia constitucional em vigor. Dada a sua insatisfação com o fim da escravidão no Brasil no ano anterior, os proprietários de terras (diga-se também

¹¹⁵ Convém ressaltar aqui que esta questão da abolição da escravatura no Brasil envolvia várias manobras e peripécias. De fato, a primeira lei de abolição fora de 1831, corolário da exigência que a Inglaterra (então potência hegemônica) fizera ao Brasil em 1826 (tratado anglo-brasileiro), em troca do reconhecimento da independência deste. Naturalmente que a Inglaterra não desejara/exigira a abolição da escravatura por questões humanitárias e/ou princípios morais e doutrinários como alegara, mas sim porque visara expandir os seus interesses imperiais e obter novos mercados consumidores de seus produtos derivados da Revolução Industrial, na medida em que o tráfico negreiro não mais lhe interessava. Como último país das Américas a libertar efetivamente seus escravos, essa lei de 1831 era apenas um engodo contra os ingleses, visto que os chamados negreiros brasileiros não abandonaram a repugnante e vergonhosa prática. Daí a expressão popular – *para inglês ver*. Tal cenário levou o governo da Grã-Bretanha a decretar o *Bill Aberdeen* (Slave Trade Suppression Act ou Aberdeen Act) em 1845, proibindo tráfico negreiro entre a África e as Américas, autorizando a Marinha a deter navios negreiros, inclusive aqueles que navegassem nas águas territoriais brasileiras, gerando pânico em traficantes e proprietários de escravos e de terras no Brasil. Foi assim que o Brasil se viu obrigado a aprovar uma nova lei em 1850 (a conhecida lei Euzébio de Queiroz) que extinguisse o tráfico transatlântico para o Brasil e apreendesse os negros boçais (escravos recém-chegados e que não falavam a língua portuguesa). Porém, em compensação, a lei não contemplou os escravos chegados ao Brasil desde o acordo de 1826 e a lei de 1831, indultando, até certo ponto, os seus prevaricadores. A escravidão interna mantivera-se ainda durante parte do período imperial até 1888 com a Lei Áurea de 13 de maio. Enfim, o fim da escravatura no Brasil foi processual, começando com o tratado anglo-brasileiro de 1826, passando pelas referidas leis de 1831 e 1850, a Lei do Ventre Livre (1871), a Lei dos Sexagenários (1885) até a última de 1888. Cfr. Documento eletrônico: http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=20138&boletim_id=1189&componente_id=19080. Acessado em 14/05/2012.

proprietários de escravos) deram seu amplo apoio ao golpe militar republicano. Enfim, era o início de uma nova era - a do Brasil república.

A era republicana não era inicialmente nada mais nada menos, do que uma era ditatorial, com poucos avanços em termos democráticos, em que a despeito do voto censitário (em vigor durante todo o ciclo imperial) ser abolido, apenas homens e alfabetizados (pouquíssimos na época) exerciam esse direito e de forma aberta, não secreta. Ademais, a nova Constituição de 1891 estabeleceu o ano de 1894 como o momento de realização das eleições diretas.

No plano externo, apesar da questão acreana (1899-1902) e a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), constatou-se uma relativa tranquilidade. O ciclo inicial da república foi seguindo com algumas turbulências, registrando não apenas motins e revoltas civis e militares como igualmente instabilidades financeira, política e social, parecendo ter maior acuidade, sobretudo na década de 1920, fragilizando de tal modo o regime, o que chega a eclodir no golpe militar de 1930, capitaneado por Getúlio Vargas com o esteio dos militares. O Congresso Nacional foi fechado, o estado de emergência decretado e os governadores estaduais substituídos pelos interventores federais, naturalmente partidários políticos de Vargas e dos militares, ao invés de dar início às reformas democráticas, o que inicialmente se esperava.

Em 1932 e em 1935, a oligarquia paulista e os comunistas, respectivamente, se revoltaram exigindo as reformas democráticas, mas infelizmente sem nenhum êxito. Ou seja, tudo leva a crer que essas revoltas apenas exacerbaram a ditadura, levando inclusive ao golpe de Estado de 1937, desta feita visto como mais cruel ainda. Alguns fascistas também investiram na recuperação do poder em 1938, mas igualmente sem sucesso.

O Brasil declarou a sua posição a respeito da Segunda Guerra Mundial (1939-45) somente em 1942, enviando a primeira força expedicionária à Europa apenas em 1944. O país aderiu-se às Potências Aliadas (Estados Unidos, França, Reino Unido, União Soviética), o que gerou o descontentamento e a resposta da Alemanha nazista e da Itália fascista, que juntas com o Japão, formavam as Potências do Eixo, obrigando o Brasil a declarar-lhes guerra ainda no ano de 1942. Em 1945, outro golpe de Estado depôs o presidente Vargas, na medida em que o fim da Segunda Grande Guerra com êxito das Potências Aliadas e o término do nazismo e do fascismo na Europa, geraram perturbações e falta de estabilidade nesse governo. Em 1946, o general Eurico Gaspar Dutra chegara à presidência graças a uma relativa democracia. Em 1950, Vargas fora eleito presidente democraticamente e, em 1954, por conta de uma crise política, viera a se suicidar.

Até a eleição de Juscelino Kubitschek em 1956, tiveram lugar diversos governos provisórios, naturalmente de duração muito efêmera. Kubitschek conseguira montar um governo estável e governar sem grandes turbulências, graças à sua conciliação e congraçamento com os oposicionistas, chegando assim a inaugurar Brasília (nova capital federal) em 1960 (sua maior *performance*), sem contar igualmente um bom desempenho nos setores econômico e industrial. A decisão de Kubitschek de construir Brasília foi estratégica. De acordo com Couto (2010), tirar a capital de Rio de Janeiro (Sudeste) e levar para o Centro-Oeste, tinha como propósito inicial estimular o desenvolvimento desta região, mas, sobretudo afastar-se do ambiente político e social hostil que pairava sobre a capital fluminense. Kubitschek entendia que no Rio a sua vulnerabilidade era maior perante as perturbações de ordem política, pressões dos adversários e da imprensa e, inclusive, dos protestos dos estudantes e de outros agentes sociais. Sem completar sequer um ano de mandato, Jânio Quadros (sucessor de Kubitschek), abandonara o cargo em 1961, deixando

o caminho livre para João Goulart (seu vice-presidente) rumo à presidência da república. Este, por seu turno, não conseguira governar em harmonia com os opositores políticos, o que lhe rendera o golpe militar de 1964, instalando deste modo a ditadura militar no país, e que só veria seu término em 1985.

Os seus dois primeiros presidentes foram os generais Humberto de Alencar Castelo Branco (1964-67) e Artur da Costa e Silva (1967-69), em que diversos dispositivos jurídicos que legitimavam as ações políticas inconstitucionais, ou seja, os conhecidos Atos Institucionais foram criados. Tais Atos Institucionais não pararam por aqui, na medida em que foram emendando a Constituição durante todo o regime militar.

Não demorara muito para o regime militar atingir a sua plenitude, isto é, o verdadeiro grau de uma ditadura, na medida em que em 1968 fora promulgado o *Ato Institucional Nº5* ou AI-5¹¹⁶, contrariando a ideia da sua transitoriedade inicial. Convém frisar aqui que as outras ditaduras latino-americanas foram mais atroz que a brasileira, a despeito de essa não ter poupado aqueles que lhe opunham, chegando inclusive a registrar a sua maior popularidade no ciclo de maior atrocidade, graças ao crescimento econômico extravagante (comumente conhecido por “milagre econômico”).

No período que vai de 1969-74 foi a vez de o general Emílio Garrastazu Médici governar o Brasil, ciclo de muito crescimento econômico (“milagre econômico” ou “milagre brasileiro”), mas nem por isso de aumento do nível de vida das pessoas¹¹⁷, ou seja,

¹¹⁶ Geralmente o AI-5 é o mais conhecido entre os Atos Institucionais por ser aquele que “absolutizou” a ditadura militar, tornando o regime mais insensível às referências e valores democráticos. O encerramento do Congresso Nacional por aproximadamente um ano talvez seja um dos corolários mais severos e nefastos desse decreto. Sendo assim, o Presidente da República era basicamente um déspota que governava de acordo com seus caprichos e a seu bel-prazer, já que não obedecia a Lei Fundamental (Constituição) do país.

¹¹⁷ A despeito de o Brasil ter vindo ultimamente a reduzir as disparidades socio-econômicas historicamente existentes (bem como outros países emergentes), há sempre ou ainda a percepção de que essa empreitada é muito complicada, uma vez que apesar de o PIB ter entrado no elenco dos 10 maiores do mundo (6º, agora caindo ligeiramente para 7º), o IDH (85º) que engloba a escolaridade, o rendimento *per capita* e a esperança

para a população de uma forma geral eram pífias as oportunidades econômicas, as facilidades e poderes sociais, as garantias de transparência, a segurança protetora e, naturalmente, as liberdades políticas. É essa etapa de “milagre econômico” que também corresponde à fase geralmente designada de “*os anos de chumbo*” (1968-1974), isto é, de um acentuado aumento da repressão e ferocidade entre a extrema-direita e a extrema-esquerda.

Em 1974, ou seja, dez anos após o início da ditadura (1964), aquele que fora o quarto e um dos cinco presidentes desse regime, o general Ernesto Geisel (1974-79), deu início ao progressivo processo de redemocratização do país, chegando a extinguir o AI-5 em 1978, o que significara o término da própria ditadura. Antes, porém, ele dera mais liberdade à imprensa, acabara com a tortura de presos políticos, controlara a indisciplina militar etc.. Por se tratar de um processo gradual, apenas em 1985, sob o comando do general João Baptista de Oliveira Figueiredo (1979-1985), é que viera acabar o regime militar, devolvendo o poder aos civis e instalando a democracia no país, com o presidente José Sarney governando até 1989¹¹⁸. Contudo, a alta inflação e a crise econômica derivadas de diversos fatores, não permitiram uma governação exitosa ao Sarney, o que favorecera a chegada ao poder do pouco conhecido Fernando Collor. Este, por sua vez, parece que não tivera a melhor sorte que o seu predecessor, já que sofrera o *impeachment* (impugnação de

média de vida (o que mais interessaria para a qualidade de vida das pessoas) parece estar bem distante deste seletivo grupo (ver Relatório do Desenvolvimento Humano 2013 do PNUD). Já na pena de alguns grandes literatos brasileiros, como por exemplo, Lima Barreto (2004) [1915], a iniquidade social do país era delatada e demonstrada, entre outras mazelas sociais e políticas de então, e ainda persistentes, tais como a corrupção, clientelismo/nepotismo, coronelismo/mandonismo, burocracia, servilismo, questões referentes ao latifúndio etc., o que em conjunto somente continuam a dificultar a erradicação da pobreza e manter a elevada concentração de renda. Haja vista as chamadas Revoltas de junho (2013) que reivindicam uma série de reformas no país, é plausível acreditar que a médio e longo prazos tais mazelas políticas e sociais sejam erradicadas.

¹¹⁸ Sarney fora de fato o vice do presidente eleito Tancredo Neves (1910-1985) que morrera antes de assumir o cargo.

mandato, moção de censura) do Congresso Nacional em 1992. Logo, Itamar Franco (seu vice-presidente) sucedera-lhe.

Em 1994, o sociólogo Fernando Henrique Cardoso (FHC) fora eleito presidente da república, tendo o mesmo conseguido a reeleição em 1998. Cardoso fora ministro da fazenda (economia) do seu antecessor Itamar Franco e a sua reeleição muito se deve à estabilidade econômica proporcionada pelo Plano Real por ele criado, seguramente um dos seus maiores feitos. Em 2002 foi a vez de seu sucessor Luiz Inácio Lula da Silva chegar à presidência, tendo o mesmo novamente eleito em 2006. Entre os muitos feitos desse líder, cabe pontuar aqui o fato de ele ser o primeiro presidente a eleger na completa democracia o/a sucessor/a constituído/a por ele (Dilma Rousseff), a primeira mulher eleita presidente em 2010. Portanto, isso tudo mostra a estabilidade e a liberdade política brasileira conquistada graças à transição pacífica do poder.

4.2.2 CONTEXTO GEOGRÁFICO/AMBIENTAL

Com aproximadamente 7500 km de litoral, o Brasil é demarcado a leste pelo Oceano Atlântico. Preenche um grande espaço ao longo da costa leste da América do Sul e engloba quase todo o interior do continente. Excetuando os casos chilenos e equatorianos, o país é limítrofe com todos os restantes países vizinhos da América do Sul, em que faz fronteira ao Sul com o Uruguai, ao norte, com Guiana Francesa (departamento ultramarino francês), Suriname, Guiana e Venezuela; Argentina e Paraguai no Sudoeste e Colômbia no Noroeste; Bolívia e Peru no Oeste. Fernando de Noronha, Atol das Rocas, Penedos de São Pedro e de São Paulo e Trindade e Martim Vaz estão entre os diversos arquipélagos que constituem parte do território brasileiro.

Como vimos acima, com mais de 8.500.000 km² de extensão territorial, incluindo 55455 km² de água¹¹⁹, o Brasil é o terceiro maior país do continente americano, e o quinto maior do mundo, somente perdendo para Rússia, Canadá, China e Estados Unidos. O Brasil se traduz num país geograficamente diverso, haja vista o seu tamanho, relevo, clima e recursos naturais. Os cerrados, planaltos, planícies, montanhas e morros, igualmente contribuem para a diversificação da topografia brasileira. É entre 200m e 800m de altitude que se situa boa parte do terreno, em que mais da metade sul do país concentra a área principal de terras altas. Com 2994 metros, o Pico da Neblina (na serra do Imeri – fronteira com a Venezuela) é o ponto mais alto do Brasil e o Oceano Atlântico é o menor¹²⁰.

Apesar de seus subtipos climáticos subtropical, temperado, tropical, tropical de altitude, equatorial e semiárido, pode-se dizer que boa parte do Brasil é de clima tropical, mesmo havendo diversas regiões que apresentam microclimas absolutamente diferentes. As florestas equatoriais (Norte), regiões semiáridas (Nordeste), florestas temperadas de coníferas (Sul) e savanas tropicais (centro) formam os diferentes ambientes que decorrem das condições climáticas diversas. A temperatura varia-se mais substancialmente entre o dia e a noite do que entre as estações, registrando-se temperaturas médias de 25°C.

Como país megadiverso que é o Brasil, fazem jus a essa situação os muitos ecossistemas existentes, notadamente a Floresta Amazônica com o seu estatuto de maior diversidade biológica do planeta, bem como outras fontes da biodiversidade como a Mata Atlântica, o Cerrado, a Caatinga, a Pampa e o Pantanal. Os muitos *habitat* naturais são corolários diretos da abundante vida selvagem brasileira, em que quatro milhões são o

¹¹⁹ Os rios Amazonas, Paraná, Iguaçu (cataratas de Iguaçu), Negro, São Francisco, Xingu, Madeira e Tapajós encontram-se entre os cursos de água mais importantes do Brasil. Tanto em termos de comprimento como de volume de água, o rio Amazonas é o maior do mundo, com 6937,08 km de extensão e 12,5 bilhões de litros de vazão por minuto. Enfim, um sistema denso e complexo de rios (um dos mais longos do mundo) faz parte do país.

¹²⁰ A segunda maior elevação é o Pico 31 de Março, no Estado de Amazonas, com 2973 metros de altitude.

número total de espécies animais e vegetais calculados pelos cientistas no país. No que tange ainda à Amazônia, Reis (1982) chama a atenção para a necessidade de preservação da Amazônia não apenas no sentido de fazer uma exploração em conformidade de seus recursos naturais (algo que naturalmente não aconteceu desde o começo da colonização portuguesa), como também de protegê-la contra os apetites imperialistas internacionais. O autor entende que muitas riquezas foram produzidas a partir de o patrimônio amazônico, e caracterizou esta floresta como um reservatório de alternativas intermináveis.

Entretanto, nesse momento do despertar mundial pelas questões do meio ambiente (inclusive ano 2012 com Rio+20/Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável), sem esquecer outro evento similar no ano de 1992 (Cimeira da Terra), a profusa diversidade biológica brasileira vem exigindo alguns cuidados pelos mais diferentes tipos de ameaças colocados, principalmente pela ação humana, na medida em que a mineração, barragens e infraestruturas, exploração da madeira, queimadas¹²¹, agricultura e criação de gado, alterações do clima, extração de petróleo e gás, contrabando de espécies silvestres etc., vêm minando drasticamente o patrimônio natural do Brasil.

¹²¹ Alguns desses problemas que desafortunadamente vêm afetando o país até os dias atuais, já foram abordados e criticados desde há muito tempo pelos estudiosos e intérpretes do Brasil. Lobato (2010) [1918], já criticava a forma recorrentemente predatória como certos grupos (neste caso os caboclos) praticavam a agricultura, usando como método as queimadas que naturalmente dizimavam as matas e toda a vegetação nativa.

4.2.3 CONTEXTO POLÍTICO/GOVERNAMENTAL

Riqueza e poder provêm apenas dos homens.
[MONTCHRESTIEN, 1615].

O Brasil é uma república federativa presidencialista, a presidente da república é Dilma Rousseff e o vice-presidente é Michel Temer. A sua capital é Brasília, porém São Paulo é a cidade mais populosa e rica (capital econômica). O Distrito Federal (DF), 26 Estados e municípios (cinco mil quinhentos e sessenta e cinco)¹²² formam a federação brasileira, isto é, são as três instâncias dessa federação, em que a soberania, a dignidade da pessoa humana, a cidadania, o pluralismo político e os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa constituem os seus cinco princípios básicos. A Constituição criou oficialmente os três ramos clássicos do governo, ou seja, o executivo, o legislativo e o judiciário, em que este último se encontra organizado somente nos âmbitos federal e estadual/Distrito Federal, enquanto que os dois primeiros encontram-se dispostos de modo autônomo em todas as três instâncias de governo. Se nos níveis executivo e legislativo todos os membros são eleitos diretamente, já no nível judiciário a nomeação dos juízes e outros funcionários se dão mediante a aprovação nos concursos.

Nem a União, nenhum estado ou município deve interferir nos assuntos internos de outros estados ou municípios, visto que cada uma dessas instâncias governamentais dispõe de seus próprios governantes e representantes políticos que lhes autogovernam, autoarranjam e autoministram. Os tributos que cada uma dessas instâncias arrecada e o modo como as verbas são divididas entre elas são estabelecidas pela Constituição Federal, o que agiliza o autogerenciamento. A Constituição não garante aos estados e municípios o

¹²² De acordo com o censo 2010 do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

direito à autonomia, porém os mesmos podem unir-se ou se separar desde que haja referendos onde os seus habitantes podem demonstrar a sua vontade. O mais recente estado que tentara sem êxito a sua divisão (em três) foi o estado do Pará no ano de 2011. Não obstante, o Distrito Federal não pode ser dividido em municípios, podendo igualmente arrecadar tributos da mesma forma que um município ou estado.

O território brasileiro já passara por algumas divisões geográficas durante o Séc. XX, mas foi em 1969 que o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) chegara a esse atual agrupamento territorial, em que o Centro-Oeste, Nordeste, Norte, Sudeste e Sul aparecem como as cinco regiões geográficas do Brasil. A proximidade territorial, naturalmente, bem como o clima, hidrografia, vegetação, relevo etc., aparecem entre os fatores principais que influenciaram o IBGE nessa divisão.

Com um sistema presidencial, a forma de governo é a de uma república democrática. O chefe de governo da União e o chefe de Estado é o presidente da república, cujo mandato é de quatro anos, e um segundo mandato consecutivo é permitido pela Constituição da República Federativa do Brasil. Os ministros de Estado são nomeados pelo presidente da república, entre outras atribuições que lhe compete. Observa-se a existência de certo número de partidos políticos no país, muitos deles pouco expressivos, mas cabe apontar os de maior relevância: PT (Partido dos Trabalhadores e atualmente no poder), PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira) e DEM (Democratas). Podemos apontar ainda o PSD (Partido Socialista Brasileiro), PDT (Partido Democrático Trabalhista), PL (Partido Liberal), PP (Partido Progressista) etc..

A fonte fundamental de direito no Brasil são as casas legislativas de cada entidade política. Formado pelo Senado Federal e pela Câmara dos Deputados, o Congresso

Nacional traduz-se na legislatura bicameral da federação. As funções jurisdicionais são exercidas de forma praticamente exclusiva pelos agentes competentes dos tribunais. A lei fundamental do Brasil é a Constituição Federal de outubro de 1988, e é nela que baseia o sistema jurídico. Tanto as constituições estaduais (os estados dispõem de suas próprias constituições) como as decisões e legislações das cortes de justiça devem respeitar os preceitos estabelecidos na Constituição Federal. Por não possuírem suas próprias constituições, as leis orgânicas são da alçada dos municípios e do Distrito Federal.

Como o próprio nome já sugere, o Supremo Tribunal Federal (STF) é o tribunal supremo, porém a Justiça Eleitoral, a Justiça Militar e a Justiça do Trabalho são igualmente outras jurisdições especializadas. O Senado Federal pode até imiscuir nas decisões judiciais, mas geralmente são as entidades do poder judiciário quem controla a jurisdição. Entretanto, o aspecto nada favorável do sistema judiciário brasileiro e motivo de muitas críticas é a morosidade da justiça (o excesso de recursos também), o que faz com que muitas vezes as decisões jurídicas demorem tanto ou as ações judiciais expirem.

A Força Aérea Brasileira, a Marinha do Brasil e o Exército Brasileiro formam as Forças Armadas do Brasil, que estão entre as dez melhores do planeta, a segunda maior do continente americano e a maior da América Latina. De acordo com o que preceitua a Constituição do país, outras forças têm a competência e atribuição para complementar o Exército Brasileiro, entre elas os corpos de bombeiros militares e as polícias militares estaduais, estas administradas pelos governos de cada estado.

Mais do que um membro dos BRICS, o país participara da fundação e é membro da ONU (Organização das Nações Unidas), G20, CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa), União Latina, OEA (Organização dos Estados Americanos), OEI (Organização dos Estados Ibero-americanos), MERCOSUL (Mercado Comum do Sul) e da

UNASUL (União das Nações Sul-Americanas). É praticamente consensual entre os especialistas que na América Latina o Brasil detém uma liderança política e econômica, faltando apenas um exercício mais efetivo do poder no âmbito do sistema político internacional, o que muito se deve, todavia à existência de alguns problemas socioeconômicos do país. Contudo, os seus dois maiores vizinhos (Argentina e México) colocam em xeque e contestam a liderança do país na região, e por isso não lhe apoiando (pelo menos plenamente) no seu intento e esforço de reforma da ONU e, conseqüentemente, a obtenção de um assento permanente no Conselho de Segurança desse órgão, representando deste modo a região bem como outros países do Sul global.

A despeito de não alcançar ainda a liderança mundial almejada, não se deve menosprezar o esforço que há muito o Brasil vem envidando nesse sentido, na medida em que durante todo o período da Guerra Fria (1945-1990), uma política industrial e externa autônoma foram quase sempre sustentadas tanto pelos governos democráticos como pelos militares. Constata-se que nesses primeiros anos do Séc. XXI, baseado na ONU e na Organização dos Estados Americanos, a diplomacia multilateral e mais cooperações com os vizinhos sul-americanos vêm sendo uma das prioridades do Brasil, ou seja, o país destaca-se como um dos grandes protagonistas na retomada da cooperação Sul-Sul entre países emergentes e subdesenvolvidos.

Cabe avaliar, assim, como cada um dos três países situa-se dentro dos acordos de livre-comércio em seus continentes, suas reformas políticas e o seu desempenho econômico individual. A Índia comporta-se como o mais importante membro do SAFTA. Da mesma forma o Brasil em relação ao Mercosul e a África do Sul na SACU. No entanto, alguns fatores podem ser considerados como indicadores para o aumento dos acordos comerciais Sul-Sul. O primeiro, revela o fato de que países em desenvolvimento têm dificuldade para ingressar nos mercados dos países desenvolvidos. O segundo, diz respeito à oportunidade de especialização que acordos Sul-Sul podem oferecer. Terceiro, as relações entre países do Sul garantem um mercado mais dinâmico com a possibilidade de diversificação e de expansão. Por fim, os acordos comerciais entre os países do Sul são um forma de fortalecimento de suas capacidades (PEREIRA, 2010, pp. 168-9).

4.2.4 CONTEXTO SOCIOECONÔMICO

Nenhuma sociedade pode florescer e ser feliz enquanto a maior parte de seus integrantes for pobre e miserável.
- ADAM SMITH

Nos últimos tempos a economia brasileira vem apresentando cada vez mais elevado índice de crescimento e ganhando progressivamente mais destaque entre as grandes economias planetárias e regionais, graças às reformas econômicas implementadas. Se já era a maior economia latino-americana e a segunda maior do continente americano, naturalmente cedendo a primeira posição aos Estados Unidos, recentemente ao ultrapassar a economia do Reino Unido, a economia brasileira assumiu a posição da sexta maior economia do mundo (neste momento novamente na sétima posição), com um PIB estimado em torno de 2,5 trilhões de dólares¹²³.

O Brasil apresenta grande potencialidade de crescimento econômico, haja vista o seu grande mercado de trabalho (cerca de 200 milhões de habitantes, dentre as quais muitos jovens) e grandes e avançados setores de serviços, agricultura, manufatura e mineração. O incremento da exportação aparece como um claro resultado do crescimento da economia, com diversos produtos na pauta da exportação, entre os quais produtos tecnológicos (automóveis, aeronaves, equipamentos elétricos), soja, carne, suco de laranja, café, álcool, aço, minério de ferro, calçados, produtos têxteis etc.. Os mercados de *commodities* e os mercados financeiros internacionais aumentam o leque de esferas de crescimento econômico do país, apenas corroborando cada vez mais o *status* do Brasil como uma das grandes economias emergentes em franca expansão¹²⁴. Na primeira parte do texto de

¹²³ De acordo com dados do Banco Mundial, 2011.

¹²⁴ Cabe notar aqui que se o país apresenta uma boa *performance* econômica, diga-se crescimento do PIB, entre seus pares emergentes e outros membros do G-20, aparece igualmente como um daqueles onde persiste

Giambiagi (2005), podem ser observadas as mais diversas concepções políticas e políticas econômicas, bem como a sua relação com a economia planetária, aplicadas do governo Dutra (1946-1951) ao(s) governo(s) Lula (2003-2010).

Entre as empresas brasileiras mais relevantes, podemos apontar empresas que atuam nos mais diversos setores de atividades econômicas, entre eles os setores de petróleo (Petrobrás), mineração (Companhia Vale do Rio Doce), siderurgia (Gerdau), comunicação (Organizações Globo), setor aéreo (Embraer), alimentos (Sadia, Brasil Foods, JBS, Perdigão), carrocerias (Marcopolo, Busscar), calçados (Havaianas, Azaléia) etc.. À semelhança dos países BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), muitos especialistas e economistas opinam que o Brasil reúne muitas condições que lhe propiciem o desenvolvimento, alguns acreditando inclusive que o país pode atingir até 2050 o padrão de vida dos países da União Europeia. Para o ministro da fazenda (Guido Mantega), o Brasil pode ter a mesma qualidade de vida dos países da União Europeia antes da crise, daqui uns 20 anos. Entretanto, tem de haver investimentos maciços e contínuos. Não se deve negligenciar os grandes desafios com os quais o país bem como a região correlata ainda deparam.

O mais recente estudo da ONU (agosto 2012) sobre a situação das cidades latino-americanas e caribenhas indica que o Brasil é o quarto país mais desigual da América

ainda alta desigualdade de renda, o que exige uma contínua e rápida redistribuição da mesma. Como reporta a edição online do (Jornal da Ciência, 19/01/2012), fundamentado num estudo da Oxfam, designado “*Deixados pela trás pelo G20?*”, o Brasil aparece como o segundo país desigual do G20, portanto apenas superado pela África do Sul. Quando a pesquisa baseou nos dados do Banco Mundial e analisou outro subgrupo de 12 países quanto à participação na renda nacional dos 10% mais pobres, o Brasil teve o pior desempenho, perdendo para a África do Sul que veio logo depois. Contudo, mesmo sendo um dos piores no quesito da desigualdade de renda, a pesquisa reconhece o esforço do Brasil no combate à pobreza nesses últimos anos, assinalando que de 1999 a 2009, 12 milhões de brasileiros saíram da miséria/pobreza absoluta, além do coeficiente de Gini que desceu de 0,52 para 0,47 na mesma fase. Usando o argumento do Nobel indiano de economia (Amartya Sen, 2010), podemos dizer que tudo indica que o país precisa de um desenvolvimento como liberdade, mais do que um mero crescimento da sua economia. O país precisa proporcionar igualmente às pessoas mais oportunidades econômicas, liberdades políticas, facilidades e poderes sociais, segurança protetora e garantia de transparência.

Latina, atrás somente de Guatemala, Honduras e Colômbia. No Brasil, 28% da população vivem em favelas. A média da América Latina é de 25%. Um quarto dos latino-americanos vive com menos de dois dólares por dia, isto é, é pobre, indica o relatório. A América Latina conta com 111 milhões de pessoas habitando moradias precárias (um quarto da população) e 74 milhões sem saneamento adequado (16% da população)¹²⁵. Enfim, demais relatos concernentes ao índice de Gini, à violência urbana e problemas normalmente relacionados às metrópoles (ajuntamentos urbanos com população superior a 5 milhões de habitantes) não são nada animadores. Cabe sublinhar que até 1950, América Latina e países da bacia caribenha não ostentavam nenhuma metrópole. Porém, atualmente aglomerações urbanas dessa natureza já somam oito: Cidade do México, São Paulo, Buenos Aires, Rio de Janeiro, Lima, Bogotá, Santiago e Belo Horizonte.

Ainda nessa esteira de análise do perfil das residências no Brasil, outro estudo do IBGE publicado no jornal (O Estado de S. Paulo, 15 set. 2012), mostra que no país 1 em cada 3 casas ainda fica em rua sem asfalto. Aproximadamente um terço dos domicílios das famílias brasileiras encontra-se em ruas não asfaltadas, ao passo que um quarto das moradias com água canalizada não dispõe de nenhum tipo de sistema de aquecimento, de acordo com a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2008-2009 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Isto é, no Brasil, 59,3 milhões habitam em ruas sem asfalto e 43,7 milhões não usufruem de água quente em suas residências. Guimarães (2006) sintetizou em quatro os grandes desafios brasileiros: a diminuição, paulatina e persistente, das descomunais iniquidades sociais, o fortalecimento de uma democracia substantiva (não

¹²⁵ Cfr. Documento eletrônico: <http://www.jornaldaciencia.org.br/Detail.jsp?id=83825>. Acesso em 23/08/2012. Ou consultar o relatório “Estado das Cidades da América Latina e do Caribe 2012 – Rumo a uma nova transição urbana”, publicado pelo Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Urbanos (ONU-Habitat).

meramente formal) perante um contexto global de muitas incertezas, pouca estabilidade e paz, a exclusão das fragilidades externas sistêmicas e o desenvolvimento/viabilização das potencialidades do país.

Condições das moradias no país

CONDIÇÕES DO ENTORNO	PORCENTUAL
Estrada de grande circulação	31,8%
Sem pavimentação na rua	31,1%
Rio, baía ou lago poluído	10,6%
Fios de alta tensão	10,3%
Esgoto a céu aberto	8,9%
Sem água encanada	7,2%
Área industrial	5,6%
Ferrovia em uso	4,7%
Lixão	3,2%
Encosta	2,8%

FONTE: IBGE

O exposto na tabela acima, bem como nos dois últimos parágrafos, mostra que Brasil (América Latina também) precisa apresentar mais progressos sociais. Diversos foram os *experts* brasileiros que pensaram e refletiram sobre os problemas do país e tentaram apontar os caminhos do desenvolvimento para Brasil e América Latina, entre eles, Manoel Bomfim, aquele que foi o pioneiro na reflexão do desenvolvimento social brasileiro. Bomfim (1996) argumenta que a educação pública gratuita e acessível a todas as camadas populacionais, bem como a popularização do saber, seriam imprescindíveis para a prosperidade do país. Castro (2011) [1946], no seu clássico *Geografia da fome*, talvez quisesse apontar o dedo à ausência de reforma agrária como um dos entraves ao desenvolvimento e bem-estar social da população brasileira, uma vez que o autor entendia

que a manutenção de grandes latifúndios (algo que persiste até hoje) era/ou ainda é o responsável fundamental para a trágica situação da fome no país. Em grau menor, ele também via nos aspectos climáticos e culturais, peculiares a cada região, outro entrave para a superação do problema da fome.

A agricultura, a indústria e uma vasta gama de serviços endossam a diversidade da economia do Brasil, em que o país aparece como um grande país agroexportador, ou seja, uma potência global em termos de produtos agrícolas e recursos naturais, de modo que de acordo com os dados de 2010, somente Estados Unidos e União Europeia exportaram mais produtos agrícolas que o Brasil. O aumento global dos preços de *commodities*, soja, carne bovina etc., de certa forma vem impulsionando a economia do país, sem contar as novas e grandes descobertas de jazidas de petróleo e gás natural (camada pré-sal)¹²⁶.

O Brasil mantém relações comerciais com mais de cem países do mundo, e ao mesmo tempo é membro de muitos blocos econômicos/fóruns de diálogos, notadamente o Mercosul, G-22, Grupo de Cairns etc.. As manufaturas e semimanufaturas estão entre os bens mais exportados pelo país, mas o mesmo apresenta especialidade na exploração do petróleo em águas profundas, produz aeronaves e submarinos, enfim, mais do que país agroexportador, pode-se igualmente afirmar que a tecnologia não foge ao domínio de atuação do país.

Outro grande e dinâmico elemento propulsor da economia brasileira é indubitavelmente o turismo, não só na sua vertente internacional (quantidade de turistas estrangeiros que visitam o país auferindo-lhe elevados ganhos) como também na sua versão doméstica/nacional (como país de dimensão continental e dotado de belezas naturais e rico

¹²⁶ Para mais conhecimento e história da economia do Brasil, ver Abreu, Marcelo de Paiva (org.). *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana 1889-1989*. Rio de Janeiro, Campus, 1992.

patrimônio cultural, histórico e turístico, os brasileiros dispõem de diversos e exuberantes lugares dignos de visita e que merecem estar no roteiro turístico de qualquer pessoa). Deste modo, é o país mais visitado pelos turistas na América do Sul, e o segundo na América Latina.

4.2.5 CONTEXTO SOCIOCULTURAL

A população brasileira é fruto de uma intensa imigração de povos das mais diferentes nações do mundo que vieram naturalmente à procura de uma vida melhor no que podemos chamar aqui de “novo mundo” – entendido como a América/continente americano de uma maneira geral – como igualmente aqueles que inclusive chegaram antes e para cá foram trazidos forçadamente (os escravos)¹²⁷, bem como a imensa quantidade de ameríndios que por aqui havia. Portanto, é evidente que esse caldeirão migratório fez do Brasil uma das nações mais etnicamente diversas e multiculturais do globo.

O Brasil, nação jovem, formado pela síntese de culturas portuguesas, índia e negra africana, constitui-se na mais nova cultura existente. Por suas características é criativa, com a capacidade de ter a língua se diferenciando das origens para tornar-se fundamentalmente brasileira. A Índia é constituída por várias culturas milenares, não possuindo uma língua única, mas superando essas características por sua forte unidade espiritual (SANTOS, 2010, p. 52).

¹²⁷ Convém recordar que não foram poucos os escravos africanos que para o Brasil foram trazidos, sabendo que por aqui a escravidão demorou três séculos e meio (trezentos e cinquenta anos) e foi o último país ocidental a abolir a escravatura (a Mauritânia foi o último país do globo a abolir a escravidão -1981 – na verdade uma abolição *de jure* e não de fato), o que marca o país como aquele que recebeu mais escravos no mundo e cuja população negra é a maior fora do continente africano e a segunda maior do mundo (apenas perdendo para a Nigéria com 163 milhões de pessoas). Estima-se que do total de 11 milhões de africanos deportados e chegados vivos às Américas, 44% (mais ou menos 5 milhões) tiveram como destino o território brasileiro num período de três séculos (1550-1856). Apenas depois de 1808 (vinda da família real ao Brasil), mais de 1,4 milhões de escravos desembarcaram no país, cerca de 1/3 do total de africanos escravizados que vieram parar nas terras brasileiras. Prado Jr. (1945), ao demonstrar que o latifúndio, a monocultura e a escravidão compõem os traços fundamentais da colonização brasileira, talvez explique o fato de o Brasil ter recebido muita mão-de-obra escrava. Outras nações fora do continente negro (para não dizer americanas) que contam com maiores contingentes de negros são os EUA, Colômbia, Haiti e República Dominicana.

Como ex-colônia portuguesa e por ter relações estreitas com o império colonial português, logo a cultura portuguesa influencia largamente a cultura brasileira, sendo a sua matriz (língua portuguesa, religião católica, arquitetura da época colonial). Porém, ao mesmo tempo, os costumes e culturas dos africanos, indígenas e outros povos europeus (italianos, alemães e austríacos particularmente no Sul do país) e povos da Ásia e do Médio Oriente (japoneses, libaneses, sírios – estes dois últimos árabes - no Sudeste) também exercem fortes influências. Naturalmente que existem outros povos, mas não cabe citar todos aqui. A língua e a culinária foram influenciadas pelos indígenas e africanos, podendo acrescentar ainda que a religião, a música, a dança etc., foram igualmente influenciadas por estes últimos. Constata-se a existência de uma infinidade de pratos/comidas e bebidas regionais, dependendo da influência migratória predominante em cada região e da sua natural mistura com os nativos, mas podemos apontar alguns considerados nacionais: feijoada (prato nacional), café (bebida nacional), caipirinha (coquetel nacional) etc..

O Brasil busca seu desenvolvimento e se divide entre duas opções antagônicas: participar do círculo de países desenvolvidos sem preocupação em manter a integridade de sua cultura, sua unidade e identidade ou decidir seu destino mantendo sua originalidade. Oscila entre ser moderno e ser original. Essa oscilação, por um lado, o preserva e, por outro lado, o faz caminhar em direção a secularização, que faz retardar o equilíbrio desejado entre a dimensão material e a espiritual (Op. cit., p. 53).

O rico patrimônio cultural brasileiro engloba ainda diversos estilos musicais e artísticos. O samba (de matriz africana - Angola), música popular brasileira (MPB), pagode, forró, axé, música sertaneja, música nativista, maracatu, jongo, maculelê etc., estão entre os diversos estilos musicais e formas de dança, enquanto que o barroco, romantismo, modernismo, expressionismo, surrealismo etc., dom tom e cor às diversas formas de arte existentes no país. O cinema brasileiro, sobretudo nos últimos tempos, vem sendo muito

prolífico, o que segue aumentando a diversidade e a riqueza cultural do país, sem contar também a literatura brasileira com a sua característica própria e densos trabalhos desenvolvidos, de modo que se possa apontar diversos e ilustres literatos, enfim, homens e mulheres das letras célebres: José de Alencar (1829-1877), Machado de Assis (1839-1908), Lima Barreto (1881-1922), Monteiro Lobato (1882-1948), Manuel Bandeira (1886-1968), Cecília Meireles (1901-1964), Carlos Drummond de Andrade (1902-1987), Mário Quintana (1906-1994), João Guimarães Rosa (1908-1967), Jorge Amado (1912-2001), Clarice Lispector (1920-1977), entre muitos outros¹²⁸.

Para um breve, porém não conclusivo rol de insumos que constituem a cultura brasileira¹²⁹, convém realçar os diversos esportes praticados no país, em que indubitavelmente o esporte predileto e paixão nacional dos brasileiros é o futebol. Talvez a prova mais contundente disso seja o fato de que até hoje nenhum país do mundo conseguira angariar mais títulos mundiais (Copa do Mundo) que o Brasil, ou seja, ao menos em cinco ocasiões o país fora campeão mundial de futebol (1958 na Suécia, 1962 no Chile, 1970 no México, 1994 nos Estados Unidos e 2002 no Japão e Coreia do Sul), e igualmente o único país que participara até agora de todas as 19 edições da Copa. Também é o único país não europeu que até hoje conseguira faturar o título mundial dentro da Europa (Copa de 1958 na Suécia). Foi sede da Copa do Mundo de 1950 (saindo como vice-campeão, sendo Uruguai o campeão) e é o próximo organizador da Copa da FIFA (Federação Internacional de Futebol) de 2014. O futsal, basquetebol, voleibol, skate, automobilismo, futevôlei,

¹²⁸ Para uma visão nem sempre superficial da cultura brasileira e de elementos que a moderaram nas suas diferentes expressões literárias, científicas, artísticas etc., consultar Azevedo, Fernando de. *A cultura brasileira: introdução ao estudo da cultura no Brasil*. Brasília: Editora UnB, 1996.

¹²⁹ A discussão a respeito do que tem sido a expressão cultura brasileira, bem como os fundamentos ideológicos que estão por trás das muitas conceituações de cultura brasileira ou de “consciência nacional”, podem ser encontradas em Mota, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira (1933-1974)*. São Paulo: Editora 34, 2008.

ginástica, tênis, capoeira, handebol etc., aparecem entre diversos outros esportes praticados no Brasil.

4.2.6 CONTEXTO ÉTNICO/LINGUÍSTICO/RELIGIOSO

A esmagadora maioria dos cerca de 200 milhões de pessoas que o Brasil possui vive nas áreas urbanas do país, ou seja, pouco mais de 80% da população, e a mesma concentra-se especialmente nas regiões Sudeste e Nordeste (nem por isso as maiores do país), ao passo que o Norte e o Centro-Oeste são pouco povoados, a despeito de serem as duas maiores regiões (aproximadamente 65% do território brasileiro). Por ser o Sudeste a região mais densamente povoada, as cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte (capitais respectivamente dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais) representam as maiores áreas metropolitanas do país. A população é muito mal distribuída de tal forma que o estado de São Paulo (com pouco mais de 40 milhões de habitantes) dispõe de uma população maior do que aquelas das regiões Norte (15.864.454) e Centro-Oeste (14.058.094)¹³⁰.

A população brasileira divide-se em brancos, pardos, pretos, amarelos, indígenas e ainda aqueles que não autodeclararam a sua cor/raça. No ano de 2008 e fundamentado num estudo da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio), observa-se que 48,43% dos brasileiros se apresentavam como brancos, 43,80% como pardos, 6,84 se declaravam ser negros, 0,58% de amarelos, 0,28% como indígenas e 0,07% não opinavam a respeito da sua raça ou cor. No que concerne à população indígena, considera-se que nem todos os indivíduos desse grupo populacional já estão identificados, na medida em que segundo a FUNAI (Fundação Nacional do Índio), os povos que não mantêm contatos com a sociedade

¹³⁰ Dados do Censo Demográfico de 2010, realizado pelo IBGE.

brasileira ainda são às dezenas, fazendo do Brasil porventura o país do globo com mais tribos isoladas.

Como vimos acima, a população do Brasil constituiu-se basicamente sobre um extenso e intensificado sistema migratório, com povos indígenas/nativos, europeus (muitos deles portugueses colonos) e escravos africanos na base dessa formação e miscigenação. Os mulatos (mistura de brancos com negros), os cafuzos (mistura de negros com índios) e os caboclos ou mamelucos (mistura de índios com brancos) formam o tripé daquilo que chamamos de pardos. A partir dos limiares do Séc. XIX até aproximadamente o último quartel do Séc. XX constata-se que milhões de pessoas oriundos de mais de seis dezenas de países emigraram rumo ao Brasil (à terra de Vera Cruz), começando da Europa, passando pela África e Médio Oriente, e estendendo-se até o continente asiático.

Apesar de a existência de muitos idiomas e dialetos, sobretudo dos nativos habitantes dos lugares remotos e imigrantes e seus descendentes, usados em certas regiões e/ou tratados como patrimônios linguísticos, culturais, imateriais etc., a população brasileira de uma forma geral fala o português (a língua oficial), utilizada não apenas nas instituições públicas e privadas, como também nos negócios e nos meios de comunicação social. Convém frisar que no que concerne à fonologia, diga-se aqui “*sotaque*”, o português brasileiro é o único que destoa dos restantes países da CPLP (Comunidade dos Países da Língua Portuguesa), cujas fonologias mais se aproximam do português lusitano. No caso das ex-colônias portuguesas no continente africano, quiçá isso se deva aos mais de cinco séculos de colonização lusa¹³¹. Essa fonologia peculiar do português do Brasil pode ser explicada também pela influência exercida pelas línguas dos indígenas e por aquelas

¹³¹ No que toca à exposição sobre a colonização (sistema que consiste na invasão/tomada e exploração de novos territórios e controle de seus nativos) e as formas históricas que ataram-na, consultar Bosi, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

trazidas pelos escravos na época colonial. Contudo, se existe esta pequena diferença de fonologia, a grafia vem sendo unificada paulatinamente, visto que neste momento se encontra em curso/fase de implementação um acordo ortográfico levado a efeito pelos países da CPLP, em que a partir de janeiro de 2016 possivelmente entrará de vez em vigor/passará a ser obrigatório para todos os países subscritores¹³².

Quanto à religião, nota-se que boa parte dos brasileiros segue o catolicismo, o que converte o Brasil na maior nação católica do planeta. Porém, o protestantismo, kardecismo, outras religiões cristãs, religiões de cunho afro-brasileiro, budismo, judaísmo, islamismo, religiões ameríndias etc., encontram-se entre outras religiões com adeptos no país. Há também pessoas que não professam nenhum tipo de fé religiosa (os ateístas).

4.3 ÁFRICA DO SUL

A África do Sul foi conquistada pela força e é hoje governada pela força. Nos momentos em que a autocracia branca se sente ameaçada, não hesita em fazer uso das armas. Quando as armas não são utilizadas, o terror legal e administrativo, o medo, as pressões econômicas e sociais, a complacência e a confusão geradas pela propaganda e pela “educação” são os expedientes a que recorre para tentar soffrear a oposição do povo. Por detrás desses expedientes paira a força. Quer como reserva quer de fato empregue, a força está sempre presente, e tem sido sempre assim desde que o homem branco chegou à África.

Estratégia e Tática do Congresso Nacional Africano, 1969.

Uma das cinquenta e quatro nações africanas, um dos cinquenta e um membros fundadores da Organização das Nações Unidas¹³³ (Brasil e Índia também), membro da Organização da Unidade Africana (atual União Africana - UA) e a maior economia do

¹³² Na verdade esse acordo era para vigorar definitivamente a partir de janeiro de 2013. Porém, o Brasil reservou mais três anos para reflexão e redução da possibilidade de implementar regras ortográficas irracionais. Pelo menos foi essa a alegação. Contudo, no caso português esse acordo também gerou controvérsias em alguns setores da sociedade e meio intelectual.

¹³³ O Primeiro-ministro da África do Sul de 1919-24 e de 1939-48, Jan Christiaan Smuts (1870-1950), foi quem redigiu o prefácio da Carta das Nações Unidas (outras nações africanas então independentes – Etiópia, Libéria, Egito – também participaram da fundação da ONU). Mais do que um exímio soldado e homem de Estado sul-africano, igualmente foi intelectual e advogado. Considerado o pai do *Holismo*, em 1926 ele trouxe a público o texto “*Holism and Evolution*”, onde ele via no Universo uma tendência holística essencial e integradora, e defendia uma base organizadora da totalidade.

continente africano (seu PIB representa 20% do total do PIB dos países africanos)¹³⁴, a África do Sul, como o próprio nome já sugere, encontra-se localizada no extremo sul deste continente, formando juntamente com outros países a região austral do continente negro¹³⁵.

4.3.1 CONTEXTO HISTÓRICO

Há mais de cem mil anos que a África Meridional é habitada pelos seres humanos. Aquando do começo da colonização européia havia aproximadamente mil anos que as tribos dominantes na África do Sul teriam chegado de outros lugares do continente. Os povos originários da África Austral foram conquistados e assimilados pelas tribos falantes de *Bantu*¹³⁶ que se deslocaram para o sul entre os séculos IV e V. O *zulu*¹³⁷ e o *xhosa*¹³⁸ eram os dois maiores povos indígenas no momento da colonização européia.

Uma estação de abastecimento que posteriormente tornaria a Cidade do Cabo foi estabelecida pela Companhia Holandesa das Índias Orientais em 1652, isto é, cento e cinquenta anos depois da descoberta da Rota Marítima do Cabo. Em 1806, os britânicos

¹³⁴

Cfr.

Documento

eletrônico:

<http://liberal.sapo.cv/noticia.asp?idEdicao=64&id=34880&idSeccao=542&Action=noticia>.

Acesso em

10/01/2012.

¹³⁵ Outros países que fazem parte da África Austral são Angola, Botsuana, Comores, Lesoto, Madagáscar, Malauí, Maurícia, Moçambique, Namíbia, Suazilândia, Zâmbia e Zimbábue.

¹³⁶ Localizado particularmente na África Subsaariana e alargando-se desde Camarões até África do Sul e passando pelo oceano Índico, os bantos formam um grupo etnolinguístico com mais ou menos quatrocentos subgrupos étnicos distintos. Visto que essas centenas de subgrupos têm uma língua da família banta como a língua materna, é no plano linguístico que a unidade deste grupo se dá de modo mais evidente.

¹³⁷ Apesar de ser uma nação guerreira que enfrentou os ingleses e os *bôeres* (colonos e seus descendentes de origem holandesa, alemã, francesa e flamenga na África do Sul) no século XIX, os Zulus dispõem atualmente de parco poder político e capacidade de expansão, vivendo na África meridional, mais concretamente na África do Sul, Lesoto, Suazilândia, Moçambique e Zimbábue. Em 1995, representavam 22,4% da população sul-africana, isto é, mais ou menos 8,8 milhões de indivíduos e aproximadamente 400 mil nos restantes países. O atual presidente Jacob Zuma é de etnia zulu. Ao se referir aos ingleses e bôeres, enfim, brancos na África do Sul, é interessante lembrar que a África do Sul e a Argélia são os dois países africanos em que os brancos colonizaram e acabaram fixando a residência.

¹³⁸ Falantes da língua xhosa, os *Xhosa* traduzem-se num grupo étnico da África do Sul, igualmente encontrado na Botsuana e no Lesoto. Essa língua é falada por aproximadamente 18% de sul-africanos, o que equivale a cerca de 7,9 milhões de pessoas. Os ex-presidentes Nelson Mandela e Thabo Mbeki e o Arcebispo da Cidade do Cabo, Desmond Tutu, estão entre as personalidades xhosas.

fizeram a Cidade do Cabo uma colônia, e nos anos de 1820, os bôeres se juntaram a estes no processo da expansão da colonização européia. Os britânicos focalizaram a sua colonização particularmente no leste e no norte da África do Sul, e nesta fase a disputa por território gerou guerras entre os grupos *zulu*, *shosa* e *afrikaners*.

Posteriormente, já no final do século XIX e limiar do século XX, os conflitos por causa das disputas pelo controle da riqueza mineral sul-africana (platina, ouro, diamante, ferro etc.), envolveram os bôeres e os britânicos na chamada Segunda Guerra dos Bôeres (1899-1902)¹³⁹. Quase uma década depois, isto é, em 1910, a África do Sul passou a ser apenas um domínio britânico graças à independência “parcial” concedida pela Grã-Bretanha, ou seja, uma independência não absoluta. Mesmo sendo o livre trânsito e o estabelecimento das pessoas nativas condicionados por algumas leis existentes, a segregação racial não consistia em algo praticamente formal nos tempos da colonização holandesa e britânica. O que viria a ser conhecido como *apartheid*, foi legalmente institucionalizado sob a forma de segregação racial nos diversos governos sul-africanos das repúblicas Bôeres, já a partir do Tratado de Pretória. Com direitos e restrições particulares para cada grupo, brancos, colorados e negros foram, então, as três categorias raciais instituídas pelo governo.

A proclamação da república sul-africana em 31 de maio de 1961 veio em decorrência de um plebiscito que levou o país a abandonar a *Commonwealth*, mas nem por isso o regime de *apartheid*, a despeito das pressões internas e externas. De fato, as pressões internacionais já haviam começado desde o início do século XX, em que por não respeitar

¹³⁹ A Primeira Guerra dos Boêres decorreu de 16 de dezembro de 1880 a 23 de março de 1881. O que se encontra na origem dessas duas guerras foi inicialmente a tentativa dos britânicos de anexar as ricas repúblicas independentes de *Transvaal* e *Orange*, naturalmente de domínio dos bôeres. Na primeira os bôeres saíram vitoriosos, mas na segunda amargaram demasiadas baixas e perdas, dada a superioridade armamentista dos britânicos.

os direitos civis e políticos da “minoria” negra¹⁴⁰, determinadas instituições e países ocidentais, sobretudo, começaram a boicotar as relações comerciais com a África do Sul. Somente em 1990 (pós-Guerra Fria) é que o *apartheid* veio a terminar graças à contestação, militância de sul-africanos negros (Mandela foi um grande ícone dessa luta, entre muitos outros sul-africanos e parceiros)¹⁴¹ e revoltas internas. Em 1994, Mandela consagrou-se o primeiro presidente negro da África do Sul por intermédio das eleições democráticas, e com isso o país entrou na Comunidade das Nações.

A crueldade do regime de *apartheid* com o povo negro, retirando-lhe sua representação parlamentar e seu direito ao voto, enfim, cerceando os seus direitos políticos e civis, foi de tal ordem que mesmo quando as minorias asiáticas tiveram alguns dos seus direitos reconhecidos e respeitados na Constituição de 1983, o povo negro não teve ao menos esse privilégio concedido aos asiáticos e seus descendentes. Cabe remarcar aqui que o Congresso Nacional Africano (ANC – sigla inglesa), o mais importante partido dos

¹⁴⁰ Optamos aqui por colocar minoria entre aspas, dado que o que acontece na prática é que ao menos em termos numéricos e quantitativos, os negros sul-africanos não são minoria, haja vista que compõem 79,4% da população. Evidentemente que o fim do *apartheid* trouxe melhorias aos negros, mas ainda persistem as seqüelas dessa que foi uma das piores mazelas e humilhações já existentes na humanidade. Há mesmo estudos recentes que apontam o aumento da concentração de renda e da desigualdade socioeconômica entre brancos e negros.

¹⁴¹ Nelson Rolihlahla Mandela nasceu a 18 de julho de 1918, em Mvezo (Cabo Oriental). Madiba (título honorário usado por elementos de seu clã), assim é conhecido na África do Sul. É um advogado, foi ativista, militante e líder do movimento antiapartheid, isto é, personalidade que contribuiu sábia e grandemente na mudança da história não só do seu torrão natal como igualmente de todo o continente africano. Chegou a ser presidente da África do Sul de 1994 a 1999, depois de passar aproximadamente três décadas encarcerado (27 anos) durante os tempos sombrios do regime de *apartheid*. Também foi presidente do Congresso Nacional Africano (CNA) e Secretário-geral do Movimento Não-Alinhado. Se o governo sul-africano tratava-lhe como um terrorista, é como um guerreiro em luta pela liberdade que Madiba era considerado pela esmagadora maioria das pessoas. Nobel da Paz em 1993 (em conjunto com F. W. de Klerk), também recebeu o Prêmio Internacional Al-Gaddafi de Direitos Humanos em 1989 e o Prêmio Lênin da Paz em 2002 (apesar de lhe ser concedido em 1990), entre muitos outros prêmios e honrarias, por conta dos meios pacíficos (inspirado em Gandhi) que utilizava durante a sua luta pela emancipação e democratização da África do Sul. Pai de dois filhos, Madiba encontra-se no seu terceiro casamento, este com Graça Machel, viúva do ex-chefe de Estado moçambicano (Samora Machel). Os filmes “*Goodbye Bafana*”, de 2007, e “*Invictus*”, de 2009, elucidam bem a vida de Madiba.

negros, esperou por aproximadamente 50 anos até ver a sua legalidade reconhecida, em detrimento do Partido Nacional, partido branco predominante em todo o ciclo do *apartheid*.

Entretanto, a queda do Muro de Berlim, o fim da União Soviética/da bipolarização Leste/Oeste e o início de uma nova ordem mundial e do “multilateralismo” parecem ter proporcionado novos ares e ventos ao extremo sul do continente negro. O começo dos anos 1990 abriu novas perspectivas políticas, econômicas, sociais, educacionais, culturais, simbólicas etc., para o povo sul-africano, começando a minimizar e a pôr término àquilo que aqui podemos perfeitamente chamar de “*colonialismo interno*”, usando a expressão dos cientistas sociais Pablo Gonzáles Casanova (1965) e Rodolfo Stavenhagen (1965), ou seja, o poder racista/etnicista que opera no interior de um Estado-nação. Desse período em diante, a democratização do governo sul-africano (liderado pelo presidente Frederik Willem de Klerk)¹⁴² levou à libertação de Mandela, à legalização do partido liderado por ele (ANC), entre outras organizações políticas contrárias ao regime, acabando assim com o *apartheid*.

O *Apartheid* começou a ser desativado pelo Presidente Frederik De Klerk, num tortuoso processo que iniciou com a libertação de Nelson Mandela e culminou com sua eleição à presidência do país em 1994. Este caminho foi difícil, com inúmeros conflitos internos, como a mobilização do grupo zulu Inkhata (aliado do regime racista) contra os militantes do Congresso Nacional africano, com a finalidade de desestabilizar o processo e intimidar seus militantes. Complicadas negociações antecederam a realização de eleições, envolvendo a garantia de prosperidade da elite branca, a reintegração dos territórios dos bantustões e a redivisão das províncias sul-africanas (VISENTINI, 2013, pp. 151-2).

¹⁴² Último presidente branco da era *apartheid*, ele nasceu em 18 de março de 1936, na capital econômica sul-africana (Johanesburgo), sendo presidente da África do Sul de 1989 a 1994. No processo de democratização da África do Sul e desmantelamento do regime de *apartheid*, ele desempenhou um papel fundamental, notadamente a libertação daquele que viria a suceder-lhe (Mandela). Ademais, fez com que brancos, asiáticos, negros e elementos de qualquer outro grupo étnico passassem a gozar dos mesmos direitos civis e políticos, “sociais e econômicos”, “educacionais e culturais” etc.. Como reconhecimento desse esforço e desse grande gesto, viria a ganhar juntamente com Mandela o prêmio Nobel da Paz em 1993.

Os primeiros passos para selar o fim do *apartheid* e esquecer os tempos conturbados por que passou a África do Sul (1948-1990)¹⁴³, foi elaborar uma Constituição democrática que abarque e contemple a participação e a representação de todas as classes e grupos sociais existentes na sociedade sul-africana. Como resultado dessa democratização, as primeiras eleições multipartidárias e multirraciais foram supervisionadas pela maioria negra que compunha um comitê executivo intermediário. Sendo assim, é nessa esteira de acontecimentos que Nelson Mandela viria a ser eleito o primeiro presidente negro sul-africano em abril de 1994, formando deste modo um governo de diálogo, reconciliação e união nacional. O seu mandato terminou em junho de 1999. Foi sucedido por Thabo Mbeki que governou a África do Sul até setembro de 2008. A erradicação de todo tipo de violência de cariz político que ainda existisse na África do Sul foi uma das promessas desse governante (2004). Acusado e pressionado pelo seu próprio partido (ANC) de querer influenciar o judiciário, perdeu o apoio político deste e teve que se renunciar ao cargo após pouco mais de nove anos no poder. Com passagem tangencial pelo poder (setembro de 2008/maio 2009), Kgalema Motlanthe foi o sucessor de Mbeki. Jacob Zuma, o atual e 16º presidente da África do Sul, começou o seu mandato em maio de 2009. Cabe ressaltar aqui que todos os presidentes sul-africanos do ciclo pós-apartheid, isto é, da África do Sul democrática, são cidadãos negros.

4.3.2 CONTEXTO GEOGRÁFICO/AMBIENTAL

Com seus cerca de 1.220.000 quilômetros quadrados, a África do Sul é o vigésimo quinto país do mundo em termos de extensão territorial. Entre os oceanos Atlântico e

¹⁴³ Como vimos acima, alguns historiadores e especialistas são da opinião de que a segregação racial na África do Sul começou bem antes de meados do século. XX, isto é, no início deste referido século, e alguns são até mesmo da opinião de que o *apartheid* começou nos finais do século XIX.

Índico, a África do Sul encontra-se no extremo sul do continente africano, apresentando uma costa litorânea de aproximadamente 2800 quilômetros. Ao norte faz fronteira com Zimbábue, Botsuana e Namíbia, Suazilândia e Moçambique são seus países limítrofes a leste, e no seu interior encontra-se o reino de Lesoto.

A paisagem sul-africana é diversa, em que cortada pelo rio Orange e seu mais importante afluente (*o Vaal*), depara-se com um extenso planalto formado parcialmente pelas savanas e pastagens e pelo deserto na parte ocidental. Localizam-se as cordilheiras de *Karoo* na região sul, e o *Drakensberg* (maior cadeia de montanhas da África austral), na parte leste. É aí que se encontra a montanha de *Mafadi* (a maior elevação da África do Sul, com 3450 metros de altitude), bem no limítrofe do enclave de Lesoto, mas não necessariamente pertencente a este último. O rio Limpopo (fronteiriço com Zimbábue e Moçambique), encontra-se no norte.

Johannesburgo é a capital econômica e conseqüentemente a maior cidade sul-africana, com mais de cinco milhões de habitantes¹⁴⁴. Dentre outras cidades mais importantes temos Pretória, Cidade do Cabo, Bloemfontein e Durban. Com o intuito de alterar os nomes de cidades, províncias e acidentes geográficos, substituindo-os pelos nomes de origem africana em vez de nomes ingleses e africâneres¹⁴⁵, foi instituído o Conselho Sul-africano de Nomes Geográficos em 1998, por meio da Lei n. 118. Assim que

¹⁴⁴ Depois de Cairo (Egito), Lagos (Nigéria) e Kinshasa (República Democrática do Congo), Joanesburgo é a quarta maior cidade do continente africano. Outros feitos dessa cidade global é o fato dela ser o centro industrial e financeiro da África do Sul (com a maior Bolsa de Valores do continente africano), concentrar aproximadamente 33% do PIB deste país e 10% do PIB de todo o continente africano. Operando como o portão de entrada de toda a África austral, o *Aeroporto Internacional de Joanesburgo* é o maior e mais movimentado do continente africano. Ademais, apesar dos diversos problemas da saúde pública, é nessa cidade, mais concretamente na área de *Soweto* que localiza o maior hospital do mundo – *Hospital Chris Hani Baragwanath* (6760 funcionários, 3200 camas, numa área de 173 hectares).

¹⁴⁵ O *africânder/afrikaans* é uma língua proveniente especialmente do holandês, mas conta igualmente com vocábulos alemães, franceses, escoceses, malaios, indonésios, malgaxes etc.. É a língua falada por grande parte dos brancos e mestiços sul-africanos (*coloureds*).

terminar esse estudo, as cidades como Durban pode virar Kwakhangel, Port Elizabeth (Nelson Mandela Bay), Pretória (Tshwane), Bloemfontein (Mangaung), Pietersburg (Polokwane), Nelspruit (Mbombela), East London (eMonti) etc..

Quanto ao clima, igualmente é um tanto variado, em que na região do Cabo (extremo sul) há o clima mediterrânico, e no noroeste, clima desértico (deserto de Namibe). Na parte leste (região limítrofe com o Oceano Índico e com o Moçambique), observa-se que o clima é subtropical. É usual registrar-se durante o inverno neve e clima de montanha nas cordilheiras de *Drakensberg*. A altitude média do país, o fato de estar no hemisfério sul e dos oceanos Atlântico e Índico circundá-lo em três lados, o seu clima é quase sempre temperado. Enfim, a África do Sul apresenta muita diversidade climática por conta da influência oceânica e da topografia variada.

Com invernos de muitas precipitações e verões secos e quentes (abrigoando o célebre bioma *Fynbos* de mata e forragem), o extremo sudoeste apresenta um clima muito similar àquele do Mediterrâneo, fazendo com que boa parte da produção vinícola sul-africana provenha dessa região. Ela é também muito ventosa, fazendo do Cabo da Boa Esperança muito perigoso para a navegação. A chuva é mais ou menos homogênea durante todo o ano na costa sul, transformando-lhe numa paisagem verdejante (*Garden Route* na expressão do povo sul-africano).

Com invernos frios, pouquíssima neve, precipitação anual de aproximadamente 800 milímetros, Johannesburgo está a cerca de 1750 metros acima do nível do mar. Já a província de Estado Livre (capital Bloemfontein), localiza-se num planalto e bem no centro do país. Os lugares mais quentes são o interior profundo do país (as temperaturas já chegaram a pouco mais de 50 graus, e *Sutherland* traduz-se no lugar mais frio do país (-15 graus já foram constatados).

4.3.3 CONTEXTO POLÍTICO/GOVERNAMENTAL

*O povo deve governar.
Todos os grupos nacionais terão direitos iguais.
O povo deve partilhar da riqueza da nação.
A terra deve ser compartilhada por aqueles que nela trabalham.
Todos serão iguais perante a lei.
Todos gozarão de igualdade de direitos humanos.
Haverá trabalho e segurança para todos.
As portas do conhecimento e da cultura devem ser abertas.
Haverá casas, segurança e conforto.
Haverá paz e amizade.
A Carta da Liberdade, 1955.*

Sob a forma de república parlamentarista, a África do Sul é uma democracia constitucional, em que o presidente da república (sob controle do parlamento) exerce a função de chefe de Estado e chefe de governo, o que geralmente não ocorre nas repúblicas parlamentares. O parlamento é bicameral: câmara alta/Conselho Nacional das Províncias (90 membros) e câmara baixa/Assembleia Nacional (400 membros). A administração oficial do governo sul-africano não se concentra numa única cidade, na medida em que Pretória é a capital política, executiva e administrativa, Cidade do Cabo é a capital legislativa¹⁴⁶ e Bloemfontein é a capital judiciária. O presidente da república é Jacob Zuma e o vice-presidente é Kgalema Motlanthe.

É na Assembleia Nacional que é constituído o governo, e o presidente é o líder do partido majoritário na câmara baixa. A cada cinco anos são efetuadas eleições tanto para a câmara alta como para a câmara baixa. Desde 1994 (pós-apartheid), o país dividiu-se em nove províncias, que por seu turno se dividem em municípios metropolitanos e distritos municipais, que igualmente se subdividem em municípios locais e zonas de administração distrital.

¹⁴⁶ A cidade acolhe também a maior quantidade de turistas no país, transformando-lhe num importante pólo sul-africano de turismo e varejo.

O colonialismo britânico e os assentamentos holandeses fizeram com que o direito pessoal fundamentado no direito comum inglês e o direito mercantil romano-holandês constituíssem as fontes básicas das leis sul-africanas. A Companhia das Índias Orientais Holandesas trouxe o direito romano holandês (a primeira lei de origem européia no país). As legislações próprias e peculiares à África do Sul começaram a ser elaboradas e promulgadas a partir de 1910, com a declaração da União Sul-Africana, isto é, o país foi independente em 31 de maio de 1910. Em 11 de dezembro de 1931 foi a declaração do Estatuto de Westminster, e em 31 de maio de 1961 foi a declaração da República da África do Sul.

Com 60 a 70% dos votos, o Congresso Nacional Africano (ANC – sigla inglesa) é o partido predominante na cena política sul-africana desde o fim do regime de segregação racial (1994). Com 14,8% dos votos nas eleições de 2006 e 16,7% nas de 2009, o partido da Aliança Democrática se posiciona como o maior oponente do governo ANC. O Partido da Liberdade Inkatha (*Inkatha Freedom Party*), o maior representante da etnia *Zulu* e o Congresso do Povo são outros grandes partidos com representação no Parlamento. Em 2005, houve a fusão entre o Novo Partido Nacional (aquele que antes predominava e que sucedeu ao Partido Nacional – os introdutores do *apartheid*) com o Congresso Nacional Africano.

...Foi pactuado que o parlamento elegeria o presidente e que para mudar a constituição seriam necessários três quartos dos votos parlamentares. Assim, a grande disputa é sempre impedir que o CNA (que governa em coalizão com o Partido Comunista da África do Sul) atinja o patamar de 67%, como forma de manter privilégios negociados de “direito das minorias” (leia-se, o privilégio socioeconômico da elite branca). A política econômica liberal se encontra, igualmente, blindada e arduamente defendida pela federação empresarial e pelos organismos financeiros internacionais (VISENTINI, 2013, p. 152).

Na primeira década do Séc. XXI, por causa da pobreza crescente nas grandes metrópoles, do aumento da desigualdade socioeconômica, da insegurança e da violência urbana etc., a África do Sul teve que assistir a diversos milhares de manifestações populares, algumas nem tanto pacíficas, mostrando claramente não apenas a insatisfação dos moradores das periferias, como igualmente as ainda persistentes seqüelas do regime de *apartheid*. Nenhum outro país do planeta registrou tantos e nem de perto igualou à África do Sul no quesito protestos nos anos 2000. Isto é, o país tem uma longa batalha a ser travada, de modo a pôr cobro aos muitos flagelos existentes na sociedade sul-africana.

No entanto, a despeito dos problemas internos acima indicados, o país apontou alguns desempenhos no que concerne aos direitos humanos, transparência, participação, combate à corrupção, Estado de direito etc., de acordo com o Índice Ibrahim de Governança Africana¹⁴⁷. Porém, a segurança e a saúde parecem ser o *calcanhar de Aquiles* deste país, ou seja, daqueles setores que mais precisam de melhorias – aponta o mesmo indicador.

No que tange às relações internacionais, os parceiros africanos (notadamente a União Africana e a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral) ganharam particular atenção da África do Sul no ciclo pós-apartheid, de modo que países como Zimbábue, República do Congo, Comores, Burundi e Lesoto tiveram seus conflitos mediados pelo país. As forças de paz internacional das Nações Unidas também tiveram suporte deste país. A *Commonwealth of Nations* voltou a admitir a África do Sul com a democratização do país.

¹⁴⁷ Orientado por um conjunto de variáveis que mostra como os cidadãos são contemplados pelos bens políticos/públicos dos governos, é um indicador mundial de governança no continente africano.

A África do Sul pós-Apartheid também tem promovido ativamente a integração econômica no continente africano. A SADCC, Coordenação da Cooperação para o Desenvolvimento da África Austral, foi transformada em 1992 em Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (Sadc), com atribuições mais concretas e adesão de novos países, dinamizados pela entrada da África do Sul. Em setembro de 2001 a organização, que promove uma ativa integração na região, aprovou a criação de uma área de livre-comércio entre os países-membros para a década seguinte (Op. cit., p. 153).

A África do Sul faz parte dos BRICS, do G8+5, do G20, da Organização Mundial do Comércio, do Fundo Monetário Internacional, da União Aduaneira da África Austral (SACU – sigla inglesa), da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), do Grupo dos 77, do Tratado da Antártida e é membro-fundador da Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (NEPAD – sigla inglesa). Nos anos de 2007 e 2008, o país foi membro não permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Entre outros feitos e singularidades deste país, a África do Sul aparece como o único país do continente africano que chegou a possuir armamentos nucleares (anos 1970) e que em 1979 provavelmente efetuou um teste nuclear no Atlântico. Em 1991 (pouco tempo após o *apartheid*), o país assinou o Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TPN), tornando-se o primeiro país a abandonar e desmanchar a sua tecnologia nuclear¹⁴⁸.

¹⁴⁸ Porém, o que me deixa intrigado é que, sabendo que era o único país do continente africano com acesso à tecnologia nuclear e que as armas nucleares têm e dão de certa forma mais peso político e capacidade tecnológica aos países detentores no sistema internacional, porque o país renunciou e bem pouquíssimo tempo após o fim de *apartheid*? Não seria justo ao menos um único país africano possuir armamento nuclear, ainda mais se já existia? Se o TPN é de 1968, entrou em vigor em 1970, e todos os países membros do Conselho de Segurança da ONU (inclusive a Inglaterra) ficaram obrigados a não transferir e nem ajudar aqueles que não dispõem desse tipo de arsenal a obtê-lo, então porque desenvolver programa nuclear nos anos 70 na África do Sul (com o conseqüente teste em 1979), e abandoná-lo logo após o *apartheid*? Parece que a Europa de uma forma particular (e o Ocidente de maneira geral) usa esse monopólio para poder continuar controlando e neocolonizando os países da África. Por que os governantes brancos assinaram o TPN antes de abandonar o poder e não deixaram que os futuros governantes negros fizessem isso? À semelhança do que acontece com a esmagadora maioria dos países africanos, a única independência possível até hoje foi a independência política, e na África do Sul não foi diferente. Prevendo a chegada dos africanos ao poder, considero que os europeus, seus descendentes e parceiros, retiraram esse poder aos negros sul-africanos (para não dizer aos africanos). Será que tiveram tal atitude com receio de que a partir de a África do Sul a tecnologia nuclear pudesse cair nas mãos de outras nações africanas? Essas e outras perguntas ficam suspensas para possíveis análises futuras. Cabe remarcar aqui que há uma elite política negra sul-africana, mas igualmente é sabido que o monopólio da riqueza e economia continua em grande parte com os descendentes dos europeus, ou seja, as

4.3.4 CONTEXTO SOCIOECONÔMICO

A África do Sul tem um PIB de US\$578,6 bilhões e uma renda *per capita* de US\$11,300 mil (similar ao do Brasil)¹⁴⁹. Porém, a desigualdade de renda (não muito diferente do caso brasileiro) e o desemprego assolam gravemente esse país, fazendo com que este atinja ¼ da população que sobrevive diariamente com pouco mais de um dólar. Segundo os dados de 2011, em termos de PIB (PPC – Paridade de Poder de Compra), o país ocupa a 25ª posição no ranking mundial. Ademais, estudos da ONU mostram um país com infraestrutura moderna excelente que fornece aos outros países da região mercadorias e produtos, uma das 20 melhores bolsas de valores do planeta, setores de transportes, comunicações, energia, financeiro e jurídico desenvolvidos, muitos recursos, renda média, etc.. Igualmente é o país do continente africano que mais produz e consome energia.

As regiões de Johannesburg/Pretória, Cidade do Cabo, Durban e Port Elizabeth formam os quatro pólos com maior desenvolvimento, ficando as outras áreas (Litoral Norte de *Kwazulu-Natal*, *Bloemfontein*, *Nelspruit*, *Cape West Coast*, *Mossel Bay* e *Rustenburg* com mais pobreza e progresso marginal (grande parte dos sul-africanos dispõe de poucos recursos financeiros), mesmo tendo o governo implementado algumas políticas. Contudo, essas regiões mais críticas vêm apresentando um bom desempenho ultimamente.

No ciclo correspondente a aproximadamente o primeiro decênio pós-*apartheid*, não somente em consequência do desemprego global, mas igualmente de políticas governamentais neoliberais e de abertura de mercado, a informalidade aumentou enquanto

grandes reformas econômicas e políticas não aconteceram ainda nesses 20 anos pós-*apartheid*. Os brancos sul-africanos continuam sendo os grandes proprietários de terras (controlam 80% das terras sul-africanas, tanto é que o presidente Jacob Zuma prometeu à época da campanha presidencial distribuir 30% dos grandes latifúndios aos agricultores negros) e grandes empresários do setor mineiro do país. Na última semana de junho/2012, nos três dias de congresso do Congresso Nacional Africano, a reforma agrária foi um tema delicado a ser debatido, ou seja, a reforma agrícola é o que pode perfeitamente ser designado o grande “*serpent de mer*” da África do Sul.

¹⁴⁹ Estimativa da CIA – The World Factbook (2012).

que os empregos formais registraram uma queda. Se em 1995 um agregado familiar médio negro ganhava 4 vezes menos do que uma família média branca, já em 2000 essa diferença agravou-se, passando a ser 6 vezes menos, expondo claramente a desigualdade racial na África do Sul – indica *Statistics South Africa*. Isso mostra o pífio desempenho da renda média domiciliar no país. Entretanto, as famílias negras vêm melhorando gradualmente, adquirindo mais poder aquisitivo e constituindo uma emergente classe média negra graças ao conhecido *Black Economic Empowerment* - políticas de ações afirmativas no caso brasileiro.

De qualquer forma os negros puderam votar e, principalmente, locomover-se livremente pelo país, geralmente em busca de empregos e melhores condições de vida. Por essa razão surgiram enormes favelas junto às grandes cidades, mostrando uma pobreza que estava oculta em regiões afastadas onde as “comunidades tribais” eram obrigadas a permanecer. Mas houve melhorias, apesar do alto índice de desemprego, pois o acesso à saúde, à educação, à eletricidade e, gradativamente, à moradia está sendo conquistado. Contudo, inegavelmente, há frustração pela falta de emprego, desigualdade social (agora há termo de comparação) e o resultado é o aumento da criminalidade especialmente juvenil (VISENTINI, 2013, p. 152).

...Há um processo de *Black empowerment*, um programa governamental destinado a aumentar a presença dos negros nos negócios e na administração. Mas o que isto gerou até agora foi a formação de uma pequena elite negra, claramente cooptada pelo modo de vida dos antigos senhores, como o rico cinema sul-africano tem mostrado (Id., ibid.).

É sempre importante levar em consideração que a expansão do mercado (abertura ao capital externo) pode até gerar empregos, mas não redistribui a renda. Os países emergentes têm ainda muitos elementos pré-capitalistas (exploração do trabalho infantil e da mão-de-obra barata – precariedade do trabalho, trabalho escravo, baixos salários, longas jornadas de trabalho, economia subterrânea ou de caserna¹⁵⁰ etc.), logo deveriam primar por uma

¹⁵⁰ Robert Castel (1933-2013), que se apresentava como um pensador de processos, defende que o trabalho formal organiza as sociedades e que seu desaparecimento é perigoso. Ele disse que quem ocupa um lugar, quem tem uma função na divisão do trabalho, participa da sociedade e tem assegurado certos direitos que lhe convertem em cidadão pleno. O autor aponta dois tipos de insegurança: social (desemprego, subemprego, trabalho precário, habitações não condígnas, miséria, desindustrialização etc.) e civil (delinquência, violência,

abertura mais gradual, segura e coordenada de seus mercados. Como geralmente tal não acontece, uma vez que quase sempre se curvam e se prosternam diante das exigências do capital externo que visa o lucro (lucro máximo), logo há uma hiperexploração, vulnerabilidade e pauperização das suas forças de trabalho que são duplamente exploradas e vitimadas (extração da mais-valia absoluta – redução salarial e aumento da jornada de trabalho – e da mais-valia relativa – aumento da produtividade).

Ainda no que concerne à economia informal, cabe assinalar que ela absorve muitos cidadãos de países vizinhos (imigrantes e refugiados) que opcional ou compulsoriamente têm a África do Sul como país de acolhimento. Essa onda migratória, como geralmente acontece em quase todos os países em situação análoga, apresenta as suas somas e subtrações: ganho para as entidades patronais que aproveitam e exploram a mão-de-obra barata dos imigrantes (muitos ilegais) e prejuízos particularmente para os nativos com pouca ou nenhuma qualificação¹⁵¹. Não bastasse a já elevada taxa de desemprego, esse fator tem gerado xenofobia, atritos e fricções entre nacionais e estrangeiros, até mesmo com alguns momentos de convulsões internas (maio de 2008 foi marcante nesse sentido). Estima-se que vivem na África do Sul mais ou menos cinco milhões de imigrantes ilegais (majoritariamente oriundos do Zimbábue – quase três milhões), em que o comércio informal, as indústrias de serviços domésticos, a agricultura, o turismo e a construção civil estão entre os setores mais ocupados por eles, e com o endurecimento das leis migratórias no período pós-apartheid, só viram aumentar os seus dramas e decepções. Segundo

roubo, agressões etc.), e que as políticas de segurança pública (particularmente dos países emergentes – grifo meu), cometem o fracasso ao atacar mais a segunda forma de insegurança e não a primeira. Refiro-me a Castel nesse sentido, a fim de mostrar como elementos pré-capitalistas dos países emergentes acabam tendo contornos e desdobramentos que tão-somente agravam a vulnerabilidade de seus cidadãos, e em nada favorecem a segurança social dos mesmos.

¹⁵¹ De acordo com a *World Refugee Survey* do ano 2008, no ano de 2007, o número de pessoas que solicitavam asilo e refugiados na África do Sul eram cerca de 145 mil, boa parte deles zimbabuianos, congoleses e somalianos.

Visentini (2013: 152), *“o país também recebe muitos emigrantes das regiões mais pobres da África, o que complica a situação e cria ‘bodes expiatórios’ para os descontentes e forças políticas que buscam a instabilidade”*. (...).

A África do Sul é um dos países emergentes com sustentabilidade econômica, chegando a se juntar recentemente aos BRICS. O país exporta minerais, metais, diamantes, ouro, milho, frutas, açúcar, lã etc., e importa especialmente equipamentos de transporte e máquinas, petróleo, produtos manufaturados e químicos. É o maior produtor mundial de platina, o segundo de ouro e um dos maiores produtores globais de diamantes. Os Estados Unidos, Reino Unido, Alemanha, China, Japão e Espanha aparecem como os países com os quais mantém os acordos comerciais fundamentais.

No que se refere ao setor mineiro sul-africano, ele requer certa atenção não somente pela sua contribuição fundamental para a economia do país, como igualmente pelos incidentes da greve do ano 2012 (sem contar diversos outros anteriores) que pelo menos até agora ceifou a vida de pouco mais de 40 trabalhadores mineiros. De acordo com os dados dos movimentos sindicais da África do Sul, 500 mil trabalhadores diretos e 400 mil indiretos estão no setor mineiro (platina, ouro, diamante etc.), porém as situações laborais sempre foram extremamente penosas e perigosas. Basta ver a triste estatística de 69 mil mineiros mortos em acidentes de trabalho e mais de um milhão drasticamente feridos ou inválidos num período de aproximadamente um século (1900-1994). De 2001 a 2011, os dados respectivos foram 2301 e 43 mil. A esmagadora maioria tem um ordenado mensal de cerca de 360 e 500 dólares, o que evidencia o baixíssimo salário recebido, sobretudo em comparação à periculosidade enfrentada. Tanto assim que um reajuste salarial de 300% foi a reivindicação principal dos mineiros das greves de 2012. E as greves iniciaram justamente

na mina de Marikana, capitaneadas pelos *rockdrillers*, ou seja, aqueles que enfrentam a rocha viva, e naturalmente os mais acidentados¹⁵².

Comparado aos países desenvolvidos, outros problemas e obstáculos da África do Sul são a burocracia estatal, a propriedade, as restritas legislações trabalhistas, a corrupção, a epidemia de HIV/AIDS (quase 6 milhões de infectados e o segundo país após a Índia), a insegurança etc.. Muitos desses problemas são resultados das sanções externas e de conflitos internos da era *apartheid*, com reflexos nefastos nos governos pós-*apartheid*, que mesmo assim envidaram esforços para reverter esse quadro, tentando captar alguns capitais externos, estabilizar as finanças públicas, controlar a inflação etc.. Apesar da feroz oposição das entidades sindicais, o corte de despesas governamentais desnecessárias, o aumento da privatização e o afrouxamento das pesadas regulamentações trabalhistas foram algumas das medidas anunciadas pelo ex-Presidente Thabo Mbeki (1999-2008), pouco depois de iniciar o seu mandato, a fim de estimular o investimento externo e o crescimento econômico. Sendo assim, mais postos de trabalho foram criados, o capital aumentou, enfim, a economia cresceu a partir de 2004.

Na África do Sul o CNA se manteve no poder com Thabo Mbeki, que governou por dois mandatos (1999-2008). Embora a economia sul-africana seja moderna e possua uma boa base industrial, está, evidentemente, muito atrás de países como China, Índia, Rússia e Brasil. Contudo, o país é o mais desenvolvido da África e está no centro de redes de transporte e de toda a infraestrutura herdada do colonialismo. Em sua área de inserção imediata, o poder econômico e militar de que dispõe é bastante significativo (como o Brasil em relação à América do Sul) (VISENTINI, op. Cit., p. 154).

152

Cfr.

Documento

eletrônico:

http://www.cartamaior.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna_id=5808&boletim_id=1407&component_e_id=23535. Acesso em 13/10/2012.

O turismo (turismo popular) se traduz numa fonte de receita sul-africana muito importante, em que vinhos, reservas de caça e a cultura pictórica e diversa são algumas das atrações fundamentais do país.

A moeda da África do Sul é o *Rand*, que nos últimos tempos vem valorizando bastante, entrando no grupo seletivo das moedas mundiais, e por isso altamente negociada e utilizada nas transações cambiais. Basta ver que de 2002 a 2005 foi a moeda que apresentou a melhor *performance* frente ao dólar americano.

4.3.5 CONTEXTO SOCIOCULTURAL

Há coisas que só podem ser vistas com olhos que choraram.
[Provérbio africano].

As diversidades culturais são umas das características marcantes da África do Sul, fazendo com que elas possam ser percebidas na música, na dança, na alimentação etc., mas nem por isso deixam de ter alguns aspectos comuns. Cada grupo racial apresenta a sua identidade cultural peculiar, e dada a diversidade étnica da África do Sul, é difícil falar de uma só cultura.

A música na África do Sul é igualmente muito diversa, indo das formas popular e folclórica, passando pelos estilos Pop etc.. O que chama atenção aqui, é que durante o *apartheid* as línguas inglesa e africâner eram mais usadas nas canções dos negros, que com a democratização do país passaram a usar as suas próprias línguas nativas. O *gore rock'n roll* é um estilo peculiar criado por eles. Alguns grupos e artistas célebres merecem destaque, entre eles o Quarteto de Cordas do Soweto, os *Ladysmith Black Mambazo*, Miriam Makeba, Brenda Fassie, Lucky Dube, Yvonne Chaka Chaka etc.. Em contrapartida,

estilos mais europeus em detrimento de assuntos tradicionais africanos são preferidos pelos músicos brancos sul-africanos.

No que diz respeito aos mulatos (*coloureds*), mesmo tendo sofrido bastante racismo durante a época do *apartheid*, observa-se que com o fim da segregação racial começaram a apresentar menos afinidades com a cultura negra do que com a cultura branca sul-africana. Porém, alguns desses pouquíssimos *coloureds* são muçulmanos. Ao contrário da tendência geral dos mulatos, as heranças culturais, lingüísticas e religiosas de alguns grupos asiáticos (notadamente os indianos) foram preservadas, ou seja, os cidadãos de procedência indiana falam a língua inglesa, mas sem abandonar as suas línguas nativas (especialmente o *híndi*, *tâmil*, *urdu*, *telugu* e *guzerate*) nem deixar de praticar as suas próprias religiões, particularmente o Hinduísmo ou o Islã sunita.

Quanto à culinária, pode-se dizer que ela também é muito variada, composta não somente pelos costumes dos próprios nativos, como igualmente pelos hábitos alimentares trazidos e introduzidos pelos colonizadores europeus e demais povos asiáticos (indianos, malaios, indonésio-javaneses, chineses, vietnamitas etc.) que fizeram parte do processo de colonização e/ou povoamento do país. Observa-se que a carne e o vinho são dois elementos fundamentais na dieta dos sul-africanos, sobretudo o primeiro. Por dispor-se de alguns melhores vinhedos do mundo, o vinho deste país é bastante conhecido.

Os sul-africanos são amantes de várias modalidades esportivas, entre elas o futebol (com a Copa de 2010 neste país), o críquete, a natação, o atletismo etc., mas o que mais encanta é o rúgbi que é o esporte nacional do país, com dois títulos mundiais já conquistados, um em 1995 (realizado no país – Campeonato do Mundo de Rugby) e outro em 2007 (na França).

4.3.6 CONTEXTO ÉTNICO/LINGUÍSTICO/RELIGIOSO

Como já vimos de certa forma nos itens acima, quanto às crenças religiosas, idiomas e grupos étnicos, a África do Sul não é um país homogêneo, contando atualmente com uma população de aproximadamente 50 milhões de pessoas. A Constituição do país chega a reconhecer onze línguas oficiais, fazendo da África do Sul o terceiro país do mundo em termos de línguas oficiais depois da Índia e da Bolívia¹⁵³. O inglês sul-africano e o *afrikaans/africâner/africânder* (falado por boa parte dos brancos e mestiços sul-africanos e derivado sobretudo do holandês) são as duas línguas de base européia, e não genuinamente africanas, embora o português, francês, alemão e grego sejam falados por muitos sul-africanos brancos. Domiciliarmente o inglês é a quinta língua mais falada, mas nas instituições públicas governamentais e nos negócios é o primeiro idioma utilizado, ou seja, de acordo com dados de 2001, somente 8,2% dos sul-africanos falavam inglês em casa. O zulu (23,8%), o xhosa (17,6%) e o afrikaans (13,3%) formam os três idiomas mais usados em casa.

A língua de sinais sul-africana, *fanagalo, san, khwe, phuti, lobedu, ndebele do Norte* e *nama* são outras oito línguas não oficiais que a África do Sul igualmente reconhece. O reconhecimento nacional desses idiomas não existe na medida em que não há ainda um número relevante de seus falantes, que se limita a determinadas zonas.

Por ser detentora das maiores comunidades européias, indianas e racialmente mestiças do continente africano, o país é uma nação multiétnica, em que os negros são 79,4% da população, os brancos (9,2%), os mestiços (8,8%) e indianos ou asiáticos (2,6%), ou seja, as pessoas podem ser classificadas a partir dessas cinco categorias raciais. Em vista

¹⁵³ As línguas oficiais são: africâner, inglês, ndebele, xhosa, zulu, sesotho do Norte, sesotho do Sul, tswana, swazi, venda e tsonga. Os zulus, xhosas, vendas, ndebeles etc., são alguns dos grupos étnicos mais importantes e específicos da África do Sul.

disso, é um país muito heterogêneo em termos culturais, lingüísticos e étnicos. No caso dos brancos sul-africanos, não foram poucos os seus países europeus de origem: Holanda, Flandres/Bélgica, França, Irlanda, Portugal, Noruega, Alemanha, Inglaterra, Itália, Grécia etc.. Também houve imigrantes húngaros e poloneses, na medida em que a imigração da Europa do Leste foi estimulada pelos governos do *apartheid*¹⁵⁴.

Contudo, com o fim do *apartheid*, calcula-se que muitos desses indivíduos tomaram a decisão de deixar definitivamente a África do Sul (aproximadamente um milhão de brancos), alegando como motivos as políticas de ações afirmativas instituídas pelo governo e a insegurança do país. A baixa taxa de natalidade igualmente vem corroborando na redução da população branca sul-africana. Porém, nessa mesma etapa, nota-se que um número considerável de ingleses e zimbabuanos brancos (brancos não sul-africanos) imigrou para a África do Sul, estes últimos por causa da situação política e econômica nada animadora no país de origem. Os judeus igualmente existem na África do Sul, chegados em períodos diferentes desde os limiares do século XX, primeiro da Lituânia e, em seguida, do Reino Unido, ex-União Soviética e Israel.

O censo nacional de 2001 demonstra que os sul-africanos praticam os mais diferentes tipos de religiões, que vão do cristianismo (79,7%) da população, islamismo (1,5%), hinduísmo (1,3%), judaísmo (0,2%). Entretanto, muitos declararam não professar nenhum tipo de religião (15,1%), alguns tinham outras crenças religiosas (2,3%) e uma ínfima parcela não sabia responder (1,4%), embora seja provável que as religiões tradicionais africanas sejam respeitadas por aqueles que declararam não possuir nenhum

¹⁵⁴ Aqui podemos perguntar por que os governos do *apartheid* estabeleceram essa política migratória branca a partir da Europa do Leste, sabendo que a quantidade de imigrantes vindos de países vizinhos a África do Sul era grande e quase sempre não eram bem acolhidos? Com menos de 10% da população branca, tudo leva a crer que seria uma tentativa de aumentar esse contingente populacional e equilibrar a defasagem existente.

tipo de religião. O *sikhismo*, o *jainismo* e a *Fé Bahá'í*¹⁵⁵ formam outras religiões com poucos seguidores no país.

Um fato ainda interessante a ser considerado é o perfil religioso. A maioria da população pertence a alguma religião cristã, algo plausível para uma região que foi colonizada por europeus. No entanto, o que nos chama a atenção é o fato de 15,1% da população se declarar como sem nenhum credo religioso. Todos sabemos que a África é um continente onde a religiosidade fazia parte do cotidiano das tribos antes da chegada do colonizador e, mesmo após a intromissão do europeu, o cristianismo chegou firme na região. Assim, nos estranha essa alta percentagem de descrentes em alguma religião (ZHEBIT, 2010, p. 254).

Deste modo, ficou evidente como a África do Sul é um país bastante diverso em termos raciais e muito rico em termos culturais. Porém, se somos da opinião de que países muito diversos acabam quase sempre não contando com os elementos básicos de uma nação, analisados acima como sendo uma população homogênea, uma língua comum, uma cultura comum, um destino comum etc., isso pode resultar num grande desafio de governação para aqueles que não reúnem tais condições. Essa problemática pode ficar evidente quando analisamos a questão da segurança e da distribuição de renda na África do Sul, em que este país aparece em primeiro lugar na questão de assaltos e estupros e na segunda posição em termos de assassinato. O índice de criminalidade é muito alto, de tal modo que ninguém está tão imune na África do Sul, visto, por exemplo, que é neste país que as crianças e bebês sofrem mais violência sexual no planeta¹⁵⁶. A disparidade

¹⁵⁵ A mais nova de todas as grandes religiões do planeta, é uma religião monoteísta que realça a união espiritual da humanidade, e foi criada no século XIX, na Pérsia (hoje o Irã), por *Bahá'u'lláh*. Ela não dispõe de sacerdócio, clero, nem dogma, mas sim apenas de escrituras sagradas, leis, calendário e administração específicos, portanto, uma religião autônoma. Num total de duas centenas de territórios e países, calcula-se que os seus sectários podem ser entre 5 a 6 milhões de pessoas.

¹⁵⁶ A violência sexual na África do Sul é de fato um agravante e um grande flagelo que precisa ser combatido. Dados dão conta de que o país é afinal considerado a capital mundial do estupro, visto que em média a cada 27 segundos uma mulher é violentada. Entre aprender a ler e ser estuprada, é mais fácil este último acontecer a uma menina. Antes de atingir os dezesseis anos, ¼ delas sofre abuso sexual. Uma em cada três mulheres na África do Sul será estuprada ao menos uma vez na vida. Um em cada três sul-africanos irá estuprar uma mulher. Enfim, a AIDS é uma epidemia nacional (atinge 10% da população). Essas informações são da ONG *Rape Crisis*, sediada na Cidade do Cabo e que luta contra a violência infligida às mulheres. O estupro é quase

socioeconômica também é alarmante neste país, em que segundo a ONU o país apresenta algumas das cidades mais iníquas do mundo, entre elas a própria capital econômica (Johanesburgo). Um paradoxo!

4.4 CONSIDERAÇÕES SOBRE O CAPÍTULO

Este capítulo consiste centralmente em analisar os contextos histórico, geográfico/ambiental, político/governamental, socioeconômico, sociocultural, étnico/linguístico/religioso da Índia, Brasil e África do Sul, tendo em vista as diversidades e complexidades desses países, o desconhecimento muitas vezes existente, a informação nem sempre disponível em nossa língua e/ou inclusive desconstruir certas mistificações e mitificações (mitos fundadores e tradições inventadas) a eles concernentes.

sempre praticado por um homem próximo/conhecido da vítima – indica essa mesma fonte. Entre as causas de tudo isso apontadas por essa ONG (e que até certo ponto já devíamos imaginar) está o machismo e/ou questão cultural – 62% dos meninos com mais de onze anos creem que estuprar alguém não é uma questão de violência –, miséria, desemprego, marginalização dos homens, desprezo da comunidade, e para agravar mais, a ausência da punição, isto é, dos pouquíssimos casos relatados às autoridades, quase todos caem na negligência. De acordo com o levantamento da referida associação, no último decênio, de 25 homens acusados de violência sexual no país, 24 não são punidos. O país registra 50 mil estupros por ano, aponta Marieta de Vos (diretora-executiva da *Mosaic Training, Service and Healing Centre for Woman*), uma associação que apoia as vítimas de violência doméstica e sexual. Na Cidade do Cabo, entre bebês, adolescentes e inclusive idosas, as ONGs dão proteção no momento a mais ou menos 25 mil pessoas. Por dependerem emocional e financeiramente do marido ou companheiro e por falta de acolhimento da família em casos de divórcio, diversas mulheres quase sempre não apresentam queixa contra os agressores. Nos últimos dez anos, apenas na Cidade do Cabo foram violentadas sexualmente mais de dez lésbicas a cada semana e diariamente são estupradas 150 mulheres na África do Sul. Vítimas de algum tipo de violência, todos os dias quatro mulheres são mortas no país. Como geralmente acontece, a situação é mais alarmante no campo/nas fazendas sul-africanas, em que chega a ser similar à época da escravidão, dado que as mulheres estão sujeitas a abusos de toda a sorte: físicos, psicológicos e sexuais. Para Claudia Lopes (presidente de outra entidade – *Reach*), as mulheres brancas estupradas deparam com mais empecilhos no momento da delação. “Elas acreditam que isso só acontece com as negras e se sentem envergonhadas. No caso da violência doméstica o pensamento é o mesmo”. Já Sharon Kouta (diretora da UNODC VEP – *United Nations Office on Drugs and Crime Victim Empowerment Programme*) declara que a questão é cultural. “As pessoas costumam dizer que a razão do estupro é droga ou álcool, mas na realidade não importa a condição social, econômica, cor da pele, o problema é a cultura, o estupro é um mecanismo usado para controlar e manipular”. Em 2005, até mesmo o atual presidente sul-africano (Jacob Zuma) foi acusado de estupro. Na época ele exercia a função de vice-presidente.

Cfr.

Documento

eletrônico:

<http://operamundi.uol.com.br/conteudo/reportagens/21013/capital+mundial+do+estupro+na+africa+do+sul+uma+mulher+e+violentada+a+cada+27+segundos.shtml>. Acesso em 02/05/2012.

Ademais, imaginemos que todos alguma vez já ouvimos falar desses três grandes países emergentes, mas nem sempre tivemos oportunidades ou demos ao trabalho de estudar em profundidade os mesmos. Até mesmo para o autor, estudar e compreender particularmente a Índia e a África do Sul não soa como tarefa fácil (embora não seja diferente no caso do Brasil, mesmo tendo estudado e vivido bastante tempo neste), na medida em que esses dois países apresentam uma historiografia e uma dimensão cultural, religiosa e étnica nem sempre comum ou similar ao que muitas vezes estamos acostumados. Mais de que um país, a Índia é uma civilização, naturalmente milenar, e traduz-se num manancial de culturas, religiões, identidades, grupos étnicos, castas sociais (às milhares), línguas (também), narrativas e práticas quotidianas etc., apesar de que a África do Sul (o Brasil num grau menor) não deixa de ir em certa medida nessa direção.

Naturalmente que para efetuar uma análise razoável dos mais diversos contextos dos países-membros do Fórum de Diálogo IBAS (ou quaisquer outros países), o recurso aos seus mais destacados analistas, ou seja, *experts* que analisaram e interpretaram essas nações é absolutamente necessário. É nessa linha que apresentamos e completamos a nossa análise com alguns dos principais intérpretes desses países. Também apontamos muitas das referências por meio das quais outras análises posteriores podem ser realizadas.

5 DO FÓRUM DE DIÁLOGO ÍNDIA, BRASIL, ÁFRICA DO SUL (IBAS): SURGIMENTO, ESTRUTURA, FUNCIONAMENTO, SIGNIFICADO E DESDOBRAMENTOS

“Necessitamos mais que nunca um novo esforço para reformar as instituições de governança internacional”
(Manmohan Singh, Primeiro Ministro de Índia)¹⁵⁷.

“Em meio às turbulências financeiras internacionais crescem as vozes que reclamam uma reforma do sistema multilateral. Uma delas é o Fórum IBAS (Índia, Brasil e África do Sul). Em sua Declaração de Nova Délhi, os máximos mandatários insistem na necessidade de realizar reformas estruturais no sistema financeiro global. Igualmente, renovam sua reivindicação de criar “estruturas de governança global mais democráticas, representativas e legítimas através da inclusão de países em vias de desenvolvimento nos órgãos de decisão de instituições multilaterais” (Idem, ibidem).

“É cada vez mais difícil negar às economias emergentes e em desenvolvimento uma participação mais relevante nas decisões mundiais” (Guido Mantega)¹⁵⁸.

O IBAS foi organizado em junho de 2003, quando apareceu o primeiro documento do grupo – a *“Declaração de Brasília”*. Ele opera como um dispositivo de coordenação entre as três potências intermediárias, três grandes democracias multiétnicas e multiculturais, convictos de que possam contribuir para uma nova geografia mundial, ter a mesma conduta em assuntos globais e engajar seu relacionamento recíproco em áreas diversas. Isto é, a aproximação de posições dos três países em instâncias multilaterais, o incremento do intercâmbio comercial, científico e cultural no contexto Sul-Sul e a democratização de círculos de deliberações internacionais, constituem os três tópicos cujos objetivos-chave podem ser resumidos no esforço conjunto de concertação política do IBSA.

¹⁵⁷ Gratius, Susanne. *Índia, Brasil y Sudáfrica: lecciones de la Cumbre de Nueva Delhi*. Madrid, FRIDE, opinión, octubre de 2008a, p. 1.

¹⁵⁸ Folha de S. Paulo, 06 nov. 2008.

Breve cronologia IBAS (2003-2008)¹⁵⁹

O presidente da África do Sul, Thabo Mbeki, lança a ideia do IBSA	Brasília – janeiro de 2003
Reunião informal trilateral na Cimeira do G-8	Evian (França) – 6 de junho de 2003
‘Declaração de Brasília’ após a primeira Reunião Ministerial sem precedentes	Brasília – 6 de junho de 2003
I Reunião da Comissão Conjunta Trilateral	Nova Délhi (Índia) – 4-5 de março de 2004
II Reunião da Comissão Conjunta Trilateral	Cidade do Cabo (África do Sul) – 10/11 de março de 2005
III Reunião da Comissão Conjunta Trilateral	Rio de Janeiro (Brasil) – 30 de março de 2006
I Cimeira do IBSA	Brasília (Brasil) – 13 de setembro de 2006
IV Reunião da Comissão Conjunta Trilateral	Nova Délhi (Índia) – 16 de julho de 2007
II Cimeira IBSA	Pretória (África do Sul) – 17 de outubro de 2007
III Cimeira IBSA	Nova Délhi (Índia) – 15 de outubro de 2008

O IBAS, igualmente conhecido como G-3, traduz-se num pacto de cariz político, estratégico e económico estabelecido entre Índia, Brasil e África do Sul. Não deixa de ser a primeira aliança entre três nações com democracias estimulantes, de três áreas globais em desenvolvimento e que operam a nível planetário, com o intuito de analisar assuntos de agenda internacional e de vantagens recíprocas. De salientar que a necessidade de diálogo, cooperação, aproximação e construção de pontes entre países em desenvolvimento do Sul global tornou-se muito pertinente nesses últimos tempos (tempos de crises e de

¹⁵⁹ Ver Sousa, 2008, p. 3.

desencantamentos)¹⁶⁰. Os membros do G-3 constituem-se representantes legítimos das maiores democracias em cada continente – ou subcontinente – e reunidos detêm em termos populacionais aproximadamente 1,5 bilhão de pessoas.

Como destaca Visentini (2013: 209),

O Fórum Trilateral de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul (Ibas), também conhecido como G-3, foi criado com o objetivo de coordenação e cooperação entre os três países emergentes no campo trilateral e internacional, baseado na sinergia política, econômica e cultural, além dos seus interesses e ambições comuns em relação à ordem internacional – especialmente em relação à Rodada de Doha, no campo da OMC, para reformas da ONU e a construção de uma Nova Ordem Econômica e de um sistema mundial multipolar. Mesmo que seja frequentemente criticada, está atraindo muita atenção, não somente pelo simples fato de que seus líderes se encontram anualmente.

Atualmente, tendo em vista que a troca comercial com Índia e África do Sul por ora é relativamente baixa, o IBAS tem para o Brasil mais relevância política que comercial. Todavia, para que a política externa do Brasil atinja finalidades expressivas, notadamente a questão dos subsídios agrícolas na OMC e o assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, o apoio político destes países pode ser absolutamente necessário.

Como argumentam Lima e Hirst (2009: 23-24),

Uma das principais características das coalizões internacionais entre os países do Sul é a heterogeneidade entre os participantes e a sua relativamente baixa interdependência econômica. Essas duas características, segundo os autores, geram duas consequências relevantes para a coalizão. Por um lado, fatores políticos tornam-se mais relevantes na explicação da formação da aliança. Por outro, a própria heterogeneidade, um fator que dificulta o início da cooperação, cria incentivos para que os países com maiores capacidades relativas desempenhem um papel de empreendedores políticos na coordenação da ação coletiva, segundo a lógica olsoniana clássica de superação de problemas de ação coletiva em contextos de interesses diferenciados.

¹⁶⁰ Vale lembrar uma vez mais a crise financeira de 2008 que, a despeito de não ter afetado profundamente os países emergentes (que é o caso destes que compõem o G-3) na mesma proporção que os países centrais, veio juntamente com outros problemas correlatos aumentar a preocupação dos membros IBAS e dos países do Sul global de uma forma geral, despertá-los para os desafios dos novos tempos e a necessidade de outra ordem global.

Se os países do Sul apresentam uma interdependência econômica relativamente baixa, e se o globalismo é a situação de interdependência a nível mundial, a globalização é o aumento e a desglobalização é a redução dessa interdependência como assinala Nye (2002), isso demonstra que os países do Sul global são menos globalizados e, conseqüentemente, tiram menos proveitos da globalização no âmbito econômico. Em contrapartida, são as grandes potências e, sobretudo os Estados Unidos que obtêm as grandes vantagens da globalização (econômica). Os países do Sul têm economias menos complementares, ou seja, mais produtos primários e recursos naturais disponíveis, e menos produtos industrializados (logo dependem muito dos países do Norte). Em certa medida é essa ainda a situação dos membros IBAS, apesar de seus produtos manufaturados.

A concertação política, a cooperação setorial e o Fundo IBAS se traduzem nas três bases sobre as quais se assenta o IBAS. A primeira tem a ver com a quantidade de documentos produzidos a respeito dos temas da agenda global. No momento das cúpulas, foram emitidas quatro Declarações de Chefes de Estado e de Governo e treze comunicados ministeriais. As posições conjuntas abrangentes são depositadas nesses documentos, contando com o engajamento de quase todos os setores das chancelarias. É essa prática que gera os fulcros de uma cultura de integração política entre os três países, refletindo assim com mais expressividade as posições individuais da Índia, Brasil e África do Sul. São nos foros multilaterais como a Organização Mundial do Comércio (OMC), a Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) e o Conselho de Direitos Humanos (CDH) que a concertação política igualmente se exprime.

Quanto à cooperação setorial, podemos pontuar o intuito do IBAS em aprofundar o conhecimento recíproco e explorar as oportunidades de intercâmbio real entre os três países, levando este Fórum de Diálogo a reunir 16 Grupos de Trabalho em áreas de

Administração Pública, Administração Tributária e Aduaneira, Agricultura, Assentamentos Humanos, Ciência e Tecnologia (e Pesquisa Antártica), Comércio e Investimentos, Cultura, Defesa, Desenvolvimento Social, Educação, Energia, Meio Ambiente e Mudança Climática, Saúde, Sociedade de Informação, Transporte e Turismo¹⁶¹.

Diversos Grupos de Trabalho também desenvolvem ações nas áreas de saúde, ciência e tecnologia, segurança, comércio e transporte, investimento, e ainda um foco diplomático no potencial político do grupo. No 3º Fórum do Ibas, ocorrido em Nova Délhi em outubro de 2008, os líderes dos países reafirmaram sua vontade política na área da cooperação Sul-Sul, reiterando sua necessidade para agir em conjunto no contexto de crise internacional e criticando os países do Norte pelo seu sistema financeiro abusivo e sua indiferença para com os países em desenvolvimento. Neste sentido, o Ibas também se apresenta como um mecanismo relevante de aproximação com a África do Sul – que sempre foi seu principal parceiro econômico no continente -, assim como com as outras nações africanas (VISENTINI, 2013, p. 209).

O IBAS abriu, todavia, espaço para as entidades exteriores ao âmbito do Poder Executivo, com a finalidade de enraizar e alargar o processo de aproximação entre os três países. Destarte, seminários diversos e eventos culturais são incentivados, bem como metas traçadas e objetivos visados nos Foros de Empresários, de Mulheres, de Parlamentares, de Acadêmicos, de Editores, de Pequenas Empresas e de Governança Local são acolhidos.

Dentre as atividades recentemente sugeridas e/ou ocorridas no âmbito da cooperação setorial, podemos apontar o comprometimento com a implementação de dois satélites IBAS (SIBAS) que teve impulso no plano técnico, e chegou-se a definir março de 2013 como momento de envio ao espaço do primeiro artefato. Esse satélite auxiliará nos estudos do clima espacial (o segundo, cabe lembrar, para observação da terra). Ambos serão de muita utilidade para os setores agrícola, de navegação, transporte aéreo e

¹⁶¹ O Brasil sugeriu ainda a constituição de outros GTs: 17) questões de gênero (mulher), 18) pequenos negócios, 19) cooperação sindical, 20) sistemas carcerários, 21) obras públicas e infraestrutura, 22) relações federativas, 23) temas florestais, 24) desarmamento e não proliferação, 25) propriedade intelectual (Visentini, 2013: 21, nota de rodapé n. 8).

telecomunicações. A cooperação entre Receitas, em que entre 4 e 7 de outubro de 2010, em Salvador, tiveram lugar reuniões técnicas e de dirigentes de Administrações Aduaneira e Tributária, nas quais foram debatidos assuntos como a instalação do sistema de certificação expressa para exportações e importações entre os três países, o que poderá gerar reflexo positivo sobre o fluxo comercial dos países IBAS.

Em março de 2004, os Chefes de Estado e/ou Governo do IBAS estabeleceram o Fundo IBAS para o Alívio da Fome e da Pobreza. O auxílio dos projetos viáveis e replicáveis se traduz na finalidade do Fundo que, fundamentados nas capacidades disponíveis nos países do IBAS e em suas experiências bem-sucedidas, favorecem as prioridades nacionais dos países do Sul global. Ademais, exemplos de boas práticas de intercâmbio são o que se espera desse Fundo. Há a promessa de se destinar US\$ 1 milhão anualmente ao Fundo por parte de cada um dos três membros do IBAS, e a Unidade Especial de Cooperação Sul-Sul (UECSS) do PNUD, é quem administra os recursos do Fundo IBAS.

De todas as atividades do Fundo, podemos apontar particularmente as seguintes: 1) Projeto “Desenvolvimento da Agricultura e Criação de Animais – Fase I, na Guiné-Bissau, concluído em 2007; 2) Projeto “Desenvolvimento Agropecuário e Serviços a Comunidades Rurais – Fase II, na Guiné-Bissau, com término previsto para 2011; 3) Projeto “Coleta de Resíduos Sólidos” – Fase I, no Haiti, finalizado em 2007; 4) Projeto “Coleta de Resíduos Sólidos” – Fase II, no Haiti, com conclusão prevista para 2010; 5) Projeto “Reforma da Infraestrutura do Sistema de Saúde, em Cabo Verde, finalizado em 2008; 6) Projeto “Dessalinização de Água”, em Cabo Verde, com prazos a serem definidos; 7) Projeto “Apoio a Reabilitação de Terras Baixas e Processamento Agropecuário”, em Guiné-Bissau, com datas a serem estabelecidas; 8) Projeto “Programa de Oportunidades em Esportes de

Equipe e de Recreação”, em Ramalá, Palestina, com término previsto para final de 2010; 9) Projeto “Reforço à Infraestrutura e à Capacidade de Combate ao HIV/AIDS”, no Burundi, com conclusão prevista para 2012; 10) Projeto “Desenvolvimento Amplo dos Serviços Médicos para Crianças e Adolescentes com Necessidades Especiais, no Camboja, com finalização prevista para 2013; 11) Projeto “Coleta de Resíduos Sólidos”, no Haiti, com início previsto para fim de 2010; 12) Projeto “Manejo Integrado da Bacia do Rio Nam San, no Laos, com início previsto para 2011; 13) Projeto “Recuperação de parte do Centro Hospitalar do Crescente Vermelho”, em Gaza – Palestina, em etapa final de aprovação¹⁶².

Por esses trabalhos considerados de alta qualidade, algumas premiações foram atribuídas ao referido Fundo, notadamente o prêmio “Parceria Sul-Sul para Aliança Sul-Sul” e o “*MDG Awards 2010*”, dedicado a projetos que tratam da concretização dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), na categoria de Cooperação Sul-Sul, conferido em Nova York, a 19 de setembro.

O IBAS pode ser visto como um instrumento consolidado não apenas pelos seus dez anos de existência, como também pelos resultados obtidos com o veemente trabalho de coordenação entre os três países a respeito de praticamente todos os grandes motes da política internacional, o que resultou numa forte tomada de posições conjuntas. Ademais, cabe pontuar aqui que as delegações da Índia, Brasil e África do Sul não pouparam esforços no sentido de aumentar e intensificar a sua concertação em diferentes situações e no que concernem aos mais diversos assuntos da pauta internacional.

¹⁶² Cfr. Documento eletrônico: http://www.itamaraty.gov.br/temas/balanco-de-politica-externa-2003-2010/listagem_view_ordem_pasta?b_start:int=90&-C. Ver balanço de política externa 2003-2010, item 3.1.3 reforma da governança global – IBAS. Acessado em 31.01.2011.

Ao apontar os papéis do IBAS, Saraiva (2007:57) destaca que “*seus objetivos são fortalecer a capacidade dos três países nas negociações internacionais, lutar pela reforma das Nações Unidas, assim como promover a cooperação técnica em diversas áreas*”.

Desses três objetivos, talvez o segundo esteja ainda mais distante, visto que apesar de forte campanha brasileira no sentido de reformar a Organização das Nações Unidas, mais a formação do G-4, em que juntamente com a Alemanha, Índia e Japão formam o Grupo dos candidatos a uma vaga permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, há poucos avanços nessa direção. O presidente Obama até que assinalou apoio à Índia, mas nada ao Brasil. Outrossim, a ausência de concertação política e reestruturação organizacional entre esses candidatos e outros países com reconhecida importância em suas respectivas regiões, dificultam bastante esse intento.

Ao procurar tornar mais estável um multilateralismo mais propício aos países membros deste Fórum de Diálogo, e não só (outros países sulistas também), o IBAS ofereceu uma nova dimensão à cooperação Sul-Sul no quadro da política externa brasileira. Restaurar a clivagem Norte/Sul e reintroduzi-la no cerne da política internacional, é somente uma das tarefas do IBAS.

Como mostram os documentos do Itamaraty a respeito dos dois mandatos do ex-presidente Lula, e mais precisamente no item a) *Reforma da Governança Global – IBAS*, observa-se que essa coordenação do IBAS vem sendo gradativamente rotineira e que abarca, por exemplo, as seguintes iniciativas: em março de 2009, houve intervenção conjunta do IBAS no Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas (CDH), relativa à situação dos direitos humanos nos Territórios Palestinos Ocupados (TPOs); em 2 de outubro de 2009, o CDH aprovou, por consenso, projeto de resolução de iniciativa do IBAS sobre acesso a medicamentos, como elemento fundamental para a realização do direito à

saúde; entre os dias 24 e 26 de junho de 2010, durante Conselho da Organização Mundial de Aduanas, ocorreram eleições para Diretor de “*Enforcement*” e Diretor de Capacitação da Organização. A vitória de delegado sul-africano para segundo posto deveu-se, em grande medida, à coordenação política dos países IBAS.

Essa coordenação é feita de forma relativamente fluida. Apesar de ser um dispositivo que harmoniza países de diferentes regiões do globo e de sua estrutura informal, ou seja, sem sede, secretariado formal ou orçamento “*ad hoc*”, a convergência de pontos de vista de Índia, Brasil e África do Sul torna o IBAS um mecanismo útil de ação na governança global, corroborando as posições individuais de cada um de seus integrantes (ibidem).

As reuniões de Chefes de Estado e de Governo, em que a quarta edição aconteceu em 15 de abril de 2010, em Brasília, se encontra no mais alto nível. Logo em seguida estão os encontros dos Chanceleres que dirigem as Comissões Ministeriais Trilaterais, em que seis delas ocorreram até o momento: I Comista, 5 de março de 2004, em Nova Délhi; II Comista, 3 de março de 2005, na Cidade do Cabo; III Comista, 30 de março de 2006, no Rio de Janeiro; IV Comista, 16 e 17 de julho de 2007, em Nova Délhi; V Comista, 11 de maio de 2008, em Somerset West, e VI Comista, 14 a 16 de julho de 2009, no Rio de Janeiro (Grupos de Trabalho e Pontos Focais); e 31 de agosto e 1 de setembro de 2009, em Brasília (segmento ministerial). Até final de 2010 ou começo de 2011, estava prevista a VII Comista a decorrer-se na Índia. Este país, desde o término da IV Cúpula, em Brasília, em abril de 2010, está chefiando o secretariado informal do IBAS.

É sob a responsabilidade de ilustres funcionários das chancelarias (designados de Pontos Focais), que se encontra o trabalho de acompanhamento e de administração das atividades do IBAS. No caso brasileiro, o Ponto Focal é Subsecretário Político para a

África, Ásia, Oceania e Oriente Médio, Embaixador Roberto Jaguaribe¹⁶³. Sinopsando, são sobre três bases que o seguimento das atividades pode ser dividido: a coordenação política, a cooperação setorial e o Fundo IBAS.

Essa ação de concertação entre o IBAS foi mais do que nunca imprescindível, quando em 2011 os três países estavam juntos no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU)¹⁶⁴. Contudo, espera-se que o já embasado histórico de coordenação política contribua fortemente para essa empreitada.

Cabe igualmente ressaltar que a condição de grandes democracias (com a Índia como a maior democracia do mundo), bem instituídas, multirraciais, em que a melhoria das condições de vida das populações aparece como um dos seus maiores compromissos, o IBAS é favorecido deste modo pelo reflexo da moralidade contido pelos três países.

Como argumentam Lima e Hirst (2009: 9),

A novidade dessa iniciativa é a combinação de três aspectos: ela envolve países em desenvolvimento, na terminologia da cooperação internacional; os três são países com regimes democráticos; e exemplifica uma coalizão interestatal entre poderes regionais.

¹⁶³ Consultar Visentini, 2010, p. 18, nota de rodapé n° 3.

¹⁶⁴ *Brasil assume presidência do Conselho de Segurança*. Com uma agenda que prevê o debate de assuntos como a secessão do Sudão e a desaprovação dos assentamentos israelenses na Cisjordânia, o Brasil assumiu ontem o CSNU, cujo mandato é de um mês. A estratégia brasileira para comprovar liderança será através da atuação nos diversos grupos de países dos quais é membro, como o G-4 (com Japão, Alemanha e China), Bric (com Índia, Rússia e China) e Ibas (com Índia e África do Sul). “*O Brasil está em todas*”, declarou ao Estado a embaixadora do Brasil na ONU, Maria Luiza Viotti, que neste momento preside o Conselho. De acordo com ela, os membros do G-4 “*farão uma declaração conjunta, neste mês, defendendo a reforma do Conselho*”. Contudo, ela deixou explícito que a presidência do órgão não autoriza a discussão do tema. “*A reforma é tratada na Assembleia Geral, mas, certamente, a presidência nos dá visibilidade porque tratamos de assuntos que podem mostrar a liderança do Brasil*”, disse. Em março, Obama estará no Brasil. No ano transacto, ao visitar a Índia, ele apoiou a entrada deste país no CSNU. Para analistas, apesar de pouco provável, há alguma expectativa de o líder americano igualmente apoiar o Brasil ao se encontrar com a presidente Dilma Rousseff. Ademais, como segue pontuando a diplomata brasileira, a presidência tratará sobremaneira “*da paz, da segurança e do desenvolvimento*”. Igualmente torna-se necessário prorrogar o mandato da missão da ONU em Timor-Leste e, provavelmente, colocar na agenda a situação haitiana (O Estado de S. Paulo, 02 fev. 2011). Além disso, ainda no que tange à questão do Conselho de Segurança, este mesmo diário, na sua edição de 06 de fevereiro de 2011, mostra que Obama não quer Brasil no Conselho da ONU. De acordo com diplomata americano, presidente não é favorável à entrada do País como membro permanente e não tocará nesse assunto durante a sua visita em março. “*Para o governo americano, o Brasil cometeu um ‘pecado mortal’ ao votar contra a resolução do Conselho de Segurança sobre novas sanções ao Irã, em Junho*”.

Portanto, é no âmago de um quadro de convergência e simpatia política, de afirmação das vantagens dos países em desenvolvimento e de um intento de proporcionar maior harmonia às relações internacionais que a instituição do Fórum IBSA deve ser analisada.

Destarte, continuamos com a análise das atividades levadas a efeito pelo referido Fórum de Diálogo, em que podemos apontar a atuação conjunta dos chanceleres do IBSA no sentido de ter uma nova ONU, particularmente a renovação do seu órgão pela paz e segurança mundial – o Conselho de Segurança¹⁶⁵. Nesse quesito, a ideia consiste em alargar o conselho, de modo que os países em desenvolvimento passem a ter mais representatividade nas classes de membros permanentes e não permanentes. Houve um consenso no sentido de juntar forças e tornar mais efetivo e funcional a Assembléia Geral¹⁶⁶ e o Conselho Econômico e Social das Nações Unidas.

Enfatizaram a necessidade de uma cooperação internacional eficiente, articulada e solidária, nos organismos competentes e embasada no respeito à soberania dos Estados e ao

¹⁶⁵ Somente essas cinco potências são membros permanentes do CS e têm poder de veto sobre todas as deliberações do órgão: China, EUA, França, Reino Unido e Rússia. O total de membros são quinze, mas os outros dez são rotativos e com mandatos de dois anos. Os membros permanentes são países que fizeram parte das Potências Aliadas que ganharam a Segunda Guerra Mundial. Com as transformações geopolíticas dos últimos tempos, a ONU sentiu-se obrigada a abrir a discussão para a expansão do Conselho. Alemanha, Brasil, Japão e Índia (G-4) reivindicam assentos permanentes, porém deparam com a oposição de vizinhos e das grandes potências.

¹⁶⁶ A Assembleia Geral é o órgão mais democrático da ONU. Anualmente, durante duas semanas do mês de setembro, todos os países do mundo, desde que sejam membros da ONU, reúnem-se na sede desse órgão em Nova York para debater sobre as mais diversas questões globais, cabendo a cada um o direito a um voto. Cabe a discussão, mas não a deliberação propriamente dita, uma vez que votam, mas não vetam. É nesse ponto que reside o problema, dado que como órgão intergovernamental, plenário e deliberativo da ONU, as deliberações sobre assuntos importantes são votados por maioria de dois terços dos membros presentes e votantes enquanto os assuntos restantes são votados por maioria simples. Supervisionar e coordenar o trabalho das agências é também a função deste fórum político. Ademais, debater e fazer recomendações sobre qualquer tema dentro dos objetivos da ONU, levar em conta princípios gerais de cooperação na preservação da paz e segurança internacionais, estabelecer recomendações concernentes à resolução pacífica de qualquer contenda internacional, aprovar o orçamento da ONU e escolher os membros não permanentes do CSNU, fazem parte, todavia das atribuições da AGNU (Assembléia Geral das Nações Unidas).

direito internacional, no intuito de combater as novas ameaças à segurança, notadamente o terrorismo, em todas as suas formas e manifestações, os estupefacientes e os crimes a eles relacionados, o crime organizado internacional, o tráfico ilegal de armas, as ameaças à saúde pública, especialmente a AIDS, as catástrofes naturais, o transporte de substâncias tóxicas e dejetos radioativos por via marítima etc..

Entre os membros do G-3, o fator terrorismo que nos últimos tempos vem sendo uma das grandes preocupações mundiais, parece afetar de modo mais agudo a Índia, país situado de antemão numa área mais conflituosa e, conseqüentemente, muito ameaçado por este fenômeno. Ataques terroristas tanto na Índia como na disputada região de Caxemira com o Paquistão são constantes. Já no caso brasileiro, por conta de alguns vizinhos (designadamente a Colômbia, a Bolívia e o Peru, diga-se de passagem, países andinos), a droga e suas conseqüências correlatas parecem ser as preocupações mais comuns. A África do Sul é sem dúvida o membro IBAS cuja saúde pública requer maior atenção, dado a sua elevadíssima taxa de infecção pelo vírus HIV/AIDS, fazendo do país o segundo (depois da Índia) com mais pessoas infectadas a nível global¹⁶⁷. Ademais, o continente africano sofre mais acentuadamente com esse flagelo social e humanitário, naturalmente por dispor de países mais debilitados economicamente¹⁶⁸. De modo geral, os desastres naturais

¹⁶⁷ A situação da África do Sul fica mais delicada nesse quesito que a da Índia, visto que com cerca de 50 milhões de habitantes, o país já amarga uma penosa estatística de 5,7 milhões de seropositivos, o que corresponde a aproximadamente 10% da sua população (Zhebit, 2010), enquanto que a Índia com a sua população bilionária (mais de 1,2 bi), conta com pouco mais que esse número (6 a 7 milhões).

¹⁶⁸ O ilustre historiador burquino, *Joseph Ki-Zerbo* (1922-2006), aponta três condições para um desenvolvimento real do continente africano: a primeira é o espaço africano de desenvolvimento. Há um espaço econômico mínimo, sem o qual nunca haverá desenvolvimento real nos nossos países. Não há futuro para África sem a integração em todos os níveis, inclusive na investigação científica. A segunda condição é a formação permanente de todo o povo, incluindo a educação cívica, a partir de conquistas acumuladas pela evolução anterior dos povos africanos. É evidente que, enquanto não houver cidadãos motivados, que sabem por que produzem e o que consomem, faltará um elemento fundamental do desenvolvimento. Com 72% de analfabetos, como em Burkina Fasso, não se pode programar nenhum desenvolvimento significativo. A terceira condição para um desenvolvimento real é a democracia de base, no nível dos municípios, das coletividades locais, das associações e dos grupos socioeconômicos. O desenvolvimento só pode fazer-se

preocupam não só os três países como igualmente a esmagadora maioria dos países do mundo neste século XXI, haja vista as conseqüências cada vez mais presentes e nefastas do aquecimento global e da mudança climática.

Outra recomendação e preocupação dos governos IBAS é com a promoção da inclusão e igualdades sociais, através do auxílio à agricultura familiar, o estabelecimento de políticas susceptíveis de combater a fome e a pobreza, o incentivo à segurança alimentar, à saúde, à assistência social, ao emprego, à educação, aos direitos humanos e à proteção do meio ambiente. Lembraram que a erradicação da exclusão social favorece sobremaneira o desenvolvimento e a prosperidade econômica¹⁶⁹, na medida em que propicia condições para o melhor aproveitamento do potencial dos seres humanos. Reconhecem que seria muito vantajosa para todos os três países a troca de experiências no que concerne ao combate à pobreza, à fome e às enfermidades.

Combater a exclusão social de modo a pavimentar uma via segura rumo ao desenvolvimento econômico dos países do G-3 traduz-se numa tarefa de extrema utilidade. Realmente podemos constatar que Índia, Brasil e África do Sul não dispõem razoavelmente daquilo que podemos chamar de fatores elementares de uma nação, ou seja, os elementos

nestas condições. Se elas tivessem sido reunidas, a África teria podido encontrar o seu caminho rapidamente (KI-ZERBO, 2009, p. 143).

¹⁶⁹ Muitas vezes considero que o verdadeiro problema dos nossos países subdesenvolvidos ou emergentes não reside no fato de realmente sermos pobres. Vejamos justamente o caso dos membros IBAS. Podemos dizer que são países ricos, não são países pobres, mas sim injustos. O continente africano, notadamente, não é um continente pobre, mas sim há muito explorado, escravizado, colonizado, imperializado, “calibanizado” e, atualmente, neo-colonizado, isto é, aquele cujas dores do pós-colonialismo parecem não querer ter fim. Eis a questão! Ser *rico* reside simplesmente em dispor-se de bens e capital, nesse caso, diga-se, recursos naturais e materiais, ou se quisermos ainda capitais natural (condições climáticas, terra, chuva/cursos de água), físico (bens imóveis e de longa duração – construções, veículos etc.) e financeiro (dinheiro, ações). Ser *próspero* quer dizer desenvolver-se, progredir-se, estar satisfeito consigo mesmo (feliz), ter uma vida digna, fazer o que realmente gostaria de fazer, enfim, ser dono do seu próprio destino, *um ser para si* (que existe e tem consciência da sua existência) e não *um ser em si* (que apenas existe), fazer a sua própria história (ainda que seja a primeira como tragédia e a segunda como farsa). Ou seja, poder contar com o capital social (harmonia e aderência entre os cidadãos, firmeza e familiaridade recíproca, serenidade nas relações sociais, igualdade, justiça etc.) e humano (saúde, educação, cultura, lazer, transparência etc.).

básicos de uma nação, entendidos aqui como uma população homogênea, uma cultura comum, uma língua comum e um destino comum etc.. Sendo assim, diríamos que países do tipo requerem uma atenção especial e outra forma de coordenação política e governação. Precisam urgentemente de um projeto de nação mais concreto, de políticas de Estado e não de governos, de modo que haja programas e políticas que projetem a nação em longo prazo, realçando assim o desenvolvimento sustentável para essas nações e os seus respectivos povos. Enquanto não atentarmos para essa ausência de componentes básicos de uma nação e procurar formas e alternativas de solucioná-la, corremos o risco de ver a nossa exclusão social e outras mazelas sociais que nos afligem persistir, todavia por muito tempo.

Seguindo nessa mesma perspectiva, nota-se que o IBAS manifesta interesse em discutir os problemas concernentes à eliminação de todas as formas de discriminação racial e de incentivar a igualdade de gênero e priorizar as questões de gênero nas políticas públicas, tudo isso por motivos de equidade e desenvolvimento. É nesse sentido que em 15 de abril de 2010, em Brasília (Brasil), acadêmicos, diplomatas, pesquisadores e representantes da sociedade civil em defesa dos direitos das mulheres de Índia, Brasil e África do Sul lançaram o livro *“Fórum de Mulheres do IBAS – Pensando uma Estrutura Macroeconômica Inclusiva: uma Abordagem Feminista Sul-Sul”*.

Tendo em vista os problemas concernentes às mulheres, minorias raciais e étnicas nos países IBAS, essa discussão torna-se premente. São países onde a violência de gênero e a discriminação contra as minorias desencadeiam um sério agravante de ordem social¹⁷⁰.

¹⁷⁰ No caso brasileiro, atualmente *“a cada 2 minutos, 5 mulheres são espancadas”*. Pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo juntamente com o SESC (Serviço Social do Comércio) projeta uma triste estatística: a cada dois minutos cinco mulheres são agredidas violentamente no Brasil. E já foi pior: há 10 anos, eram oito as mulheres espancadas no mesmo período de tempo. *“Os dados mostram que a violência contra a mulher não é um problema privado, de casal. É social e exige políticas públicas”*, aponta Gustavo Venturi, professor da USP e supervisor da pesquisa. Os pesquisadores concluíram que 7,2 milhões de mulheres acima de 15 anos já sofreram agressões (1,3 milhão nos 12 meses antes da pesquisa). A leve

Índia é um país onde reina ainda o sistema de castas sociais (apesar de o mesmo ser abolido na constituição indiana desde 1976), e a violência de gênero e sexual é também outro agravante¹⁷¹; Brasil constitui-se na segunda nação mais negra do mundo após a Nigéria, ou seja, com um elevado contingente de pessoas pretas e/ou “pardas” cujas condições socioeconômicas não são das mais desejáveis; África do Sul, a despeito de dispor de aproximadamente 80% da população negra, as consequências do regime de segregação racial são ainda alarmantes, talvez porque a minoria branca (10%) continue a controlar exclusivamente as riquezas do país. No que concerne à violência sexual contra as mulheres, ela é de uma complexidade maior que nos outros membros IBAS.

O IBAS tem consciência de que ao combinar os seus melhores recursos, uma sinergia louvável pode aparecer, na medida em que são sociedades que dispõem de muitas áreas de excelência em ciência e tecnologia (sobretudo a Índia por ser mais forte nesse sentido) e proporcionam oportunidades comerciais, de investimentos, de viagens e de turismo com elevada potencialidade. A biotecnologia, as fontes alternativas de energia, o espaço exterior, a aeronáutica, a informática e a agricultura são os campos científicos e tecnológicos nas quais a cooperação pode ser implementada. Igualmente os setores de

redução do número de mulheres agredidas no intervalo de 2001 a 2010 pode ser explicada, parcialmente, pela Lei Maria da Penha. “A lei é uma expressão da crescente consciência do problema da violência contra as mulheres”, afirma Venturi (O Estado de S. Paulo, 21/02/2011).

¹⁷¹ A cada 20 minutos, uma mulher é vítima de violência sexual no país asiático; a maioria desses estupros é grupal (estupros de gangue, em que diversos homens atacam simultaneamente); apenas 1 em 50 casos chega à polícia, que geralmente atribui a culpa à mulher. E as vítimas de estupro viram párias, são rejeitadas pela sociedade e jamais conseguem casamento. Em 2011, calcula-se que 24,2 mil estupros ocorreram na Índia; Nova Déli é a megalópole que registra mais casos (capital do estupro). Contando apenas os casos registrados pela polícia, somente 26% é a taxa de condenação; número aumentou 873% desde 1971; é o tipo de crime que mais aumentou. Para *Pulkit Sharma* (psicólogo especializado em estupro), na sociedade indiana as mulheres são tratadas como simples objetos para satisfazer as vontades do homem. Questão cultural: a militante *Shazia Ilmi* remataria dizendo que o desprestígio da mulher começa na cultura do dote e da triagem sexual. Os pais precisam pagar um dote (quase sempre vultoso) aos futuros esposos, caso queiram ver o matrimônio das filhas. As “mortes por dote” em 2012 chegaram a 8.618 casos (assassinatos de mulheres que não pagaram o dote ou pagaram muito pouco e o homem quer casar novamente a fim de conseguir um dote maior). A seleção sexual não é permitida na Índia, mas é prática corrente, dado que geralmente os fetos femininos são abortados (Folha de S. Paulo, 20 jan. 2013).

defesa, transporte e aviação civil, entre outros, não estão fora dos projetos de cooperação concretos.

Outras iniciativas no âmbito da defesa têm sido a de intercâmbios na área de cursos e a de embarque de oficiais observadores. Isso vem ocorrendo muito recentemente. Frise-se que somente em 2008 a Índia criou uma adidância naval no Brasil. Em reciprocidade, o Brasil também adotou tal procedimento (REIS, 2010, p. 115).

No caso específico da Índia pode-se apontar a realização em maio de 2008 da primeira Operação IBSAMAR, que contou, também, com meios navais da África do Sul. A operação ocorreu em águas sul-africanas, no período de 2 a 15 de maio de 2008, inserida no contexto do IBAS e que, na mesma época, realizou a 5ª Reunião do fórum IBSA na cidade de Cape Town, África do Sul. Para 2010, está programada a Operação IBSAMAR II, com previsão de ser realizada na África do Sul (Idem, ibidem).

A cooperação nas áreas de tecnologias de informação e comunicação ganha particular atenção entre os membros IBSA, dado que tais países reconhecem a enorme assimetria gerada por essas tecnologias entre os países industrializados e os países do Sul global. De fato, as tecnologias digitais transformam de modo rápido e fundamental o mundo de hoje, e o domínio das mesmas não se dá da mesma forma entre os países ricos e pobres, o que leva os países do Sul global a não tirar as devidas vantagens dos processos globalizacionais.

Nessa matéria de exclusão dos países do Sul das vantagens da globalização, podemos destacar Boaventura (2001: 10), onde o autor argumenta que as globalizações, enquanto feixes de relações sociais envolvem conflitos e, por isso, vencedores e vencidos. O discurso concernente à globalização, muitas vezes é o da história dos vencedores contada pelos mesmos. De fato, o êxito é em princípio tão absoluto que os derrotados não aparecem nem um pouco na cena.

A divisão internacional da produção da globalização assume o seguinte padrão: os países centrais especializam-se em localismos globalizados, enquanto aos países periféricos cabe tão-somente a escolha de globalismos localizados. O sistema-

mundo é uma trama de globalismos localizados e localismos globalizados (Op. cit., p. 13).

A divisão internacional da produção de globalização articula-se com uma divisão nacional do mesmo tipo: as regiões centrais ou os grupos dominantes de cada país participam na produção e reprodução de localismos globalizados, enquanto às regiões periféricas e aos grupos dominados cabe reproduzir e reproduzir os globalismos localizados¹⁷².

Sendo assim, os países do G-3 são conscientes de que parcelas significativas da população planetária não têm acesso às vantagens da globalização, de tal sorte que acolhem afirmativamente o progresso econômico, o aumento do emprego, o desenvolvimento social, bem como a conseqüente elevação dos níveis de vida em diversos países em desenvolvimento como corolário do fluxo mais livre de comércio, capital e tecnologia. Eles são do entendimento de que ser uma força positiva que melhore todas as pessoas e avance a maior quantidade de países deve ser o papel da globalização. Nessa linha, para tornar os diferentes processos da globalização mais inclusivos, justos, humanos e igualitários, expressaram seu comprometimento de estabelecer políticas, programas e iniciativas em diversos fóruns internacionais.

No que concerne ao meio ambiente e desenvolvimento sustentável, os governos IBAS reconhecem que é muito relevante ter as suas iniciativas orientadas pelas diretrizes da Conferência do Rio e a sua Agenda 21, a Cúpula do Milênio e as Cúpulas de Monterrey e de Johannesburgo e o Plano de Implementação da Agenda 21. Estão de acordos que a Agenda 21 já identificou as causas fundamentais da depredação do meio ambiente global, entre as quais sublinham os padrões insustentáveis de consumo e produção, o que exige uma resposta em conformidade com o Programa de Implementação de Johannesburgo. Ademais, os corolários do aquecimento da atmosfera provenientes das emissões de gases de

¹⁷² Santos, Boaventura de Sousa. Para uma concepção multicultural dos direitos humanos. *Contexto Internacional*, Rio de Janeiro, vol. 23, nº 1, janeiro/junho 2001, p. 29, nota 2.

efeito estufa lhes preocupam e, por isso, estimulam tanto os países que têm metas de redução das emissões previstas no Protocolo de Quioto como aqueles que devem assiná-lo e ratificá-lo a cumprir com as suas responsabilidades, enfim, fazer com que o referido Protocolo entre em vigor e seja implementado na sua plenitude.

O IBAS manifestou forte compromisso em aplicar na prática a Convenção sobre Diversidade Biológica, fazendo com que os países de origem tenham direitos e protejam os seus próprios recursos genéticos e o conhecimento tradicional associado. Tais países estão certos de que a prosperidade econômica e social, bem como a valorização e beneficiação dos recursos da biodiversidade dos países detentores da megadiversidade advêm da repartição íntegra e equitativa de benefícios derivados do acesso, uso e manuseio de recursos genéticos e do conhecimento tradicional agregado. Apesar de ser muito gratificante, essa atitude do IBAS não é por acaso, na medida em que são países com elevada percentagem da biodiversidade em termos mundiais, notadamente a Amazônia brasileira. Como pactuado na Cúpula de Johannesburgo, dispor de um dispositivo internacional que regule a partilha de ganhos no contexto da Convenção sobre a Diversidade Biológica ganhou amparo particular por parte da Índia, Brasil e África do Sul. Eles estão convictos de que a atuação do Grupo dos Países Megadiversos Afins, do qual são membros fundadores, deve ser igualmente mais apreciada. Harmonizar as partes expressivas do Pacto TRIPS à Convenção de Diversidade Biológica é outra preocupação manifestada.

O protecionismo dos países ricos que prejudicam os países em vias de desenvolvimento inclusive em áreas pouco competitivas, o cumprimento total do Programa de Doha para o Desenvolvimento e o desfecho das negociações da Rodada Doha traduzem-se noutras preocupações constantes do IBAS. Eles consideram que as regras do sistema

multilateral de comércio deveriam mudar, de modo a reverter políticas protecionistas e comportamentos que desvirtuam o comércio. Eles mantêm a esperança de que haja novos impulsos políticos nessas negociações de modo a favorecer os países em vias de desenvolvimento, ao mesmo tempo em que priorizaram a liberalização comercial. Contudo, ultrapassada a fase mais crítica da última crise, nota-se que cada país, sobretudo os países centrais, começa a preocupar-se com os seus próprios interesses nacionais, o que acaba postergando ou inclusive eliminando a possibilidade de equilíbrio do sistema internacional¹⁷³.

Como detentores mais de matérias-primas e produtos primários do que tecnologias de ponta e produtos de elevado valor agregado, o IBAS demonstrou preocupação com as flutuações globais dos preços de matérias-primas, o que vulnerabiliza os países em vias de desenvolvimento. Com a intenção de proteger tais países, maximizar seu progresso com vantagens resultantes de incremento de exportações e serviços nos quais têm vantagem

¹⁷³ Como podemos observar na reunião ministerial do G-20 em Paris, os BRICS (agora incluindo a África do Sul) não aceitam proposta de países ricos no G-20. Os países emergentes decidem proceder conjuntamente e recusam a proposta de países desenvolvidos para regular desequilíbrios econômicos. Os três temas controversos desse encontro, a definição dos indicadores de desequilíbrio e os vetos ao controle de fluxos de capitais e à limitação do acúmulo de reservas internacionais, receberam propostas conjuntas dos maiores países emergentes. A posição coletiva foi tomada em reunião de ministros da Economia e presidentes de bancos centrais do Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. Já no que tange à “*guerra cambial*”, não houve consenso. É pela prioridade principal do evento – a definição dos indicadores de desequilíbrio macroeconômico – que começam as discrepâncias. Mediante a proposta franco-alemã, acolhida pelos países centrais, seriam cinco: saldo de contas correntes, taxa de câmbio real, reservas de câmbio, déficit e dívida públicos e poupança privada. Mas os Brics não concordam com o saldo de contas correntes. “*No que diz respeito ao comércio e à conta corrente, há divergências*”, declarou o titular da pasta da Fazenda (Brasil), Guido Mantega. “*Nós concordamos em não tomar a conta corrente como indicador, mas a conta de bens de serviços, senão acrescentaria às aplicações financeiras no exterior, que não são bem um indicador de desequilíbrio*”. A recusa de parâmetros (guidelines) para circunscrever as políticas de controle de fluxo de capitais externos seria outro ponto de consenso entre os emergentes. “*Cada país tem suas peculiaridades e fará o controle de capitais da forma que achar mais adequado*”, disse Mantega. O acúmulo de reservas internacionais é o terceiro ponto que une os Brics contra as propostas sugeridas pela França. “*Discordamos de estabelecer limites para o acúmulo de reservas enquanto não houver um sistema financeiro mais seguro*”, declarou Mantega. “*Se houver uma crise, quem vai nos socorrer? São as nossas reservas*” (O Estado de S. Paulo, 19/02/2011).

competitiva, é necessário que haja regras e transparência para um sistema internacional de comércio previsível.

Juntamente com outros países do Sul, o Brasil tenta defender mais energicamente suas visões e interesses nas negociações da Organização Mundial do Comércio, exigindo dos países centrais um esforço maior de modo que haja uma proporção entre as suas vantagens e as dos países do Sul.

O G-20 – formado em 2003 por países como Índia, China e África do Sul – tornou-se e seguirá sendo um foro importante de atuação da diplomacia brasileira logrando condicionar os avanços das negociações da OMC à inclusão do tema agrícola, assim como possibilitou ao Brasil ocupar um lugar de *global player* nestas negociações (SARAIVA, 2007, p. 56).

A inconstância dos fluxos financeiros globais que atualmente prejudica os países em desenvolvimento é outra questão que merece atenção. Por isso o G-3 quer estreitar relações de forma a ter outra arquitetura financeira mundial, isto é, aquela que privilegie o desenvolvimento e seja eficaz e preventiva com as crises financeiras nacionais e regionais. Ademais, Índia, Brasil e África do Sul consideram que a boa governança, quer no plano nacional quer, sobretudo, internacional, é o segredo para uma globalização exitosa e humanitária, realçando que, como corolário da globalização, os fatores externos podem favorecer ou prejudicar o desenvolvimento sustentável¹⁷⁴.

¹⁷⁴ Não é por acaso que o Fórum Social Mundial (FSM) nasceu no Brasil (Porto Alegre 2001) e ao menos uma edição já aconteceu na Índia. A ideia do FSM é justamente contestar os valores e os rumos da atual globalização, uma globalização que não coloca o capital a serviço da humanidade, mas sim o contrário. Ou seja, uma globalização que não prioriza o bem-estar das pessoas (salário justo e compatível, moradia condigna, transporte confortável, aposentadoria saudável, diga-se, Felicidade Interna Bruta – FIB), mas sim o lucro (o lucro máximo almejado e conseguido pelo capital financeiro, volátil, flexível, virtual e que para piorar ainda mais o cenário, é este capital que controla todos os outros capitais – o comercial, industrial, social, cultural/intelectual etc.), quase sempre à custa da exploração dos trabalhadores e do sofrimento humano imposto pela modernidade capitalista. Enfim, o que foi imposto pelos grandes conglomerados e multinacionais do mundo desenvolvido é uma globalização perversa, uma globalização da riqueza e não da miséria. Para além do FSM, outros eventos que podem legitimamente evidenciar o engajamento, esforço e papel desses países na luta por outro mundo possível e livre das cadeias e grilhões do capital financeiro são as duas Conferências da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Eco-92 e a Rio+20)

Enfim, o IBAS considera salutar a intensificação do diálogo e o estreitamento dos vínculos em todos os patamares, sempre que necessário, reunindo *staves* qualificados e *experts* para tratar de assuntos de interesse recíproco, bem como realização de encontros de cúpula dos três países. Com o intuito de harmonizar posições concernentes ao interesse comum, consultas políticas regulares a respeito das pautas da agenda internacional e troca de informações respeitantes à cooperação mútua são estabelecidas. Uma Comissão Mista Trilateral é instituída a fim de manter o desempenho do debate das questões e de todos os outros motes que derivam das consultas. Os pontos focais da Comissão Mista Trilateral são os Ministérios das Relações Exteriores dos três países, e os três chanceleres copresidem as reuniões. O secretário responsável por este assunto no Ministério das Relações Exteriores do país anfitrião é quem dirige os trabalhos da secretaria.

Importante recordar também que a ação brasileira junto à África do Sul e Índia (bem como outros países do Sul global) no sentido de incentivar a cooperação Sul-Sul, não começou apenas com a formação do Fórum de Diálogo IBAS no início desse século (2003). Ou seja, em momentos anteriores, o Brasil já vinha procurando parcerias estratégicas e assinar acordos comerciais individuais ou em grupo com tais países. Aliás, é nos marcos do Grupo dos 77 que historicamente os países do Sul global encetavam experiências de atuações conjuntas.

Não é motivo de controvérsia para ninguém que o governo do ex-presidente Lula despendeu um esforço gigantesco para fortalecer a nova onda de cooperação Sul-Sul entre países em desenvolvimento. Igualmente não deveria ser difícil reconhecer que apesar de os interesses nem sempre convergentes da Índia, Brasil e África do Sul, o IBAS já deu alguns

realizadas no Brasil nos anos de 1992 e 2012 respectivamente. Os principais temas discutidos e priorizados pela Rio+20 foram: *economia verde, biodiversidade, povos tradicionais, pobreza, agricultura, água, energia, cidades, oceano e mudança climática* (O Estado de S. Paulo, 21/06/2012).

resultados palpáveis e, seguramente, com a continuidade do Partido dos Trabalhadores (PT) no poder (e suas concepções políticas muitas vezes transparecendo no arco da política externa do país, em vez de tão somente os padrões tradicionais do Itamaraty)¹⁷⁵, as metas traçadas por esse Fórum de Diálogo podem ser cada vez mais visíveis.

Os países IBAS têm de ser cada vez mais pró-ativos e tomar deliberações cada vez mais ousadas. A despeito de suas incoerências econômicas, o que mais dificulta talvez seja a pusilanimidade política. Isto é, tais países já dispõem de certo peso econômico no sistema internacional, porém agora resta os seus próceres empenhar-se tanto nas reformas dos organismos internacionais (que lhes deem mais espaços de atuação, margens de manobra e visibilidade) como também nas reformas domésticas e estabilidade política e econômica nas suas respectivas áreas de integração regional.

Iniciativa lançada no contexto da guerra do Iraque e em reforço do “Eixo da Paz” (Alemanha, França e Rússia), o grupo IBAS tem servido de estímulo a diversas iniciativas dos países em desenvolvimento. Antigas agendas têm sido resgatadas num formato pragmático e eficaz, num mundo em acelerada transformação rumo à multipolaridade. Impulsionado pelas necessidades e potencialidades do desenvolvimento e inserção internacional de três grandes países, o Fórum representa uma inovação na vida internacional que não pode ser mais ignorada. Em outras palavras, o bloco IBAS representa a construção de uma agenda comum de cooperação Sul-Sul (PEREIRA, 2010, p. 173).

¹⁷⁵ Ver Almeida, 2010.

5.1 DESAFIOS E PERSPECTIVAS DO IBAS

A missão da política na era da liberalização, que consistiria justamente em definir e distribuir os riscos econômicos e os demais imponderáveis riscos globais ligados ao mercado mundial, jamais é assim evocada. Somos vítimas de um otimismo que não se apoia na reflexão e na imaginação sobre as catástrofes possíveis, mas unicamente no lema negligente pouco me importa aquilo que ignoro.
- ULRICH BECK

Entre alguns elementos/fatores símiles aos países IBAS, pode-se apontar o sistema democrático (três grandes democracias multiculturais e multirraciais), população (apesar de a indiana ser bem maior, a brasileira e sul-africana não são nada desprezíveis), relevância regional reconhecida, extensão territorial, recursos naturais disponíveis, PIB (Produto Interno Bruto) etc. Destarte, é de se reconhecer a importância não somente desses aspectos análogos, como também o empenho desses países em reordenar o sistema internacional, o que pode ser razoável a partir da formação de parcerias estratégicas e acordos preferenciais que os mesmos vêm estabelecendo.

No plano político, os membros do IBAS já dispõem de certa independência e autoridade para fazer as suas propostas, manifestar os seus pontos de vista e propor ações e negociações na esfera internacional; porém, no contexto econômico ainda enfrentam obstáculos e empecilhos que lhes impedem de agir livremente, na medida em que precisam de mais poder de barganha no seio do G-20 e da Organização Mundial do Comércio (OMC), aliás, este último um dos organismos internacionais onde encontram mais dificuldades de atuação (a ONU igualmente entraria nesse rol, já que não dispõem ainda de assento permanente no CS desse que é o maior fórum mundial). Parece que a Rodada de Doha fica difícil de concluir dado que os pontos mais sensíveis são a suspensão dos subsídios agrícolas e a diminuição de barreiras aos produtos industrializados. Evidentemente que a primeira é reivindicada pelos países do Sul e a segunda pelos países

do Norte. A despeito da atuação unilateral dos países de capitalismo avançado, os países IBAS demonstram capacidades materiais suficientes e vontade política substancial no sentido de começar a se contrapor à hegemonia dos países do Norte¹⁷⁶.

A despeito de os três países estarem praticamente no mesmo nível de desenvolvimento, os membros IBAS não apresentam um mesmo nível de competitividade no campo do comércio internacional, gerando mais atritos nas suas relações comerciais, o que nem sempre aconteceria antes da formação desse Fórum de Diálogo. Como geralmente acontece com os países de capitalismo dependente, há o perigo de que os países IBAS continuem enfatizando suas relações comerciais históricas com os países centrais (e com membros de seus respectivos blocos econômicos e/ou regiões do mundo onde se encontram), que entre eles mesmos. As dificuldades em romper o relacionamento centro-periferia e as relações intrarregionais podem protelar o aprofundamento das relações comerciais do IBAS.

Nos quesitos reformas e cooperações multilaterais, observa-se que os interesses e quiçá necessidades da Índia, Brasil e África do Sul, fazem com que suas opiniões nem sempre se convergem para o mesmo ponto. Se a Índia não apenas dispõe de vasto arsenal nuclear, como tem interesse nisso, já o Brasil e a África do Sul não. Contudo, por a Índia se encontrar numa região do mundo mais instável, e também pelo fato de muitos outros países ali disporem desse tipo de material, logo a necessidade e o interesse dela é mais premente que dos demais membros IBAS. Na questão agrícola, os desacordos ficam mais na conta da Índia e Brasil; graças aos esforços e trabalhos de coordenação no seio do G-20, determinadas divergências comerciais dos três países já foram mitigadas.

¹⁷⁶ Hegemonia entendida aqui como a universalização dos interesses de uma classe, frações de classes, grupo, instituições centralizadas e/ou conjunto de países sobre o restante da coletividade.

Pensar em expandir este Fórum de Diálogo para mais países pode ser intrincado, dado que com mais elementos no grupo seguramente mais discrepâncias irão surgir, tornando mais complexo a conformidade de interesses em torno dos mais distintos temas da agenda multilateral. Por terem reconhecido a sua importância regional (até mesmo pelas grandes potências) e serem líderes naturais em suas regiões (embora este último se aplique menos ao caso indiano), mais países no IBAS podem não necessariamente agilizar este projeto. Índia, Brasil e África do Sul devem apenas debruçar cada vez mais na coordenação política e concertação setorial (sem esquecer o Fundo IBAS também) a partir de suas reuniões ministeriais e Grupos de Trabalho (GTs).

Outro impasse que o IBAS depara é a questão de ter acesso ou não a certos grupos econômicos restritos ou instâncias de poder mais elevadas. Todos sabem que os três países entendem que a reforma da ONU é necessária e que nada seria mais democrático que ter um representante de cada uma de suas regiões do mundo (África, América Latina e Ásia) no Conselho de Segurança das Nações Unidas¹⁷⁷. No entanto, se os países de economias mais débeis em suas respectivas regiões consideram satisfatória essa iniciativa, já aqueles que dispõem de certa pretensão de liderança regional são reticentes. Para não fragilizar esse Fórum de Diálogo frente às decisões unilaterais dos países de capitalismo avançado, seria salutar que os três tivessem assento no Conselho de Segurança ou fizessem parte do diretório dos ricos (diga-se, G-8), e não somente um ou outro.

Apesar das críticas doutrinárias à cooperação Sul-Sul, as relações entre estes três países constituem uma evidência de que as complementaridades entre eles podem ser maiores que os fatores de competição. Como países intermediários eles já dispõem de uma base industrial complexa, tendo alcançado relativo desenvolvimento tecnológico em alguns setores de ponta. Por outro lado, eles compartilham também de todos os problemas estruturais dos países do terceiro

¹⁷⁷ No caso asiático, evidentemente que a China dispõe de assento permanente no Conselho de Segurança, mas a ideia é que pelo menos mais um país tenha também.

mundo: pobreza, desigualdade e analfabetismo. Esta condição comum cria uma base para a cooperação que é distinta da relação Norte-Sul e que não ocorre com frequência na cooperação Sul-Sul (Lima, 2005, p.56).

5.2 O IBAS E O SOFT/SMART POWER

Havia muita coisa que eu não entendia, e das quais em certos aspectos não gostava, mas reconheci imediatamente um estado de coisas pelo qual valia a pena lutar.

- GEORGE ORWELL,
HOMENAGEM À CATALUNHA

Seria salutar não perceber como um perigo às instituições multilaterais (ONU, OMC, FMI, BM, UNESCO, PNUD, UNICEF, FAO, OMS etc.) formalmente constituídos, a excelente função desempenhada pelo IBAS no contexto de reordenamento do sistema internacional. É como instrumento que possa guarnecer as instituições de governança global e fazer com que nelas haja mais equidade, proporção, harmonia e aptidão em refletir da melhor forma possível a presente realidade internacional que devemos tratar o Fórum de Diálogo IBSA.

O IBAS pode ser visto como um instrumento inovador levando em consideração os seguintes aspectos: agrega países de diferentes regiões a partir de um critério de compartilhamento de concepções de mundo, e não de base geográfica¹⁷⁸; faz parte do que se pode designar de “*minilateralismo*”, o que lhes possibilita atuar com mais destreza; para o ponto anterior contribui igualmente a informalidade do grupo, aspecto geralmente observado apenas em mecanismos do Norte, como o G-7; evidente colocação, através do

¹⁷⁸ Nisto podemos observar que de todas as razões que levem os países a atuar juntos no tabuleiro das negociações multilaterais, através de coalizões internacionais e que permitem explanações das mais diferentes mananciais teóricas, notadamente a abordagem organizacional, a análise cognitiva, o neo-institucionalismo, o neorrealismo etc., torna-se pertinente a escolha do construtivismo como opção teórica para a nossa empreitada, dado que ele focaliza as proporções da realidade intersubjetiva, socialização e identidade como componentes fundamentais na formação das coalizões.

Fundo IBAS, de Índia, Brasil e África do Sul no perímetro de doadores de cooperação internacional¹⁷⁹.

Índia, Brasil e África do Sul, tendo em consideração as similaridades entre eles e que possam contribuir sobretudo para a sua aproximação, notadamente o fato de serem líderes regionais com reconhecida influência nas suas respectivas regiões, democracias estabilizadas e economias em franco crescimento e que, não negligenciadas as iniquidades domésticas gritantes, deparam com problemas comuns de desenvolvimento, levaram tais países desde já algum tempo (década de 1990 em diante), a procurar melhorar o seu desempenho no cenário internacional, o que ficou ainda bastante patente com a instituição deste Fórum de Diálogo e as mais diversas atividades e coordenações levadas a efeito por ele.

Atualmente, no Brasil, existe a opinião comum de muitos setores (políticos, acadêmicos, intelectuais, movimentos sociais, ONGs etc.) e seguimentos da sociedade civil de que um dos grandes méritos e legados do ex-presidente Lula, foi devolver a autoestima ao povo brasileiro e melhorar sábia e brilhantemente a imagem do Brasil no mundo. Cabe pontuar que com seu carisma, bem como o poder inteligente (*smart power*) que orientou a política externa do referido governante, em que conseguiu inteligentemente lidar com as grandes, médias e pequenas potências de modo a conciliar e salvaguardar equilibradamente os interesses de cada um, sem que haja muitas divergências e crispações, tornando desta feita menos anárquica a natureza do sistema internacional com as medidas tomadas ou sugeridas via ao *multilateralismo* visado pelo IBSA.

¹⁷⁹ Cfr. Documento eletrônico: http://www.itamaraty.gov.br/temas/balanco-de-politica-externa-2003-2010/listagem_view_ordem_pasta?b_start:int=90&-C=. Ver balanço de política externa 2003-2010, item 3.1.3 reforma da governança global – IBAS. Acesso em 24.01.2011.

Talvez seja interessante discorrer um pouco sobre a questão do *smart power*, não só pela sua importância para aqueles que visam uma boa estratégia política internacional com resultados satisfatórios para a sua política externa, por um lado; por outro lado, por se tratar de potências intermediárias com amplas pretensões que tencionam reordenar o sistema internacional. De acordo com alguns analistas seria a renovação da antiga cooperação Sul-Sul, isto é, uma nova cooperação entre os países sulistas.

Sendo assim, o *smart power* seria a combinação do *hard power* e do *soft power*, ou seja, o somatório dos dois. Como adição dos dois, naturalmente que surgiu depois. Foi nos EUA que os cientistas políticos ianques, capitaneados por Joseph Nye, inventaram e propagaram os conceitos de *hard power* e *soft power*. O primeiro consiste no fato de um país, para concretizar os seus intentos, utiliza a força, a censura etc., instrumentalizados aqui basicamente sob a forma do uso da força militar e da forte pressão econômica. Evidentemente que os EUA, caracterizados pelo realismo político nas suas políticas externas pós-1945, em que o Estado aparece como ator central da política internacional, encaixariam aqui como um dos mais notáveis exemplos. Já o segundo conceito teria a ver com os dispositivos que fariam de uma nação susceptível de levar as outras a aceitar os seus anseios não pelo uso da força, mas sim pelo convencimento, traduzidos aqui na aproximação e simpatia cultural, nos valores políticos ou ideológicos, numa liderança fundamentada não na determinação, porém no comprometimento e na responsabilidade, nas instituições etc..

Talvez seja conveniente aqui ressaltar Alexander Wendt, um dos principais analistas da teoria do construtivismo social na área de Relações Internacionais, que ao abordar as três culturas da anarquia, baseia-se na visão e argumento de três filósofos políticos (Hobbes, Locke e Kant), mostrando a forma como cada um deles enxerga a relação entre os Estados,

como os Estados veem entre si. Na cultura hobbesiana, cada Estado percebe seus congêneres como *inimigos*. O outro é visto como um perigo permanente que pode lançar mãos da violência a qualquer momento. Na cultura lockeana, os Estados consideram uns aos outros como *rivals*. Eles podem fazer uso da violência para salvaguardar seus interesses, porém a existência corporativa do outro Estado é preservada. Na cultura kantiana, os Estados são *parceiros*, de modo que a democracia e a construção de pontes entre dois entes diferentes são sempre o norte, a prioridade, salvaguardando a segurança e descartando de vez o uso da violência.

Seguindo nessa linha, Hoffmann (2010: 336) assinala que a cultura hobbesiana é marcada por quatro tendências: a) existência de um estado de conflito endêmico e irrestrito, ou seja, um sistema de autoajuda em que apenas o poder militar garante a sobrevivência; b) uma elevada taxa de mortalidade dos autores, por conta da elisão dos “*unfit*”; c) conduta inapropriada de balanço, gerando o predomínio do ator mais forte; d) impossibilidade de não alinhamento ou neutralidade. A cultura lockeana é caracterizada por: a) uma situação em que a guerra é ao mesmo tempo admitida e limitada, ou seja, o direito à vida e liberdade – soberania – dos “Outros” é levada em consideração, porém não o direito de solucionar divergências sem violência, que é contida somente por “padrões de Guerra Justa”; b) uma desprezível taxa de mortalidade dos atores; c) conduta apropriada de balanço, a despeito de não garantir a sobrevivência; d) é possível não se alinhar e declarar-se neutro. Por fim, a cultura kantiana é marcada por: a) um real Estado de direito, no qual diferendos são solucionados sem uso da força ou sua ameaça; b) membros lutam como um time no caso de a segurança de algum estiver em perigo; c) além do poder militar, os poderes discursivo, institucional e econômico têm maior relevância.

Geralmente a junção dos componentes do *hard* e do *soft powers* pode proporcionar um resultado muito mais frutífero do que a aplicação de apenas um deles. Naturalmente que alguém pode questionar se os países do G-3 fazem a combinação desses dois poderes, sobretudo do primeiro, no que concerne às suas políticas externas. Cabe pontuar que o(s) componente(s) *hard(s)* pode(m) ser mais no sentido econômico que militar, o que ao menos na vertente das relações comerciais isso vem aumentando substancialmente entre os países IBAS e o restante, o que muitas vezes pode ser uma pressão direta ou indireta, explícita ou latente. É importante observar os meandros de uma relação econômica e de certos investimentos, isto é, as tenuidades e sutilezas neles envolventes. Já o *soft* nesse caso, particularmente brasileiro, teria muito a ver com a ênfase na diplomacia, com o esforço na procura do diálogo, da negociação e do acordo de cooperação como formas de resolver as divergências, de gerar afinidades entre as nações e de estabelecer e fortalecer as relações entre os mais diversos países (tanto os ditos democráticos como os ditos autocráticos).

Para Nye (2002, p. 36),

...Tanto o poder militar como o económico são exemplos do duro poder de comando que se pode empregar a fim de induzir os demais a mudarem de posição. O poder bruto se apoia tanto em induções (a cenoura) como em ameaças (o porrete). Mas existe um modo indireto de exercer o poder. Na política mundial, é possível que um país obtenha os resultados que quer porque os outros desejam acompanhá-lo, admirando os seus valores, imitando-lhe o exemplo, aspirando ao seu nível de prosperidade e liberdade. Neste sentido, é igualmente tão importante estabelecer a agenda na política mundial e atrair os outros quanto forçá-los a mudar mediante a ameaça ou o uso das armas militares ou económicas. A este aspecto do poder – levar os outros a querer o que você quer –, dou o nome de poder brando. Ele coopta as pessoas em vez de coagi-las.

O poder brando se arrima na capacidade de definir a agenda política para formar as preferências dos demais. No âmbito pessoal, os pais habilidosos sabem que, se criarem os filhos com as convicções e os valores certos, seu poder sobre eles será maior e mais duradouro do que se confiarem unicamente nas palmadas, nos cortes de mesada e em tirar-lhes a chave do carro. Do mesmo modo, há muito que os líderes e pensadores políticos como Antonio Gramsci compreenderam o poder que procede de definir a pauta e determinar o arcabouço de um debate. A capacidade de estabelecer as preferências tende a se associar a recursos de poder intangíveis como uma cultura, uma ideologia e instituições atraentes. Se eu conseguir levá-lo a

querer fazer o que eu quero, não precisarei obrigá-lo a fazer o que você *não* quer. (...). O poder brando não é simplesmente sinónimo de influência, embora seja uma fonte de influência. Afinal, eu também posso influenciá-lo com ameaças e recompensas. Por outro lado, o poder brando é mais que persuasão ou que a capacidade de mover as pessoas pela argumentação. É a capacidade de seduzir e atrair. E a atração geralmente leva à aquiescência e à imitação (Idem, p. 37).

Ademais, as políticas inteligentes (*smarts*), para serem representadas, não necessitam imprescindivelmente de todos os componentes do *hard* e do *soft powers*. Igualmente, de acordo com as conjunturas e as necessidades, tais componentes podem sofrer alterações. Ou seja, num primeiro momento, acredita-se ser pertinente realçar a via do *soft power*, sem contudo descartar a possibilidade do uso da força quando necessário.

Como destaca Bertonha (2009), o que fica evidente é que proceder com inteligência, sabendo dosar os componentes do poder de acordo com as necessidades, é de fato o mais efetivo e útil. Uma política que tenha a coerção como único fundamento pode funcionar, porém o custo geralmente é alto demais. Já uma que se debruça somente em instituir vínculos e simpatias não se mantém quando outros elementos, mais práticos, começam a operar. Uma fusão das duas é efetivamente o melhor.

Em síntese, constituem fontes peremptórias de poder brando, a totalidade da cultura de um país e sua aptidão de instituir uma série de normas e instituições vantajosas que governem setores da atividade internacional. A democracia, o diálogo, a abertura, a promoção da paz e dos direitos humanos, a liberdade pessoal, a mobilidade social etc., aparecem entre outros elementos que fortalecem e corroboram o *soft power*.

O poder na era da informação global está se tornando menos tangível e menos coercitivo, particularmente nos países avançados; todavia a maior parcela do mundo não é constituída de sociedades pós-industriais, e isso limita a transformação do poder. Grande parte da África e do Oriente Médio continua à mercê de sociedades agrícolas pré-industriais, com instituições fracas e governos autoritários. Outros países, como a China, a Índia e o Brasil, são economias industriais análogas a partes do Ocidente no meado do século XIX. Num mundo de tal modo heterogêneo, as três fontes de poder – o militar, o económico e o brando –

continuam sendo relevantes, ainda que em diferentes graus e em diferentes relações. No entanto, a persistirem as atuais tendências econômicas e sociais, a liderança na revolução da informação e no poder brando tornar-se-ão mais importantes nessa mescla (NYE, 2002, p. 41). (...)

Nesse contexto nos ocorre diversas ações políticas brasileiras do período do então governo Lula (e que continua a sua implementação no governo Dilma) que se traduzem perfeitamente em belos exemplos de *soft power*, em que gostaríamos de ressaltar duas delas aqui, que referem particularmente às regiões do Sul global, especialmente a América Latina e o continente africano: a iniciativa do Brasil de criar duas universidades (o poder brando da educação e cultura), a *Universidade Federal da Integração Latino-Americana* (UNILA) – na cidade de Foz de Iguaçu (Paraná) e a *Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira* (UNILAB) – na cidade de Redenção (Ceará)¹⁸⁰. Como o próprio nome já suscita, a primeira instituição serve para aproximar o Brasil dos países da América Latina, fortalecendo ainda mais a cooperação há muito estabelecida entre os países da região. A segunda dedica-se a estreitar os laços históricos, educacionais/culturais etc., entre o Brasil e seus pares/congêneres lusófonos (mas não só, já que ela serve também de plataforma de proximidade e acesso a todo o continente africano etc.), isto é, os países da CPLP (Comunidade dos Países da Língua Oficial Portuguesa), entre os quais, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal¹⁸¹, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste.

¹⁸⁰ Um dos motivos pela escolha da cidade de Redenção, é que em 1º de janeiro de 1883 (5 anos antes da abolição escravocrata de 1888) foi abolida a escravidão nesta cidade, o que fez dela o primeiro lugar do Brasil a libertar os escravos. Logo serve de referência histórica e simbólica, e um dos marcos na procura de aproximações e afinidades com os países da outra margem do Atlântico.

¹⁸¹ A título de lembrança e segundo as palavras daquele que foi o primeiro reitor da Unilab (Paulo Speller), dado que Portugal conta com um elevado número de universidades em comparação com os outros membros da CPLP (nomeadamente as suas ex-colônias no continente africano), inicialmente a prioridade não é receber alunos portugueses. Assim, a atenção maior no momento seria aos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e Timor-Leste. Guiné-Bissau é o país que mais envia alunos à UNILAB atualmente, uma vez que por motivo de instabilidade política naquele país (último golpe de Estado em abril de 2012), ela foi suspensa temporariamente do PEC-G (Programa Estudantes-Convênio de Graduação). Com o PEC-G

Em 2008 o governo brasileiro oficializou a iniciativa de criação de uma Universidade dos Países da Língua Oficial Portuguesa com o objetivo de unificar o idioma e aproximar as sociedades brasileira, portuguesa e africana. Estabelecida na cidade de Redenção (Ceará) – primeira a libertar os escravos no século XIX, a UNICPLP terá cinco mil vagas para estudantes oriundos de países da CPLP, incluindo, ainda, polos de ensino à distância espalhados pelo continente africano, com o oferecimento de cursos voltados para a disseminação do português, sendo que as áreas de especialização serão definidas pelos países africanos (VISENTINI, 2013, p. 208).

Portugal, Timor Leste, Guiné-Bissau, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Moçambique e Angola tentam, por meio da cooperação brasileira, alcançar melhorias nas áreas de segurança, comércio, saúde e educação. Desde o início da administração de Lula, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde, Moçambique e Angola receberam o presidente brasileiro, alguns deles mais de uma vez. Nestas ocasiões foram discutidas possibilidades de investimento em diversas áreas da indústria e do comércio (Idem, ibidem).

Recentemente, para mostrar ainda mais os resultados substanciais que essa política vem gerando, a UNILAB propôs a criação da Rede de Instituições Públicas de Educação Superior (RIPES) na CPLP¹⁸², numa perspectiva de cooperação multilateral. De acordo com a Assessoria de Relações Institucionais da UNILAB, a função desta universidade é articular e organizar o estabelecimento da rede para assegurar que sua prerrogativa de Universidade de Integração Internacional seja factível e plausível, através de uma cooperação estável e duradoura com os seus parceiros preferenciais - as universidades e Instituições Públicas de Ensino Superior.

A partir da visão da cooperação Sul-Sul, o estabelecimento de uma Rede de Instituições Públicas de Educação Superior (RIPES), nos países membros da CPLP, suscetível de fomentar a troca de saber, uma eficaz e profícua mobilidade acadêmica e a instrução/qualificação de cidadãos aptos e capazes de fazer progredir os países rumo a um futuro mais brilhante e risonho, seria deste modo a finalidade geral do projeto. O

(programa de intercâmbio educacional Brasil/países em vias de desenvolvimento) é possível enviar alunos para todas as universidades brasileiras conveniadas.

¹⁸²Cfr. Documento eletrônico: <http://www.unilab.edu.br/noticias/2012/04/09/unilab-propoe-criacao-da-rede-de-instituicoes-publicas-de-educacao-superior-na-cplp/>. Acesso em 23/06/2012.

lançamento da RIPES aconteceu durante a Missão da Unilab em Moçambique, ocorrida de 13 a 20 de julho de 2012. Nessa ocasião, estiveram presentes o vice-presidente do Brasil (Michel Temer), o Secretário Executivo da CPLP (Domingos Simões Pereira) e o Reitor da Unilab (Paulo Speller).

Ainda no contexto desse que podemos designar de ambicioso projeto de cooperação acadêmico abarcando nações do Sul global, pode-se apontar os objetivos particulares tais como: a instituição de um sistema de mobilidade acadêmica que abarque estudantes, professores e pesquisadores, sem contar as diferentes instituições dos países, de modo a assegurar a formação de profissionais qualificados e a inclusão dos mesmos nos mercados de trabalho de seus países. Aliás, fortalecer e estruturar centros de educação à distância nas Instituições Públicas de Educação Superior (IPES), bases de referência para a cooperação envolvendo o Brasil, os PALOPs e Timor-Leste na área de formação profissional, acadêmica e técnica; e gerar, partindo de articulações especiais e gerenciadas com instituições da sociedade civil, empresas e organismos internacionais, oportunidades para estudantes, pesquisadores e profissionais qualificados africanos e timorenses em seus países. Igualmente há o intuito de produzir, divulgar e distribuir o Estado de Arte da Educação Superior dos PALOPs e Timor-Leste através de um sistema participativo de diagnóstico na RIPES, afora a execução de uma política de comunicação acadêmica, com revista científica indexada, de forma a estimular a sistematização e difusão do conhecimento gerado e levar os meios de comunicação dos países a colaborar. Finalmente, tenciona-se, juntamente com os governos, empresas, organismos internacionais e sociedade

civil, traçar uma estratégia de financiamento de longo prazo para a sustentação da RIPES e o intercâmbio acadêmico e científico no ambiente da CPLP¹⁸³.

Portanto, é no âmago de um quadro de convergência e simpatia política (*soft power*), de afirmação das vantagens dos países em desenvolvimento e de um intuito de proporcionar maior harmonia às relações internacionais que a instituição do Fórum IBSA deve ser analisada.

5.3 OS EUA E O HARD POWER

Deus governa o mundo; o conteúdo de seu governo, a realização de seu plano, é a história universal. Compreendê-la é a tarefa da filosofia da história universal, que se baseia no suposto de que o ideal se realiza e de que somente aquilo que está de acordo com a idéia tem realidade.
G. W. F. HEGEL

Ao fazer uma rápida análise da política externa americana particularmente de 1945 a nossos dias, nota-se que nas suas relações com os diferentes países do globo, os EUA quase sempre fizeram uso do seu poder duro (*hard power*); isto é, não foram poucas as ocasiões em que os ianques colocaram em operação as suas forças militares propriamente ditas, de seus países aliados e/ou forças de coalizão, a fim de resolver situações de disputas ou conflitos com outros países, nações ou regiões do mundo. Os casos mais emblemáticos desses últimos dez anos são notadamente a invasão do Iraque em 2003, do Afeganistão e da Líbia recentemente, no caso deste último por intermédio das forças da NATO (*North Atlantic Treaty Organization*). Aliás, de todos os Estados preponderantes nesses últimos cinco ou seis séculos, entre os quais podemos destacar a Espanha (século XVI), a Holanda (século XVII), a França (século XVIII), a Grã-Bretanha (século XIX) e os EUA (séculos

¹⁸³Cfr. Documento eletrônico: <http://www.unilab.edu.br/noticias/2012/04/09/unilab-propoe-criacao-da-rede-de-instituicoes-publicas-de-educacao-superior-na-cplp/>. Acessado em 26/06/2012.

XX e XXI), este último Estado traduz-se naquele em que a liderança científica e técnica e a superioridade militar foram de longe superiores às de outros Estados.

Os Estados Unidos, tendo a sua política externa na pós-Segunda Guerra Mundial guiado pela filosofia política realista, entende ser o Estado o principal ator das relações internacionais, concentrando assim neste todos os principais dispositivos de atuação na esfera da política externa. Ademais, a quantidade de armamentos gerados pela indústria bélica norte-americana e a pressão exercida pelos *lobbies* no sentido de produzir, vender e utilizar tais armas, faz com que muitas vezes o Estado americano conspire situações de conflitos a fim de utilizá-las, ou ainda coage, instiga direta ou indireta outros Estados a comprá-las etc..¹⁸⁴

Talvez não seja tão vantajoso para os EUA o uso excessivo do *hard power* no combate ao terrorismo iniciado a partir dos atentados de 11 de setembro de 2001 em Nova York. Se os Estados Unidos usassem igualmente os poderes brando e inteligente (*soft and smart powers*), a luta contra o terror surtiria seguramente resultados mais duradouros e consistentes tanto para os mesmos como para os seus algozes. Decerto que a investida dos Estados Unidos no Iraque, no Afeganistão, no Paquistão, bem como o modo como os mesmos apoiam e auxiliam Israel no combate ao “terrorismo” no Oriente Médio, não surtiu nem surtirá resultados salutareos, na medida em que esse *modus operandi* dos ianques nas suas cruzadas apenas aumenta cada vez mais a ira e o furor dos seus adversários. É pouco provável que os Estados Unidos e os seus aliados obtenham êxito com essa política, pelo menos a curto e médio prazo.

Como mostra Nye (2002: 19),

¹⁸⁴ Por exemplo, aproveitando a atmosfera de discussão em torno da produção de armas nucleares pelo Irã, os EUA chegaram a convencer e vender à Arábia Saudita uma grande quantidade de armas, munições, caças etc., sob o pretexto de que esta tem de estar preparada por conta do aumento de tensões na região.

...não devemos deixar que a metáfora da guerra nos leve a esquecer que a supressão do terrorismo exigirá anos de trabalho paciente e discreto, incluindo a estreita colaboração civil com outros países. Em muitos problemas-chave da atualidade, como a estabilidade financeira, o tráfico de drogas ou as alterações climáticas globais, o poder militar é simplesmente incapaz de gerar sucesso e, às vezes, o seu emprego pode ser contraproducente. Como disse o pai do presidente Bush após a tragédia de setembro, ‘Assim como Pearl Harbor despertou este país, afastando-o da ideia de que podíamos escapar ao chamado do dever de defender a liberdade na Europa e na Ásia na Segunda Guerra Mundial, o recente e inesperado ataque deve eliminar o conceito bastante disseminado de que os Estados Unidos podem empreender sozinhos a luta contra o terrorismo ou contra o que quer que seja’.

Nye chama atenção para o fato de que a hegemonia americana não é algo eterno, manifestando, portanto a sua preocupação com o futuro dos Estados Unidos. Da mesma forma que o império romano entrou em decadência, mesmo depois de ter um milênio de preponderância como república e império, a hegemonia americana pode assistir ao seu declínio num período inclusive muito menor. O autor apela aos americanos a deixar de lado a arrogância e a frieza, e a preservar o poder brando e os valores de que dispõe a nação americana, de modo a reduzir a vulnerabilidade e não apressar a corrosão da hegemonia, sobretudo nesse ciclo de informação global em que os desafios a serem enfrentados não são poucos.

Tradicionalmente, o teste de uma grande potência costumava ser “a força bélica”. A guerra era o lance extremo, no qual se jogavam as cartas da política internacional e se procuravam as estimativas do poder relativo. No decorrer dos séculos, com o desenvolvimento das tecnologias, as fontes de poder se alteraram. Nas economias agrárias da Europa dos séculos XVII e XVIII, a população era um recurso de poder decisivo porque provia a base dos impostos e do recrutamento da infantaria (em sua maior parte, constituída de mercenários), e esta combinação de homens e dinheiro foi a vantagem da França. Mas, no século XIX, a importância cada vez maior da indústria beneficiou primeiramente a Inglaterra, que dominava os mares com uma armada sem rival, e, posteriormente, a Alemanha, que utilizou a administração eficaz e as ferrovias para transportar soldados e obter vitórias rápidas no continente (muito embora a Rússia tivesse população e exército maiores). No meado do século XX, porém, com o advento da era nuclear, os Estados Unidos e a União Soviética passaram a dispor não só de poder industrial como também de arsenais nucleares e mísseis intercontinentais (Nye, 2002, p. 31).

Hodiernamente, o que determina o poder não é mais necessariamente a força militar e a conquista. Paradoxalmente, as armas nucleares traduziram-se num dos motivos. A história da Guerra Fria evidencia que as armas nucleares se demonstraram de tal forma assustadoras e devastadoras que viraram um empecilho: custosas demais para ser utilizadas, salvo nos casos mais extremos. Uma segunda mudança interessante foi o surgimento do nacionalismo, que dificultou a governação das populações conscientizadas pelos impérios. No século XIX, alguns aventureiros conquistaram grande parte da África com poucos soldados, e a Grã-Bretanha subjugou a Índia com uma força colonial equivalente a uma fração ínfima da população nativa. Hoje em dia, o poder colonial não apenas é vastamente abominável como igualmente muito caro: foi o que os EUA e a União Soviética tiveram de aprender no Vietnã e no Afeganistão durante a Guerra Fria. A desintegração do império soviético teve lugar em algumas décadas após o fim dos impérios europeus (Idem, pp. 31-2).

De fato, nessa era da globalização econômica, da doutrina neoliberal e do livre mercado, é pouco provável que as grandes potências entrem em confronto, particularmente de grandes proporções, entre si, dadas as suas elevadas preocupações com os seus interesses econômicos e expansão de mercados. Aliás, um dos pressupostos do liberalismo e do neoliberalismo consiste em negligenciar as guerras e estabelecer relações comerciais. Para o mundo rico o que importa é fazer negócios e deixar os conflitos de lado. Atualmente a presença dos conflitos é mais notável nos países do Sul, neocolonizados, pobres e agrícolas, pré-capitalistas e pré-industrializados, e somente muito eventualmente nos países em vias de desenvolvimento/países emergentes. Evidentemente que isso não é tão simples assim e acarreta os seus elevados custos, em particular para os países do Sul. Para isso, cabe aqui ressaltar Boaventura (2010), onde o autor diferencia as sociedades metropolitanas

dos territórios coloniais, em que às primeiras, somente às primeiras, se aplica a dicotomia regulação/emancipação, e aos segundos, também apenas a esses, se aplica a dicotomia apropriação/violência.

De forma mais ampla, parece que a modernidade ocidental só poderá expandir-se globalmente na medida em que viole todos os princípios sobre os quais fez assentar a legitimidade histórica do paradigma da regulação/emancipação deste lado da linha. Direitos humanos são desta forma violados para poderem ser defendidos, a democracia é destruída para garantir a sua salvaguarda, a vida é eliminada em nome da sua preservação. Linhas abissais são traçadas tanto no sentido literal como metafórico. No sentido literal, estas são as linhas que definem as fronteiras como vedações e campos de morte, dividindo as cidades em zonas civilizadas (*gated communities*, em número sempre crescente) e zonas selvagens, e prisões entre locais de detenção legal e locais de destruição brutal e sem lei na vida (SANTOS, 2010: 44).

Como vimos anteriormente, não somente o poder militar, mas igualmente o poder econômico, podem traduzir-se em *hard power*, isto é, em duro poder de comando e de dominação que podem alterar a postura e a conduta dos outros. Cabe aqui precisar o poder militar e econômico dos Estados Unidos, e a influência e a preponderância que ele exerce a nível global.

Qual a distância entre o poder ianque e o do restante do globo? No que tange ao poderio militar, os Estados Unidos são a única nação que dispõe tanto de armas nucleares como de forças convencionais de alcance mundial. As despesas militares americanas são maiores que as dos oito países que lhes seguem juntos, e ainda têm a liderança na esfera da “revolução dos assuntos militares” apoiada na informática. Em termos econômicos, os Estados Unidos representam 27% da produção mundial, o que corresponde (a preços de mercado) ao somatório da participação dos outros três países mais desenvolvidos (o Japão, a Alemanha e a França). Os Estados Unidos sedeiam 59 das cem maiores empresas do planeta em valor de mercado (comparado com as 31 da Europa e as sete do Japão). Das quinhentas maiores empresas do mundo elencadas pela maior revista econômica (*The*

Financial Times), 219 eram americanas, 158 europeias e 77 japonesas. No quesito investimento externo direto, os EUA investem e recebem aproximadamente o dobro do segundo colocado (a Grã-Bretanha) e cinco dos dez maiores bancos de investimento são americanos. O comércio eletrônico americano é três vezes maior que o da Europa, e os EUA são sede de sete dos dez maiores vendedores de *software*. Quarenta e duas das 75 maiores marcas pertencem aos ianques, bem como nove das dez maiores escolas de administração de empresas (NYE, 2002, pp. 75-6). (...)

O autor segue discorrendo, todavia sobre o histórico do poder econômico americano, em que ele mostra que

O nosso país já era a maior economia do mundo no fim do século XIX. O domínio econômico americano atingiu o auge (entre um terço e a metade da produção mundial, dependendo do cálculo) pouco depois de 1945. Nos 25 anos seguintes, a participação americana voltou a cair à média de longo prazo à medida que outros se recuperavam e desenvolviam. Antes da primeira Guerra Mundial e, uma vez mais, antes da Segunda, os Estados Unidos respondiam por cerca de um quarto da produção mundial, e hoje continuam ligeiramente acima ou abaixo desse nível (sempre dependendo do uso, no cálculo, dos preços de mercado ou da paridade dos preços de compra). A participação americana no PIB das sete maiores economias que mantêm cúpulas econômicas anuais foi de 48,7% em 1970. ‘O que parecia conservar os Estados Unidos firmemente no alto da lista eram as suas forças tradicionais – um gigantesco mercado unificado a estimular a concorrência, uma moeda estável e um sistema financeiro sadio -, aliadas ao rápido progresso tecnológico no setor de informática’ (Op. cit., p. 78).

A despeito do *hard power* tradicional que caracteriza a política externa dos Estados Unidos, convém mostrar que nessa era da globalização e da revolução no campo da informática, em que a divisão do poder entre os países mais parece um complexo jogo de xadrez tridimensional, a hegemonia americana deixou de ter assegurada de forma plena a sua supremacia em todos os âmbitos.

Em termos de poderio militar (tabuleiro superior), dada a sua extensa força militar – terra, ar, água – com alcance planetário, os EUA dispõem de predomínio unipolar. Já em

termos econômicos (tabuleiro do meio), os Estados Unidos têm de dividir espaços e fazer negociações muitas vezes em pé de igualdade com outras regiões e/ou países do mundo, designadamente Europa, Japão, ou até mesmo alguns países emergentes (notadamente a China), não dispondo deste modo de um poderio econômico unipolar, dada a multipolaridade deste tabuleiro. Por último, o tabuleiro de baixo, é o lugar onde o poder é muito disseminado, de tal sorte que não reina nem a multipolaridade e muito menos a unipolaridade e a hegemonia. Aqui vigoram as relações transnacionais fora da vigilância dos governos e controle das fronteiras, tais como as vultosas movimentações financeiras eletrônicas dos banqueiros, o subtil e aperfeiçoado branqueamento dos capitais provenientes do narcotráfico e outras formas de crime organizado, os ataques terroristas e as atividades virtuais dos *hackers*. Sendo assim, seguir a velha tradição de potência e adotar uma política externa hegemônica pode representar um grande fracasso para os Estados Unidos. Não dar a devida atenção aos tabuleiros econômico e de relações transnacionais, focalizando somente o poderio militar, pode não ser vantajoso para os EUA.

Como assinalou o historiador egípcio-britânico, *Éric John Ernest Hobsbawm* (1917-2012), numa das suas últimas entrevistas, a Era do Declínio Americano de fato não está tão distante, apontando nas guerras do primeiro decênio deste século as falhas evidentes do intento ianque de firmar sua solitária hegemonia mundial. Para o historiador este fracasso acontece dado que hodiernamente o mundo é politicamente pluralista, e não monopolista. Juntamente com toda a região que promoveu o desenvolvimento do capitalismo na virada do século XIX para o século XX, atualmente Estados Unidos veem o centro de gravidade econômica do Atlântico Norte se deslocar para o Leste e o Sul. Enquanto o Ocidente passa pela sua mais dramática crise desde os anos 30, a economia mundial mesmo assim continua a crescer impulsionada pela China e igualmente pelos outros BRICS (Brasil, Rússia, Índia e

África do Sul). A despeito de isso, não se deve desdenhar a América. Seja qual for a configuração que o planeta venha a ter futuramente, a América não obstante se permanecerá como uma grande nação e não somente porque dispõe da terceira maior população do globo. Por longo tempo ainda vão desfrutar da significativa acumulação científica que fizeram sem subestimar todo o *soft power* mundial representado por sua música, seus filmes, sua indústria cultural etc.¹⁸⁵

Em razão da vantagem de sua liderança na revolução da informação e do seu investimento passado nos recursos de poder tradicionais, a boa notícia para os americanos é que provavelmente os Estados Unidos continuarão sendo o país mais poderoso do mundo até bem entrado o novo século. Embora se possam criar coalizões potenciais para contestar o poder dos Estados Unidos, como assinalado acima, é improvável que elas cheguem a ser alianças firmes, a menos que apliquemos o poder bruto de um modo arrogante e unilateral que chegue a corroer o nosso poder brando. Como escreveu Joseph Joffe, “Ao contrário dos séculos passados, nos quais a guerra era o grande árbitro, hoje os mais interessantes tipos de poder não saem do cano do fuzil [...] Atualmente compensa muito mais ‘levar os outros a quererem o que você quer’, e isso tem a ver com atração cultural e ideologia, com o estabelecimento de agendas e com a capacidade de oferecer altos preços pela cooperação, como oferecem a vastidão e a sofisticação do mercado norte-americano. Nessa mesa de jogo, nem a China, nem a Rússia, nem o Japão, nem mesmo a Europa ocidental, têm o cacife comparável às fichas acumuladas pelos Estados Unidos”. O país pode dissipar esse poder brando com o unilateralismo desastrado. Como advertiu Richard Haass, diretor de planejamento político do Departamento de Estado na administração George W. Bush, qualquer tentativa de domínio “careceria de apoio interno e estimularia a resistência internacional que, por sua vez, tornaria altíssimo o custo da hegemonia e baixíssimo os seus benefícios” (NYE, pp. 81-2).

5.4 CONSIDERAÇÕES SOBRE O CAPÍTULO

Por que me queres bem? Ainda não te dei nada.
[CONFÚCIO]

Após a apresentação no quarto capítulo de uma análise dos fatores fundamentais/elementos essenciais dos países IBAS, este quinto capítulo consiste em demonstrar o que realmente foi (e está sendo) o Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do

¹⁸⁵ Cfr. Documento eletrônico: <http://outrapolitica.wordpress.com/2011/09/12/trocando-mitos-por-historia/#more-30420>). Acesso: 29/09/2011.

Sul (IBAS) durante o governo do presidente Lula (2003-2010), mas não só, focalizando deste modo o seu surgimento, estrutura de funcionamento, atividades desempenhadas etc.

Como podemos constatar, o IBAS apresenta elevada coordenação política no sentido de assegurar o bom desempenho de suas atividades, na medida em que ele se assenta sobre três pilares: *concertação política, coordenação setorial e Fundo IBAS*.

O primeiro pilar auxilia os países no arranjo de seus diálogos, na tomada de posições conjuntas e na formulação de estratégias de negociação que possam salvaguardar não somente os seus interesses como também aqueles de outros países do Sul. Já o segundo, por meio de 16 Grupos de Trabalho constituídos, proporciona uma excelente articulação entre os diversos setores de atividades, dando assim um grande aporte à estrutura de funcionamento do IBAS. Por último, o Fundo IBAS, em que cada país membro se comprometeu a disponibilizar US\$1 milhão anualmente (totalizando US\$3 milhões anuais), tem ajudado os mais diversos países com necessidades e projetos de desenvolvimento, combate à pobreza e instabilidades de toda ordem.

O IBAS corresponde ao conceito brasileiro de alianças pragmáticas de geometria variável, mas especialmente o experimento mais arrojado de cooperação Sul-Sul para o desenvolvimento e a construção de um sistema internacional de contornos multipolares e multilaterais. Seus três eixos de atuação são a *Concertação Política* (atuação comum no G-20, G-5, reforma do CS da ONU e ações pela paz e contra a fome), a *Cooperação Sul-Sul* (grupos de trabalho na área de logística, educação, ciência & tecnologia, saúde etc.) e a *Cooperação com terceiros países* (Fundo IBAS no combate à fome e à pobreza e ajuda a países menos desenvolvidos) (PEREIRA, 2010, p. 173).

A fim de complementar e apontar mais análises sobre o Fundo IBAS, Moura (2010: 202) demonstra ainda que

Seguindo o princípio de atentar para boas práticas que possam ser apropriados por seus beneficiários, o Fundo IBAS financiou e concluiu projetos de coleta de lixo sólido no Haiti; de incentivo agropecuário na Guiné-Bissau; e de recuperação de Centro de Saúde em Cabo Verde. Conta com projetos, em diferentes estágios de

implementação, como o de aproveitamento de recursos hídricos no Laos; a construção no Burundi, de um centro para teste e aconselhamento em HIV/AIDS; e a edificação de um complexo esportivo na Palestina. Além disso, também colaborará com os esforços de reconstrução da Faixa de Gaza.

Portanto, o que podemos observar a partir do exposto neste capítulo, é que esses três países intermediários estão de fato interessados e dispostos a retomar a cooperação Sul-Sul, uma cooperação Sul-Sul não mais no velho estilo defensivo, mas sim numa direção mais proativa e intervencionista, incentivá-la sob outros moldes. Enfim, estimular um novo regionalismo que possa trazer respostas para os novos tempos e desafios, em que a finalidade derradeira parece ser o reordenamento do sistema internacional, com novos atores, pautas mais abrangentes e mecanismos de funcionamento.

Quanto ao relacionamento externo ao grupo, ele ocorre principalmente em arranjos que incluem outros países não membros do IBAS, paralelamente a fóruns multilaterais e a organizações internacionais. Destaca-se aqui a cooperação entre Brasil e Índia, sendo menor a participação da África do Sul. Nesse âmbito, o IBAS parece ter tido mais relevância, pois as principais ações foram tomadas após a sua criação. Assim, o Brasil utiliza a aproximação com essas duas outras potências regionais para concertar posições e projetar-se com mais força no sistema internacional. Isso vai ao encontro da posição de Miriam Gomes Saraiva (2007a) sobre o IBAS não ser uma cooperação Sul-Sul *old fashion* (defensiva), mas sim entre países que têm condições de afetar o sistema internacional, porém, limitadamente. Assim, fica clara a importância do perfil individual dos membros para que o fórum funcione. Um exemplo é a campanha ao CSONU, tida desde o início como um dos objetivos centrais do IBAS (VISENTINI, 2010, p. 53).

6 CONSIDERAÇÕES E REFLEXÕES FINAIS

Só há ventos favoráveis para aqueles que sabem aonde vão.
[SÊNECA]

Este trabalho é composto por seis capítulos (incluindo a introdução e as considerações/reflexões finais). Como vimos o segundo capítulo trata da parte teórica da tese, em que a despeito de todas as críticas e controvérsias que a envolve, a teoria construtivista nas Relações Internacionais foi escolhida como aquela que melhor nos serve de embasamento para a análise e reflexão do nosso objeto de estudo.

O terceiro capítulo faz um histórico das aproximações, concertações e afinidades entre os países do Sul, bem como a constituição dos blocos regionais do Sul global (geográfico/literal e metafórico) desde o ciclo pós-Segunda Guerra Mundial, mais concretamente anos 1950 (1955), ou seja, nos últimos 60 anos. Em razão da Guerra Fria e do confronto ideológico e militar Leste/Oeste, naturalmente que a atuação e agenda dos países do Sul global eram muito condicionadas. Contudo, com a queda do Muro de Berlim (1989) e a consequente dissolução da União Soviética (1991), o que implicou no fim da Guerra Fria e da bipolarização mundial, o ciclo da multilateralização mundial iniciou-se da década de 1990 em diante. Obviamente que esses eventos e essa nova fase trouxeram novos ventos, mais dinâmica e progressão, e ocasionaram mais vigor e espaço de atuação aos países do Sul global. É nesse contexto de maior margem de manobra no gerenciamento da ordem internacional e de política de integração regional/interregional que podemos situar, entender e analisar o surgimento da cooperação entre Índia, Brasil e África do Sul.

O quarto capítulo apresenta uma análise dos fatores históricos, políticos, geográficos, econômicos, sociais, culturais, étnicos, religiosos etc., dos países-membros do

Fórum de Diálogo IBAS. *Grosso modo*, por serem países muito complexos de estudar e compreender, o intuito aqui é a partir desses diferentes elementos de análise, proporcionar uma compreensão maior e mais clara do nosso objeto de estudo. Uma determinada análise a respeito do IBAS e as capacidades desses países para a condução não apenas deste Fórum de Diálogo, mas também dos grandes temas da política internacional, ficam explícitas nesse capítulo.

O quinto capítulo analisa o Fórum de Diálogo IBAS propriamente dito, isto é, sua origem, funcionamento, operações levadas a efeito (para melhor auxiliar na gestão do sistema internacional) etc., tudo fundamentado na coordenação de diversos setores e Grupos de Trabalho, afinação de pautas e ideologias políticas e um fundo de financiamento (Fundo IBAS) dos programas de desenvolvimento dos países menos favorecidos. Por isso há certa dose de razoabilidade ao afirmar que o IBAS fez avançar a cooperação Sul-Sul, dando passos mais ousados e agigantados no sentido de sua instrumentalização e concretização.

Para além de suas funções primárias, o Fundo IBAS contribuiu também para projetar a imagem de Índia, Brasil e África do Sul como prestadores de cooperação internacional, um polo ao qual os três países não estavam de modo geral identificados. Estamos inovando no círculo tradicional de doadores internacionais. Nesse, agimos de forma totalmente autônoma, o que, de fato, revela uma feição diferente de atuação de país do Sul. O montante de recursos pode não ser elevado e a cooperação internacional tem trâmites que podem tornar lenta a implementação de projetos; apesar disso, o fundo adquiriu valor simbólico por elevar os três países na escala da cooperação internacional (MOURA, 2010, p. 203).

Naturalmente que além de apresentar ao leitor o objeto de estudo e as abordagens que se tenciona fazer, mostrar as substanciais inferências a que o estudo chegou, a introdução e as considerações finais também trazem análises explicativas e mais clarividentes para a compreensão do nosso trabalho.

Ainda no quesito gestão da ordem internacional, a despeito de críticas que tais operações podem eventualmente suscitar, cabe assinalar os trabalhos de pacificação e manutenção de estabilidade política, equilíbrio econômico e “resolução de crises sociais e humanitárias” (mas não necessariamente democratização, que também nem sempre é o que os países centrais etc., desejam) que o Brasil (bem como outros membros do IBAS) vem capitaneando em países como Haiti, Líbano e, doravante, também em República Democrática do Congo. O Brasil passa agora a ser o único país a efetuar o comando militar de duas missões da ONU (em Haiti - na Minustah, e em República Democrática do Congo - no Monusco). Um general brasileiro (Carlos Alberto dos Santos Cruz) será o primeiro comandante militar na Monusco, indicado pelo secretário geral da ONU, Ban Ki-moon. Ele terá a missão de comandar mais de 19 mil militares e policiais de 57 países, mas não constam soldados do Brasil no agrupamento. No Haiti, quem comanda a Minustah é o tenente-general brasileiro Edson Leal Pujol. Outro brasileiro, o almirante Wagner Zamith, encontra-se no Líbano dirigindo a Força-Tarefa Marítima da Unifil (sigla inglesa) (Folha de S. Paulo, 18/05/2013).

O Brasil colabora no momento com aproximadamente 2.000 militares ou observadores em 8 missões pelo mundo (atualmente a ONU tem 15 missões de paz pelo globo). As maiores colaborações são na Minustah (Haiti), com 1.670 militares, e na Unifil (Líbano), com 263. Na verdade, na República Democrática do Congo, o comandante brasileiro vai substituir o general de outro país-membro do IBAS, o indiano Chander Prakash Wadhwa (o primeiro não africano a comandar as tropas no país) (Idem, ibidem).

Já se deve imaginar qual o motivo do empenho do Brasil e outros países IBAS (nesse caso Índia), em participar, comandar e dirigir as missões de paz da ONU pelo planeta. Como vimos do decorrer do nosso trabalho, para além do fim das barreiras

comerciais dos países de capitalismo avançado em relação aos países do Sul global, outro grande questionamento do IBAS é a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Destarte, recorrentemente o Brasil vê nesse comando e/ou colaboração nas missões de paz da ONU uma via de assegurar seu direito a uma vaga permanente no Conselho de Segurança (órgão com competência para deliberar a respeito do mandato das missões), caso esse venha a ser reformado.

Os três integrantes do bloco IBAS ostentam a condição de potências médias, as quais exercem a liderança regional no sul da América, no sul da África e no sul da Ásia. São caracterizados como mercados emergentes e aspiram a uma vaga como membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU, possuindo padrão de atuação similar em organismos multilaterais. Eles detêm parques industriais desenvolvidos, boa capacidade científico-tecnológica, porém com um perfil dual em suas sociedades (problemas vinculados à má distribuição de renda e parcelas de população economicamente excluídas). Além disso, representam três democracias multiétnicas, com identidades em construção (PEREIRA, 2010, pp. 172-3).

Para entender melhor a campanha brasileira pela reforma das Nações Unidas e, conseqüentemente, a expansão de seu Conselho de Segurança, convém apoiar em Vargas (2011: 12-3), em que o autor

...Postula que a campanha brasileira por um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas não é uma busca obstinada de prestígio, podendo ser melhor compreendida como uma tentativa de lograr um papel institucional mais forte e formal no gerenciamento da ordem internacional. Querer ter mais voz no gerenciamento da ordem não significa ter uma visão acabada de como essa ordem será. De fato, a percepção da diplomacia brasileira a respeito do que seria um ordenamento internacional ideal em áreas como comércio, meio ambiente e desarmamento tem variado significativamente ao longo do tempo. O que tem permanecido constante é o desejo de dar ao Brasil maior participação no desenhar dessas regras, de modo a não permitir que elas sejam elaboradas à nossa revelia e contra nossos interesses.

...Interessa aqui demonstrar que a campanha do Brasil não surgiu espontaneamente no governo Sarney, nem era inevitável: é resultado do processo histórico de formação da política externa brasileira (Idem, p. 13).

Seguramente o Fórum de Diálogo IBAS ocupa a primeira posição no elenco das iniciativas relativas à política externa do Governo Lula, na medida em que depois de muito

tempo ter arquitetado a ideia de reunir relevantes potências emergentes do Sul global no intuito de contestar a atuação dos países centrais e, conseqüentemente, assumir uma postura mais firme nas discussões e deliberações dos assuntos da agenda internacional, a África do Sul aproveitou num relance a sua presença na investidura ao cargo do Presidente Lula, em 2003, para expor sua ideia ao Brasil. Logo, essas três grandes e fortalecidas democracias, três nações multiétnicas, três países dotados de reconhecimento nas suas quase naturais áreas de influência (talvez a Índia não seja plenamente o caso) e três atores internacionais politicamente concertados em muitos encontros multilaterais, ao excluïrem a Arábia Saudita e a China por questões de natureza política (carência de instituições e procedimentos democráticos e ausência de respeito aos direitos humanos), decidiram constituir o IBAS.

Desde muito cedo, junho de 2003, com a designada “Declaração de Brasília”, primeiro comunicado formulado pelo IBAS, esse Fórum de Diálogo criou muita esperança e despertou muito entusiasmo dos outros países do globo. Não foram poucos os motes de interesse comum a serem tratados pelos três países expostos nesse comunicado, e que até agora se pode dizer que a esmagadora maioria não ficou somente no âmbito retórico, mas efetivamente executada. Índia, Brasil e África do Sul deixaram claro desde cedo a sua intenção e disposição em tratar de modo concreto os assuntos de natureza global, para isso não restringindo a responsabilidade apenas ao Grupo, mas convocando outros atores da ordem internacional que não sejam exclusivamente aqueles da esfera estatal. Enfim, a ideia mais geral seria fazer com que a sociedade civil e outros agentes também atuassem nesse fórum diplomático, não sendo este restritamente político.

Ao demonstrar a substancialidade das relações entre Índia, Brasil e África do Sul e a frequência e regularidade com que eles se reúnem, o Fórum de Diálogo IBAS naturalmente

que começou a impulsionar a abordagem de outros importantes temas nos grandes e destacados foros multilaterais, o que raras vezes acontecia, dado o desinteresse dos países centrais geralmente controladores de todas as instâncias de poder global. É a maior presença e participação nessas instâncias de poder global, evidenciando a importância de novos atores do Sul global no sistema internacional, de modo a contrabalançar a balança do poder, que o Grupo IBAS vem pleiteando.

As evidências, nesse sentido, apontam para uma redistribuição das forças no sistema internacional em favor de países em desenvolvimento. O próprio G-20 sinaliza essa tendência. A incorporação de países em desenvolvimento, entre eles o Brasil, às discussões do G-8 também. No que diz respeito à política externa brasileira, sua vocação universalista, sem preconceitos, ou visões preestabelecidas, foi concretizada pelo governo Lula. A afirmação do Brasil como um país disposto ao diálogo com diversas regiões do globo definiu o país como um ator global que possui interesses e responsabilidades que vão além da sua região. A abertura de mais de 50 postos, sobretudo na África, ampliando a malha diplomática de cerca de 150 para mais de 200 representações brasileiras no exterior, ilustra essa tendência (PEREIRA, 2010, pp. 171-2).

O exemplo brasileiro de política externa levada a efeito durante os governos Lula (2003-2010), de cariz mais geralista, com diferentes regiões do mundo ao mesmo tempo, deve ser seguido por outras potências médias e nações do Sul global. Tal postura política projetaria mais as potências intermediárias (e o Sul global de uma maneira geral) no sistema internacional, viabilizando mais o progresso das regiões do globo com certo *déficit* de desenvolvimento.

A união das três grandes lideranças do Sul ocorre no momento em que os países em desenvolvimento, após terem “experimentado” a globalização e seus retornos desiguais, encontram-se em uma encruzilhada. Nesse contexto, a formação do bloco IBAS não trata apenas do fortalecimento da cooperação entre países em desenvolvimento, mas, sim, de uma forte instituição para enfrentar os problemas dos países do Sul, impulsionando a Cooperação Sul-Sul. O papel do grupo IBAS extrapola a dimensão econômica, pois é necessário impulsionar também o desenvolvimento de países marginalizados, além de promover reformas na ONU, tornando-a mais democrática e responsiva (PEREIRA, op. Cit., p. 172).

A vitalidade e o dinamismo do Fórum de Diálogo IBAS podem ser notados nas comunicações realizadas, permuta de memorandos, *workshops* organizados e convocações feitas, as mais diversas visitas efetuadas especialmente aos países e regiões do Sul global etc. Naturalmente que todas essas atividades e energia se devem aos Grupos de Trabalho (16) e fóruns de relação que dão suporte ao IBAS. Em suma, é através do *soft Power* que o IBAS procura relacionar, cooperar e ganhar afinidade com outras nações e parceiros. Ou seja, a articulação política e a diplomacia cimentam o caminho para a multilateralização.

Não somente os países membros do IBAS estão cientes do papel que desempenham e da relevância que dispõem no âmbito das relações internacionais, como também pequenas, médias e grandes potências despertaram-se para essa realidade. Tal fato pode ser constatado na tentativa de aproximação e possibilidades de cooperação que as pequenas e médias potências anseiam em relação ao IBAS, bem como a delegação de certas tarefas mais expressivas e de destaque ao nível global que as grandes potências conferem aos países IBAS, convictas de que estes são capazes de afetar a realidade do sistema internacional com seus programas apresentados, liderança regional e peso econômico-político, populacional e territorial que dispõem.

Mesmo não dispondo de um suporte físico, de uma equipe particular de servidores, centro próprio e secretariado, o que faz existir e atuar em grande estilo o IBAS são as suas próprias operações e diligências.

A despeito de avanços e conquistas já alcançadas pelo Fórum de Diálogo IBAS, cabe ressaltar que não são poucos ainda os desafios a serem ultrapassados. O ambiente circundante apresenta as suas complexidades e paradoxos, mas a cada momento fica claro que com os dispositivos priorizados pelo IBAS (concertação política, coordenação setorial

e Fundo IBAS), as atividades implementadas e as metas traçadas ficam cada vez mais palpáveis.

Por fim, observamos que há, e isso é próprio de nossos dias, certa cobrança por resultados concretos, palpáveis e quantificáveis em nossas ações diplomáticas; o IBAS não é exceção. Esse é um fator positivo, mesmo porque é um fator de transparência e uma maneira de medir sucesso. Ao mesmo tempo, deve-se recordar, no entanto, que a própria natureza da atividade diplomática escapa, em alguma medida, à descrição estatística. Diplomacia tem a sua grande dose de convívio, que só pode em parte ser transcrita em números; o seu significado, contudo, é mais sutil e menos subjetivo. Muitos esforços diplomáticos não serão facilmente mensuráveis, mas não perderão valor considerável para o seguimento do IBAS (MOURA, 2010, p. 204).

Naturalmente que o nosso trabalho encontra-se delimitado temporalmente, no período de tempo que vai de 2003 a 2010, correspondente aos dois mandatos do Presidente Lula, mas é importante ressaltar o que já dissemos ser necessário (a continuidade da cooperação Sul-Sul), o que tudo aponta vem sendo feito.

O tempo de existência do IBAS e sua sustentação depois de mudanças nas cúpulas dos governos já imprimem ao grupo um caráter de política de Estado. Não são só linhas partidárias que servem de arrimo ao Mecanismo. São fatores mais profundos, relacionados às condições das relações internacionais e às características estruturais de nossas políticas externas (Idem, ibidem).

Na sua derradeira visita ao continente africano (uma das três já efetuadas) por ocasião da comemoração do cinquentenário da Organização da Unidade Africana (1963-2013), atual União Africana (UA) desde 2002, a Presidente Dilma deixou mais clara ainda a intenção do Brasil em continuar cooperando com o continente africano e se aproximar cada vez mais dos países do Sul global. A mais alta magistrada na nação brasileira defendeu o padrão Sul-Sul de cooperação com a África (e não só). Ela entende que deve ser uma cooperação livre de opressão, fundamentada na reciprocidade de vantagens e comunhão de valores. Que o Brasil não visa somente a extensão de relações comerciais,

mas também acordos que abarquem os campos de desenvolvimento agrícola, ciência e tecnologia, educação, serviços aéreos, transferência de renda etc., e vários tratados foram fechados nessa viagem. A título de recordação, nos últimos 10 anos, ou seja, do período que vai de 2002 a 2012, as relações comerciais Brasil/África mais que quintuplicaram, passando de 5 bilhões de dólares para 26,5 bilhões de dólares¹⁸⁶.

Nessa mesma ocasião, a Presidente brasileira enfatizou a relevância da emancipação tanto da América Latina quanto do continente africano, bem como o papel da cooperação entre essas duas regiões do mundo. A despeito de diferenças que possam existir e/ou aparecer, os problemas africanos e latino-americanos têm de ser equacionados por eles mesmos, sublinha. A verdadeira intenção do Brasil em cooperar com o continente africano pode ser observada também na quantidade de missões diplomáticas, em que do total de 54 países africanos, 37 já dispõem de embaixadas brasileiras, e 40 com projetos de cooperação técnica. Por seu turno, o maior número de embaixadas africanas (um total de 19) encontra-se em Brasília, e não em outro país da região. Outra medida do Brasil para propulsar a estratégia de cooperação foi o perdão da dívida de mais de uma dezena de países africanos (um total de 12), num valor de aproximadamente US\$900 milhões de dólares, em que Congo-Brazzaville aparece como um dos maiores beneficiados – US\$352 milhões. Através de um recurso metafórico, Dilma entende que “*chegou a hora de o leão africano escrever sua história, assim como a onça brasileira escrever a sua*”¹⁸⁷.

Os que questionam até que ponto os países-membros do IBAS vêm melhorando a autoestima dos países do Sul global, eis aqui mais demonstração disso! No ciclo da tão-

¹⁸⁶Cfr. Documento eletrônico:
<http://operamundi.uol.com.br/conteudo/noticias/29091/Na+etiopia+dilma+defende+padrao+sul+sul+de+cooperacao+com+a+africa++.shtml>. Acesso em 27/05/2013.

¹⁸⁷Cfr. Documento eletrônico:
<http://operamundi.uol.com.br/conteudo/noticias/29097/Dilma+destaca+autonomia+do+continente+africano+durante+reuniao+em+adis+abeba.shtml>. Acessado em 28/05/2013.

somente cooperação vertical Norte/Sul, e não cooperação horizontal Sul-Sul, obviamente que o verdadeiro e velho Ocidente, diga-se aqui, Estados Unidos, Europa Ocidental e Japão, cooperavam geralmente de forma mais opressiva com os países do Sul global.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Marcelo de Paiva (org.). *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana 1889-1989*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

AGUIRRE, Mariano y STETTER, Ernst. Introducción; In: GRATIUS, Susanne (Editora). *IBSA: ¿un actor internacional y un socio para la Unión Europea?* Madrid, FRIDE, 2008b, pp. 1-2.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. Never before seen in Brazil: Luiz Inácio Lula da Silva's grand diplomacy. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, 53 (2): 160-177 [2010].

ARDÍLES, Osvaldo et al. (org.). *Hacia una filosofía de la liberación latinoamericana*. Buenos Aires: Bonum, 1973.

AZEVEDO, Fernando de. *A cultura brasileira: introdução ao estudo da cultura no Brasil*. Brasília: Editora UnB, 1996.

BARDHAN, Pranab. *The political economy of development in India*. New York, Oxford University Press USA, 1999.

BASU, Durga das. *Introduction to the constitution of India*. Columbia: South Asia Books, 1984.

BENJAMIN, Walter, 1892-1940. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história de cultura*. – 7ªed. – São Paulo: Brasiliense, 1994. – (Obras escolhidas; v. 1).

BERTONHA, João Fábio. Hard, soft ou smart Power? Perspectivas para a nova política externa dos Estados Unidos? *Boletim Meridiano* 47, nº 104, Março/2009.

BOMFIM, Manoel (1868-1932). *O Brasil nação, realidade da soberania brasileira*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

BOSI, Alfredo. *A dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

- BRIGAGÃO, Clóvis (org.). *Estratégias de negociações internacionais: uma visão brasileira*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001.
- BUENO, Eduardo. *Brasil: uma história. A incrível saga de um país*. São Paulo: Ática, 2003.
- BUFFA, Diego. Algunas consideraciones sobre la integración regional en el África Subsahariana. La experiencia del África Austral. *Revista virtual Astrolabio*, Centro de Estudios Avanzados, Universidad Nacional de Córdoba, nº 3, noviembre de 2006.
- CARNEIRO, Izabel Patriota Pereira (Coord.). *Catálogo bibliográfico Índia-Brasil-África do Sul (IBAS)*. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 2010.
- CASANOVA, Pablo Gonzáles. Internal colonialism and national development, *Studies in Comparative International Development*, 1 (4), 1965.
- CASELLA, Paulo Borba. *BRICS: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul: uma perspectiva de cooperação internacional*. São Paulo: Atlas, 2011.
- CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*, 8ª ed. Petrópolis: Vozes, 2009.
- _____. *A insegurança social: o que é ser protegido?* Petrópolis: Vozes, 2005.
- CASTORIADIS, Cornelius. *Figuras do pensável*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- CASTRO, Josué de, 1908-1973. *Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço* – 11ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, 318 p.
- CHAKRABARTY, Bidyut. *Forging power: coalition politics in India*. New York: Oxford University Press USA, 2006.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *De Rousseau a Gramsci: ensaios de teoria política*. São Paulo: Boitempo, 2011.

- COUTO, Ronaldo. *Brasília Kubitschek de Oliveira*. Rio de Janeiro: Record, 2010.
- CRUZ, Sebastião C. Velasco e. *Globalização, democracia e ordem internacional: ensaios de teoria e história*. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP; São Paulo, SP: Ed. UNESP, 2004.
- D'ADESKY, Jacques. Brasil-África: convergência para uma cooperação privilegiada. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, n. 4, pp. 5-19, 1980.
- DANIÉLOU, Alain. *The myths and Gods of India: the classic work on hindu polytheism*. Rochester: Inner Traditions, 1991.
- DAS, Gurcharan. *India unbound: the social and economic revolutions from independence to the global information age*. New York: Anchor, 2002.
- DESAI, Kiran. *The inheritance of loss*. Grove Press, 2006.
- DÖPCKE, Wolfgang. Há salvação para a África: Thabo Mbeki e seu New Partnership for African Development. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 45 (1): 146-155 [2002].
- DOUGHERTY, James E.; JR., Robert L. Pfaltzgraff. *Relações internacionais: as teorias em confronto*. Lisboa: Gradiva, 2003.
- FAUSTO, Boris. *História concisa do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.
- FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária em uma economia colonial tardia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- GIAMBIAGI, Fábio [et al.]. *Economia brasileira contemporânea (1945-2004)*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2005.
- GANGULY, Rita. *Bismillah Khan and Benaras: the seat of Shehna*. Cosmo Publications, 1994.

GARCÍA SEGURA, Caterina. El Regionalismo em Ásia Oriental. In: SPOOR, Max; GOLDEN, Seán. *Regionalismo y Desarrollo en Asia: Procesos, Modelos y Tendencias*. Barcelona: Cidob, 2006, p. 15-59.

GONÇALVES, Williams, 1953-. *Relações Internacionais*, 3ª.ed. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

GOUVERNEUR, Cédric. A ameaça da guerrilha naxalita. *Le Monde Diplomatique Brasil*, 15 de outubro de 2009. Cfr. Documento eletrônico: <http://diplomatie.uol.com.br/artigo.php?id=113&PHPSESSID=5d19270515400b6f5f480f5c9ce136e3>. Acesso em 06/11/2011.

GRATIUS, Susanne. *India, Brasil y Sudáfrica: lecciones de la Cumbre de Nueva Delhi*. Madrid, FRIDE, opinión, octubre de 2008a.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. *Desafios brasileiros na era dos gigantes*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

HOFFMANN, Andrea Ribeiro. Alexander Wendt. In: *Clássicos das Relações Internacionais* / Organização de Marcelo de Almeida Medeiros... [et al.]. São Paulo: Hucitec, 2010.

HUGON, Philippe, 1939-. *Geopolítica da África*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

HUNTINGTON, Samuel P. (1927-2008). *O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

HURRELL, Andrew. O ressurgimento do regionalismo na política mundial. *Contexto Internacional*, Rio de Janeiro, vol. 17, nº 1, pp. 23-59, jan/jun 1995.

_____. Os blocos regionais nas Américas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais (RBCS)*, nº 22, s/d.

JALAN, Bimal. *The future of India: politics, economics and governance*. New York: Viking Penguin, 2005.

_____. *India's politics: a view from the backbench*. London: Penguin Global, 2008.

JUDT, Tony. *O mal ronda a terra: um tratado sobre as insatisfações do presente*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

KALAM, A. P. J. Abdul; RAJAN, Y. S. *India 2020: a vision for the new millennium*. New Delhi: Penguin Books India, 2003.

KAMDAR, Mira. *Planeta Índia: a ascensão turbulenta de uma nova potência global*. Rio de Janeiro: Agir, 2008.

KAPILA, Uma. *Indian economy: performance and policies*. New Delhi: Academic Foundation, 2010.

KASHYAP, Subhash C. *Blueprint of political reforms*. Dheli: Shipra Publications, 2003.

_____. *Concise encyclopaedia of indian constitution*. New Delhi: Orient Paperbaks, 2009.

KHILNANI, Sunil. *The idea of India*. London: Farrar, Straus and Giroux, 1999.

KI-ZERBO, Joseph. *Para quando a África?: entrevista com René Holenstein*. Rio de Janeiro: Pallas, 2009.

LECHINI, Gladys. ¿La cooperación Sur-Sur es aún posible? El caso de las estrategias de Brasil y los impulsos de Argentina hacia los Estados de África y la nueva Sudáfrica. In: *Política y movimientos sociales en un mundo hegemónico: lecciones desde África, Ásia y América Latina* / compilado por Atilio A. Boron y Gladys Lechini – 1ª ed. – Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO, 2006.

_____. IBSA: una opción de cooperación Sur-Sur. En publicación: *Del Sur hacia el Norte: Economía política del orden econômico internacional emergente*. Giron, Alicia;

Correa, Eugenia. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, octubre 2007.

_____ de ÁLVAREZ, Gladys. “El mapa de la integración africana. El caso de SADC”, *Cuadernos Política Exterior Argentina*, CERIR, Rosario, serie docencia n° 54.

_____. “Argentina y el África Austral”, en *África Sur / MERCOSUR*, Di Tella, Torcuato, comp., Buenos Aires: edit. Nuevo Haber, Grupo Editor Latinoamericano, 2000.

LEITE, Iara Costa. Cooperação Sul-Sul: Conceito, História e Marcos Interpretativos. *Observador On-line*, 2012, vol. 7 (3): 1-40. Cfr: http://www.opsa.com.br/images/pdf/observador/observador_v_7_n_03_2012.pdf. Acesso: 05/06/2013.

LEONI PRATON, E. “Zimbabwe durante el primer trienio de la década del 90 en perspectiva Argentina”, en *África Sur / MERCOSUR*, Di Tella, Torcuato, comp., Buenos Aires: Edit. Nuevo Hacer, Grupo Editor Latinoamericano, 2000.

LEYSENS, A. “The Southern African. Development Community: challenges and problems”. *Revista de la Escuela de Ciencias Políticas*, Pontificia Universidad Católica Argentina, “Santa María de los Buenos Aires”, Edición Especial África Subsahariana, Año 2001.

LIMA, Maria Regina Soares de. A política externa brasileira e os desafios da cooperação Sul-Sul. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, 48 (1): 24-59 [2005].

_____; MOURA, Gerson. A trajetória do pragmatismo – uma análise da política externa brasileira. *Dados, Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 25, n°. 3, pp. 349-363, 1982.

_____; HIRST, Monica (orgs). *Brasil, Índia e África do Sul: desafios e oportunidades para novas parcerias*. São Paulo: Paz & Terra, 2009.

LIMA BARRETO, Afonso Henriques de. *Triste fim de Policarpo Quaresma*. 1ª edição – Revista dos Tribunais, 1915. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004.

LOBATO, Monteiro (1882-1948). *Urupês*. 1ª edição - Revista do Brasil, 1918. Rio de Janeiro: Globo, 2010.

LUCE, Edward. *In spite of the Gods: the rise of modern India*. New York: Anchor, 2008.

LULA defende participação no “banquete dos países poderosos”. *O Globo on-line*, 17/10/2007.

LULA acredita que países estão perto de consenso sobre Rodada de Doha. *O Globo on-line*, 22/10/2007.

MARIANO, Karina Pasquariello. Globalização, integração e o Estado. *Lua Nova*, São Paulo, 71: 123-168, 2007.

MEDEIROS, Marcelo de Almeida... [et al.]. *Clássicos das Relações Internacionais*. São Paulo: Hucitec, 2010.

MENEZES, Alfredo da Mota. *Integração regional: blocos econômicos nas relações internacionais*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

MENINO é morto na Índia por ter nome de casta superior. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 03 dez. 2011.

MIYAMOTO, Shiguenoli. Geopolítica do Brasil: algumas considerações. *Primeira Versão*, IFCH/UNICAMP, nº 102, fevereiro/2002.

MARTINIÈRE, Guy. O novo diálogo América Latina-África: fundamento das relações Sul-Sul. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, pp. 43-62, 1980.

Ministério das Relações Exteriores. Secretaria de Planejamento Diplomático. Fundação Alexandre de Gusmão. *Cronologia da política externa do governo Lula (2003-2006)*. Brasília: FUNAG, 2007.

MOHANTY, Manoranjan. Índia: o novo pensamento estratégico. Discutindo sobre parceria e hegemonia. In: *Globalização: dimensões e alternativas* / organização: Carlos Eduardo Martins, Fernando Sá, Mônica Bruckmann; coordenação: Theotonio dos Santos. – Rio de Janeiro: Ed. PUC - Rio; São Paulo: Loyola, 2004.

_____. A cooperação asiática e as visões de Panchsheel e Bandung. In: *Países emergentes e os novos caminhos da modernidade* / coordenação de Theotonio dos Santos, organização de Carlos Eduardo Martins e Mônica Bruckmann. – Brasília: Cátedra UNESCO em Economia Global e Desenvolvimento Sustentável, UNESCO, 2008.

MORAIS, B. A cooperação e a integração regionais da África Austral – a SADC. O papel de Angola. *Centro de Estudos Africanos*, Universidade de São Paulo, Brasil, 1998.

MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira (1933-1974)*. São Paulo, Editora 34, 2008.

MOURA, Gilberto Fonseca Guimarães de. O Fórum de Diálogo Índia – Brasil – África do Sul (IBAS): concepção e consolidação. In: ZHEBIT, Alexander. *Brasil, Índia, África do Sul: emergência do Sul global*. Rio de Janeiro: Gramma Livraria e Editora, 2010, pp. 201-204.

MULHERES da Índia: a cada 20 minutos, uma mulher é estuprada no país asiático; só 1 em 50 casos é relatado à polícia, que muitas vezes culpa a vítima. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, A18-19, 20 jan. 2013.

MURTY, U. R. Anantha. *Samskara: a rite for a dead man*. New York: Oxford University Press, 1979.

NAIPAUL, V. S. *India: a wounded civilization*. Vintage, 2003.

NILEKANI, Nandan. *Imagining India*. New Delhi: Penguin Books India, 2008.

NOGUEIRA, João Pontes. *Teoria das relações internacionais*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

NYE, Joseph S. *O paradoxo do poder americano*. Por que a única superpotência do mundo não pode prosseguir isolada. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

OGWU, U. Joy. Cooperação Sul-Sul: problemas, possibilidades e perspectivas de uma relação emergente. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, nº. 11, pp. 9-19, 1985.

O LIBERALISMO é o caminho; entrevista de Francis Fukuyama. *Revista Veja*, 2108, abr. 2009.

OLIVEIRA, Odete Maria de. *Velhos e novos regionalismos: uma explosão de acordos regionais e bilaterais no mundo*. Ijuí – RS: Editora Unijuí, 2009, 592 p.

ONG, Aihwa. *Neoliberalism as exception. Mutations in citizenship and sovereignty*. London/Durham, Duky University Press, 2006.

PEREIRA, Analúcia Danilevicz. A dimensão econômico-comercial: IBAS, a construção de uma agenda comum de cooperação Sul-Sul. In: Visentini, Paulo G. Fagundes. *G3 – Fórum de diálogo IBAS: uma experiência de cooperação Sul-Sul*. Curitiba: Juruá, 2010, pp. 151-174.

PRADO JR, Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1945.

PREMCHAND, Munshi. *Nirmala*. London: Oxford University Press, 2001.

REIS, Artur César Ferreira. *A Amazônia e a cobiça internacional*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

REIS, Reginaldo Gomes Garcia dos. Brasil e Índia: há perspectiva no setor de segurança e defesa? In: ZHEBIT, Alexander. *Brasil, Índia, África do Sul: emergência do Sul global*. Rio de Janeiro: Gramma Livraria e Editora, 2010, pp. 105-116.

RELATÓRIO do Desenvolvimento Humano 2013. *A ascensão do Sul: progresso humano num mundo diversificado*. PNUD.

RODRIGUES, Roberto. Cooperativismo e bem-estar. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, A-5, 09 nov. 2012.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: *Epistemologias do Sul*. SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula [Orgs.]. São Paulo: Cortez, 2010, pp. 31-83.

_____. As dores do pós-colonialismo. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 21 Ago. 2006.

_____. Para uma Concepção Multicultural dos Direitos Humanos. *Contexto Internacional*, Rio de Janeiro, vol. 23, nº 1, pp. 7-34, janeiro/junho 2001.

_____. *Toward a new common sense: law, science and politics in the paradigmatic transition*. Nova Iorque: Routledge, 1995.

SANTOS, Jorge Calvário dos. Considerações sobre o pensamento brasileiro e o pensamento indiano. In: ZHEBIT, Alexander. *Brasil, Índia, África do Sul: emergência do Sul global*. Rio de Janeiro: Gramma Livraria e Editora, 2010, 29-55.

SARAIVA, José Flávio Sombra (org.). *Relações internacionais: dois séculos de história*. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2001, 2 vols.

SARAIVA, Miriam Gomes. As estratégias de cooperação Sul-Sul nos marcos da política externa brasileira de 1993 a 2007. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, 50 (2): 42-59, 2007.

SCOTT, John (organizador). *50 grandes sociólogos contemporâneos*. São Paulo: Contexto, 2009.

_____. Immanuel Wallerstein. In: *50 grandes sociólogos contemporâneos / organização de John Scott*. - São Paulo: Contexto, 2009, pp. 232-35.

SEN, Amartya Kumar. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

_____. *The argumentative indian: writings on indian history, culture and identity*. New Delhi: Picador, 2006.

SINGH, Balmiki Prasad. *India's culture: the state, the arts and beyond*. New York: Oxford University Press, 2009.

SINGH, Khushwant. *The illustrated history of the Sikhs*. New York: Oxford University Press USA, 2006.

SOUTHERN AFRICAN DEVELOPMENT COMMUNITY (2004). "History, evolution and currency status.

SOUSA, Sarah-Lea John de. IBSA: ¿Un actor en un nuevo orden mundial? In: GRATIUS, Susanne (Editora). *IBSA: ¿un actor internacional y un socio para la Unión Europea?* Madrid, FRIDE, 2008b, pp. 2-5.

STAVENHAGEN, Rodolfo. Classes, colonialism and acculturation, *Studies in Comparative International Development*, 1 (7), p. 53-77, 1965.

SUBRAMANYAN, K. G. *The magic of making: essays on art and culture*. Calcutta: Seagull Books, 2007.

THAPAR, Romila. *Early India: from the origins to AD 1300*. Berkeley: University of California Press, 2004.

THAROOR, Kanishk. *India: Entre "ser y convertirse"*. Madrid, FRIDE Comentario, abril de 2007.

VARGAS, João Augusto Costa. *Campanha permanente: o Brasil e a reforma do Conselho de Segurança da ONU*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

VARMA, Pavan. *The great indian middle class*. London: Penguin Books, 2007.

VAZ, Alcides Costa. ¿Es IBSA un actor internacional? In: GRATIUS, Susanne (Editora). *IBSA: ¿un actor internacional y un socio para la Unión Europea?* Madrid, FRIDE, 2008b, pp. 5-7.

VISENTINI, Paulo Fagundes. *História da África e dos africanos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

_____. *G3 – Fórum de diálogo IBAS: uma experiência de cooperação sul-sul*. Curitiba: Juruá, 2010.

WALT, Stephen M. *The origins of Alliances*. Ithaca, Cornell University Press, 1987.

ZHEBIT, Alexander. *Brasil, Índia, África do Sul: emergência do Sul global*. Rio de Janeiro: Gramma Livraria e Editora, 2010.

BIBLIOGRAFIA

ADIGA, Aravind. *The white tiger: a novel*. Free Press, 2008.

ADISWARANANDA, Swami. *Vivekananda, world teacher: his teachings on the spiritual unity of humankind*. Woodstock: Skylight Paths Publishing, 2006.

ADLER, Emanuel. O construtivismo no estudo das relações internacionais. *Lua Nova*, São Paulo, n. 47, pp. 201-246, 1999.

A HISTÓRIA acabou, sim; entrevista de Francis Fukuyama. *Revista Veja*, 1880, Nov. 2004.

ALAMGIR, Jalal. *India's open-economy policy: globalism, rivalry, continuity*. London: Routledge, 2000.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O tratado dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_____. O pecado original da sociedade e da ordem jurídica brasileira. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, nº 87, jul. 2010.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. *Integração regional: uma introdução*. São Paulo: Saraiva, 2013, 192 páginas.

_____. Uma nova 'arquitetura' diplomática? – Interpretações divergentes sobre a política externa do governo Lula (2003-2006). *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília DF, vol. 49, n. 1, pp. 95-116, Janeiro-Junho 2006.

ALMEIDA FILHO, J. G. *O Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul*. Brasília: Finag, 2009.

ANAND, Mulk Raj. *Tales told by an idiot*. Mumbai: Jaico Publishing House, 1999.

ARAVENA, Francisco Rojas; GARCÍA, Paz Milet. Diplomacia de cúpulas: o multilateralismo emergente do século XXI. *Contexto Internacional*. Rio de Janeiro, vol. 21, nº 2, jul/dez 99, pp. 291-359.

ARENAL, Celestino del. *Introducción a las relaciones internacionales*. Madrid: Tecnos, 1990.

ARON, Raymond, 1905-1983. *Paz e guerra entre as nações*. São Paulo; Brasília: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Editora da UnB. Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2002.

ARRIGHI, Giovanni, 1937-. *Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. *Caos e governabilidade no moderno sistema mundial*. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora UFRJ, 2001.

_____. *A ilusão do desenvolvimento*. 6ª ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

_____. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. Rio de Janeiro; São Paulo: Contraponto; Editora da Unesp, 1996.

ATILIO, A. Boron y GLADYS, Lechini [compiladores]. *Política y movimientos sociales en un mundo hegemónico: lecciones desde África, Ásia y América Latina*. 1ª ed. – Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO, 2006.

BACELETTE, Ricardo. Regionalismo na Ásia: da integração produtiva à institucionalização. *Boletim de Economia e Política Internacional/Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada*, Brasília, n. 1, pp. 21-32, jan-mar 2010.

BAJWA, Rupa. *The sari shop: a novel*. New York: W. W. Norton & Co., 2005.

BARATTA, Giorgio. *Antonio Gramsci em contraponto: diálogos com o presente*. São Paulo: Ed. Unesp, 2011.

BARROS, Deolindo Nunes de. De Rousseau a Gramsci: ensaios de teoria política. *Revista Litteris*, v. 4, p. 1-5, 2012.

_____. Aportes teórico-conceituais poulantzianos de bloco no poder (hegemonia) e Estado como fator de coesão nas relações internacionais: primeiras aproximações. *Cemarx – VII Colóquio Internacional Marx e Engels*, vol. 1, nº 1, 2012. On-line: http://www.ifch.unicamp.br/formulario_cemarx/selecao/2012/trabalhos/7041_de%20Barros_Deolindo.pdf. Acessado em 16/07/2013.

_____. Epistemologias do Sul. *Ideias*, Campinas, v. 3, p. 223-228, 2011.

_____. *A política africana do Brasil e o seu conseqüente Acordo de cooperação cultural com os países africanos: o caso do intercâmbio educacional com Cabo Verde*. 2007. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Formação Humana) – Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

BASHAM, A. L. *The wonder that was India*. London: Sedgwick & Jackson, 2000.

BASTOS, Cristiana; ALMEIDA, Miguel Vale de; FELDMAN-BIANCO, Bela (Orgs.). *Trânsitos coloniais: diálogos críticos luso-brasileiros*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

BENEDICT, Anderson. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BHABHA, Homi K., 1949- et al. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2005.

BHATIA, Nandi. *Modern Indian theatre: an anthology*. New York: Oxford University Press, 2009.

BOBBIO, Norberto, 1909-2004. *Liberalismo e democracia*. São Paulo: Brasiliense, 2005.

- BONNICI, Thomas, 1942-. *O pós-colonialismo e a literatura: estratégias de leitura*, 2ª ed. – Maringá: Eduem, 2012.
- BOURDIEU, Pierre (1930-2002). *Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.
- _____. *Contrafogos 2: por um movimento social europeu*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BURCKHARDT, Martin, 1975-. *Pequena história das grandes ideias: como a filosofia inventou nosso mundo*. Rio de Janeiro: Tinta Negra Bazar Editorial, 2011.
- CAMPOS, Maria do Carmo Sepúlveda; SALGADO, Maria Teresa (orgs.). *África & Brasil: letras em laços*. Rio de Janeiro: Ed. Atlântica, 2000.
- CARDOSO, Sandra Aparecida, 1972-. *Brasil e Índia: identidades autonomistas e a reconfiguração da identidade sul*. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, SP: [s. n.], 2012.
- CARR, Edward Hallett. *Vinte anos de crise 1919-1939: uma introdução ao estudo das relações internacionais*. 2ª ed. Brasília, DF: UnB, 2001.
- CARVALHO, Maria Cecília Maringoni de (org.). *Construindo o saber: metodologia científica – fundamentos e técnicas*. – 22ª ed. rev. e atual. – Campinas, SP: Papirus, 2010.
- CHAKRABARTY, Bidyut. *Modern indian political thought: text and context*. Newbury Park: Sage Publications, 2009.
- CHANDRA, Bipan. *India's struggle for independence*. New Delhi, Penguin Books India, 1989.
- CHATTERJEE, Upamanyu. *The mammaries of the welfare state*. London: Penguin Books, 2001.
- CHATTERJEE, Kumkum. *The cultures of history in early modern India: persianization and mughal culture in Bengal*. New York: Oxford University Press, 2009.

- CHAUDHURI, Nirad C. *The heart of India*. Mumbai: Jaico Publishing House, 2008.
- _____. *The autobiography of an unknown indian*. New York: NYRB Classics, 2001.
- CHIBBER, Vivek. *Locked in place: state-building and late industrialization in India*. 2. ed. Princeton: Princeton University Press, 2006.
- CHILCOTE, Ronald H. *Teorias de política comparativa*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- CLÉMENT, Catherine. *Por amor à Índia: a história de uma paixão impossível*. Rio de Janeiro: BestBolso, 2009.
- COELHO, P. & MENDONÇA, H. (orgs.). *Relações Brasil-África: um colóquio*. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 2002.
- COELHO, P. & SARAIVA F. (orgs.). *Fórum Brasil-África: política, cooperação e comércio*. Brasília: Ibri/Funag, 2004.
- COOSMARASWAMY, Ananda K. *Hinduism and Buddhism*. New Delhi: Ed. Keshavaram N. Lengar and Rama P. Coomaraswamy, Indira Gandhi Centre for the Arts, 1999.
- CORCUFF, Philippe. *As novas sociologias: construções da realidade social*. Bauru, SP: EDUSC, 2001.
- CURTO, Diogo Ramada. *Cultura imperial e projetos coloniais (séculos XV a XVIII)*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.
- DALRYMPLE, William. *The city of Djinns: a year in Delhi*. London: Penguin Books, 2003.
- DENOON, David B. H.. *The economic and strategic rise of China and India: Asian realignments after the 1997 financial crisis*. Nova York: Palgrave Macmillan, 2007.
- DEVI, Mahasweta. *Chotti Munda and his arrow*. Hoboken: Wiley-Blackweell, 2003.
- DOMINGUES, José Maurício. *Desarrollo, periferia y semiperiferia en la tercera fase de la modernidad global*. Buenos Aires: CLACSO, 2012, 80 p.

- D'OYLY, Charles. *Eight months' experience of the Sepoy Revolt in 1857*. Kessinger Publishing, 2009.
- DRÈZE, Jean; SEN, Amartya. *India: development and participation*. 2. ed. Oxford: Oxford University Press, 2002.
- DROIT, Roger-Pol. *O que é Ocidente?* Lisboa: Gradiva, 2009.
- DUPAS, Gilberto. África do Sul, Brasil e Índia: divergências, convergências e perspectivas de alianças. In: Villares, Fabio (org.). *Índia, Brasil e África do Sul*. SP: UNESP Ed, 2006, pp. 335-363.
- _____. *Atores e poderes na nova ordem global*. SP: Editora UNESP, 2005.
- EAGLETON, Terry, 1943-. *A tarefa do crítico: diálogos com Terry Eagleton*. São Paulo: Editora UNESP, 2010.
- EICHENGREEN, Barry; GUPTA, Poonam; KUMAR, Rajiv (Eds.) *Emerging giants: China and India in the world economy*. Oxford: Oxford University Press, 2010.
- FANDON, S. (org.). *India & Africa, emerging scenarios*. Delhi: Centre for African Studies/University of Delhi, 2006.
- FAWCETT, Louise and HURRELL, Andrew (editors). *Regionalism in world politics: regional organization and international order*. Oxford/New York: Oxford University Press, 1995.
- FEITOSA, Lourdes Conde; FUNARI, Pedro Paulo; ZANLOCHI, Terezinha Santarola (orgs.). *As veias negras do Brasil: conexões brasileiras com a África*. Bauru, SP: Edusc, 2012.
- FLEMES, Daniel. A visão brasileira da futura ordem global. *Contexto Internacional*. Rio de Janeiro, vol. 32, n. 2, pp. 403-436, jul/dez 2010.

FOREIGN SERVICE INSTITUTE. *Indian foreign policy: challenges and opportunities*. New Delhi: Academic Foundation, 2007.

FUKUYAMA, Francis (1952-). *O fim da história e o último homem*. Rio de Janeiro, RJ: Rocco, 1992.

FURTADO, CELSO (1920-2004). *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2007.

GAARDER, Jostein, 1952-. *O mundo de Sofia: romance da história da filosofia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

GALVES, Charlotte; GARMES, Helder; RIBEIRO, Fernando Rosa (orgs.). *África-Brasil: caminhos da língua portuguesa*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.

GAMBLE, Andrew and PAYNE, Anthony (editors). *Regionalism and world order*. New York: St. Martins Press, 1996.

GARCIA, Ana Saggiaro. Emergindo de onde e para onde? “Países emergentes” e a possibilidade de configuração de uma nova ordem mundial. *Em Debate*, Florianópolis, n. 7, pp. 04-27, 2012.

GIACCAGLIA, Clarisa. Estrategias de “quodlibet” en el escenario internacional contemporáneo: las acciones de India, Brasil y Sudáfrica (IBSA) en los ámbitos multilaterales. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília DF, 55 (2): 90-108 [2012].

GIRON, Alicia; CORREA, Eugenia. *Del Sur hacia el Norte: Economía política del orden económico internacional emergente*. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, octubre 2007.

GOODY, Jack. *O roubo da história: como os ocidentais se apropriaram das ideias e invenções do Oriente*. São Paulo: Editora Contexto, 2008, 368 páginas.

GORDIMER, Nadine, 1923. *Beethoven era 1/16 negro: e outros contos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

_____. *A filha de Burger*. Rio de Janeiro: Rocco, 1985.

GOSH, Amitav. *The shadow lines: a novel*. Mariner Books, 2005.

GRATIUS, Susanne (Editora). *IBSA: ¿un actor internacional y un socio para la Unión Europea?* Madrid, FRIDE, 2008b.

GRIFFTHS, Martin, 1961-. *50 grandes estrategistas das relações internacionais*. São Paulo, Contexto, 2005.

GUHA, Ramachandra. *India after Gandhi: the history of the world's largest democracy*. New York: Harper Perennial, 2008.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. *Brasil e África do Sul: riscos e oportunidades no tumulto da globalização*. Brasília: Ipri/Funag, 1998.

_____. (org.). *África do Sul: visões brasileiras*. Brasília: Ipri/Funag, 2000.

GUPTA, Akhil. *Postcolonial developments: agriculture in the making of modern India*. Durham: Duke University Press, 2003.

HABIB, Irfan; TAPAN, Raychaudhuri. *The Cambridge economic history of India*, volume 1: c. 1200 – c. 1750. Orient Longman, 1984.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001, pp. 47-65.

HANSON, Victor Davis. *Por que o Ocidente venceu: massacre e cultura – da Grécia Antiga ao Vietnã*. Rio de Janeiro, RJ: Ediouro, 2002, 704 páginas.

HARDGRAVE JR., Robert L.; KOCHANNEK, Stanley A. *India: government and politics in a developing nation*. 7. ed. Boston: Thomson, 2008.

HERZ, Mônica. *Organizações internacionais: história e práticas*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

_____. A internacionalização da política: a perspectiva cosmopolita em face do debate sobre a democratização da ONU. *Contexto Internacional*. Rio de Janeiro, vol. 21, nº 2, jul/dez 99, 259-289.

HIRANO, Sedi, 1938. *Castas, estamentos e classes sociais: introdução ao pensamento de Marx e Weber*. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1974.

IGLESIAS, Francisco, 1923-1999. *Trajetória política do Brasil: 1500-1964*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

IKEDA, Daisaku. *The living Buddha: an interpretive biography*. Middleway Press, 2008.

JAGUARIBE, Hélio. *Brasil: alternativas e saídas*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2002.

JAIWANT, Paul E. *Rani of Jhansi: Lakshmi Bai*. New Delhi: Roli Books, 1999.

JALAN, Bimal. *The indian economy: problems and prospects*. New Delhi: Penguin, 2004.

JAYAKAR, Pupul. *Indira Gandhi: an intimate biography*. Pantheon, 1993.

JHA, Raghbendra. *The indian economy sixty years after independence*. Hampshire, Palgrave Macmillan, 2008.

JENKINS, Rob. *Democratic politics and economic reform in India*. Cambridge, Mass.: Cambridge University Press, 1999.

JUDT, Tony (1948-2010). *Pós-guerra: uma história da Europa desde 1945*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

_____. *Reflexões sobre um século esquecido, 1901-2000*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

KAPUR, Devesh. *Diaspora, development, and democracy: the domestic impact of international migration from India*. Princeton: Princeton University Press, 2010.

- KENOYER, Jonathan Mark. *Ancient cities of the Indus valley civilization*. New York: Oxford University Press USA, 1998.
- KOHLI, Atul. *State-directed development: political power and industrialization in the global*. Cambridge, Mass.: Cambridge University Press, 2010.
- KORNEGAY, Francis A. El potencial de Sudáfrica para el liderazgo regional: ¿un catalizador del renacimiento de África? In: GRATIUS, Susanne (Editora). *IBSA: ¿un actor internacional y un socio para la Unión Europea?* Madrid, FRIDE, 2008b, pp. 14-17.
- KRIPALANI, Krishna. *Gandhi: a life*. New Delhi: National Book Trust, 1997.
- KUMAR, Dharma; DESAI, Meghnad. *The Cambridge Economic history of India*, volume 2, c.1751 – c.1970. New Delhi: Cambridge University Press India, 1983.
- LAHIRI, Jhumpa. *The interpreter of maladies*. Mariner Books, 1999.
- LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. – 1ª ed. - Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO, 2005.
- LECHINI, Gladys. *Argentina y África em el espejo de Brasil: política por impulsos o construcción de uma política exterior?* -1ª ed. - Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO, 2005.
- LEITE, Ana Mafalda. *Oralidades & escritas pós-coloniais: estudos sobre literaturas africanas*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012.
- LENIN, Vladimir Ilitch, 1870-1924. *Imperialismo: fase superior do capitalismo*. São Paulo: Global, 1991.
- LEVI, Eliphas. *A chave dos grandes mistérios*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- LIMA, Marcos Costa (org.). *Política internacional comparada: o Brasil e a Índia nas novas relações Sul-Sul*. São Paulo: Alameda, 2012.
- _____. O humanismo crítico de Edward W. Said. *Lua Nova*, São Paulo, 73: 71-94, 2008.

LIMA, Maria Regina Soares de. El papel del Brasil como potencia intermedia: Los dilemas del reconocimiento mundial y regional. In: GRATIUS, Susanne (Editora). *IBSA: ¿un actor internacional y un socio para la Unión Europea?* Madrid, FRIDE, 2008b, pp. 11-14.

LINHARES, Maria Yeda Leite (org). *História geral do Brasil*. Rio de Janeiro, Campus, 2000.

LOPES, Dawisson Belém. A política externa brasileira e a “circunstância democrática”: do silêncio respeitoso à politização ruidosa. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, 54 (1): 67-86 [2011].

MAIOR, Luiz A. P. Souto. Desafios de uma política externa assertiva. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, 46 (1): 12-34 [2003].

MARIUTTI, Eduardo Barros. *Colonialismo, imperialismo e desenvolvimento econômico europeu*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2009.

MARSHALL, John. *Mohenjo-Daro and the indus civilization* (3 volume set). Asian Educational Services, 1996.

MARTINS, Carlos Eduardo; SÁ, Fernando; BRUCKMANN, Mônica [Orgs.] *Globalização: dimensões e alternativas* / coordenação: Theotonio dos Santos. – Rio de Janeiro: Ed. PUC - Rio; São Paulo: Loyola, 2004.

_____; BRUCKMANN, Mônica [Orgs.] *Países emergentes e os novos caminhos da modernidade* / coordenação de Theotonio dos Santos. – Brasília: Cátedra UNESCO em Economia Global e Desenvolvimento Sustentável, UNESCO, 2008.

MARX, Karl, 1818-1883. *As armas da crítica e a crítica das armas*; organização e apresentação, Emir Sader. – Rio de Janeiro: Record, 2001.

MAZUMDAR, Dipak; SARKAR, Sandip. *Globalization, labor markets and inequality in India*. London: Routledge, 2008.

- MILLS, Charles Wright. *Imaginação sociológica*. Rio de Janeiro, Zahar, 1975.
- MISTRY, Rohinton. *Assuntos de família*. Lisboa: Gradiva Publicações Lda, 2004.
- MIYAMOTO, Shiguenoli. O ideário da paz em um mundo conflituoso. In: Bedin, Gilmar Antonio [et al.]. *Paradigmas das relações internacionais: realismo – idealismo – dependência – interdependência – 2ª edição revisada*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2004, pp. 15-56.
- MOHAN, T. T. Ram. *Privatisation in India: challenging economic orthodoxy*. London: Routledge Curzon, 2005.
- MORAES, Dom F. *Serendip: poems*. New York: Viking, 1990.
- MORAES, Reginaldo C. Corrêa de. *Neoliberalismo: de onde vem, para onde vai?* São Paulo: SENAC, 2001.
- MORENO, Marta Fernández. Propostas de democratização das Nações Unidas. *Contexto Internacional*. Rio de Janeiro, vol. 23, nº 1, jan/jun 2001, pp. 111-132.
- MORGENTHAU, Hans J. *A política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz*. Brasília: Editora Universidade de Brasília: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2003, 1152 p.
- MULLER, Ana Elisa Saggioro Garcia. Emergindo de onde e para onde? “Países emergentes” e a possibilidade de configuração de uma nova ordem mundial. *Em Debat: Revista Digital*, Florianópolis, n. 7, p. 4-27, jan-jul, 2012.
- NAIDU, Sarojini. *Sarojini Naidu, selected poetry and prose*. New Dheli: Indus, 1993.
- NAIPAUL, V. S. *India: a million mutinies now*. London: Penguin Books, 1992.
- NAYYAR, Deepak. *Liberalization and development*. Nova Delhi: Oxford University Press, 2008.
- _____. *Trade and globalization*. Nova Delhi: Oxford University Press, 2008.
- NEHRU, Jawaharlal. *The discovery of India*. London: Penguin Books, 2004.

- NEMO, Philippe, 1949-. *O que é Ocidente?* São Paulo, SP: Martins Fontes, 2005.
- NKRUMAH, K. *Neocolonialismo: último estágio do imperialismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- NYE, Joseph S. *Cooperação e conflito nas relações internacionais*. São Paulo: Ed. Gente, 2009.
- OLIVEIRA, Marcelo Fernandes de. Estratégias internacionais e diálogo Sul-Sul no governo Lula: alianças duradouras ou coalizões efêmeras? In: Villares, Fabio (org.). *Índia, Brasil e África do Sul*. SP: UNESP Ed, 2006, pp. 313-333.
- OLIVEIRA, Odete Maria de e JÚNIOR, Arno Dal Ri (orgs.). *Relações internacionais: interdependência e sociedade global*. Ijuí, RS: Editora da UNIJUÍ, 2003.
- PARKVALL, Mikael. *Da África para o Atlântico*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.
- PEDERSEN, Jorgen Dige. *Globalization, development and the state: the performance of India and Brazil since 1990*. Grã-Bretanha: Palgrave Macmillan, 2008.
- PENNA FILHO, Pio. *Integração regional: os blocos econômicos nas relações internacionais*. Rio de Janeiro: Campus, 2006.
- PEREIRA, Analúcia Danilevicz. *A revolução sul-africana: classe ou raça, revolução social ou libertação nacional?* São Paulo: Editora Unesp, 2012.
- PINHO, Carlos Eduardo Santos. Cooperación Sur-Sur para el desarrollo: las relaciones Brasil-África en la promoción de las políticas públicas (2003-2012). *América Latina Hoy*, 63, 2013, pp. 91-112.
- PLANNING COMMISSION OF THE GOVERNMENT OF INDIA. Eleventh five year plan (2007-2012). New Delhi: Oxford University Press, 2008.

PORTELLI, Hugues. *Gramsci e o bloco histórico*. – 6ª ed. – Rio de Janeiro: Paz e Terra 2002 [1977].

POUTIGNAT, Philippe. *Teorias da etnicidade: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth*. – 2ª ed. – São Paulo: Ed. Unesp, 2011.

PUNJA, Shobita. *Indian culture for everyone*. New Delhi: Intach, 2007.

RAMASWAMY, T. N. *Essentials of Indian statecraft: Kautilya's Arthasastra for contemporary readers*. Columbia: South Asia Books, 2007.

RAO, Raja. *Kanthapura*. New Delhi, Oxford University Press, 1990.

REDDY, D. Narasimha; MISHRA, Srijit (Eds.). *Agrarian crisis in India*. Oxford: Oxford University Press, 2009.

REDDY, Y. V. *India and the global financial crisis: managing money and finance*. London: Anthem Press, 2010.

RENAUT, Alain (dir.). *A liberdade dos antigos*. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.

_____. *Nascimentos da modernidade*. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.

_____. *Luzes e romantismo*. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.

_____. *As críticas da modernidade política*. Lisboa: Instituto Piaget, 2002.

_____. *As filosofias políticas contemporâneas (após 1945)*. Lisboa: Instituto Piaget, 2002.

RESERVE BANK OF INDIA. *Annual Report of the Reserve Bank of India*. New Delhi: Reserve Bank of India, 2009.

RODRIGUES, Ângela Lamas. *A língua inglesa na África: opressão, negociação, resistência*. Campinas, SP: Editora da Unicamp; São Paulo, SP: Editora Fap-Unifesp, 2011.

RODRIGUES, J. H. *Brasil e África: outro horizonte*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

RODNEY, W. *Como a Europa subdesenvolveu a África*. Lisboa: Seara Nova, 1975.

- ROY, Arundhati. *O Deus das pequenas coisas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- SAHNI, Varun. Índia: ¿una potencia mundial sin ambiciones regionales? In: GRATIUS, Susanne (Editora). *IBSA: ¿un actor internacional y un socio para la Unión Europea?* Madrid, FRIDE, 2008b, pp. 8-11.
- SAID, Edward (1935-2003). *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- _____. *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- _____. *Elaborações musicais*. Rio de Janeiro: Imago, 1992.
- _____. *Cultura e política*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.
- _____. *Fora do lugar: memórias de Edward Said*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- SANTOS-NEVES, Carlos Augusto. O Sul e a nova ordem internacional. *Contexto Internacional*. Rio de Janeiro, vol. 14, n. 1, pp. 75-89, jan/jun 92.
- SANTOS, Alcides Cardoso dos (org.). *Estados da crítica*. Cotia, SP: Ateliê Editorial; Curitiba, PR: Editora da Universidade Federal do Paraná, 2006.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Do pós-moderno ao pós-colonial*. E para além de um e outro. Texto apresentado na Conferência de Abertura do VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, realizado em Coimbra, de 16 a 18 de setembro de 2004.
- _____. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez, 2006, pp. 223-225.
- _____; MENESES, Maria Paula [Orgs.]. *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010.
- SANTOS, Theotônio dos. *Economia mundial, integração regional e desenvolvimento sustentável*. Petrópolis, Editora Vozes, 1993, 4ª edição ampliada em 1998.

- SAXENIAN, Annalee. *The new argonauts: regional advantage in a global economy*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 2006.
- SCOTT, John (organizador). *50 sociólogos fundamentais*. São Paulo: Contexto, 2008.
- SENNES, Ricardo Ubiraci. Potência média recém-industrializada: parâmetros para analisar o Brasil. *Contexto Internacional*. Rio de Janeiro, vol. 20, nº 2, pp. 385-413, jul/dez 1998.
- SETH, Vikram. *Um bom partido*, 3 vols. Lisboa: Presença, 2002.
- SHETH, V. S. *Índia-Africa relations: emerging policy and development perspectives*. Delhi: Academic Excellence, 2008.
- SLOVO, J. *África do Sul: um só caminho*. Lisboa: Caminho, 1979.
- SOUSA, Sarah-Lea John de. *Brasil como nuevo actor del desarrollo internacional, la cooperación Sur-Sur y la iniciativa IBSA*. Madrid, FRIDE Comentario, julio de 2008.
- _____. IBSA: ¿un actor en un nuevo orden mundial? In: GRATIUS, Susanne (Editora). *IBSA: ¿un actor internacional y un socio para la Unión Europea?* Madrid, FRIDE, 2008b, pp. 2-5.
- SOUZA, Nilson Araújo de. América Latina: as ondas da integração. *Revista Oikos*, Rio de Janeiro, volume 11, n. 1, pp. 87-126, 2012.
- SPEAR, Percival. *The history of India*, volume II. London, Penguin Books, 1990.
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty (1942-). *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.
- TAGORE, Rabindranath. *Gitanjali: offerings of song and art*. Floating World Editions, 2006.
- THAROOR, Shashi. *India: from midnight to the millennium and beyond*. New York, Arcade, 2006.
- _____. *Nehru: the invention of India*. New York: Arcade Publishing, 2004.

- THOMAS, Edward J. *A history of buddhist thought*. Dover Publications, 2002.
- THOMSON, Alex. *An introduction to african politics* (third edition). London and New York: Routledge, 2010.
- TILAK, Bal Gangadhar; GHOSE, Babu Aurobindo. *Bal Gangadhar Tilak: his writings and speeches* (1919). Kessinger Publishing, 2009.
- TORRES, A. *Horizontes do desenvolvimento africano no limiar do século XXI*. Lisboa: Vega, 1998.
- URNOV, A. *África do Sul contra África (1966-1986)*. Moscou, Progress, 1988.
- VARSHNEY, Ashutosh. *Democracy, development, and the countryside: urban-rural struggles in India*. Cambridge, Mass.: Cambridge University Press, 2006.
- VILLARES, Fabio (org.). *Índia, Brasil e África do Sul*. SP: UNESP Ed, 2006.
- VISENTINI, P. & PEREIRA, A. D. (orgs.). *África do Sul: história, Estado e sociedade*. Brasília: Funag/MRE, 2010.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *Capitalismo histórico*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- _____. *Capitalismo histórico e civilização capitalista*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.
- _____. *O declínio do poder americano: os Estados Unidos em um mundo caótico*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.
- _____. *O sistema mundial moderno*. Vol. I. A agricultura capitalista e as origens da economia-mundo europeia no século XVI. Porto: Afrontamento, 1974, 1990.
- _____. *O sistema mundial moderno*. Vol. 2. Porto: Afrontamento, 1996.
- _____. *O fim do mundo como o concebemos*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.
- _____. *Impensar a ciência social*. Portugal: Ideias e Letras, 2006.
- _____. *Africa, the politics of independence*. New York: Vintage, 1961.
- _____. *Africa: the politics of unity*. New York: Random House, 1967.

- WALTZ, Kenneth N. *Teoria das relações internacionais*. Lisboa: Gradiva, 2002.
- WEBER, MAX, 1864-1920. *Metodologia das ciências sociais*, parte 1 / 3. ed. - São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1999.
- _____. *Metodologia das ciências sociais*, parte 2 / 2. ed. - São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1995.
- WOLKMER, Antonio Carlos. *O terceiro mundo e a nova ordem internacional*. São Paulo: Ática, 1989.
- WOLPERT, Stanley. *A new history of India*. New York: Oxford University Press USA, 2008.
- YOUNG, Robert J. C., 1950-. *Desejo colonial*. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- ZIEGLER, Jean. *Ódio ao Ocidente*. São Paulo: Editora Cortez, 2011.

SITES CONSULTADOS

<http://operamundi.uol.com.br/>

<http://outrapolitica.wordpress.com/>

<http://www.abc.gov.br/>

<http://www.anpocs.org.br>

<http://www.cartamaior.com.br/>

<https://www.cia.gov/>

<http://www.forumibsa.org/>

<http://www.ibsa-trilateral.org/>

<http://www.ifri.org/>

<http://www.imf.org/>

<http://www.itamaraty.gov.br>

<http://www.jornaldaciencia.org.br/>

<http://www.trilateral.org/>

<http://www.unilab.edu.br/>

<http://www.wikipedia.org/>

<http://www.worldbank.org/>

www.courrierinternational.com

www.osbrics.com

www.tv5monde.org

JORNAIS IMPRESSOS

Le Monde Diplomatique Brasil

Folha de S. Paulo

O Estado de S. Paulo

► ANEXOS



FÓRUM DE DIALOGO ÍNDIA-BRASIL-ÁFRICA DO SUL

Declaração de Brasília

6 de junho de 2003

1. Os Ministros das Relações Exteriores do Brasil, Celso Amorim, da África do Sul, Nkosazana Dlamini-Zuma e da Índia, Yashwant Sinha, reuniram-se em Brasília, a 6 de junho de 2003, dando prosseguimento a consultas anteriores e após conversações entre os Chefes de Estado e/ou de Governo de seus respectivos países por ocasião da Cúpula do G-8, em Evian.
2. Este constituiu um encontro pioneiro de três países com democracias vibrantes, de três regiões do mundo em desenvolvimento e atuantes em escala global, com o objetivo de examinar temas da agenda internacional e de interesse mútuo. Nos últimos anos, notou-se a importância e a necessidade de diálogo entre países e nações em desenvolvimento do Sul.
3. Os Chanceleres de Brasil, África do Sul e Índia consideraram, em especial, a importância do respeito às regras do Direito Internacional, do fortalecimento da Organização das Nações Unidas e do Conselho de Segurança e da prioridade ao exercício da diplomacia como meio para a manutenção da paz e da segurança internacionais. Reafirmaram a necessidade de combater as ameaças à paz e à segurança internacionais em conformidade com a Carta das Nações Unidas e com os instrumentos jurídicos de que são parte Brasil, Índia e África do Sul.

4. Coincidiram na necessidade de reformar a Organização das Nações Unidas, em particular o Conselho de Segurança. A esse respeito, frisaram a necessidade de o Conselho ser expandido nas categorias de membros permanentes e não-permanentes, com participação de países em desenvolvimento, em ambas categorias. Concordaram em conjugar esforços no sentido de aumentar a eficiência da Assembléia Geral e do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas.

5. Assinalaram que novas ameaças à segurança - tais como o terrorismo, em todas suas formas e manifestações, as drogas e os delitos a elas conexos, o crime organizado transnacional, o tráfico ilícito de armas, as ameaças à saúde pública, em particular o HIV/AIDS, os desastres naturais, o trânsito de substâncias tóxicas e dejetos radioativos por via marítima - devem ser enfrentadas por meio de uma cooperação internacional eficaz, articulada e solidária, nas organizações competentes e com base no respeito à soberania dos Estados e ao Direito Internacional.

6. Os Ministros destacaram a prioridade atribuída pelos três Governos à promoção da inclusão e equidade sociais, por meio do apoio à agricultura familiar, da implementação de políticas eficazes de combate à fome e à pobreza, e da promoção da segurança alimentar, da saúde, da assistência social, do emprego, da educação, dos direitos humanos e da proteção do meio ambiente. Recordaram que a superação da exclusão social, ao gerar condições para o melhor aproveitamento do potencial dos seres humanos, contribui de maneira significativa para o desenvolvimento econômico. Os Ministros recomendaram que a troca de experiências de combate à pobreza, à fome e a enfermidades nos três países seria de grande proveito para todos. Reconheceram a importância dos esforços internacionais de combate à fome. Os três países comprometeram-se a estudar um programa trilateral de assistência alimentar.

7. Os Chanceleres enfatizaram a importância, por razões de equidade e de desenvolvimento, de tratar de questões relativas à eliminação de todos os tipos de discriminação racial e de promover a igualdade de gênero e conceder prioridade a uma perspectiva de gênero nas políticas públicas.

8. Os três Chanceleres expressaram satisfação pela aprovação, no âmbito da 56ª Assembléia Mundial da Saúde, da Convenção para o Controle do Tabaco, e comprometeram-se a envidar esforços para ratificar a Convenção no mais breve prazo possível. Comprometeram-se, ademais, a promover o principal objetivo da Convenção-Quadro - proteger as gerações presentes e futuras das conseqüências devastadoras do consumo do tabaco e da exposição ao fumo do tabaco.

9. Os Chanceleres identificaram na cooperação trilateral relevante instrumento para alcançar a promoção do desenvolvimento social e econômico, bem como ressaltaram sua intenção de dar maior impulso à cooperação entre eles. Ao assinalar que suas sociedades contam com diversas áreas de excelência em ciência e tecnologia e oferecem oportunidades comerciais, de investimentos, de viagens e de turismo de largo potencial, destacaram que a adequada combinação de seus melhores recursos gerará desejada sinergia. Entre as áreas científicas e tecnológicas nas quais a cooperação pode ser desenvolvida, incluem-se biotecnologia, fontes alternativas de energia, espaço exterior, aeronáutica, informática e agricultura. Também devem ser exploradas vias de cooperação em matéria de defesa. Os Ministros concordaram em apresentar a seus respectivos governos a proposta de que as autoridades responsáveis pelas pastas de ciência e tecnologia, defesa, transporte e aviação civil, entre outras, também realizem encontros trilaterais, visando ao estabelecimento de projetos de cooperação concretos.

10. Os Ministros destacaram que as novas tecnologias de informação e comunicação estão transformando o mundo em rápida velocidade e de modo fundamental. Ao mesmo tempo, têm-se processado amplo distanciamento no domínio de tecnologias digitais entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, o que está afetando negativamente a capacidade dos países em desenvolvimento de extrair os melhores benefícios do processo de globalização. Concordaram em intensificar sua cooperação em tecnologias de comunicação e informação, incluindo os esforços e iniciativas internacionais voltados para estreitar a distância no domínio das tecnologias digitais.

11. Em relação aos temas ambientais e do desenvolvimento sustentável, reconheceram que a Conferência do Rio, e sua Agenda 21, a Cúpula do Milênio e as Cúpulas de Monterrey e de Joanesburgo, e o Plano de Implementação da Agenda 21 contêm diretrizes fundamentais para orientar a ação de seus Governos e iniciativas de cooperação. Reafirmaram que a Agenda 21 identifica os padrões insustentáveis de consumo e produção como as principais causas da deterioração do meio ambiente global, o que requer a necessária ação conforme o Programa de Implementação de Joanesburgo. Destacaram também sua preocupação com as conseqüências do aquecimento da atmosfera derivado das emissões de gases de efeito estufa e encorajaram os países que têm metas de redução das emissões previstas no Protocolo de Quioto a trabalharem para sua entrada em vigor e plena implementação, bem como instaram a assinar e ratificar o Protocolo os países que ainda não o fizeram.

12. Reiteraram ainda seu empenho na implementação efetiva da Convenção sobre Diversidade Biológica, em especial dos direitos dos países de origem sobre seus próprios recursos genéticos, bem como a proteção do conhecimento tradicional associado. A repartição justa e eqüitativa de benefícios resultantes do acesso, uso e manejo dos recursos genéticos e do conhecimento tradicional associado deve ser assegurada como forma de estimular o desenvolvimento social e econômico, bem com a valoração e o beneficiamento dos recursos da biodiversidade dos países detentores de megadiversidade. Nesse contexto, atribuíram especial significado à negociação de um instrumento internacional sobre repartição de benefícios no âmbito da Convenção sobre Diversidade Biológica, como acordado na Cúpula de Joanesburgo. Concordaram, assim, que a atuação do Grupo dos Países Megadiversos Afins, de que Brasil, África do Sul e Índia são membros fundadores, deve ser ainda mais valorizada. Ressaltaram, ainda, a necessidade de adequar as partes relevantes do Acordo TRIPS à Convenção de Diversidade Biológica.

13. Ao acolherem positivamente o crescimento econômico, o aumento do emprego e o desenvolvimento social, bem como a correspondente elevação dos padrões de vida em vários países em desenvolvimento como resultado de fluxo mais livre de comércio, capital e tecnologia, os Chanceleres do Brasil, da Índia e da África do Sul expressaram sua preocupação de que amplas parcelas da população mundial não se têm beneficiado da

globalização. Concordaram que a globalização deve tornar-se uma força positiva de transformação para todas as pessoas e deve beneficiar o maior número de países. Nesse contexto, afirmaram seu compromisso de implementar políticas, programas e iniciativas em diferentes foros internacionais, para tornar os diversos processos de globalização inclusivos, integrativos, humanos e equitativos.

14. Os Ministros lamentaram que os grandes parceiros comerciais ainda estejam movidos por preocupações protecionistas em setores pouco competitivos de suas economias. Sublinharam a necessidade de se dar cumprimento integral ao Programa de Doha para o Desenvolvimento e enfatizaram a importância de que os resultados da rodada de negociações comerciais em curso contemplem especialmente a reversão das políticas protecionistas e práticas conducentes a distorções do comércio, mediante a melhora das regras do sistema multilateral de comércio. Reiteraram sua expectativa de que as negociações ganhem novo impulso político e de que seja possível superar os impasses em temas de interesse primordial dos países em desenvolvimento antes da V Conferência Ministerial de Cancún. Além disso, Brasil, Índia e África do Sul decidiram articular suas iniciativas de liberalização comercial.

15. Os Chanceleres assinalaram com preocupação a crescente vulnerabilidade dos países em desenvolvimento às flutuações globais dos preços de matérias-primas. Afirmaram a importância de um sistema internacional de comércio previsível, baseado em regras e transparente, a fim de permitir que os países em desenvolvimento maximizem seu desenvolvimento com ganhos oriundos do aumento de exportações de bens e serviços nos quais têm vantagem competitiva.

16. Dirigiram sua atenção para o impacto sofrido por vários países em desenvolvimento nos anos recentes, como resultado da volatilidade dos fluxos financeiros globais. Concordaram em fortalecer sua cooperação no sentido de tornar a arquitetura financeira internacional receptiva ao desenvolvimento e de aumentar sua eficiência para prevenir e lidar com crises financeiras nacionais e regionais.

17. Reiteraram sua crença em que o sucesso da globalização com equidade requer boa governança, tanto no nível nacional quanto, em particular, no internacional, em reconhecimento ao fato de que, como consequência da globalização, fatores externos tornaram-se críticos na determinação do sucesso ou do fracasso em alcançar o desenvolvimento sustentável.

18. Os Ministros recomendaram a seus respectivos Chefes de Estado e/ou Governo a realização de encontro de cúpula dos três países. Decidiram também intensificar ainda mais o diálogo em todos os níveis, quando necessário, para organizar encontros de funcionários de alto nível e especialistas responsáveis por questões de interesse mútuo.

19. Decidiram manter consultas políticas regulares sobre os itens da agenda internacional, assim como intercambiar informações sobre questões de cooperação mútua, a fim de coordenar posições sobre questões de interesse comum. Com vistas a avançar no tratamento das questões e de todos os outros assuntos resultantes das consultas, os Ministros concordaram ainda em estabelecer uma Comissão Mista Trilateral. Os Ministérios das Relações Exteriores dos três países serão os pontos focais da Comissão Mista Trilateral, e os encontros serão co-presididos pelos três Chanceleres. Os trabalhos de secretaria serão coordenados pelo Secretário responsável por esse tema no Ministério das Relações Exteriores do país anfitrião.

20. Os Ministros decidiram denominar este grupo de "Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul" (IBAS). A convite do Governo indiano, a próxima reunião deverá ocorrer em Nova Delhi, dentro dos próximos doze meses.

Os Ministros da Índia e da África do Sul agradeceram o Chanceler brasileiro pela realização deste primeiro encontro trilateral.

Brasília, 6 de junho de 2003

Decreto nº 4.905, de 1º.12.2003

Cria, no âmbito do Ministério das Relações Exteriores, o Grupo Interministerial de Trabalho para a Implementação do Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso VI, alínea "a", da Constituição, e

Considerando o estabelecimento do Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBAS) pela Declaração de Brasília, em 6 de junho de 2003, e o Comunicado Conjunto dos Chefes de Estado/Governo de Índia, Brasil e África do Sul, de 25 de setembro de 2003; e

Considerando a necessidade de adequada coordenação e implementação de projetos envolvendo o Brasil, Índia e África do Sul, com participação de diversos órgãos da administração pública;

DECRETA:

Art. 1º Fica criado, no âmbito do Ministério das Relações Exteriores, o Grupo Interministerial de Trabalho para a Implementação do Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul.

Parágrafo único. O Ministro de Estado das Relações Exteriores presidirá as reuniões do Grupo Interministerial.

Art. 2º O Grupo Interministerial será integrado pelo Secretário de Estratégia e Assuntos Internacionais do Ministério da Defesa e pelos Secretários-Executivos ou ocupantes de cargos equivalentes dos seguintes órgãos:

I - Ministério da Justiça;

II - Ministério dos Transportes;

III - Ministério da Educação;

IV - Ministério da Cultura;

V - Ministério da Assistência Social;

VI - Ministério da Saúde;

VII - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior;

VIII - Ministério de Minas e Energia;

IX - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;

X - Ministério da Ciência e Tecnologia;

XI - Ministério do Meio Ambiente;

XII - Ministério do Esporte;

XIII - Ministério do Turismo;

XIV - Ministério do Desenvolvimento Agrário;

XV - Gabinete do Ministro de Estado Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome;

XVI - Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República;

XVII - Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República; e

XVIII - Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República.

Art. 3º O Chefe da Secretaria de Planejamento Diplomático do Ministério das Relações Exteriores será o Secretário-Executivo do Grupo Interministerial.

Art. 4º O Grupo Interministerial poderá solicitar a cooperação de outros órgãos do setor público.

Art. 5º O Grupo Interministerial poderá estabelecer formas de colaboração com entidades da comunidade acadêmica, da sociedade civil e da iniciativa privada que tenham interesse direto no tema.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 1º de dezembro de 2003; 182ª da Independência e 115ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Celso Luiz Nunes Amorim

Publicado no DOU de 12/12/2003, Seção I, Pág. 9

ANEXO C: I Reunião de Cúpula do IBAS - Declaração Conjunta

13/09/2006

(Tradução não oficial do original em inglês)

1. O Primeiro Ministro da Índia, S. E. Manmohan Singh, o Presidente do Brasil, S.E. Luiz Inácio Lula da Silva, e o Presidente da África do Sul, S.E. Thabo Mbeki, reuniram-se em Brasília em 13 de setembro de 2006 para a 1ª Reunião de Cúpula do Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul (IBAS).

2. Criado em 2003, o Fórum de Diálogo IBAS desempenha papel cada vez mais importante nas políticas exteriores da Índia, Brasil e África do Sul. Tornou-se instrumento útil para a promoção de coordenação cada vez mais estreita sobre temas globais entre três grandes democracias multiculturais e multirraciais da Ásia, América do Sul e África, e contribuiu para dar relevo à cooperação trilateral Índia-Brasil-África do Sul em áreas setoriais.

3. A importância do Fórum de Diálogo IBAS se estende além de seu impacto positivo nas relações Índia-Brasil-África do Sul. O Fórum, composto por três grandes países em desenvolvimento, proporciona uma estrutura que conferirá ímpeto adicional a novos contatos entre países em desenvolvimento da Ásia, América do Sul e África, contribuindo assim para o fortalecimento da cooperação Sul-Sul.

4. Os Chefes de Estado e de Governo já se haviam encontrado no formato IBAS em oportunidades anteriores, tais como as reuniões em 2003 e 2005, em Nova York. Reuniões Ministeriais da Comissão Trilateral foram realizadas em Nova Delhi, em 2004, na Cidade do Cabo, em 2005, e no Rio de Janeiro, em março de 2006. Foram criados grupos de trabalho trilaterais nas áreas de agricultura, Cultura, Defesa, Educação, Energia, Saúde, Sociedade da Informação, Comércio e Investimento, Temas Sociais, Ciência e Tecnologia, Turismo e Transportes.

5. Os Chefes de Estado e Governo da Índia, Brasil e África do Sul expressaram sua profunda satisfação pela consolidação do Fórum de Diálogo IBAS. A Primeira Cúpula IBAS, realizada hoje em Brasília, reafirma o compromisso dos três países com o fortalecimento dessa iniciativa inovadora. Os Chefes de Estado e de Governo resolveram dar máxima prioridade à consecução de novos progressos no Fórum de Diálogo IBAS, prosseguindo o trabalho de reuniões ministeriais anteriores da Comissão Trilateral e reuniões dos grupos de trabalho.

6. Os Chefes de Estado e de Governo deram ênfase a sua visão compartilhada de que a participação de suas sociedades nesta iniciativa diplomática deve desempenhar papel fundamental no futuro do IBAS. Portanto, notaram com profunda satisfação os Seminários Acadêmicos e de Negócios realizados em Brasília em 12 de setembro de 2006. O Primeiro Ministro Singh, o Presidente Lula e o Presidente Mbeki instaram as sociedades civis da Índia, do Brasil e da África do Sul a dar relevo a contato e cooperação mútuos. Instruíram seus Governos a apoiar iniciativas com esse objetivo. Nesse particular, acolheram com satisfação o lançamento do website IBAS como instrumento adicional e útil para o prosseguimento da promoção do Fórum de Diálogo IBAS com setores interessados na Índia, Brasil e África do Sul.

CONSULTAS POLÍTICAS E COOPERAÇÃO EM TEMAS GLOBAIS

7. O Primeiro Ministro da Índia, o Presidente do Brasil e o Presidente da África do Sul reafirmaram seu compromisso com a promoção da paz, da segurança e do desenvolvimento econômico e social sustentável no mundo e em suas respectivas regiões. Reafirmaram seu compromisso com o multilateralismo e com o papel preeminente das Nações Unidas. A Índia, o Brasil e a África do Sul continuarão a trabalhar conjuntamente para reforçar o sistema multilateral, particularmente por meio de instituições como as Nações Unidas e a Organização Mundial do comércio, a fim de prosseguir na promoção desse objetivo. Nesse espírito, os Chefes de Estado e de Governo da Índia, Brasil e África do Sul debateram

desafios globais relevantes com que se defronta a comunidade internacional, especialmente a reforma das Nações Unidas e do Conselho de Segurança das Nações Unidas, a conclusão bem sucedida da Rodada Doha na Organização Mundial do Comércio, com a dimensão do desenvolvimento no cerne de seus resultados, temas do meio-ambiente, em particular a melhoria do acesso a tecnologias de fontes renováveis de energia, e a implementação efetiva da Convenção sobre Diversidade Biológica, especialmente os direitos dos países de origem sobre seus próprios recursos genéticos assim como a proteção do conhecimento tradicional pertinente.

8. Os Chefes de Estado e de Governo reafirmaram a abordagem pragmática compartilhada pela Índia, Brasil e África do Sul no debate dos temas globais. Notaram também que as atitudes comuns da Índia, Brasil e África do Sul reforçam a voz dos países em desenvolvimento e sua capacidade de contribuir para decisões globais que têm impacto sobre suas populações. O Fórum IBAS contribui, portanto, para o objetivo de uma ordem mundial justa e equitativa.

9. A esse respeito, os Chefes de Estado e de Governo reafirmaram seu apoio às propostas conjuntas feitas pelos Governos do Brasil, China, Índia, México, República do Congo e África do Sul em seu Documento de Posição dado a conhecer por ocasião da recente Reunião de Cúpula do G-8 na Rússia. Reafirmou o compromisso dos "Outreach Partners" de trabalhar em conjunto com os Estados membros do G-8 no tratamento de temas de interesse mútuo. O Documento de Posição tratou de alguns desafios nas áreas de energia, educação e doenças infecciosas, entre outros tópicos. Realçou a importância de mobilizar recursos financeiros para o desenvolvimento por meio de mecanismos inovadores que suplementem os compromissos assumidos na Conferência Internacional das Nações Unidas para o Financiamento do Desenvolvimento; enfatizou a necessidade de acompanhamento do programa de trabalho sobre a África lançado na Reunião de Cúpula do G-8 em Gleneagles, Reino Unido, em 2005; reiterou a importância da cooperação tecnológica na pesquisa e desenvolvimento

energético, pediu melhoria no acesso a tecnologias energéticas renováveis e sublinhou a disposição de trabalhar com países desenvolvidos e em desenvolvimento para compartilhar conhecimento e saber especializado no desenvolvimento dessas tecnologias; conclamou a comunidade internacional a reforçar a cooperação em busca da realização das Metas de Desenvolvimento do Milênio, em especial a Meta 8 para a construção de parcerias globais para o desenvolvimento e para a promoção da realização do Direito ao Desenvolvimento, e as Metas de Dacar no campo da educação; reiterou a necessidade de reduzir as principais barreiras comerciais a fim de facilitar acesso a novas vacinas, remédios, diagnósticos e tecnologias de qualidade e a preços acessíveis, assinalando que as flexibilidades contidas no Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio, reconhecidos pela Declaração Ministerial de Doha sobre TRIPS e Saúde Pública deveriam ser integralmente utilizadas para a proteção da saúde pública.

REFORMA DAS NAÇÕES UNIDAS E DO CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS

10. Os Chefes de Estado e de Governo reiteraram seu apoio à reforma abrangente das Nações Unidas e acolheram com satisfação a criação da Comissão para a Construção da Paz e do Conselho de Direitos Humanos, assim como o progresso obtido nas áreas de desenvolvimento e gestão. Reafirmaram a necessidade de uma decisão sobre a expansão do Conselho de Segurança, sem a qual nenhuma reforma das Nações Unidas será completa. Reiteraram sua convicção de que o Conselho de Segurança deve ser ampliado a fim de incluir países da África, Ásia e América Latina tanto na categoria permanente quanto na não-permanente, de modo a refletir as realidades contemporâneas e torná-lo mais democrático, legítimo, representativo e reativo. Reafirmaram seu compromisso a continuar a buscar conjuntamente uma decisão sobre a expansão do Conselho de Segurança até o final do ano. Esse compromisso será buscado de maneira urgente.

TERRORISMO INTERNACIONAL

11. Os Chefes de Estado e de Governo condenaram inequivocamente o terrorismo em todas as suas formas e manifestações. Enfatizaram que não pode haver justificação, seja qual for, para qualquer ato de terrorismo. Compartilharam a opinião de que a comunidade internacional deve intensificar ainda mais os esforços e a cooperação para combater esse flagelo.

12. Os Chefes de Estado e Governo recordaram que a Cúpula Mundial de 2005 conclamara os estados membros da ONU a concluir uma convenção abrangente sobre terrorismo internacional durante a 60ª Assembléia Geral das Nações Unidas. Conclamaram todos os Estados-membros a trabalhar com seriedade em prol de uma rápida finalização do texto da convenção.

13. Os Presidentes do Brasil e da África do Sul expressaram seu repúdio aos bárbaros ataques terroristas realizados em 11 de julho de 2006 em Mumbai e outras partes da Índia. Ao expressar sua condenação a esses hediondos atos nos termos mais veementes, reiteraram suas mais profundas condolências às vítimas e suas famílias e exprimiram sua solidariedade ao Governo e povo da Índia. Conclamaram a comunidade internacional a tomar todas as medidas necessárias para levar à justiça os perpetradores, colaboradores e patrocinadores desses e outros atos de terrorismo, assim como aqueles que incitam os perpetradores a cometê-los. Reafirmaram sua decisão de intensificar ainda mais as medidas para combater o flagelo do terrorismo que constitui uma gravíssima ameaça à humanidade e à paz e segurança internacionais.

METAS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO INICIATIVA DE AÇÃO CONTRA A FOME E A POBREZA

14. O progresso na realização das Metas de Desenvolvimento do Milênio tem sido

excepcionalmente lento e isso pode ser primordialmente atribuído ao fato de que o atual apoio internacional aos países em desenvolvimento é inadequado para atender a suas necessidades. O incremento dos níveis de Assistência Oficial ao Desenvolvimento, o apoio à liberalização do comércio, e a eliminação, pelos países desenvolvidos, dos subsídios a produtos de interesse dos países em desenvolvimento, continuam a ser objetivos essenciais na promoção do desenvolvimento e no combate à fome e à pobreza. No entanto, a magnitude do desafio torna necessário buscar maneiras adicionais para que os países mais pobres realizem as Metas de Desenvolvimento do Milênio, em particular a Meta 1 de reduzir à metade até 2015 a proporção das pessoas que passam fome. A esse respeito, os Chefes de Estado e de Governo reiteraram seu enérgico compromisso com a Iniciativa de Ação Contra a Fome e a Pobreza e, em particular, a Declaração do Milênio e o Resultado da Cúpula Mundial de 2005. Reafirmaram a importância de procurar mecanismos financeiros inovadores a fim de gerar fluxos suplementares de renda que sejam constantes e confiáveis. A busca atual de fontes novas e inovadoras de financiamento para o desenvolvimento é crítica para superar os embaraços financeiros que limitam o progresso em direção aos objetivos do desenvolvimento.

15. Os Presidentes da África do Sul e do Brasil e o Primeiro Ministro da Índia notaram com satisfação o progresso obtido com um projeto piloto baseado em pequenas contribuições solidárias sobre a compra de bilhetes aéreos, cuja renda será canalizada para a criação de uma Instituição Internacional de Compra de Remédios a fim de enfrentar os desafios da AIDS, malária e tuberculose. Numa reunião realizada em Brasília, em 6-7 de julho de 2006, conseguiram-se importantes avanços na preparação do projeto, que se espera seja formalmente lançado por ocasião da 61a Assembléia Geral das Nações Unidas.

DIREITOS HUMANOS

16. Índia, Brasil e África do Sul, eleitos para o recém-constituído Conselho de Direitos Humanos, compartilham visões comuns sobre a promoção e promoção dos direitos humanos. Este novo Fórum permite que temas de direitos humanos sejam tratados em nível elevado adequado, como é o caso dos temas da paz e segurança internacionais e desenvolvimento. Esse Conselho se beneficiará de contribuições coordenadas da Índia, Brasil e África do Sul com seu entendimento comum a respeito da agenda e estrutura do Conselho. Os três países compartilham uma visão comum para a reafirmação da universalidade, indivisibilidade, interdependência e inter-relacionamento de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais, inclusive a realização e operacionalização do Direito ao Desenvolvimento e a especial proteção dos direitos de grupos vulneráveis.

17. Índia, Brasil e África do Sul acolheram com satisfação a recente bem sucedida conclusão de negociações e a adoção do projeto de Convenção sobre os Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiências, pela 8ª Sessão da Comissão Ad-hoc para um Projeto de Convenção Internacional Integral sobre a Proteção e Promoção dos Direitos e Dignidade das pessoas Portadoras de Deficiências, em Nova York, em 25 de agosto de 2006. Os três países esperam a pronta entrada em vigor dessa convenção e trabalharão em favor de sua rápida assinatura e depósito dos respectivos instrumentos de ratificação.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

18. Índia, Brasil e África do Sul compartilham opiniões comuns sobre a importância da consecução de desenvolvimento sustentável, particularmente por meio da erradicação da pobreza, da promoção do crescimento econômico e da proteção do meio-ambiente. Nesse contexto, os países do IBAS desejam reiterar seu comprometimento comum com a ação conjunta em busca do objetivo de

assegurar que o desenvolvimento sustentável se realize em escala global, especialmente no mundo em desenvolvimento.

19. Os Chefes de Estado e de Governo reafirmaram que os princípios constantes da declaração do Rio, particularmente o princípio de responsabilidades comuns, porém diferenciadas e das aptidões respectivas deve continuar a orientar as negociações multilaterais em temas ambientais. Nesse contexto, sublinharam a importância de tratar dos desafios da mudança climática de forma urgente, sob a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima e seu Protocolo de Quioto. Conclamaram os países que ainda não o fizeram a ratificar o Protocolo e estimularam todos os países que têm metas de redução com base no Protocolo de Quioto a envidarem seus máximos esforços para seu cumprimento e a fornecerem apoio a países em desenvolvimento afetados pela mudança climática, inclusive na área de capacitação.

20. Índia, Brasil e África do Sul enfatizam que um passo crítico para a realização das Metas de Desenvolvimento do Milênio e do desenvolvimento sustentável em escala global é o fornecimento adequado de recursos financeiros e a transferência de tecnologias a preços justos e acessíveis, particularmente por parte dos países doadores. A esse respeito, os países do IBAS instam os países doadores a preencher suas metas de Assistência Oficial para o desenvolvimento e a mobilizar recursos financeiros novos e adicionais, assim como a fomentar a transferência de tecnologias ambientalmente saudáveis a fim de implementar integralmente os resultados da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (WSSD), realizada em Joanesburgo. Nesse sentido, enfatizaram que a cooperação internacional é um importante instrumento para atingir os objetivos fixados na Agenda 21 e seu Plano de Implementação, assim como em foros específicos, tais como a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança de Clima.

DESARMAMENTO E NÃO-PROLIFERAÇÃO

21. O Primeiro Ministro da Índia e os Presidentes do Brasil e da África do Sul reafirmaram a opinião de que o foco principal sobre o desenvolvimento humano, a luta contra a pobreza, e as medidas para promover melhor qualidade de vida devem sustentar e proporcionar maiores garantias de paz e estabilidade internacionais. Avaliaram a situação da segurança global relativa ao desarmamento e à não-proliferação de Armas de Destruição em Massa (WMD).

22. Os líderes reiteraram seu compromisso com o objetivo da completa eliminação das armas nucleares e expressaram preocupação com a falta de progresso na realização desse objetivo. Enfatizaram que o desarmamento nuclear e a não proliferação são processos que se reforçam mutuamente e exigem progresso contínuo e irreversível em ambas as frentes, e reafirmaram a esse respeito que o objetivo da não-proliferação seria melhor servido pela eliminação sistemática e progressiva das armas nucleares de maneira abrangente, universal, não-discriminatória e verificável. Recordaram que abordagens semelhantes levaram ao estabelecimento de instrumentos internacionais juridicamente vinculantes que eliminaram as armas químicas e biológicas e estão contribuindo para a eliminação total dessas armas e reafirmaram seu compromisso de esforçar-se nos foros multilaterais relevantes em busca de um instrumento universal para proibir as armas nucleares e realizar sua completa eliminação. Enfatizaram a necessidade de iniciar negociações sobre um programa em etapas para a completa eliminação das armas nucleares dentro de uma estrutura temporal especificada para eliminar as armas nucleares, proibir seu desenvolvimento, produção, aquisição, armazenamento, transferência, uso ou ameaça de uso, e determinar sua destruição.

23. Nesse contexto, igualmente expressaram preocupação com a falta de progresso na Conferência do Desarmamento (CD), o único foro negociador multilateral de desarmamento. Notaram que diversas propostas haviam sido feitas

na CD a esse respeito e reiteraram seu compromisso de trabalhar conjuntamente com todos os Estados membros para chegar a um consenso levando em consideração as preocupações de todos os estados membros. Nesse contexto, reiteraram que a proposta dos Cinco Embaixadores tal como revista em 2003 ainda permanecia sendo uma base viável para um programa de trabalho.

24. Os Chefes de Estado e de Governo sublinharam a necessidade de reduzir a importância das armas nucleares nas doutrinas estratégicas e expressaram seu apoio a arranjos internacionais eficazes para garantir Estados não nuclearmente armados contra o uso ou ameaça de uso de armas nucleares.

25. Os líderes debateram a ameaça de aquisição de armas nucleares ou materiais e tecnologias a elas relacionados por parte de atores não-estatais ou terroristas. Reafirmaram seu compromisso de contribuir para os esforços internacionais no sentido de contra-arrestar essas ameaças e promover a cooperação nesse sentido. A esse respeito, acolheram com satisfação a adoção da Convenção Internacional para a Supressão de Atos de Terrorismo Nuclear. Expressaram a convicção de que a melhor maneira de impedir que atores não estatais ou terroristas adquiram armas nucleares é a eliminação total dessas armas.

USOS PACÍFICOS DE ENERGIA NUCLEAR

26. Os Chefes de Estado e de Governo reafirmaram o direito inalienável de todos os Estados às aplicações pacíficas da energia nuclear, de forma coerente com sua obrigação jurídica internacional. Pediram uma solução diplomática para a questão nuclear iraniana no contexto da AIEA.

27. Tomaram nota com satisfação da contínua cooperação positiva entre seus países na AIEA e outros foros, com o objetivo de assegurar o crescimento e desenvolvimento desimpedidos dos usos pacíficos da energia atômica, mediante o

fornecimento de tecnologia, equipamento e material, sob salvaguardas adequadas, e reafirmaram seu propósito de intensificar essa cooperação.

28. Os Presidentes da África do Sul e do Brasil e o Primeiro Ministro da Índia reiteraram a importância de assegurar que quaisquer decisões multilaterais relativas ao ciclo da energia nuclear não prejudiquem o direito inalienável dos Estados de buscar energia nuclear para finalidades pacíficas em conformidade com suas obrigações jurídicas internacionais.

29. Os líderes enfatizaram a necessidade de assegurar o fornecimento de fontes seguras, sustentáveis e não poluentes de energia, a fim de enfrentar a crescente demanda global de energia, particularmente nos países em desenvolvimento. Nesse contexto concordaram em que a energia nuclear pode desempenhar papel importante. Concordaram em explorar abordagens de cooperação em usos pacíficos de energia nuclear sob as salvaguardas apropriadas da AIEA. Concordaram ainda em que a cooperação nuclear civil internacional, sob as salvaguardas apropriadas da AIEA, entre países comprometidos com o desarmamento nuclear e os objetivos da não-proliferação, pode ser realçada por meio de abordagens aceitáveis, voltadas para o futuro, consistentes com as respectivas obrigações, nacionais e internacionais.

LÍBANO

30. Índia, Brasil e África do Sul acolheram com satisfação a adoção unânime, em 11 de agosto, da Resolução 1701 do CSNU. Expressaram a esperança de que a aprovação da resolução 1701 pelo Conselho de Ministros do Líbano em 12 de agosto e pelo Gabinete israelense em 13 de agosto possa abrir uma via promissora para a negociação de uma solução, duradoura, permanente e sustentável para o conflito. Não obstante, afirmaram sua profunda consternação e crescente preocupação pelo impacto produzido pela escalada de violência no Oriente Médio. Condenaram nos termos mais veementes o uso excessivo e às

vezes indiscriminado da força que resultou na morte de grande número de civis, inclusive mulheres e crianças, e na destruição da infraestrutura do Líbano, em flagrante violação dos princípios do Direito Internacional Humanitário.

Expressaram também sua disposição de trabalhar em parceria com a comunidade internacional a fim de proporcionar imediato alívio humanitário ao povo do Líbano e a empreender esforços conjuntos para apoiar a reconstrução da infraestrutura libanesa. Pediram a implementação integral de todas as resoluções relevantes do Conselho de Segurança. Enfatizaram que a comunidade internacional tem de agir decisivamente para impedir a renovação das hostilidades e sublinharam a necessidade de uma rápida retomada do diálogo para a solução de todos os temas pendentes. Sublinharam ainda que a segurança e a estabilidade regional permanente somente será alcançada por meio de uma solução justa, duradoura e abrangente do conflito árabe-israelense em todas as suas dimensões, no mais breve prazo possível.

ISRAEL-PALESTINA

31. Os Chefes de Estado e de Governo expressaram grave preocupação com a espiral de violência que está ocorrendo nos Territórios Palestinos Ocupados e reafirmaram a esperança de que a Autoridade Nacional palestina e o governo israelense possam manter conversações diretas com o objetivo de retomar, tão logo possível, as negociações de paz conforme estabelecidas pelo Mapa do Caminho para a Paz. Reafirmaram que devem ser feitos todos os esforços para o objetivo de um fim imediato da violência atual, da retomada da cooperação para a segurança e de um engajamento político tanto entre os palestinos quanto com Israel. Instaram ambas as partes a abster-se de qualquer ato ou medida que possa colocar em risco o processo de paz na região em direção a uma solução que contemple dois Estados segundo o Mapa do Caminho, que leve ao estabelecimento de um Estado da Palestina viável, soberano e independente, vivendo lado a lado em coexistência pacífica com o estado de Israel. Os participantes afirmaram que o objetivo principal de ambas as partes tem de ser a

proteção da sociedade civil e a necessidade de abster-se, em qualquer situação, do recurso à punição coletiva e ataques contra civis. Profundamente preocupados com a crescente deterioração das condições de vida da população palestina, enfatizaram, em particular, a importância de uma expansão imediata do mecanismo internacional temporário para doadores estabelecido sob a direção do Quarteto, da observância por parte de Israel do Acordo sobre Movimentação e Acesso de novembro de 2005 e ação em outros passos para aliviar o sofrimento humanitário do povo de Gaza e da Margem Ocidental. Nesse contexto, os participantes garantiram sua disposição de examinar o lançamento de projetos de cooperação técnica em Gaza e na Margem Ocidental, possivelmente com a utilização de recursos do Fundo IBAS.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL

32. Os Chefes de Estado e de Governo expressaram a visão de que a legitimidade do FMI depende de uma reforma fundamental de quotas e voz que seja mais representativa dos países em desenvolvimento. A reforma deve efetivamente reduzir o grave desequilíbrio entre a ampla maioria de poder de voto ora detida pelas economias avançadas e a participação insatisfatória dos países em desenvolvimento.

RODADA DOHA

33. Os Chefes de Estado e de Governo lamentaram profundamente a suspensão das negociações da Agenda Doha para o Desenvolvimento, da Organização Mundial do Comércio. Este é um grave revés para as promessas da Rodada relativas ao desenvolvimento e uma decepção para os países em desenvolvimento. A falta de conclusão das negociações em conformidade com o mandato privará os países em desenvolvimento de condições justas e equitativas para a realização integral do Direito ao Desenvolvimento e de suas vantagens comparativas na agricultura, indústria e serviços.

34. O comércio e a produção agrícola continuam a ser prejudicados, particularmente quanto aos produtos de interesse exportador para os países em desenvolvimento, por toda sorte de barreiras e distorções, por meio de uma combinação de medidas não-tarifárias e tarifas elevadas, apoio doméstico e subsídios à exportação que exportam a pobreza e a fome. Tais distorções devem ser rapidamente eliminadas e a agricultura firmemente incorporada nas regras do sistema multilateral de trocas comerciais.

35. O Primeiro Ministro da Índia e os Presidentes do Brasil e da África do Sul conclamaram os países que ainda não o fizeram a reduzir substancial e efetivamente suas despesas com subsídios agrícolas. É essencial que os principais subsidiadores melhorem suas propostas sobre apoio doméstico e suas atuais ofertas sobre acesso a mercados a fim de estabelecer uma base adequada e equitativa para atingir os resultados para os quais todos concordamos em nos empenhar.

36. Como membros do G-20, grupo cuja identidade está profundamente ligada à dimensão desenvolvimentista da Rodada Doha, a Índia, o Brasil e a África do Sul estão unidos em torno do objetivo de eliminar as políticas que distorcem o comércio. Os países IBAS, que são também membros do NAMA-II, estão integralmente comprometidos com o fortalecimento do sistema multilateral de comércio de uma maneira mais consentânea com o desenvolvimento, dirigida à promoção do crescimento econômico e do emprego e à redução da pobreza.

37. A Índia, o Brasil e a África do Sul recordaram os resultados da Reunião de Alto Nível do G-20, no Rio de Janeiro, em 9-10 de setembro, e reiteraram que não pouparão esforços para retomar as negociações em prazo breve, e não tardio. No caminho que falta percorrer, o progresso até agora obtido tem de ser integralmente preservado. Não podemos recuar. O nível de ambição da Agenda

Doha de Desenvolvimento precisa ser mantido. As necessidades e aspirações dos países em desenvolvimento somente serão realizadas com um resultado ambicioso da Rodada que reduza o protecionismo e elimine as distorções.

SISTEMA GLOBAL DE PREFERÊNCIAS COMERCIAIS ENTRE PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO (GSTP)

38. Os Chefes de Estado e de Governo reiteraram seu compromisso em busca de um sistema mais justo de trocas comerciais globais, em benefício dos países em desenvolvimento. A esse respeito, e levando em conta o espírito da declaração de Brasília, acolheram com satisfação o progresso alcançado até o momento na Rodada São Paulo do Sistema Global de Preferências Comerciais entre Países em Desenvolvimento (GSTP). O GSTP tem um papel crucial a desempenhar na nova geografia comercial, na qual o comércio Sul-Sul é reconhecido como importante força dinâmica. O GSTP pode contribuir decisivamente para impelir novos fluxos de comércio, suplementar os atuais arranjos regionais, e promover a diversificação de produtos e mercados de exportação. O GSTP pode ser particularmente eficaz no envolvimento dos LDCs no sistema global de comércio, proporcionando-lhes acessos preferencial e imaginando outras medidas possíveis em seu apoio. Esses países estão chamados a juntar-se às negociações, a fim de beneficiar-se com a máxima amplitude possível do acesso preferencial a outros mercados de países em desenvolvimento.

39. O sistema foi fortalecido pela recente solicitação de acessão de oito novos participantes e pela acessão de um bloco comercial, o Mercosul, que está prestes a finalizar seu procedimento de ratificação e tornar-se ator na Rodada São Paulo. O Fórum IBAS apóia integralmente a Rodada São Paulo, enfatizando a importância do GSTP como importante instrumento para expandir os fluxos de comércio Sul-Sul, tornando o comércio mundial mais inclusivo e equitativo.

PROPRIEDADE INTELECTUAL

40. Os Chefes de Estado e de Governo sublinharam a importância de incorporar a dimensão do desenvolvimento aos debates internacionais relativos à propriedade intelectual, como forma de fazer contribuição significativa aos aspectos econômicos e sociais nos países em desenvolvimento e preservar espaços políticos necessários para assegurar o acesso ao conhecimento, promover objetivos públicos nos campos da saúde e da cultura e um meio-ambiente sustentável. Nesse contexto, acolheram com satisfação o lançamento de uma "Agenda para o Desenvolvimento na Organização Mundial de Propriedade Intelectual" e reafirmaram a importância da continuação desses debates a fim de assegurar a incorporação efetiva da dimensão desenvolvimentista em todos os seus órgãos.

41. Reafirmaram também a necessidade de alcançar uma solução para o problema suscitado pela atribuição de direitos de propriedade intelectual a recursos biológicos e/ou conhecimento tradicional a eles vinculados, sem a devida observância das disposições pertinentes da Convenção sobre Diversidade Biológica. A esse respeito, enfatizaram com grande satisfação a apresentação na OMC da proposta co-patrocinada, entre outros, pelos três países IBAS para emenda do Acordo TRIPS mediante introdução de uma exigência compulsória para a revelação da origem de recursos biológicos e/ou conhecimento tradicional a eles vinculado usados em invenções para as quais requerimentos de direitos de propriedade intelectual tenham sido apresentados.

42. Os Chefes de Estado e de Governo notaram com profunda preocupação o aumento de casos de apropriação indevida de recursos biológicos por meio da concessão errônea de patentes ou registro de marcas comerciais irregulares e concordaram, por conseguinte, em estabelecer um mecanismo informal consultivo trilateral para troca de informações sobre esses temas.

COOPERAÇÃO TRILATERAL ÍNDIA-BRASIL-ÁFRICA DO SUL

43. O Primeiro Ministro da Índia, o Presidente do Brasil e o Presidente da África do Sul passaram em revista iniciativas para a cooperação setorial trilateral. A cooperação Sul-Sul é um elemento-chave para a promoção do desenvolvimento econômico e social. Nesse contexto o Fórum de Diálogo IBAS proporciona valiosa estrutura para fomento da cooperação trilateral entre três dos mais importantes países em desenvolvimento do mundo. Os Chefes de Estado e de Governo expressaram profunda satisfação com os novos e concretos resultados obtidos durante a 1a Cúpula IBAS nas áreas de Energia, Agricultura, Transportes Aéreos e Marítimos, Comércio, Ciência e Tecnologia e Sociedade da Informação. Resolveram explorar novas oportunidades adicionais de cooperação trilateral. Nesse sentido, tomaram nota e apoiaram o lançamento de um Grupo de Trabalho sobre Administração Pública.

COMÉRCIO

44. Os Chefes de Estado e de Governo expressaram sua profunda satisfação pela assinatura, durante a 1a Cúpula IBAS, do Plano de Ação IBAS sobre Facilitação Comercial para Padrões, Regulamentação Técnica e Avaliação de Conformidade. Notaram que o Plano de Ação, que é um elemento de objetivos mais amplos para facilitação do comércio, é um elemento importante para a criação de uma base concreta para o incremento de fluxos de comércio entre os países IBAS. Reiteraram também o compromisso de realçar o comércio trilateral por meio da vislumbrada conclusão de acordos bilaterais de cooperação aduaneira.

45. Os Chefes de Estado e de Governo expressaram seu total apoio e compromisso para o estabelecimento expedito de um grupo de trabalho para focalizar as modalidades para o vislumbrado Acordo Trilateral de Livre Comércio Índia-Mercosul-SACU (T-FTA). Expressaram a visão de que o T-FTA terá impacto

significativo em relação à consolidação do Fórum de Diálogo IBAS como mecanismo eficaz para promover relações mais estreitas entre a Índia, o Brasil e a África do Sul, assim como entre suas respectivas regiões. Registraram também que a crescente cooperação entre a Índia, o Mercosul e o SACU no campo comercial poderá contribuir fortemente para um novo cenário no comércio internacional, consentâneo com seus respectivos objetivos de desenvolvimento.

46. Reafirmaram, paralelamente, a importância das negociações em curso Índia-Mercosul e Mercosul-SACU com o objetivo de ampliar e aprofundar Acordos de Preferências tarifárias existentes. Notaram, também, as próximas negociações Índia-SACU sobre preferências tarifárias e sublinharam que todos esses esforços constituem passo importante em direção ao projetado Acordo de Livre Comércio Índia-Mercosul-SACU.

47. Os três países expressaram sua satisfação com o fato de que delegações importantes de negócios da Índia e da África do Sul participaram da 1ª Reunião de Cúpula IBAS. Importantes homens de negócios dos três países compareceram também à "Cúpula de Negócios Índia, Brasil e África do Sul", organizada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) com apoio da ASSOCHAM, CII E FICCI da Índia e da BUSA, da África do Sul. Além disso, os Chefes de Estado e de Governo realizaram uma reunião com delegações comerciais dos três países e tiveram frutífera troca de opiniões sobre perspectivas e desafios para a expansão do comércio entre os países IBAS.

ENERGIA

48. Os Chefes de Estado e de Governo trataram do tema do desafio duplo e vinculado de atender às necessidades energéticas e alcançar crescimento econômico sustentado e desenvolvimento sustentável. Notaram sua satisfação com o progresso do diálogo trilateral sobre cooperação energética e expressaram

profunda satisfação pela assinatura, durante a atual Cúpula, de um Memorandum de Entendimento sobre Energias Renováveis, com a decisão de criar uma Força-Tarefa Trilateral sobre Biocombustíveis a fim de trabalhar em áreas concretas de interesse comum.

49. Os Chefes de Estado da Índia e da África do Sul louvaram a iniciativa lançada pelo Brasil – o Fórum de Biocombustíveis - de articular e consolidar objetivos comuns inclusive a transformação do bioetanol em produto energético básico. Concordaram sobre a necessidade de trabalhar em conjunto a fim de promover e estimular o uso do etanol e biodiesel como combustível para veículos a fim de aumentar a segurança energética e disseminar benefícios ambientais e sociais, assim como econômicos.

AGRICULTURA

50. Os Chefes de Estado e Governo reiteraram a relevância da agricultura para os três países e acolheram com satisfação a reunião de Ministros da Agricultura IBAS à margem da Conferência da FAO em novembro de 2005, em Roma, assim como a reunião de Altos Funcionários em janeiro de 2006, em Nova Delhi. Concordaram em que o Memorandum de Entendimento sobre Cooperação Trilateral em Agricultura e Campos Correlatos, assinado durante a Cúpula IBAS, será um importante instrumento para a promoção do desenvolvimento sócio-econômico e cooperação Sul- Sul.

TRANSPORTES

51. Os Chefes de Estado e de Governo acolheram com satisfação a conclusão do Acordo IBAS de Transporte Marítimo, que marca uma nova fase na cooperação entre as autoridades pertinentes e cria a estrutura para o aperfeiçoamento da logística e o fomento de fluxos trilaterais de comércio.

52. Enfatizaram também a importância da implementação, tão pronto possível, do Memorandum de Entendimento sobre Aviação Civil, por meio do estabelecimento de serviços aéreos regulares que liguem a Índia, o Brasil e a África do Sul. Estimularam as empresas aéreas dos três países a continuar a trabalhando em direção a esse objetivo. Além disso, compartilharam a convicção de que novos debates sobre arranjos cooperativos em outras áreas relacionadas com a aviação seriam de grande benefício para seus países.

53. A esse respeito, também enfatizaram a necessidade de que as autoridades responsáveis pelo setor de transportes desenvolvam um plano de ação, com resultados e cronogramas claros, como forma de acelerar a implementação dos compromissos formalizados nos acordos assinados.

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

54. Os Chefes de Estado e de Governo recordaram o papel da Ciência e Tecnologia na formação do futuro das sociedades nos três países, especialmente mediante o fornecimento de instrumentos para redução da pobreza, promoção da inclusão social e contribuição para a consecução das Metas de Desenvolvimento do Milênio. Notaram com satisfação as oportunidades para cooperação científica e tecnológica entre instituições de pesquisa e desenvolvimento nos três países, em áreas como HIV/AIDS medicamentos e desenvolvimento de vacinas, malária, tuberculose, biotecnologia, nanociências e oceanografia. Notaram com profunda satisfação o progresso realizado com a implementação do Programa de Trabalho 2005-2007 aprovado pela Declaração do Rio sobre Ciência e Tecnologia, assinada durante a II Reunião Ministerial de Ministros de Ciência e Tecnologia, em junho de 2005. Reafirmaram seu forte apoio e compromisso com o objetivo de continuar a cooperar nessa e outras áreas de interesse comum.

55. Os Chefes de Estado e de Governo também se comprometeram a prosseguir enfatizando a cooperação trilateral no campo do HIV/AIDS e a explorar a

possibilidade de conclusão de um acordo trilateral para colaboração entre os três países para pesquisa e desenvolvimento de instrumentos de diagnóstico, medicamentos e vacinas para AIDS. Isso reuniria as significativas capacidades existentes nos países IBAS.

SAÚDE

56. Os Chefes de Estado e de Governo acolheram com satisfação a reunião do Grupo de Trabalho de Saúde, realizada no Brasil, de 6 a 10 de fevereiro de 2006. Nessa reunião, o Grupo de Trabalho desenvolveu um Plano de Ação do IBAS em Saúde, focalizando em laboratórios de saúde pública, vigilância em saúde, medicamentos tradicionais e regras de controle sanitário. Identificou também modalidades para troca de experiências e exploração de soluções para atender às necessidades de saúde. A esse respeito, concordaram em que os Ministros da Saúde irão reunir-se em breve para adotar o plano e trabalhar conjuntamente em temas globais, de modo a alcançar o desenvolvimento sustentável sócio-econômico para acabar com a pobreza, a fome e o subdesenvolvimento.

SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

57. O Primeiro Ministro da Índia e os Presidentes do Brasil e da África do Sul sublinharam a importância de trabalhar conjuntamente em direção a uma Sociedade da Informação centrada nas pessoas, inclusiva e orientada para o desenvolvimento e renovaram seu apoio aos resultados da Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação (WSIS), realizada em Genebra e em Tunis, em 2003 e 2005, respectivamente. Concordaram em continuar a coordenar posições para os mecanismos de acompanhamento do WSIS, assim como para os outros fóros e organizações relacionadas com a Sociedade da Informação e Tecnologias de Comunicação (ICTs).

58. Os Chefes de Estado e de Governo enfatizaram a necessidade de promover a realçar estreita cooperação trilateral e capacitação entre os três países nas áreas de inclusão digital, ICTs para o desenvolvimento assim como governo e governança eletrônicos como forma de reduzir o hiato digital em suas sociedades. Notaram com satisfação o progresso alcançado na realização desse objetivo, particularmente a assinatura de uma Moldura IBAS sobre Cooperação em matéria da Sociedade de Informação, que proporciona a base para futura ação trilateral com o objetivo de reduzir o hiato digital em suas sociedades.

DESENVOLVIMENTO SOCIAL

59. Os Chefes de Estado e de Governo acolheram com satisfação a criação do grupo de trabalho sobre Desenvolvimento Social. Em sua primeira reunião, realizada no Rio de Janeiro, de 12 a 14 de junho de 2006, o grupo de trabalho focalizou os principais desafios que a Índia, o Brasil e a África do Sul terão de superar nesse campo. Identificou também novas maneiras de trocar experiências e explorar soluções para enfrentar suas necessidades de desenvolvimento social. O Fundo IBAS para redução da Pobreza e Fome trabalhará em estreito relacionamento com o grupo de trabalho sobre Desenvolvimento Social a fim de identificar novas oportunidades de cooperação Sul-Sul.

FUNDO IBAS PARA COMBATE À POBREZA E À FOME

60. Os Chefes de Estado e de Governo enfatizaram o fato de que o Fundo IBAS constitui uma iniciativa pioneira e original na cooperação Sul-Sul. Tomaram nota das realizações relativas ao Fundo e acolheram com satisfação a renovação dos compromissos de sua Junta Diretora para a consecução de seus objetivos. Demonstraram igualmente grande apoio ao papel da Unidade de Cooperação Sul-Sul do PNUD. Reiteraram que a finalidade do Fundo é disponibilizar as melhores práticas desenvolvidas em países IBAS para o combate

à pobreza e à fome, e especialmente proporcionar uma contribuição do IBAS às modalidades de cooperação Sul-Sul.

61. A esse respeito, expressaram satisfação pelas iniciativas na Guiné Bissau e no Haiti e estimularam ações adicionais para a identificação de novos projetos, particularmente os contemplados pela o Laos e a Palestina. Sublinharam que o sucesso na implementação desses projetos iniciais, junto com o aumento na mobilização de recursos, são elementos essenciais para a consolidação do Fundo IBAS como mecanismo essencial e viável da cooperação Sul-Sul.

62. O primeiro Ministro da Índia e os Presidentes do Brasil e da África do Sul sublinharam o compromisso de seus países de destinar pelo menos US\$ 1 milhão anuais ao Fundo IBAS, compromisso assinalado no Comunicado Ministerial do Rio de Janeiro, dado a conhecer em 30 de março de 2006, por ocasião da Terceira Reunião da Comissão Trilateral do Fórum de Diálogo IBAS. A Índia, o Brasil e a África do Sul se empenharão também na busca de outras fontes de financiamento.

63. Os membros do IBAS estimulam os países em desenvolvimento, especialmente os Países Menos Desenvolvidos, a apresentar projetos ao Fundo IBAS. A Índia, o Brasil e a África do Sul continuarão a procurar beneficiários potenciais do Fundo.

64. Os Chefes de Estado e de Governo expressaram sua satisfação com a decisão do Ministro de Estado para Assuntos Externos da Índia, S.E. Anand Sharma, do Ministro das Relações Exteriores do Brasil, S.E. Celso Amorim, e do Ministro dos Assuntos Estrangeiros da África do Sul, S.E. Nkosazana Dlamini-Zuma, na 3a Reunião da Comissão Trilateral do Fórum de Diálogo IBAS, realizada no Rio de Janeiro em 30 de março de 2006, de convocar a 4a Reunião da Comissão Trilateral, a realizar-se na Índia, no primeiro trimestre de 2007. Além disso, consideraram a possibilidade de realizar a 2a Cúpula do Fórum de Diálogo IBAS, na África do Sul, em data a ser fixada pelos canais diplomáticos.

ANEXO D: SÚMULA DOS GRUPOS DE TRABALHO¹⁸⁸

- 1) *Agricultura*: GT foi criado 2005. Nele foram estabelecidas áreas diversas para a cooperação principalmente em comércio e desenvolvimento. Atualmente ele é dividido em subgrupos que tratam de temas variados como: saúde e produção animal, biocombustíveis, processamento de alimentos, pesquisa e diminuição da pobreza.
- 2) *Cultura*: GT foi criado 2005. É ressaltada a importância da cooperação nessa área para aumentar a ligação entre os povos. Esse grupo tem um Memorando de Entendimento para cooperação e tem realizado festivais e outras atividades culturais nos três países-membros.
- 3) *Defesa*: antes mesmo do Plano de Ação já tinha havido reunião dos Ministros da Defesa em fevereiro de 2004. Desde o início foi visto como um dos GTs com muitas potencialidades; porém, tem tido avanço um pouco lento, em parte devido à necessidade de coordenação entre Ministérios das Relações Exteriores e Ministérios da Defesa. Nesse grupo são discutidas questões sobre segurança regional e também cooperação concreta: na segurança marítima e aérea – como combate ao tráfico de armas e drogas, trânsito marítimo de produtos químicos tóxicos, e lixo radioativo -, nas indústrias de defesa, como tecnologia de defesa e produção de material – inclusive para o comércio de equipamentos em conjunto. Além disso, foram realizados exercícios navais em conjunto (Ibasmar), sendo que o segundo evento desse tipo tinha sido marcado para 2010.
- 4) *Educação*: esse GT inclui Academias Diplomáticas e Cooperação Esportiva. Ele trata de temas de educação para a inclusão social, educação básica, educação superior, educação à distância e igualmente de educação entre os gêneros. Atualmente o foco principal está no intercâmbio de estudantes e acadêmicos e discute-se a criação de dois centros de estudos em ciências e engenharia da computação pela Índia no Brasil e na África do Sul. Esse GT também trabalha em conjunto com o Ministério da Educação.

¹⁸⁸ Retirado de Fagundes, 2010, pp. 56-59.

- 5) *Energia*: esse GT foi sempre considerado bastante estratégico e fortemente ligado ao desenvolvimento. As principais áreas-foco são: energias renováveis e indústria de etanol, bem como investimento e P&D em energia. Também há trabalhos em relação à biocombustíveis e segurança alimentar. Ele possui Memorandos de Entendimento em áreas específicas: biocombustíveis e energia eólica. Contudo, parece não haver grande avanço, com necessidades de mais reuniões e de outros Memorandos de Entendimento.
- 6) *Meio Ambiente e Mudanças Climáticas*: GT criado em 2007. O foco de trabalho é principalmente o relacionado com desenvolvimento sustentável. Até se trata da discussão nessa linha.
- 7) *Saúde*: esse GT trabalha com questões diretamente relacionadas à saúde, como monitoramento de doenças, mas tem forte ênfase na questão de propriedade intelectual de remédios. Ele tem tido avanços; porém lentos já que também depende de reuniões dos Ministros da saúde.
- 8) *Assentamentos Humanos*: criado em 2007. Sua importância foi destacada pela previsão de que até 2020 a maioria das grandes cidades será no sul, aumentando o problema de pessoas em submoradias. Até agora eles trabalham em um Memorando de Entendimento e organizam participações conjuntas em eventos (e organização de outros) sobre o tema.
- 9) *Sociedade da Informação*: discutiram-se diversas áreas para o seu trabalho (incluindo suporte à educação e à saúde); porém, esse GT trabalha principalmente com *e-governance* e inclusão digital (decidindo premiar projetos nessa área). No entanto parece ter avanço lento na implementação do seu Memorando de Entendimento. Esse GT também é responsável pela comunicação virtual do IBAS.
- 10) *Administração Pública*: criado em 2006. Houve discussões na área de formar um conjunto de diretrizes e princípios do IBAS para a administração pública. O objetivo disso seria tornar processos mais parecidos e facilitar relações políticas e comerciais. Houve também algum progresso na área anticorrupção.

- 11) *Administração Tributária e Aduaneira*: criado em 2007. Os objetivos são de trocar experiências e de tornar mais próximos os procedimentos nos três países para facilitar importação/exportação e investimentos.
- 12) *Ciência e Tecnologia (C&T)* – inclui pesquisa na Antártida: entre as modalidades de cooperação estão: intercâmbio de cientistas, treinamento em áreas de fortalecimento nacional e P&D conjunto. As áreas identificadas como potenciais são: biotecnologia, nanotecnologia, energias renováveis, astronomia e astrofísica, meteorologia e mudanças climáticas, oceanografia e pesquisa na Antártida, pesca, conhecimento tradicional e tecnologia da informação (TI). Também há avanços em pesquisas vinculadas à área da saúde: malária, tuberculose e HIV/AIDS. É um dos GTs considerado de maior potencial. Ele vem avançando muito em diversas áreas e possui um Plano de Trabalho. Porém, destaca-se que já havia acordos bilaterais entre os membros do IBAS nesse setor.
- 13) *Desenvolvimento social*: criado em 2006. O setor foca-se no diálogo e na troca de experiências – com casos concretos de programas de desenvolvimento social de cada membro – e tem um Memorando de Entendimento para criar uma matriz de programas, projetos e políticas sociais dos três membros.
- 14) *Comércio e Investimentos*: busca fortalecer os pontos complementares, destacando: indústria, serviços, negócios e tecnologia. O GT estabeleceu uma primeira meta de ampliar o comércio de US\$ 4,6 bilhões, em 2004, para US\$ 10 bilhões até 2007, alvo que infelizmente não foi atingido, mas foi ampliado para US\$ 15 bilhões até 2010. Para que essa meta seja atingida, o GT trabalha com intensificação da cooperação para facilitar o comércio e as exportações. Ele sempre trouxe a necessidade de introduzir a SACU e o Mercosul nas negociações comerciais, o que vai ao encontro do foco mais recente de estudar uma Zona de Livre-comércio Índia-Mercosul-SACU (há discussões de criar um GT especialmente para isso). O grupo também está atento à inclusão do setor privado, para o qual foi criada a Cúpula de Empresários. Outras iniciativas são o fomento e apoio a Pequenas e Médias Empresas e de intercâmbio de jovens e empreendedores.

15) Transportes: é um dos GTs considerados mais relevantes pela importância do transporte aéreo e marítimo para ligar os três países. Os principais objetivos da parte aérea são: aumentar a frequência das conexões e melhorar os aeroportos, principalmente na África do Sul, para tornar as viagens mais curtas; para isso discute-se começar com acordos bilaterais. No transporte marítimo, foca em criar um corredor marítimo trilateral – principalmente para o transporte de carga -, e cooperar na própria capacitação do pessoal dos portos com treinamento, capacitação logística e portuária. Com esse GT querem possibilitar o transporte de carga – aumentando as relações comerciais – e o fluxo de pessoas – fomentar o turismo, a colaboração em pesquisas e o conhecimento geral entre as populações. O Plano de Ação para esse GT, contém oito projetos. No entanto, ele está mais desenvolvido na esfera marítima do que na aérea.

16) Turismo: esse GT discute possibilidades de investimentos mútuos e de oferecer pacotes turísticos passando pelos três países. No entanto, é necessária a familiarização dos operadores e agentes de viagens com todas as possibilidades. Há também acordos bilaterais de turismo entre os membros do IBAS.

ANEXO E: Lei nº 12.289, de 20 de julho de 2010, cria a Universidade Internacional da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira¹⁸⁹

Presidência da República

Casa Civil

Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 12.289, DE 20 DE JULHO DE 2010.

Dispõe sobre a criação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criada a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB, com natureza jurídica de autarquia, vinculada ao Ministério da Educação, com sede e foro na cidade de Redenção, Estado do Ceará.

Art. 2º A Unilab terá como objetivo ministrar ensino superior, desenvolver pesquisas nas diversas áreas de conhecimento e promover a extensão universitária, tendo como missão institucional específica formar recursos humanos para contribuir com a integração entre o Brasil e os demais países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP, especialmente os países africanos, bem como promover o desenvolvimento regional e o intercâmbio cultural, científico e educacional.

§ 1º A Unilab caracterizará sua atuação pela cooperação internacional, pelo intercâmbio acadêmico e solidário com países membros da CPLP, especialmente os países africanos, pela composição de corpo docente e discente proveniente do Brasil e de outros países, bem como

¹⁸⁹ Cfr. Documento eletrônico: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12289.htm. Acesso em 15/08/2012.

pelo estabelecimento e execução de convênios temporários ou permanentes com outras instituições da CPLP.

§ 2º Os cursos da Unilab serão ministrados preferencialmente em áreas de interesse mútuo do Brasil e dos demais países membros da CPLP, especialmente dos países africanos, com ênfase em temas envolvendo formação de professores, desenvolvimento agrário, gestão, saúde pública e demais áreas consideradas estratégicas.

Art. 3º A estrutura organizacional e a forma de funcionamento da Unilab, observado o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, serão definidas nos termos desta Lei, do seu estatuto e das demais normas pertinentes.

Art. 4º O patrimônio da Unilab será constituído pelos bens e direitos que ela venha a adquirir e por aqueles que venham a ser doados pela União, Estados e Municípios e por outras entidades públicas e particulares.

§ 1º Só será admitida doação à Unilab de bens livres e desembaraçados de qualquer ônus.

§ 2º Os bens e direitos da Unilab serão utilizados ou aplicados exclusivamente para a consecução de seus objetivos, não podendo ser alienados, exceto nos casos e nas condições permitidos em lei.

Art. 5º Fica o Poder Executivo autorizado a transferir para a Unilab bens móveis e imóveis necessários ao seu funcionamento, integrantes do patrimônio da União, bem como a transpor, remanejar, transferir total ou parcialmente, dotações orçamentárias aprovadas na lei orçamentária de 2010 e em créditos adicionais da Universidade Federal do Ceará - UFCE, mantida a estrutura programática, expressa por categoria de programação, conforme definida no [§ 1º do art. 5º da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009](#), inclusive os títulos, descritores, metas e objetivos, assim como o respectivo detalhamento por esfera

orçamentária, grupos de natureza de despesa, fontes de recursos, modalidades de aplicação e identificadores de uso e de resultado primário.

Parágrafo único. A transposição, transferência ou remanejamento não poderá resultar em alteração de valores das programações aprovadas na lei orçamentária de 2010 ou em créditos adicionais, podendo haver, excepcionalmente, ajuste na classificação funcional.

Art. 6º Os recursos financeiros da Unilab serão provenientes de:

I - dotações consignadas no orçamento da União;

II - auxílios e subvenções que lhe venham a ser concedidos por quaisquer entidades públicas ou particulares;

III - remuneração por serviços prestados a entidades públicas ou particulares;

IV - convênios, acordos e contratos celebrados com entidades ou organismos nacionais ou internacionais; e

V - outras receitas eventuais.

Parágrafo único. A implantação da Unilab fica sujeita à existência de dotação específica no orçamento da União.

Art. 7º Ficam criados, no âmbito do Poder Executivo Federal, os seguintes cargos, para compor a estrutura regimental da Unilab:

I - os cargos de Reitor e de Vice-Reitor;

II - 150 (cento e cinquenta) cargos efetivos de professor da Carreira de Magistério Superior;

III - 69 (sessenta e nove) cargos efetivos técnico-administrativos de nível superior, conforme o Anexo desta Lei; e

IV - 139 (cento e trinta e nove) cargos efetivos técnico-administrativos de nível médio, conforme Anexo desta Lei.

§ 1º Aplicam-se aos cargos a que se referem os incisos II a IV as disposições do Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos, de que tratam as [Leis nºs 7.596, de 10 de abril de 1987, 11.784, de 22 de setembro de 2008](#), bem como o Regime Jurídico instituído pela [Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990](#).

§ 2º Aplicam-se aos cargos efetivos de professor da Carreira de Magistério Superior as disposições da [Lei nº 11.344, de 8 de setembro de 2006](#).

§ 3º Aplicam-se aos cargos efetivos do Plano de Carreiras e Cargos dos Técnicos Administrativos em Educação - PCCTAE as [Leis nºs 10.302, de 31 de outubro de 2001](#), e [11.091, de 12 de janeiro de 2005](#).

Art. 8º O ingresso nos cargos do Quadro de Pessoal efetivo da Unilab dar-se-á por meio de concurso público de provas ou de provas e títulos.

Art. 9º Ficam criados, no âmbito do Poder Executivo Federal, 37 (trinta e sete) Cargos de Direção - CD e 130 (cento e trinta) Funções Gratificadas - FG, necessários para compor a estrutura regimental da Unilab, sendo:

I - 1 (um) CD-1, 1 (um) CD-2, 15 (quinze) CD-3 e 20 (vinte) CD-4; e

II - 40 (quarenta) FG-1, 30 (trinta) FG-2, 30 (trinta) FG-3 e 30 (trinta) FG-4.

Art. 10. O provimento dos cargos efetivos e em comissão criados por esta Lei fica condicionado à comprovação da existência de prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal a aos acréscimos dela decorrentes, conforme disposto no [§ 1º do art. 169 da Constituição Federal](#).

Art. 11. A administração superior da Unilab será exercida pelo Reitor e pelo Conselho Universitário, no âmbito de suas respectivas competências, a serem definidas no estatuto e no regimento interno.

§ 1º A presidência do Conselho Universitário será exercida pelo Reitor da Unilab.

§ 2º O Vice-Reitor, nomeado de acordo com a legislação pertinente, substituirá o Reitor em suas ausências ou impedimentos legais.

§ 3º O estatuto da Unilab disporá sobre a composição e as competências do Conselho Universitário, de acordo com a legislação pertinente.

Art. 12. Os cargos de Reitor e de Vice-Reitor serão providos pro tempore por ato do Ministro de Estado da Educação até que a Unilab seja implantada na forma de seu estatuto.

Art. 13. Com a finalidade de cumprir sua missão institucional específica de formar recursos humanos aptos a contribuir para a integração dos países membros da CPLP, especialmente os países africanos, para o desenvolvimento regional e para o intercâmbio cultural, científico e educacional com os países envolvidos, observar-se-á o seguinte:

I - o quadro de professores da Unilab será formado mediante seleção aberta aos diversos países envolvidos, e o processo seletivo versará sobre temas e abordagens que garantam concorrência em igualdade de condições entre todos os candidatos de forma a estimular a diversidade do corpo docente;

II - a Unilab poderá contratar professores visitantes com reconhecida produção acadêmica afeta à temática da integração com os países membros da CPLP, especialmente os países africanos, observadas as disposições da [Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993](#);

III - os processos de seleção de docentes serão conduzidos por banca com composição internacional, representativa dos países membros da CPLP;

IV - a seleção dos alunos será aberta a candidatos dos diversos países envolvidos, e o processo seletivo versará sobre temas e abordagens que garantam concorrência em igualdade de condições entre todos os candidatos; e

V - os processos de seleção de alunos serão conduzidos por banca com composição internacional, representativa dos países membros da CPLP.

Art. 14. A Unilab encaminhará ao Ministério da Educação proposta de estatuto para aprovação pelas instâncias competentes, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contado da data de provimento dos cargos de Reitor e Vice-Reitor pro tempore.

Art. 15. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 20 de julho de 2010; 189º da Independência e 122º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Fernando Haddad

Paulo Bernardo Silva

Este texto não substitui o publicado no DOU de 21.7.2010

ANEXO

QUADROS DE PESSOAL EFETIVO

CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR (NS)	QUANTIDADE
Administrador	9
Analista de Tecnologia da Informação	4
Arquiteto e Urbanista	2
Arquivista	2
Assistente Social	2
Auditor	1
Bibliotecário – Documentalista	4
Biólogo	2
Biomédico	2
Contador	4
Economista	2
Engenheiro/Área	4

Engenheiro de Segurança do Trabalho	1
Jornalista	4
Médico/Área	2
Nutricionista/Habilitação	2
Pedagogo/Área	2
Psicólogo/Área	2
Relações Públicas	3
Secretário Executivo	9
Técnico em Assuntos Educacionais	2
Tradutor e Intérprete	4
TOTAL	69

CARGOS DE NÍVEL INTERMEDIÁRIO (NI)	QUANTIDADE
Assistente em Administração	100
Técnico em Contabilidade	4
Técnico de Laboratório/Área	30
Técnico de Tecnologia da Informação	2
Técnico em Segurança do Trabalho	1
Tradutor e Intérprete de Linguagens de Sinais	2
TOTAL	139

ANEXO F: Discurso do Ex-Presidente Lula – Outorga do Título de Doutor Honoris Causa da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – 1º de Março de 2013

“Recebo com emoção o título de doutor Honoris Causa da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.

Considero que esta homenagem se estende a todos aqueles que lutaram e ainda lutam para promover a integração dos povos da lusofonia, no espírito de uma cooperação fraterna entre países soberanos.

A criação da Unilab foi um marco histórico no processo de integração de culturas diversas, espalhadas pelos continentes e unidas pelo uso do Português como idioma oficial.

E foi, principalmente, um marco na cooperação pelo desenvolvimento entre o Brasil e os países lusófonos da África – Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe – aos quais se soma Timor Leste como parceiro da Unilab.

Temos outros laços além do idioma e de raízes históricas comuns. Temos desafios concretos para o desenvolvimento de nossos países, todos eles marcados, historicamente, por profundas desigualdades que buscamos superar.

Simbolicamente, mas também com um sentido muito prático, alcançamos com a Unilab o mais elevado patamar dessa integração.

Aqui se elabora um patrimônio comum de conhecimento, que será compartilhado com as populações dos países de onde provêm nossos professores e estudantes.

Aqui estamos construindo o futuro. Um futuro que será de paz, justiça social, democracia e progresso para nossos povos.

Meus amigos, minhas amigas,

A implantação desta instituição começou em 2008, pelos trabalhos de uma comissão que identificou temas comuns ao Brasil e aos membros africanos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Em 20 de julho de 2010, tive a honra de sancionar a Lei 12.289, que instituiu a Unilab como Universidade Pública Federal. Foi um dos atos mais gratificantes do período em que fui presidente do Brasil.

Decidimos sediá-la na região Nordeste, onde são maiores em nosso país as marcas da desigualdade e os desafios do desenvolvimento.

A escolha do município de Redenção para sediar o primeiro campus da Unilab tem um forte simbolismo para esse projeto.

Foi aqui, na antiga Vila de Acarape, que 116 homens e mulheres foram libertos da escravidão, em 1º de janeiro de 1883, antecipando em 5 anos o fim daquela prática abominável em território brasileiro.

Os abolicionistas de então – José do Patrocínio, Antônio Tibúrcio, Liberato Barroso, Justiniano de Serpa, dentre outros – presidiram aquele gesto redentor, quando a cidade adotou seu nome atual e se projetou como vanguarda da liberdade no Brasil.

No campus de Redenção repousam os valores de liberdade, justiça e igualdade que inspiram o projeto da Unilab. Aqui começou o resgate de uma dívida secular com os povos africanos.

Quando visitei o Senegal, em 2005 – uma das muitas viagens que fiz à África em meu governo – fiz questão de conhecer a ilha de Goré, porto de onde partiram milhões de escravos para a América.

Ao longo de três séculos, aqueles homens e mulheres arrancados de sua terra, e depois seus descendentes, deitaram suor e sangue sobre o solo em que hoje vivemos.

Lá em Goré, em nome do povo brasileiro, pedi perdão por este que foi certamente um dos maiores crimes já cometidos contra a humanidade.

As marcas da escravidão ainda cobrem o continente africano, como cicatrizes da História, e até mesmo como feridas abertas em determinadas regiões.

São as marcas da fome, da desigualdade, da injustiça, da exploração econômica e das guerras que opõem irmãos.

No Brasil, os descendentes dos escravos, embora formalmente livres, jamais alcançaram coletivamente a condição de iguais numa sociedade injusta.

Permaneceram, na imensa maioria, apartados do acesso às condições básicas de uma vida digna: trabalho, moradia, educação e saúde.

Não há reparação suficiente para o sofrimento e a brutalidade a que tantos povos foram submetidos no passado.

Mas é nosso dever – histórico, moral e político – superar os desafios do presente e semear uma vida melhor para as próximas gerações.

Meus amigos, minhas amigas,

É notável o estreitamento das relações entre o Brasil e os países da África nos últimos anos.

Em meu governo, tive oportunidade abrir ou reativar representações do Brasil em 19 países daquele vasto continente.

Hoje temos relações diplomáticas com todos os 54 países africanos, e há embaixadas brasileiras em 38 deles. Nada menos do que 33 países africanos mantêm representações diplomáticas no Brasil.

Abrimos frentes de cooperação em setores estratégicos para o desenvolvimento econômico e social, sempre respeitando a soberania dos países parceiros.

Com espírito fraterno, contribuimos para o desenvolvimento de técnicas agrícolas, por meio da Embrapa, da agricultura familiar e na gestão de programas contra a miséria.

Apoiamos ações na área da saúde, dentre as quais destaco a implantação da fábrica de antivirais em Moçambique, fundamental no apoio aos portadores do HIV na África Austral.

O Brasil também está presente nos investimentos em infraestrutura nos países africanos, apoiados pelo BNDES, e na indústria do petróleo e gás, por meio da Petrobras, dentre outras iniciativas.

Nosso reencontro com a África se dá num momento excepcional.

Os últimos dez anos foram marcados por um crescimento constante da economia no Brasil e também nos países africanos.

A média de elevação do PIB no continente africano nos últimos dez anos foi de 6,8%, muito superior à dos países mais ricos no mesmo período.

O Brasil, nesses dez anos, conheceu pela primeira vez um ciclo virtuoso de crescimento com inclusão social.

Nós não apenas voltamos a crescer, com estabilidade econômica, mas passamos a crescer em benefício de todos.

Mais de 28 milhões de brasileiros saíram da pobreza extrema e 40 milhões atingiram o patamar da classe média, que representa hoje mais da metade da população.

A chave que abriu em nosso país uma nova era de prosperidade é o modelo de crescimento com inclusão.

Com programas de garantia de renda básica, aumento real dos salários e ampliação do acesso ao crédito, criamos uma nova dinâmica interna na economia, que se soma ao aumento das exportações para fazer o Brasil crescer sustentadamente.

O investimento em educação é fundamental para garantir e ampliar, no futuro, os benefícios desse novo modelo. Por esta razão elegemos a educação como prioridade absoluta.

O orçamento do MEC em 2012, de 72 bilhões de reais, é quatro vezes maior do que os 17,4 bilhões em 2002, último ano do governo anterior.

Não apenas aplicamos mais recursos, mas superamos a falsa dicotomia entre ensino fundamental e ensino superior, que contribuía para manter no impasse uma política pública estratégica.

Com o Plano de Desenvolvimento da Educação lançado em 2007, o Brasil começou a virar o jogo. Pela primeira vez o país se viu diante de uma política pública que olhava a educação como um todo, da creche a pós-graduação.

Orgulho-me de ter criado 14 novas Universidades Federais, dentre elas a Unilab, e 126 extensões universitárias, nas mais diversas regiões do país, democratizando e interiorizando o acesso ao ensino superior.

Sem falar nas 214 novas escolas técnicas federais, que abriram possibilidades inéditas de formação profissional da juventude.

Dobramos o número de vagas nas universidades públicas. Instituímos o sistema de cotas para favorecer o acesso de afrodescendentes ao ensino público superior.

Por meio do Prouni, já oferecemos 1 milhão e 300 mil vagas para estudantes de famílias pobres nas instituições particulares.

Meus amigos, minhas amigas,

Se foi possível darmos este imenso salto para o desenvolvimento, em tão pouco tempo, acredito que os países da África também poderá fazê-lo. Trata-se de um continente com cerca de 1 bilhão de habitantes, que além dessa riqueza humana detém um extraordinário patrimônio natural.

A expectativa de grandes transformações nos países africanos se justifica também pela consolidação da democracia no continente, onde tivemos, no ano passado, eleições presidenciais ou legislativas em nada menos que 26 países.

A União Africana deu um passo significativo para a integração e o desenvolvimento ao aprovar, em janeiro de 2012, o Programa para Desenvolvimento das Infraestruturas em África, o PIDA.

Este programa prevê investimentos públicos e privados da ordem de 360 bilhões de dólares, até 2040, em obras de transportes, energia, tecnologia de comunicações e para garantir o acesso à água em todo o continente.

É uma oportunidade histórica a desafiar toda uma geração.

A energia criativa para o desenvolvimento dos países africanos, em novas bases, está concentrada na juventude, num continente em que 60% da população têm menos de 25 anos de idade.

Aqui na Unilab, temos algumas centenas desses jovens, alguns dos mais talentosos, portadores da esperança de um futuro melhor.

É a vocês que me dirijo especialmente neste momento.

Vocês se empenharam muito para chegar até aqui, em busca de formação nas áreas que a Unilab oferece: Administração Pública, Agronomia, Ciências da Natureza e Matemática, Engenharia de Energia, Ciências Humanas e Letras.

São áreas do conhecimento voltadas para as demandas mais urgentes dos nossos países parceiros.

Mas vocês não chegaram aqui apenas para aprender as disciplinas curriculares.

Chegaram também para ensinar uns aos outros e nos ensinar a todos, pois cada um traz consigo experiências e saberes diversos.

Peço que compartilhem essa riqueza, pois isso é essencial para a consolidação da Unilab e do nosso projeto comum de integração para o desenvolvimento.

Não ocultem as inquietações nem soneguem a crítica, porque é da diversidade que surgem as novas ideias.

Vocês chegaram aqui com seus sonhos, e são também os embaixadores da esperança de um futuro melhor para os nossos povos.

É por isso que também lhes peço: por maiores que sejam os desafios e as dificuldades, não desistam de sonhar.

Não desistam nunca de tentar construir um mundo melhor do que este que vocês receberam.

Não desistam do futuro, porque o futuro será de vocês.

Muito obrigado.”